

Chico Otavio Vera Araújo

Mataram Marielle

**Como o assassinato de Marielle Franco e Anderson
Gomes escancarou o submundo do crime carioca**





Chico Otavio Vera Araújo

Mataram Marielle

Como o assassinato de Marielle Franco e Anderson
Gomes escancarou o submundo do crime carioca



Copyright © Chico Otavio e Vera Araújo 2020

PREPARAÇÃO

Kathia Ferreira

REVISÃO

Eduardo Carneiro

Camilla Savoia

CHECAGEM

Rosana Agrella da Silveira

ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Linoca Souza

CAPA E MIOLO

Túlio Cerquize

REVISÃO DE E-BOOK

Carolina Andrade

GERAÇÃO DE E-BOOK

Joana De Conti

E-ISBN

978-65-5560-039-1

Edição digital: 2020

1ª edição

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br



intrinseca.com.br

Sumário

[\[Avançar para o início do texto\]](#)

[Folha de rosto](#)

[Créditos](#)

[Mídias sociais](#)

[1. “Quem matou Marielle e Anderson?”](#)

[2. O jogo de xadrez no PSOL](#)

[3. As testemunhas que a polícia não viu](#)

[4. Uma delação sem prêmio](#)

[5. Escritório do Crime](#)

[6. O “Trinca-Ferro” e a pasta vermelha](#)

[7. Disputas, vaidades, mortes](#)

[Epílogo: Marielle presente](#)

[Fotos](#)

[Sobre os autores](#)

[Leia também](#)

1.

**“Quem matou Marielle e
Anderson?”**

“Uma rajada. Uma única rajada de um segundo. Os vidros explodindo e os estilhaços vindo num jato. Como se uma onda gigantesca de vidro tivesse se quebrado do meu lado. Me enrolei e abaixei num movimento imediato, como um caracol, junto às pernas da Marielle. Um silêncio absoluto, interrompido por um ‘ai’ do Anderson. Meu corpo queimava como se tivesse sido açoitado por mil chicotes de uma vez.”

ÚNICA SOBREVIVENTE DO ATENTADO, FERNANDA, ENTÃO CHEFE DE GABINETE DE MARIELLE FRANCO, LEMBRA O MOMENTO EM QUE A VEREADORA E SEU MOTORISTA, ANDERSON GOMES, FORAM ASSASSINADOS

Já em casa, durante o banho, a jornalista Fernanda Chaves passou os dedos trêmulos por entre os fios dos cabelos e constatou, horrorizada, que havia ali fragmentos de bala. Única sobrevivente da emboscada em que a vereadora Marielle Franco foi assassinada, juntamente com seu motorista, Anderson Gomes, Fernanda entrara no chuveiro com partes do corpo ainda manchadas pelo sangue da amiga, sua madrinha de casamento. Atônita, não parava de repetir:

Esse crime não faz sentido. Esse crime não faz sentido.

Na cabeça de Fernanda, chefe de gabinete da parlamentar, misturavam-se as cenas de terror que acabara de presenciar, entre as nove e as nove e meia da noite, no bairro do Estácio, Zona Central do Rio de Janeiro. A execução à queima-roupa da quinta vereadora mais votada no município nas eleições anteriores e a morte de Anderson, que dirigia o carro no qual os três estavam, provocariam uma indignação que correria o país e diversas partes do mundo na forma de uma pergunta simples, mas sem resposta: “Quem matou Marielle e Anderson?”

Ao acordar naquele 14 de março de 2018, uma quarta-feira, o último dia de sua vida, a socióloga Marielle Franco, 38 anos, deu um salto da cama. Vestiu uma roupa de ginástica e foi com a mulher, a arquiteta Monica Benicio, até a academia, a cerca de 500 metros de sua residência. Elas moravam numa rua arborizada da Tijuca, na Zona Norte, em uma casa de vila com três quartos, sala, cozinha e banheiro.

— Tivemos um momento só nosso naquele dia — lembra Monica. — Acordei de madrugada por causa de um pesadelo. Fiquei fritando na cama. Marielle acordou. Fizemos sexo. Voltamos a dormir e quase perdemos a hora. Seria um dia cheio.

As duas se separaram depois da malhação. Monica foi para a sua sessão de terapia e Marielle pegou o rumo da feira do bairro, na rua Visconde de Figueiredo, como fazia em todas as quartas. Com seus vestidos floridos, o porte elegante e um corpo talhado à base de exercícios quase diários, a carioca, negra e de sorriso largo, chamava a atenção de clientes e feirantes. Como, aliás, em qualquer ambiente em que aparecesse. A busca por frutas e legumes frescos tinha se intensificado e agora eles eram parte importante de

sua dieta — além, é claro, da tapioca — desde que passara a sofrer com refluxos provenientes de uma hérnia de hiato.

— Ela parava num monte de barraca para provar as frutas. Demorava um tempão e eu não tinha paciência nenhuma. Marielle amava isso — conta Monica, que, por causa do horário da terapia, deixara de preparar as marmitas que as duas levavam para o trabalho.

E quem teve de ir para a cozinha naquele dia foi Marielle. Alimentos cozidos e pesados cuidadosamente, seguindo as instruções da nutricionista, e as marmitas estavam prontas. Após arrumar-se, a parlamentar entrou em seu Space Fox azul-escuro e dirigiu até o Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal, na praça Floriano, região histórica do Centro conhecida como Cinelândia. Filiada ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), uma legenda de esquerda, Marielle fora eleita com 46.502 votos válidos em outubro de 2016 para a legislatura 2017-2020. Ela se filiara ao partido em 2007, mas, por uma falha no sistema da Justiça Eleitoral, teve o registro cancelado quase três anos depois. Para ter sua ficha inserida no sistema e poder candidatar-se, foi necessário recorrer a uma ordem judicial.

Naquela manhã, Marielle e Monica combinaram que se encontrariam mais tarde, no próprio gabinete da parlamentar, quando a arquiteta tentaria concluir um projeto iniciado havia algum tempo no local. Entrando em sua sala na Câmara, a de número 903, Marielle deu início a uma série de reuniões. Com a chegada de Monica, por volta de uma da tarde, elas almoçaram ali na sala mesmo, perfumada por incenso de pau-santo, usado em rituais indígenas para eliminar energias negativas. Monica se comprometera a encontrar uma solução arquitetônica para a instalação tanto de um painel de comunicação no gabinete da companheira quanto de alguns nichos na parede, à guisa de prateleiras, para os objetos da “mandata” — no feminino, como a vereadora costumava se referir ao seu mandato. Marielle era obcecada por organização. Seu local de trabalho era repleto de advertências para os visitantes. Na “copinha” do café, por exemplo, havia o tradicional “Manter a louça limpa”.

— Na verdade, sempre fui mais chata do que ela nisso — lembra Monica, brincando, mas com os olhos marejados. — Quando cheguei e vi, repleto de papel, o armário que montei para guardar os objetos pessoais dos funcionários e a mesa de reunião cheia de bolsas, fui eu que tive um ataque. Ao mesmo tempo, eu ria da situação, porque eles pensavam que a mais

organizada era ela. Eu dizia a Marielle que ia chamá-los lá em casa para verem a bagunça que ela fazia.

A porta de seu amplo gabinete estava sempre aberta. Passando pelas mesas dos assessores, chegava-se a uma mesa grande, de reuniões, e à sala de Marielle. De sua janela, a vereadora via a praça Floriano e as duas emblemáticas construções erguidas em seu entorno, além da própria Câmara em que atuava: o Theatro Municipal e a Biblioteca Nacional, na época coberta por uma gigantesca tela devido a uma reforma. Logo na entrada de seu local de trabalho, um aviso mostrava por que Marielle conseguira alçar à posição de vereadora: “Lugar de mulher é onde ela quiser”. Era um gabinete barulhento mas harmonioso, e ela sabia que daquele espaço — formado por mulheres, pertencentes ou simpatizantes da comunidade LGBTQIA+, pessoas negras e lideranças comunitárias — poderiam sair multiplicadores de seu projeto em prol da defesa dos direitos humanos e da igualdade social das minorias.

A vereadora, que tinha fama de ser uma das últimas pessoas a deixar a Casa todas as noites, era carismática e assertiva em suas falas na tribuna. Homofobia e sexismo, por exemplo, temas que envolviam sua agenda parlamentar, levavam-na a manter acaloradas discussões no plenário. Não por acaso conquistara a presidência da Comissão de Defesa da Mulher. Contudo, mesmo estando sempre às voltas com questões espinhosas, como as denúncias que fazia sobre os abusos praticados por policiais militares nas regiões vulneráveis, nunca se soube que ela sofresse ou houvesse sofrido ameaças de morte.

+++

De origem modesta, Marielle Francisco da Silva foi criada na Maré, um complexo de favelas na Zona Norte onde seus pais se instalaram em 1978, logo após o casamento. Sua mãe, a paraibana Marinete da Silva, morava em João Pessoa, mas como o marido, o carioca Antonio Francisco da Silva Neto, o Toinho, trabalhava no comércio de secos e molhados do pai na Maré, o casal partiu para o Rio. Toinho herdaria o pequeno empreendimento, mas ganharia a vida também como pedreiro na construção civil, setor em expansão no Rio de Janeiro daquela década por conta de uma forte especulação imobiliária.

— Teve ano que trabalhei 364 dos 365 dias, só parando no Natal — lembra Toinho, detalhando que as filhas, primeiro Marielle e depois Anielle, nasceram ali mesmo na Maré, com uma diferença de cinco anos entre elas.

Marinete se formou em direito em João Pessoa, e Toinho conta que quando ela fez um curso de especialização numa universidade de Bonsucesso, já na Zona Norte do Rio, estava grávida de Marielle.

— Acredito, inclusive, que essa liderança da minha filha era em função de ela frequentar os bancos universitários ainda na barriga da mãe — diz Toinho, sorrindo. — Ela sempre foi muito estudiosa. Sempre soube o que queria.

Dona Marinete confirma:

— Minha menina sempre gostou de ler. Sempre foi danadinha.

Toinho acrescenta que, depois de formada, sua mulher passou a dar aulas de reforço de português e a primogênita a acompanhava:

— Marielle era uma espécie de estagiária dela. A ideia da mãe sempre foi aproximar as filhas da universidade. Com esforço, Marinete conseguiu formar as meninas. Marielle formou-se em ciências sociais. Ane [Anielle] fez letras, especializando-se em inglês e chegando a morar fora do país.

Dona Marinete detalha que ambas frequentaram excelentes universidades. Marielle estudou na PUC, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e Ane se formou pela Uerj, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E prossegue, com os olhos cheios d'água:

— Marielle se metia em tudo, tinha personalidade forte, aliás, essa é uma característica das mulheres da minha família. Começou tudo muito cedo. Como sempre foi espichada parecia ter mais idade do que realmente tinha.

Aos 19 anos, Marielle daria à luz Luyara Santos, fruto de seu primeiro casamento, com Glauco Santos, um jovem da favela. Era 1998 e a jovem mãe começaria a frequentar a primeira turma do Curso Pré-Vestibular surgido na Maré, uma cria do projeto desenvolvido pelo Ceasm (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), ONG de grande impacto no cotidiano da juventude local. Mais tarde, Marielle teria forte atuação no Ceasm, afinada com os ideais da entidade de valorizar a cidadania, as ações solidárias e o respeito às diferenças. Enquanto se preparava para o vestibular, ajudava no sustento da família fazendo lotada de passageiros em Kombi, o que continuou a fazer ao longo dos anos de faculdade, na qual foi admitida em 2002, com bolsa integral. Nesse mesmo ano separou-se do pai de Luyara.

Tenaz e com princípios bem definidos, em pouco tempo tornou-se liderança na favela.

Marielle também trabalhou como camelô, assistente de creche e dançarina de funk. Em 2007 entrou para a ONG BrazilFoundation, integrando a equipe de monitoramento de diversas organizações sociais espalhadas pelo país. Sua dissertação de mestrado em administração pela UFF (Universidade Federal Fluminense) criticaria a política pública adotada em 2008 no Rio de Janeiro pela Secretaria de Segurança, que instituiu nas favelas as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), polícias que buscavam identificar e desarticular as organizações criminosas ali instaladas estabelecendo vínculos com as favelas. Apresentada em 2014, a dissertação defendia a tese de que tal política tinha “o objetivo de conter os insatisfeitos ou ‘excluídos’ do processo, formados por uma quantidade significativa de pobres, cada vez mais colocados nos guetos das cidades e nas prisões”.

Os pais de Marielle estão aposentados, mas a mãe continuou a advogar na área da Previdência após a morte da filha.

— Não há um dia que eu não chore. É muita dor! — diz dona Marinete, que mantém uma espécie de santuário a Nossa Senhora Aparecida num canto da sala do apartamento em que o casal mora, em Bonsucesso.

+++

Motorista vinculado ao aplicativo Uber, Anderson Pedro Gomes, de 39 anos, fora contratado por Marielle havia cerca de um mês, em substituição ao motorista dela, de licença médica. Naquele que seria seu último dia de vida, Anderson avisara Marielle que chegaria atrasado ao trabalho. Ele precisava entregar de manhã documentos num guichê da companhia aérea TAP, no Aeroporto do Galeão, pois estava pleiteando uma vaga de mecânico de aeronave na empresa. Anderson acalentava o sonho de ser aeronauta, como o pai, já falecido. Morava no Engenho da Rainha, na Zona Norte, com a mulher, Agatha Arnaus Reis, e o filho do casal, Arthur, de 1 ano e 10 meses. Como o menino precisava de atendimento especial devido a um problema congênito e a mãe não tinha horários flexíveis no trabalho, Anderson se desdobrava entre os cuidados com o filho e as corridas de carro, suspensas naquele momento por ter fechado contrato de 90 dias com Marielle.

Naquele 14 de março de 2018, Anderson também estivera ocupado pela manhã pegando emprestado com os familiares dele um colírio para a filha adolescente de Marielle, então com conjuntivite. Havia um surto da doença na cidade e o remédio estava em falta nas farmácias. A mando da mãe, a jovem fora para a casa da avó materna, a fim de evitar contaminar a vereadora. Afinal, havia muito trabalho “na mandata” e não dava para ficar doente. Quando Anderson chegou à Câmara dos Vereadores, naquela tarde, encontrou a vaga de Marielle livre para estacionar seu Chevrolet Agile branco. Monica já tinha ido embora levando o carro da companheira, após almoçar e rabiscar algumas planilhas, e a chefe de gabinete, Fernanda, braço direito da parlamentar, chegara logo depois. Ela relembra:

— Marielle estava atendendo algumas pessoas. O mandato era sempre assim, agitado. Parte da equipe saía mais cedo para arrumar o local do debate na Casa das Pretas e posicionar os equipamentos para os registros e tal.

Espaço coletivo de mulheres negras no número 122 da rua dos Inválidos, na Lapa, Zona Central da cidade, a Casa das Pretas era usada para debates e acolhimento. Naquela noite, Marielle seria a mediadora do tema Jovens Negras Movendo as Estruturas, um evento promovido pelo PSOL.

— Eu [estava] fechando um artigo para o *Jornal do Brasil* — continua Fernanda, referindo-se a um texto escrito por Marielle que ela revisava. — O plenário, naquele dia, tinha “caído” [sido suspenso]. Mas em algum momento houve uma chamada e Marielle desceu, não me recordo exatamente para quê, e a sessão acabou acontecendo. Fiquei batendo o texto.

No fim da tarde, Marielle, Fernanda e mais três funcionários — os assessores Elaine Guimarães, Renata Souza e Jackson — acertaram os últimos detalhes dos projetos que entrariam em pauta ainda naquela semana. Naquele dia Fernanda assumira a chefia do gabinete da parlamentar, função que vinha sendo cumprida por Renata — havia algum tempo Marielle decidira fazer um revezamento anual do cargo entre os assistentes para que todos passassem por essa experiência. Terminada a reunião, Elaine continuou no gabinete, enquanto a vereadora, Renata e Jackson desceram e chegaram à calçada 39 minutos depois do horário em que já deveriam estar no debate, previsto para iniciar às seis. Jackson (apelido do designer gráfico José Roberto Anastácio), que não participaria do evento, foi embora. Nesse momento, chegou o assessor Nelson de Souza Teles, que combinara pegar carona com elas até a Casa das Pretas.

Anderson tirou o veículo da vaga e piscou o farol, sinalizando que encostaria próximo à porta lateral da Câmara. A parlamentar, Renata e Nelson entraram no carro e seguiram para a Lapa, onde só conseguiram desembarcar às sete horas porque o trânsito estava pesado. Responsável pela agenda política da vereadora, Elaine deixou a Câmara às oito da noite e foi para casa.

— Fui a última a sair, tranquei o gabinete — conta Fernanda. — Cheguei a pensar em não ir mais ao debate, pois chegaria lá no fim. Mas tinha um táxi desembarcando uns passageiros na portaria da Câmara, aí entrei e segui para a Lapa. Peguei os últimos 20 minutos do evento.

+++

O debate, transmitido ao vivo pelas redes sociais, seria a última aparição de Marielle em público. Sentada em roda com as participantes, vestindo uma camiseta azul-marinho e uma calça larga, tipo pantalone, de motivos florais, ela dera início às discussões lembrando seu ingresso na Faculdade de Ciências Sociais da PUC, anos antes. Havia pouquíssimos negros em universidades, menos ainda oriundos de favelas, como Marielle.

— Quando chego à PUC em 2002 — relatou então na Casa das Pretas —, a minha perspectiva vinda de um pré-vestibular comunitário era o da mulher favelada. Quem passou pela Maré sabe do lugar do mareense. A gente chegava muito mais como aquele corpo que vai ocupar um lugar, usufruir de um ensino de qualidade, que, apesar de não ser público, era meu: o lugar da mulher negra, favelada. Essa [caminhada] é uma construção. Então eu entro no Departamento de Ciências Sociais, que não se apropriou de homens e mulheres negros que passaram pela nossa história.

A socióloga deixava claro que estava ali para mostrar que era possível uma preta, como gostava de se definir, chegar à universidade e alcançar um lugar no Parlamento. E mais: sendo casada com uma mulher e tendo uma filha de um relacionamento heterossexual. Ela enfatizava a palavra “aceitação” quanto à beleza natural da negra — desde a valorização dos cabelos cacheados à ocupação de espaços na política.

— Às mulheres que fortalecem! Quero mais ouvir do que falar. A gente não faz nada sozinho. A todas que constroem esta “mandata” — exclamou, como se brindasse. — O mandato de uma mulher negra, da periferia, precisa

estar pautado junto aos movimentos sociais e à sociedade civil organizada, [junto] a quem está fazendo [algo] para nos fortalecer naquilo que a gente, objetivamente, não se reconhece, não se encontra, não se vê. A negação é o que eles apresentam como nosso perfil. Não é à toa que os índices de homicídio, de feminicídio e de estupro contra o nosso corpo, infelizmente, aumentam.

Ao finalizar o encontro, Marielle leu uma frase em inglês e em português da feminista lésbica caribenho-americana Audre Lorde, registrada num caderninho sobre suas pernas. “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.” E emendou, com um semblante particularmente iluminado, segundo depoimentos posteriores dos que a ouviam, e sempre com seu sorriso, empurrando a plateia:

— Vamo que vamo, vamo junto ocupar tudo.

Ninguém ali sabia, mas lá fora, estacionado na rua dos Inválidos, a poucos metros da Casa das Pretas, havia um Cobalt prata no qual seus ocupantes aguardavam a vereadora sair da reunião. A película que revestia os vidros de suas janelas era tão escura que os transeuntes não conseguiam ver o interior. Pelo menos por duas horas, tempo do evento, os sujeitos ficaram ali dentro, com o motor desligado, num calor de verão cuja temperatura alcançava uns 33 graus, com sensação térmica bem mais elevada.

É necessário treinamento para manter uma tocaia sem interrupções, conforme os homens no carro faziam naquele momento — e esse foi um dos primeiros indícios que levariam os investigadores a supor que aquela fora uma ação planejada. Planejamento que costuma incluir, por exemplo, recipientes próprios para guardar urina, comumente encontrados em carros abandonados às pressas por pistoleiros de aluguel (infelizmente, ao menos no Brasil, não há histórico de descoberta de DNA por meio desses recipientes).

A placa do Cobalt seria captada por câmeras do tipo OCR (Optical Character Recognition), conhecidas como “radares inteligentes” e usadas para flagrar infrações de trânsito. Pelas imagens se descobriria depois não só de que bairro o veículo havia partido, como o tempo que levaria para chegar à Lapa — esse seria um dos poucos rastros deixados pelos perseguidores de Marielle e Anderson. Mas, no início das investigações, sabia-se somente que o Cobalt passara pela região do Itanhangá, na Zona Oeste, e descera vagorosamente do Alto da Boa Vista até a Lapa. Essa lentidão também

encorparia a hipótese da polícia de que se tratava de crime premeditado, provavelmente com alguém na Câmara passando informações aos ocupantes do carro acerca dos passos de Marielle. Nesse caso, como ela se atrasara no gabinete, seus perseguidores teriam sido alertados de que deveriam reduzir a marcha para poderem chegar à Casa das Pretas quase junto com Marielle, a fim de que a tocaia fosse o mais curta possível.

De fato, conforme captado por câmeras particulares instaladas em prédios vizinhos, o Cobalt prata chegou à rua dos Inválidos às 18h45, apenas 15 minutos antes do Agile. Sem vaga para estacionar, o motorista do Cobalt deu uma volta e parou o veículo na entrada de um beco a cerca de 20 metros da Casa das Pretas. Às 19h, Anderson chegou e, por falta de espaço, fez fila dupla com os carros estacionados rente ao meio-fio para que Marielle, Renata e Nelson pudessem desembarcar. Depois que elas desceram, por um triz Anderson não bateu no Cobalt, ao dar a ré para sair do meio da rua. Em seguida, ele foi em frente e aguardou num ponto mais distante uma oportunidade para deslocar seu carro para perto do local do evento.

Às 19h10 surgiu uma vaga em frente à Casa das Pretas, ocupada de imediato pelo Cobalt. Somente às 19h32 Anderson conseguiria uma vaga para o seu Agile, exatamente à frente do Cobalt. Veículo estacionado, ele desembarcou e andou um pouco pela calçada, caminhando ao lado do Cobalt sem imaginar que ali dentro havia pessoas que o matariam cerca de duas horas depois.

Apesar de estar escuro, uma imagem captada por uma das câmeras da rua mostrando uma luz que parecia vir de dentro do Cobalt — e que seria exibida na mídia à exaustão — faria os investigadores acreditarem que o motorista estaria com um celular ligado minutos antes das execuções. No entanto, a euforia por supostamente terem encontrado uma pista para rastrear se dissipou quando peritos do MPRJ (Ministério Público do Rio de Janeiro) concluíram tratar-se de um reflexo da iluminação da rua no espelho retrovisor da porta do motorista. Outros detalhes observados nas imagens revelariam ainda que o Cobalt 1.4, modelo LS, fabricado entre 2012 e 2015, apresentava acessórios externos diferentes dos originais. Tratava-se, portanto, de um “Frankenstein”, veículo adulterado com peças aleatórias e placa clonada para confundir a polícia. Mais um indício de que o crime fora planejado. E, ao que tudo indicava, por profissionais.

Por volta das nove da noite, Marielle deixou a Casa das Pretas rodeada por participantes do debate. Anderson estava a postos. Enquanto desciam os degraus do prédio, elas iam se despedindo umas das outras, dando paradinhas para trocar número de celular, oferecer ou agradecer carona, combinar coisas. Diálogos típicos de fim de evento.

— [Estávamos] com um gostinho de dever cumprido — relata Fernanda. — Ela estava realmente satisfeita com o nível do debate, com as conexões feitas ali, com a quantidade de mulher preta tocando projetos incríveis sobre e para a mulher preta. E o mais bacana: a maioria ela não conhecia. Uma mulherada fazendo diferença em várias áreas, como cinema, mídia, arte, tecnologia, em vários cantos do mundo, interessadas no mandato, na Marielle.

Fernanda lembra a expressão ansiosa da amiga antes de entrarem no carro de Anderson:

— Falávamos pelo olhar e entendi que ela estava querendo sair logo, cansada, com fome. Passei ao lado dela fazendo aquele papel da assessora chata e a apressei, chamando-a para o carro, onde entrei. Sempre íamos juntas para casa porque éramos vizinhas. Marielle com fome ficava uma fera.

A vereadora abriu a porta da frente do Agile, oposta à do motorista, jogou no banco uma sacola, fechou a porta e foi sentar-se atrás, ao lado de Fernanda. Avisou, brincando:

— Anderson, vou de madame hoje e você de motorista, quero me esticar aqui atrás.

Já ao volante, ele prontamente puxou o banco do carona para a frente, a fim de que ela tivesse mais espaço atrás para as pernas. Mesmo exausta, Marielle tinha pressa em postar nas redes sociais o material fotográfico da Casa das Pretas e voltou-se para Fernanda, afivelando o cinto de segurança:

— Branquela, vamos ver e escolher juntas umas fotos do evento que os meninos mandaram pelo grupo no WhatsApp.

Fernanda, que não afivelou o seu cinto, continua a lembrar:

— Muitas bolsas no meu colo e ainda por cima uma cólica. Estávamos então as duas, cada qual com seu celular, vendo as fotos que tinham acabado de ser feitas. Ao mesmo tempo recebíamos notícias de nossas casas e comentávamos. Minha filha com febre. Monica fazendo o jantar. Parar na padaria poderia ser uma possibilidade, levar pão para a Monica. O jogo do Flamengo ia começar. Fazíamos tudo ao mesmo tempo sem tirar a cara do celular. Estávamos ombro a ombro.

Anderson ligou o carro e saiu devagar, sem perceber que o Cobalt, atrás de si, também dava a partida. No banco de trás, as duas comadres conversavam sobre a pauta da reunião marcada para a manhã do dia seguinte na sede do PSOL, na Lapa. Entre um assunto e outro, Marielle falava baixinho sobre a sua ansiedade de que o processo de escolha pelo partido dos pré-candidatos às eleições gerais, a serem realizadas em outubro daquele 2018, se oficializasse logo. No pleito seriam disputados os cargos de presidente da República, governadores, senadores (dois terços do total) e deputados, estaduais e federais.

— Naquela noite, no carro, nós conversávamos sobre as futuras eleições justamente naqueles últimos minutos juntas, enquanto olhávamos fotos do encontro de onde acabáramos de sair. Falávamos da reunião do dia seguinte, quando Marielle apresentaria o nome de Monica Francisco como pré-candidata a deputada estadual. Nessa reunião, o nome de Marielle provavelmente seria confirmado como o da [candidata a] vice-governadora de Tarcísio Motta, para que então Chico Alencar avançasse como [candidato a] senador.

Fernanda referia-se à socióloga Monica Francisco, assessora da vereadora responsável pelas questões relacionadas a favelas, ao vereador Tarcísio Motta, que o PSOL lançaria como candidato ao governo do estado, e ao deputado federal Chico Alencar, que poderia vir a disputar uma vaga no Senado Federal pela legenda. Por meses o nome de Marielle figurara como possível candidata ao Senado, conforme relata Fernanda:

— Uma reivindicação legítima de muitos setores, principalmente dos feministas. Naquele momento, naquelas últimas palavras da Mari comigo, falávamos com empolgação de Monica Francisco. Estávamos felizes porque ela havia topado o desafio [de tentar uma cadeira de deputada pelo Rio de Janeiro].

Ainda assim, o assunto era desgastante para Marielle, pois implicava mil conversas, mil reuniões e muita suscetibilidade. Fernanda achou que Marielle parecia aliviada com a decisão do comando do PSOL de anunciar na reunião do dia seguinte a solução encontrada para o quebra-cabeça que se formara dentro do partido por causa das eleições. Com as candidaturas definidas, o gabinete poderia concentrar a atenção em vários pontos do mandato, que estava a todo o vapor.

— Eu não poderia ir à reunião, teria de finalizar um relatório urgente da Comissão de Defesa da Mulher — recorda-se Fernanda. — Por isso no grupo

de zap [WhatsApp] da coordenação Marielle perguntava quem poderia estar às dez horas com ela no partido. Olhei para fora, naquele movimento automático de me localizar no tempo e no espaço e mandar um zap para casa dizendo: “Chego em dez minutos.” Estávamos nos aproximando do largo do Estácio. Mari esboçou um som. Como se estivesse lendo algo interessante no celular ou vendo algo, talvez. Nada alarmante. Um “ué”.

+++

Cerca de três quilômetros separavam a Casa das Pretas do ponto do ataque, no largo do Estácio. Súbito, o Cobalt que vinha atrás do Agile branco investiu contra ele, imprensando-o numa curva da rua Joaquim Palhares, quase na rua João Paulo I, em frente a uma das saídas da estação Estácio do metrô.

— Uma rajada. Uma única rajada de um segundo. Os vidros explodindo e os estilhaços vindo num jato. Como se uma onda gigantesca de vidro tivesse se quebrado do meu lado. Me enrolei e abaixei num movimento imediato, como um caracol, junto às pernas de Marielle. Um silêncio absoluto, interrompido por um “ai” do Anderson. Meu corpo queimava como se tivesse sido açoitado por mil chicotes de uma vez. Vi os braços de Anderson se soltarem do volante. Ao perceber o carro ainda em movimento, puxei o freio de mão, tentei puxar a perna dele do acelerador, segurei o volante, até que o carro parou. Ouvi o barulho do destravamento das portas, abri a minha e saí rastejando [para fora do carro]. As bolsas que estavam no meu colo caíram na calçada.

Atordoada, a assessora imaginava que tivessem atravessado um tiroteio ou passado por uma falsa blitz, o que não é raro no Rio de Janeiro. Mas essa percepção se desfez quando ela se deu conta de que não se ouviam mais disparos:

— Olhei por baixo da porta, olhei para a frente e olhei para trás, e estava tudo normal. Um grupo do outro lado da rua foi se aproximando, perguntando se aquele barulho tinha sido de tiro. Tinha uma moça com um bebê no colo acompanhada de mais duas crianças. Eu pedi que chamassem a ambulância, não achava meu celular entre as bolsas no chão. Uma outra moça veio me ajudar [uma assistente social do abrigo de menores ali perto, se saberia depois], preocupada com tanto sangue no meu corpo. Assim que

ela fez contato com os bombeiros, eu falei que se tratava de uma vereadora no carro na tentativa de conseguir mais agilidade. Mas, ao soltar essa informação, os curiosos começaram a tirar fotos e filmar. Vi meu celular piscando no chão do carro. Peguei, liguei para o meu marido e para o Arlei [Arlei de Lourival Assucena, funcionário do gabinete]. Naquele momento ainda acreditava que Marielle e Anderson pudessem estar só machucados e eu chamava por eles para mantê-los conscientes. Dizia que a ambulância estava chegando e pedia que não falassem nada. Era uma fala estéril, acho que eu sabia disso. Mas eu não conseguia admitir.

A PM (Polícia Militar) foi acionada por telefone pelo educador Luis Carlos Martins da Silva, que trabalhava na Unidade Municipal de Reinserção Social Dom Hélder Câmara, o abrigo de menores quase em frente ao local da emboscada, e escutara os disparos. A PM foi acionada também pela moça que estava com um bebê e duas crianças. A chefe de gabinete de Marielle lembra-se bem da chegada deles à cena do crime:

— Não me deram bom-dia, boa-tarde ou boa-noite. Espantaram as pessoas que estavam ao meu lado, olharam a cena e passaram um rádio ou ligaram para alguma Central. Eu só ouvi o policial informando ao interlocutor: “São dois mortos e uma sobrevivente.” Senti meu coração ficar gelado e, ao mesmo tempo, minha cabeça ferver. Fiz muita força mental para me manter lúcida e raciocinando.

A partir dali viriam as perguntas: “Você estava dentro do carro? Foi um assalto? Viu alguma coisa?” Fernanda estava perplexa.

— Eu só havia ouvido uma rajada. Não vi absolutamente nada. Não empenharam muito cuidado para falar comigo, a não ser uma policial que chegou pouco depois e foi mais gentil. Passaram por ali algumas viaturas assuntando e, finalmente, chegou a ambulância [do Corpo de Bombeiros]. Tentaram me convencer a entrar nela, mas eu estava sozinha e não queria deixar a Marielle e o Anderson. Eles mostravam preocupação com o meu estado e a quantidade de sangue no meu corpo, mas eu já tinha me apalrado e sabia que não estava ferida, a não ser por estilhaços. O sangue em mim era, na verdade, da Marielle. Me mantive ao lado do carro até chegar alguém conhecido, que foi o Jackson, um dos coordenadores do mandato.

Fernanda recorda-se que Jackson, que estivera com Marielle na Câmara cerca de duas horas e meia antes, fora avisado por Arlei, que pensava tratar-se de um acidente de carro. Jackson confirma que, após a ligação do colega,

dirigiu-se imediatamente para o Estácio e, ao chegar lá, minutos depois, deparou-se com a tragédia:

— Quando virei na João Paulo I, vi um carro branco uns 100 metros à frente, ao lado de uma Patamo da polícia. Só sabia que o carro usado pela Mari era branco. Saltei do táxi, que parou quase na mesma direção do veículo onde ela estava. Quando consegui dar uma espiada, eu vi a Mari ali. Havia muito sangue. Ela podia estar desmaiada. Não havia amassados no carro. Perguntei se havia feridos. O policial respondeu que não. Todos mortos. Os peritos chegaram e a ficha só caiu quando vi que não havia chances de estarem vivos.

Jackson conta que tentou acalmar Fernanda, sentada no meio-fio da calçada. Ela estava transtornada e insistia em ver Marielle e Anderson. Não acreditava que tivessem morrido. Mesmo nervoso, ele conseguiu convencer a assessora parlamentar, que começava a entrar em estado de choque, a ser avaliada pelos paramédicos. Foi quando ela avistou o marido, Marcelo Salles, que descia de um táxi e caminhava em sua direção. Fernanda lembra:

— Saímos da ambulância sem que as muitas pessoas que já haviam chegado nesse ínterim percebessem. E fui para casa no mesmo táxi que tinha levado meu marido para lá.

Falando com outros assessores, Jackson constatou que nenhum deles tinha a menor dúvida de que havia sido uma execução sumária.

— Eu fiquei ali até tudo acabar, como uma espécie de guardião — relata ele, acrescentando que precisava se concentrar na difícil tarefa de avisar os familiares de Marielle e Anderson antes que eles soubessem do atentado pela mídia.

+++

Para poder ir ao encontro de Fernanda, seu marido tivera de deixar no apartamento de uma vizinha a filha pequena, a quem disse que a mãe sofrera um acidente bobo de carro com Marielle e Anderson e ele precisava ajudá-los. Assim, ao sair do Estácio e chegar em casa, enquanto Fernanda se preparava para tomar um banho e se ajeitar, pois não queria que a filha a visse com a roupa manchada de sangue, Marcelo foi pegar a menina na vizinha, que morava no mesmo prédio. Antes de entrar no banheiro, Fernanda tomou um calmante. Tentava raciocinar.

— A água quente, o sangue passando por minutos infindáveis pelo ralo. Meu corpo tinha microfuros e eu tomava cuidado para não me cortar com aquela areia de vidro que escorria junto com a água e o sangue. Ao entranhar meus dedos no cabelo [achei] um pedaço de cápsula, ou um estilhaço de bala, não sei o nome. Saí do banho com aquele pedaço de metal na mão.

Pouco depois, acompanhado do ouvidor da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Pedro Strozenberg, Jackson bateu na casa de Fernanda a fim de avisá-la que ela fora intimada a comparecer na DH (Delegacia de Homicídios da Capital), na Barra da Tijuca, ainda naquela madrugada, para prestar depoimento. Amigo de Fernanda e Marielle, Strozenberg correria até o local da emboscada ao saber do que acontecera para, na condição de defensor público, prestar apoio jurídico a Fernanda. O marido não queria deixá-la ir à DH devido às condições emocionais em que ela se encontrava, mas a assessora preferiu seguir com os amigos a fim de cumprir essa etapa de uma vez.

Antes de saírem Fernanda comentou que não entendia por que Marielle e Anderson estavam mortos, enquanto ela ficara apenas com machucados superficiais. Strozenberg e Jackson contaram então que, pelas conversas ouvidas na cena do crime, foram disparados muitos tiros na direção deles, não havia chance de sobreviverem.

— Voltei a tremer. Ainda abracei minha filha, que estava preocupada com meus “machucadinhos”. Para ela, dissemos que Marielle estava no hospital se cuidando do acidente de carro e que eu explicaria o que houve aos policiais. Pedi a ela que fosse dormir com o pai. Ela me disse que ia rezar para a “tia Mari ficar boa logo”.

A essa altura, o Agile alvejado atraía cada vez mais curiosos, jornalistas e políticos, avisados do atentado por mensagens em aplicativos de celular. Colegas de Parlamento que saíam de uma reunião com o prefeito Marcelo Crivella na sede da prefeitura, a cerca de 700 metros dali, se dirigiram para o local. Muita gente chegava, mas as testemunhas já tinham ido embora. A moça que chamara a Polícia Militar, por exemplo, ficara com medo de se expor. Orientada pelo marido por celular a não se meter num caso “tão cabeludo”, ela ainda resistiu até o momento em que um policial militar lhe perguntou se ela não tinha mais o que fazer em casa para estar com três crianças tão tarde na rua.

De acordo com a perícia da DH realizada *in loco*, Marielle fora atingida por quatro balas na cabeça disparadas em sequência, provocando uma

perfuração abaixo da outra. Alguns dos disparos, em diagonal, acabaram acertando Anderson. Ao todo seriam encontradas nove cápsulas de projéteis no local do crime. Os peritos constataram que o ponto escolhido para o ataque não fora casual. Fora estratégico. Além de, após as nove da noite, a estação do metrô estar quase deserta (poucos praticantes de corrida ficavam dentro do espaço, gradeado pela concessionária MetrôRio), a iluminação na região era precária e a câmera de monitoramento de veículos da prefeitura naquele ponto estava quebrada. Aqueles equipamentos eram um legado das Olimpíadas de 2016 e estavam sem manutenção desde que o contrato com os organizadores dos Jogos expirara. E mais: repórteres de TV e de jornais descobririam depois que, das 11 câmeras que cobriam o trajeto da vereadora da Casa das Pretas até ali, apenas cinco estiveram ligadas naquela noite. Mas sem resolução de imagem, já que eram destinadas a mero monitoramento do trânsito.

Também chamaria a atenção a munição escolhida, de calibre 9 mm, pertencente ao lote UZZ-18, comprado em 2006 pela PF (Polícia Federal) de Brasília da CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos). O lote continha 1,859 milhão de cápsulas que foram distribuídas, no ano seguinte, para as 27 superintendências e delegacias do país. Como o Rio sediaria os Jogos Pan-Americanos de 2007, o estado recebeu 200 mil balas. Foi a segunda unidade a receber mais munição, ficando atrás apenas de São Paulo, para onde foram enviados 217 mil cartuchos.

Balas desviadas desse lote já haviam sido empregadas em outras ações criminosas, como uma chacina em São Paulo em 2015, com um saldo total de 18 mortos e vários feridos. No mesmo ano, mais quatro pessoas seriam assassinadas com balas do tipo UZZ-18: duas em Itaipu, na Região Oceânica de Niterói, e outras duas no município de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio. Em 2017, ainda em São Gonçalo, 16 projéteis daquele lote foram encontrados em uma cena de homicídio. Também foram registradas execuções com munição UZZ-18 no Morro do Fubá, em Campinho, na Zona Norte do Rio, área de milicianos e traficantes, não apenas em 2017, mas também em 2014. Assim, o emprego generalizado dessas balas por organizações criminosas diversas não facilitou uma conexão com os possíveis autores do assassinato de Marielle e Anderson.

Acompanhada de seu advogado, Fernando Mattos, do defensor público Pedro Strozenberg e da advogada Laíze Gabriela Benevides Pinheiro, da Comissão de Direitos Humanos da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), Fernanda foi ouvida na DH da Capital às 3h55 de quinta-feira, cerca de sete horas após os assassinatos. Com a emoção contida, fez um relato sucinto, já que a ideia era sair dali o mais rápido possível. Ela era a principal testemunha do crime e corria perigo, embora não tenha visto quem atirou. Ali mesmo na DH ela recebeu autorização para sair do país, o que fez de imediato.

Somente três meses depois ela desabafaria, postando a seguinte mensagem para os amigos nas redes sociais: “Tenho recebido a preocupação de amigos. O silêncio por aqui, mais do que um momento de reclusão e recuperação, é (e principalmente) uma recomendação de segurança. ‘Sair do país, ausentar-se das redes, evitar interagir remotamente e não divulgar a localização’ são as premissas desse protocolo que tentamos seguir no último período. Não participar dos rituais de despedida de Marielle e estar longe das manifestações que se seguiram só não foi pior do que a noite de 14 de março. Ela foi arrancada de mim e eu fui arrancada do mundo dela. E os rituais tiveram que se dar solitariamente, aos poucos e de longe. E assim, respirando fundo, vamos seguindo a cada dia, com a ajuda de amigos, em terras distantes e acolhidos por quem também conhece a luta. E já está há muito nas trincheiras por justiça e direitos neste mundão. É com essa cicatriz enorme que tenho vivido.”

2.

0 jogo de xadrez no PSOL

“Eu não queria que ela ficasse no lugar do Marcelo Freixo. Eu disse que, se ela topasse se candidatar a deputada, eu sairia pela porta [de casa] e ela nunca mais me veria. Não queria aquela vida do Marcelo para ela, sendo ameaçada de morte a todo momento. Falei que não queria me casar com um novo Marcelo Freixo.”

MONICA BENICIO LEMBRA CONVERSAS MANTIDAS COM A COMPANHEIRA MARIELLE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE PRÉ-CANDIDATURAS NO PSOL PARA AS ELEIÇÕES DE 2018

O auditório do nono andar da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), na rua Araújo Porto Alegre, no Centro, estava lotado de mulheres naquela quinta-feira 30 de novembro de 2017. Cerca de 500 pessoas haviam comparecido ao encontro Mulheres na Política, convocado pelas vereadoras do PSOL Marielle Franco (Rio) e Talíria Petrone (Niterói). A motivação do evento havia sido a informação de que o Brasil ocupava o 154º lugar entre 193 países no ranking de participação feminina em cargos legislativos, à frente apenas do Oriente Médio, das ilhas Polinésias e de alguns países árabes. Melhorar essa posição era então um pleito urgente. Ao microfone, a feminista de longa trajetória Maria Aparecida Schumacher, a Schuma, deu início aos trabalhos gritando:

— Queremos Marielle no Senado!

A imediata erupção de aplausos sensibilizou a vereadora. De calça preta e camiseta amarela, tendo ao peito o slogan do encontro, ela abriu um sorriso de gratidão. No palco, ao lado de Talíria e de outras ativistas, Marielle correu o olhar para confirmar a sensação que a rondava havia meses: a de que a candidatura ao Senado nas eleições gerais do ano seguinte era uma vontade real de setores representativos dos movimentos feministas. E não uma pretensão pessoal cevada pela vaidade, como insinuavam alguns companheiros de partido.

Coordenadora executiva da Redeh (Rede de Desenvolvimento Humano), ONG fundada para incentivar o crescimento das pessoas a partir da noção de igualdade, Schuma defendeu que uma candidatura de Marielle ao Senado marcaria os 90 anos da primeira vitória eleitoral de uma mulher no Brasil. Em 1928, Alzira Soriano vencera as eleições pelo Partido Republicano para a prefeitura de Lajes, no interior do Rio Grande do Norte.

— Faço aqui um desafio ao PSOL. Espero que [o partido] defenda uma democracia inominada, de verdade, radical, assim como prega a “partida” — conclamou Schuma, empregando a palavra propositadamente no feminino, conforme Marielle a usava.

Para a militante, a candidatura da parlamentar seria a resposta a esse desafio:

— Ou o partido decide ou vamos lá para decidir.

Num momento em que as articulações partidárias começavam a crescer em todo o país tendo em vista as eleições de outubro de 2018, as mulheres do PSOL não queriam apenas discutir candidaturas. Queriam também interferir na política nacional. Marielle sintetizou o discurso da colega feminista:

— Agora, o chamado é que não decidam por nós. Ou vamos deixar que decidam por nós? O chamado é para ocupar os espaços de poder, de decisão, o lugar da centralidade.

Os homens, que não representavam 10% dos presentes, não tiveram voz nem participação no palco. As militantes queriam dar uma demonstração de força. Assim, saindo das pequenas rodas de conversa, a ideia de uma mulher negra como candidata ao Senado ganhou uma empatia generalizada naquela coletividade. E a escolha recaía naturalmente sobre Marielle, até aquele momento focada em seu mandato de vereadora. Mas a ansiada candidatura feminina ao Senado encontraria obstáculos. A começar pelo fato de que o PSOL tinha outros planos para aquelas eleições.

+++

A semana anterior à morte da vereadora Marielle Franco, no dia 14 de março de 2018, não fora fácil para ela, que, como outros companheiros de partido, lidava com a intensa disputa dentro do PSOL por conta das eleições. Com o tempo, ela se tornara um quadro importante na legenda e achava que como senadora poderia atender de modo mais amplo às demandas de seu eleitorado. Até mesmo na Câmara Municipal os colegas já a tratavam por “senadora”.

Um dos projetos do PSOL era colocar a parlamentar como vice na chapa que disputaria o governo do estado fluminense, encabeçada pelo então vereador Tarcísio Motta. Contudo, as lideranças da sigla ainda não haviam batido o martelo a esse respeito porque oscilavam entre apostar em Marielle como candidata ou em Talíria Petrone, também vereadora, negra e feminista militante. Nesse contexto, Marielle se via, a contragosto, como concorrente da amiga. E, até o partido indicar Marielle para a vaga de vice-governadora, quatro dias antes de sua morte, ela viveria momentos de muita apreensão.

Por isso, naquela semana, as conversas entre ela e sua assessora Fernanda dentro do Agile foram ficando cada vez mais sussurradas. Não somente

porque ainda não haviam estabelecido uma relação de confiança com Anderson, mas porque o assunto “eleições” gerava tensão. Além da falta de definição sobre a possibilidade de concorrer a vice ou a senadora, pairava no ar a alternativa de Marielle vir a disputar uma cadeira de deputada estadual. Todavia, entre acabar concorrendo a uma vaga na Alerj e concluir seu mandato de vereadora na Câmara Municipal — iniciado em 1º de janeiro de 2017 —, ela preferia essa segunda opção. A Câmara dos Vereadores só seria renovada em 2020 (nas eleições que incluiriam a disputa pela prefeitura e pela vice-prefeitura) e ela ainda tinha quase três anos de trabalho pela frente.

Marielle estava entusiasmada com o mandato municipal, em especial por ocupar a presidência da Comissão de Defesa da Mulher. No entanto, segundo Fernanda, às vezes ela se sentia desconfortável na movimentação do tabuleiro de xadrez político.

— A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a Alerj, não era um caminho para ela — avalia Fernanda. — Não naquele momento, pelo menos. Ela jamais deixaria o mandato de vereadora pelo meio [para concorrer a um mandato estadual], até porque, sim, certamente ela se elegeria. Marielle queria fazer um mandato de qualidade na Câmara Municipal ou até mais de um. Ela fazia a diferença ali na política [da cidade]. Não ia abandonar um projeto em que mais de 46 mil pessoas apostaram.

Ao lado da pressão alimentada por parte de setores da sigla para que a vereadora se lançasse na disputa por uma cadeira na Assembleia Legislativa, havia uma pressão velada para que ela viesse a ocupar um lugar específico no plenário: o do então deputado estadual do PSOL Marcelo Freixo, que concorreria naquele pleito a uma vaga como deputado federal com grande chance de êxito. A ideia era que ela desse continuidade aos projetos dele, sobretudo na área de segurança pública. Afinal, fora Freixo quem lançara Marielle na política. Ou, como se dizia no partido, “Freixo que a criou”.

Companheira da vereadora, Monica ficava furiosa só de pensar na possibilidade de Marielle vir a concordar com o que considerava um cala-boca por parte do PSOL: colocá-la para disputar uma vaga de deputada — fosse estadual, fosse federal —, em vez de deixá-la tentar uma cadeira no Senado.

— Eu não queria que ela ficasse no lugar do Marcelo Freixo — conta Monica. — Eu disse que, se ela topasse se candidatar para deputada, eu sairia pela porta [de casa] e ela nunca mais me veria. Não queria aquela vida do

Marcelo para ela, sendo ameaçada de morte a todo momento. Falei que não queria me casar com um novo Marcelo Freixo.

Monica e Marielle pretendiam se casar no fim do ano.

+++

Ex-filiado do PT (Partido dos Trabalhadores), Marcelo Freixo entrou em setembro de 2005 para o PSOL. Seria o candidato a deputado estadual do partido com o maior número de votos nas eleições de outubro do ano seguinte. Na ocasião, seu padrinho político e consultor, Chico Alencar, então deputado federal, deu-lhe um anel indígena de tucum — palmeira nativa da Amazônia que simboliza na região compromisso com as causas populares —, anel que Freixo jamais abandonou.

Ainda em julho de 2006, trabalhando como professor de história e como pesquisador da ONG Justiça Global, voltada para a defesa dos direitos humanos, Freixo enfrentou a dor de ter um irmão assassinado, Renato Freixo. Assessor do vereador Rodrigo Neves (que seria eleito prefeito de Niterói em 2012 e reeleito em 2016), Renato foi morto a tiros quando chegava em casa, em Piratininga, na Região Oceânica de Niterói. Retornava de uma festa com a mulher, Valéria.

Como os criminosos nada levaram, a polícia descartou a hipótese de assalto, centrando sua linha de investigação nos policiais que cuidavam da segurança do condomínio no qual o casal morava e que foram dispensados por Renato, síndico do empreendimento. Baleada, Valéria sobreviveria. Apesar de Freixo e a imprensa cobrarem da DHNSG (Delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo) empenho na apuração do crime, o caso só seria esclarecido 14 anos depois. Em 2020, o ex-policial militar e ex-vereador de São Gonçalo Fabio Soares Montibelo finalmente foi indiciado como um dos mandantes, junto com mais dois comparsas: o PM Marcelo dos Reis Freitas, também mandante, e o PM Alexandre Ramos, que seria o executor. Os dois PMs de fato haviam trabalhado como seguranças no condomínio de Renato.

Assumindo seu primeiro mandato de deputado estadual em 1º de fevereiro de 2007, Freixo abraçou a causa dos direitos humanos e da redução das desigualdades, com destaque para a segurança pública e o combate ao crime organizado. Foi eleito mais duas vezes seguidas deputado estadual,

sendo que em 2014 foi o mais votado do Brasil. Ganhou notoriedade ao criar um estafe na Assembleia Legislativa, durante seu primeiro mandato, com a tarefa de dissecar o avanço das milícias pelo estado fluminense depois que a imprensa denunciou, em 2005, a existência desses grupos paramilitares atuando nas favelas.

Formadas por policiais militares e policiais civis na ativa ou fora da corporação, agentes penitenciários, militares, bombeiros, políticos e civis, as milícias criaram um esquema de extorquir dinheiro dos moradores das favelas e impor severas regras de convivência, a pretexto de protegê-los da engrenagem do tráfico de drogas. Por isso instituíram o que chamavam de “taxa de segurança” — uma espécie de taxa do “eu te protejo de mim mesmo”, como Freixo costumava ironizar. E, aproveitando-se da quase total ausência do Estado nessas localidades, passaram a explorar clandestinamente e por preços elevados serviços de transporte de passageiros, venda de botijão de gás, mensalidade de sinal de internet e de TV a cabo (o popular “gatonet”), venda de água engarrafada e até de imóveis.

Por iniciativa de Freixo foi requerida, em fevereiro de 2007, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Alerj para checar as denúncias feitas por moradores de favelas e pela imprensa sobre a disseminação dessas quadrilhas no estado e seus vínculos com o poder público. A comissão só sairia do papel em junho de 2008, quando uma equipe do jornal *O Dia* foi torturada em uma favela por milicianos e o governo estadual se viu obrigado a dar uma resposta ao episódio. Durante o trabalho da CPI, o deputado contou com a colaboração de Marielle.

Freixo e Marielle haviam se conhecido em 2002, no dia da formatura de ensino médio da irmã dela, Anielle, aluna de Freixo em história. Marielle já ouvira falar de Freixo, admirava-o e pediu à irmã que a apresentasse a ele, o que foi feito. Segundo Anielle, houve uma empatia imediata entre os dois. Mas eles só se veriam novamente em 2006, no Cine Odeon, na região da Cinelândia, durante o evento Domingo é Dia de Cinema, mostra de filmes exibida a preços populares para alunos de pré-vestibulares comunitários. Freixo acabara de entrar para o PSOL e, percebendo a capacidade de liderança de Marielle e a afinidade de pensamento entre eles, convidou-a a participar de sua pré-campanha para as eleições daquele ano. Convite aceito, Marielle se tornou coordenadora de sua campanha na Maré. Empossado deputado, Freixo chamou a já então socióloga para trabalhar como sua assessora no Palácio Tiradentes, sede da Alerj, no Centro da cidade.

Investigação de fôlego, o relatório da CPI ficou pronto em 14 de novembro de 2008 e 225 pessoas foram indiciadas. A contraparte é que, desde o início das apurações, Freixo e sua família passaram a receber ameaças de morte, o que o levou a exigir proteção policial do estado. Como boa parte dos milicianos era formada por agentes públicos, os guarda-costas do parlamentar eram policiais da ativa escolhidos pelo próprio Freixo e por um de seus assessores, o delegado licenciado da Polícia Civil Vinícius George.

Em 2009, já na condição de coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj — comissão que seria presidida por Freixo por quase dez anos —, Marielle atuaria intensamente ao lado das populações vulnerabilizadas. Ela adquirira grande experiência como assessora de Freixo nos trabalhos da CPI das Milícias, no ano anterior, fazendo o mapeamento das favelas sob o domínio dos paramilitares e ajudando-o a lidar com a dor dos moradores que o procuravam para narrar suas tribulações. Eram várias as punições que os milicianos aplicavam a quem não seguisse as regras estabelecidas por eles: assaltos, espancamento, tortura, expulsão da favela, pena de morte.

Freixo ainda presidiria na Alerj a CPI das Armas, que funcionou de 14 de março a 14 de dezembro de 2011. Nas 258 páginas de seu relatório, o deputado não apenas traçou um detalhado mapa da movimentação ilegal de armas, munição e explosivos no estado, comandada por traficantes de drogas, milicianos e contraventores, como revelou o modo como essas organizações montavam seus arsenais. Identificou também importantes falhas por parte do poder público no comércio legalizado de armamentos e na fiscalização dos paióis oficiais. O relatório foi aprovado em plenário por 47 votos a favor e um voto contra, o do deputado estadual fluminense Flávio Bolsonaro, então filiado ao PP (Partido Progressista), mesmo partido de seu pai, o deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro. Na época Freixo dissera que respeitava o voto do colega da Alerj por sua constância nos trabalhos legislativos e por seu voto revelar coerência com sua postura, já que Flávio andava armado.

Por seu trabalho aparecer na mídia quase sempre vinculado à criminalidade, Freixo às vezes é associado de forma errônea ao mundo do crime. Certa vez, respondendo pelo Twitter a uma pessoa que sugeria que ele protegia bandidos, o deputado postou: “Meu irmão foi brutalmente assassinado. Conheço essa dor de perto. Não sei se você conhece. Resolvi

enfrentar a violência. Fiz a CPI das Milícias e a CPI do Tráfico de Armas. Não me tornei um fascista com a minha dor. Reafirmei minha humanidade para ser diferente da barbárie.”

Foi em meio a esse cenário mergulhado nas relações entre bandidos, policiais, ex-policiais, políticos e moradores de favelas, partilhando momentos arriscados da trajetória do parlamentar por mais de uma década, que se desenvolveu o forte vínculo de confiança entre Marielle e Freixo. Por isso parecia natural a uma parte do PSOL que ela seguisse seus passos candidatando-se ao cargo de deputada estadual — o que implicaria abrir mão do mandato de vereadora. Ver Marielle pisando de novo na Alerj, não mais como assessora, mas fortalecida por sua passagem pela Câmara dos Vereadores, era uma antiga aspiração de Freixo.

+++

A despeito do desejo de Freixo, havia um consenso no gabinete de Marielle que 2018 não seria o melhor momento para ela tentar uma cadeira na Alerj. Em especial porque a vereadora acabara de conquistar na Câmara Municipal a relatoria da Comissão de Representação de Acompanhamento da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Em 16 de fevereiro daquele ano, um mês antes da morte da parlamentar, o presidente Michel Temer, do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), decretara intervenção na segurança pública do estado, com vigência até 31 de dezembro. A decisão de tirar a autonomia do governo fluminense decorrera não só do recrudescimento da violência na capital, mas também em outras cidades, com homicídios inclusive de policiais militares, assaltos, arrastões e roubo de carga nas estradas.

O PSOL condenava abertamente a intervenção federal por acreditar que a situação caótica na segurança pública estadual poderia agudizar com a entrada de militares em campo. Em sua página no Facebook, Marielle postou: “Nós temos lado e somos contra essa intervenção. Já nos posicionamos sobre isso. Sabemos que ela é uma farsa, com objetivos eleitoreiros.” Ter ficado com a relatoria do assunto tinha grande relevância para a parlamentar, que já passara pela traumática experiência de ver a favela da Maré ser ocupada militarmente entre 2014 e 2015 por ser considerada uma área de constantes conflitos. Com esse contexto político instaurado no

Rio de Janeiro, somado ao jogo de xadrez armado no PSOL em torno das definições para a pré-campanha eleitoral, a cabeça de Marielle estava um turbilhão. Fernanda tenta sintetizar o impasse vivido pela amiga:

— Seria ruim [para ela] atuar num espaço [a Alerj] com outros perfis parecidos com o dela e no qual ela certamente não pegaria uma comissão. E onde o debate, inclusive o da segurança, é mais perigoso. Então já estava mais que decidido que ela não viria a deputada estadual, não era nem questão. [Mas] ela aceitaria uma campanha de vice-governadora para poder levar a pauta de gênero, negritude e LGBTQIA+ para o debate eleitoral de maior fôlego.

Apreensiva naquele momento, Marielle passara a usar a ferramenta de ligação do WhatsApp quando queria se comunicar por viva voz com alguém pelo celular, único modo de não deixar rastro das ligações. No Agile branco, certo dia chegou a avisar o novo motorista:

— O que você ouve aqui morre aqui, ok? Essa política é muito suja.

Anderson comentaria o episódio com a mãe e a mulher, mas elas não acharam que o alerta fosse realmente sério. Pelo seu lado, ele seguia ao pé da letra a mensagem da vereadora: não passava adiante o que ouvia. Mas o aviso o incomodou a ponto de ele comunicar à esposa:

— Vou sair desse trabalho.

Agatha hoje suspira ao se lembrar dessa conversa:

— Não deu tempo! Gostaria de saber o que o angustiava, mas não dei a atenção que deveria. A gente fica ocupada com o dia a dia e não presta atenção aos detalhes.

Tenta também extrair dos arquivos de Anderson salvos em aplicativos de armazenamento de dados alguma indicação das preocupações do marido, mas sem sucesso:

— Isso podia ser um fio da meada para sabermos o que estava se passando. Sei lá...

A decisão de Anderson a surpreendeu, uma vez que o contrato dele com a vereadora era de curto prazo. Nos primeiros dias de trabalho, ficara animado com as bandeiras erguidas por ela, como a campanha “Não É Não”, de combate ao assédio sexual e a favor da liberdade sexual da mulher. Chegara a distribuir adesivos para a causa durante o Carnaval, em fevereiro. Não tinha ideia, porém, de onde estava pisando.

A cabeça de Marielle podia estar cheia de questões a elaborar, mas ela não se esquivava de tirar fotos com quem a parasse na rua para cumprimentos. Ela sabia que ganhava estatura política de forma crescente. Dias antes de sua morte, andando com a assessora Elaine Guimarães por uma região de comércio popular no Centro do Rio conhecida como Saara, ela mal conseguia entrar nas lojas.

— Toda hora aparecia alguém aos gritos de “Marielle!” — lembra Elaine, que esteve com ela na Câmara até pouco antes de a vereadora entrar no carro de Anderson e seguir para a Casa das Pretas.

Exceto pelo sorriso, Marielle pouco lembrava a jovem que deixara florescer sua vocação para a política sob a influência do deputado Marcelo Freixo. Uma vocação semeada ainda em sua infância por Tia Sol, conforme Marielle chamava a prima Solange Cavalcante, 17 anos mais velha que ela e filha de uma tia sua por parte de mãe. Professora em João Pessoa, Tia Sol engajara-se cedo na defesa das igualdades sociais, mantendo uma militância ferrenha e constante na luta pelo empoderamento da mulher negra.

— Foi essa sementinha que plantei na Mari — diz Tia Sol —, por isso a sensação de que eu tinha o dever de cuidar dela. Tia Marinete [mãe de Marielle] sempre esteve muito ocupada trabalhando. Esse lado em defesa da negritude é muito meu e de nossa avó. Famílias como a nossa, que são fortes e têm essa questão da luta racial como princípio, acabam se expondo mais. As pessoas diziam antigamente que não havia negros na Paraíba. Lutei para mostrar o contrário. Ensinei desde cedo a Marielle a ter orgulho de ser negra. Marielle aprendia rápido. Levou isso para o mandato.

Tia Sol, que em 2005 integrou o grupo que criou o Disque-Racismo da Paraíba, conta que conversava muito com a menina sobre os símbolos da negritude no Brasil e que apresentou a ela uma literatura infantojuvenil engajada em questões sociais e raciais. Dona Marinete lembra-se da época em que a filha ia até João Pessoa somente para poder estar ao lado de Tia Sol:

— Chegavam as férias e ela partia para lá, ainda pequena. Viajava sozinha de avião. Alguém da minha família a buscava no aeroporto. Ela se identificava muito com Solange [Tia Sol]. Tinha muita inquietação. Minha mãe era assim. Solange também.

Foi por influência da Tia Sol que Marielle começou a ler os livros da escritora e poeta negra Conceição Evaristo, autora do romance *Ponciá Vicêncio*. Nascida e criada numa favela de Belo Horizonte, a autora morava com a mãe e oito irmãos e se esforçava para conciliar os estudos com o

trabalho de doméstica. Conseguiu graduar-se em letras pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e se dedicou a temas como discriminação de raça, gênero e classe. De certa forma, serviu de modelo a Marielle.

+++

Nas eleições de 2018 haveria duas vagas no Senado para o estado do Rio de Janeiro. Cada partido poderia apresentar, portanto, duas candidaturas. Mas o PSOL só concorreria a uma cadeira. A outra seria disputada por um candidato do PCB (Partido Comunista Brasileiro), em cumprimento a uma aliança estratégica fechada entre as duas legendas. Assim, só existia, de fato, uma vaga a ser disputada entre os psolistas para uma candidatura ao Senado. E havia um quase consenso entre eles de que o candidato a ser eleito internamente seria o deputado federal Chico Alencar. Com 29 anos dedicados à vida pública, tratava-se de um militante lendário com quatro mandatos consecutivos na Câmara Federal, além de ter cumprido dois mandatos como vereador e um como deputado estadual. Desde os tempos em que trabalhava no magistério como professor de história e dirigia a Associação de Moradores da Praça Saens Peña, na Tijuca, destacava-se pela coerência política. No dia do encontro Mulheres na Política, no auditório da ABI, o deputado estava em Brasília, mas o recado das feministas enviado para ele chegou lá.

Cerca de um mês antes do evento, Chico Alencar decidira consultar informalmente as bases do PSOL sobre uma possível candidatura sua nas eleições de 2018. Motivado por certa pressão para que mirasse a sucessão do presidente Michel Temer, resolveu definir seu destino pondo em votação também a ideia de concorrer ao Senado, seu real desejo. Ao totalizar os votos, constatou-se que 60% dos presentes preferiam vê-lo no Senado, contra 40% a favor da briga pela Presidência. A consulta foi realizada a dois quarteirões da ABI, na praça Mário Lago, mais conhecida como Buraco do Lume, tradicional ponto de manifestação política na cidade e de encontro, às sextas-feiras, de políticos e simpatizantes do PSOL para uma avaliação dos acontecimentos da semana.

— Seria uma experiência interessante — avaliaria Chico tempos depois.
— Mas não havia nada definido para a disputa no Rio de Janeiro até ali.

Para o furacão feminista que varria o PSOL por aqueles tempos, porém, o fato de Chico ser homem, branco e oriundo da classe média, como a maioria dos políticos no comando do país, fazia com que as mulheres não se sentissem representadas por ele. Era um assunto delicado, mas Marielle e Chico chegaram a abordar a questão, com tato e respeito mútuo, tomando um café perto do Buraco do Lume.

— Foi uma conversa muito fraterna, na qual eu disse que a minha candidatura era uma possibilidade, mas não havia nada decidido — recorda-se Chico.

Marielle sabia que, se ela acabasse realmente tirando da disputa um colega de longa trajetória, era grande a possibilidade de, no final, decepcionar o partido se não se elegesse. A essa altura, quando o então deputado estadual Flávio Bolsonaro começou a surgir como o favorito no PSL (Partido Social Liberal), um partido de direita ao qual acabara de se filiar, para concorrer a uma das cadeiras no Senado que caberia ao Rio de Janeiro, a leitura feita pelo gabinete de Marielle era a de que o PSOL precisava lançar uma cara nova, caso quisesse ficar com a outra vaga. Havia um movimento que parecia indicar que a Câmara passaria por uma renovação encabeçada por parlamentares com perfil mais à direita. Certa desilusão com a esquerda ia se disseminando pelo país conforme a Operação Lava Jato — a maior investida já realizada no Brasil contra a corrupção e lavagem de dinheiro, iniciada em março de 2014 perante a Justiça Federal em Curitiba — ia revelando escândalos dentro dos governos petistas.

— Concluímos que uma mulher seria a melhor alternativa — confirma o assessor Jackson. — Uma mulher, por si só, seria a antítese do Flávio, que era imbatível [na disputa daquelas eleições].

O gabinete da vereadora avaliou que não seria nada impossível emplacar a proposta. Aos aliados mais próximos, Marielle reconhecia que Chico era mais experiente, apenas temia que o perfil dele anulasse as chances de êxito do PSOL naquele momento. Crescia, por exemplo, a hipótese de prisão de um dos maiores símbolos da esquerda brasileira, o ex-presidente Lula, fundador do PT, que presidira o país por duas vezes e fizera sua sucessora, Dilma Rousseff, vencer duas eleições presidenciais. E o PSOL era uma costela do PT que havia sido formada pela ala mais radical do partido.

Fundado em 6 de junho de 2004 por um grupo de dissidentes liderados pela senadora alagoana Heloísa Helena, o PSOL decorreu de uma divisão interna. As primeiras divergências remontavam à escolha em 2002 de José de

Alencar, do PL (Partido Liberal), sigla considerada de direita, para ocupar o posto de vice-presidente na chapa do candidato Lula à Presidência. Após a vitória de Lula, o grupo da senadora continuaria a entrar em atrito com a direção do partido por considerar que o PT optara por uma abordagem neoliberal na economia, o que se comprovaria, por exemplo, com a indicação para a presidência do Banco Central de Henrique Meirelles, economista tido pelo grupo como comprometido com o mercado financeiro. Com o racha, os dissidentes levaram consigo diversos colegas. Em 2005, Chico Alencar também deixaria o PT e se filiaria ao PSOL.

+++

A disputa entre Marielle e Chico para concorrer pelo PSOL ao Senado, disfarçada por afagos públicos, duraria até o fim de 2017, quando o partido decidiu pregar no peito de Chico o adesivo com o número 500, ainda que extraoficialmente. Marielle não perdoaria o partido. Além da frustração de não disputar o Senado, para tristeza das 500 mulheres que haviam lotado o auditório da ABI em novembro, as outras opções não agradavam à vereadora: brigar pela vaga de vice-governadora com a vereadora Talíria Petrone ou disputar uma cadeira de deputada (estadual ou federal). Decidiu enfrentar Talíria. E, considerando que a legenda eximira-se de resolver a pendência entre as duas, deixando que elas encontrassem por si próprias um jeito de se entender, Marielle repetiria aos assessores uma frase que costumava usar nessas horas:

— Sempre sobra para as mulheres se acotovelarem.

Uma sequência de conversas armazenadas pela vereadora, que baixara no celular um aplicativo específico para gravá-las — iniciativa desconhecida dentro do partido e até de sua família —, revelaria aos investigadores da DH, tempos depois, a dimensão do aborrecimento que as disputas internas lhe causavam. O aplicativo faria com que os agentes viessem a ter ciência de todas as conversas mantidas por ela com os amigos e o pessoal do partido, situação que deixaria o PSOL melindrado.

Numa das gravações mais sugestivas, registrada nos relatórios da polícia como tendo ocorrido no dia 11 de março, três dias antes da morte de Marielle, ela fazia confidências à amiga Pâmella Passos. Professora de história e uma das integrantes do “conselho político” do gabinete da

vereadora, formado por pessoas de sua extrema confiança, Pâmella dizia que o PSOL jamais frustraria as vontades de Chico Alencar. Já a vereadora, por sua vez, decepcionada, manifestava a vontade de “deixar tudo pra lá”, retirando-se do processo eleitoral daquele ano.

Pâmella dizia ainda à vereadora que não aceitasse nenhuma imposição do partido, já que poderia acabar “se queimando com a mulherada”. E comentou que Chico dificilmente conseguiria uma mulher para ser suplente em sua chapa ao Senado porque participara de uma articulação que não fora discutida com a corrente feminista de Marielle. Foi dito também que Talíria não aceitaria assumir esse posto ao lado de Chico, como se cogitou no PSOL para acalmar os ânimos, pois pareceria um prêmio de consolação.

As conversas gravadas revelaram duas atitudes de Marielle em decorrência da candidatura abortada: desconforto e temor pela reação de Talíria. Em uma ligação do dia 31 de janeiro, por exemplo, Pâmella aconselhava Marielle a “abrir o coração” com a amiga de Niterói e relatar as pressões que vinha sofrendo no partido. Em outra ligação, registrada no dia 10 de março, Marielle comentava com CRO — identificado por amigos da parlamentar como Ricardo de Freitas Brito, assessor de Chico Alencar — que, na escolha entre as duas vereadoras para a vaga de vice-governadora, seria preciso lembrar que ela obtivera 50 mil votos, enquanto Talíria, 6 mil. Conforme o relatório da polícia, após Marielle dizer para “deixar quieto por enquanto”, ela encerrava a conversa dizendo a CRO que não queria estar num lugar “sabendo que tem uma amiga dela [Talíria] se fodendo”.

Após decupar um ano de conversas gravadas, a DH não encontrou no material uma pista sequer que pudesse levar ao esclarecimento do duplo homicídio, nem tampouco qualquer tipo de menção a ameaças eventualmente sofridas por Marielle. Aliás, as querelas entre ela e o PSOL nunca estiveram no horizonte dos investigadores como indício para a elucidação do crime. Seguindo um dos conselhos de Pâmella, Marielle se encontrou com Talíria para tentar superar o mal-estar e elas acordaram que a vaga de vice-governadora ficaria com Marielle. Talíria estava contrariada com toda aquela situação. No dia seguinte, 12 de março, uma segunda-feira, Marielle comunicou a decisão à coordenação de seu gabinete na Câmara.

A discreta omissão do vereador Tarcísio Motta, que sairia candidato a governador, frente à escolha de sua vice, incomodara demais Marielle. Desde que ambos se conheceram, em 2010, a simpatia entre os dois era crescente. Vizinhos de parede no nono andar da Câmara Municipal, quase formavam um gabinete único. Para além do trabalho político, eles conviviam socialmente, em especial no Carnaval, quando pulavam no bloco Bagunça o Meu Coreto, na praça São Salvador, em Laranjeiras, na Zona Sul, e em outros cortejos da cidade. Em 2018, Tarcísio ajudou Marielle a distribuir 250 mil leques na Cinelândia para a campanha “Carnaval Sem Assédio”, cujo slogan era “Não É Não”.

A praça era uma espécie de meca das esquerdas cariocas e Tarcísio era o embaixador-geral do espaço. Nas eleições municipais de 2016, abraçou a campanha de Marielle para a Câmara Municipal com entusiasmo naquele seu “reduto político”. Por isso, em 2018, a vereadora esperava que ele se envolvesse mais no debate com Talíria. Ele se recorda que foi justamente esse o assunto de uma conversa mantida com Marielle na tarde do dia 14 de março, antes de se despedirem, na própria Câmara:

— Saímos do plenário no dia 14 falando disso. Nos despedimos assim. Nem eu nem ela estávamos seguros de que era a melhor decisão política [ter Marielle como vice]. Mas era o que podíamos e devíamos fazer naquele momento. A candidatura a vice não era o que ela queria inicialmente e embolava com a questão da Talíria, ainda que ambas, aparentemente, tivessem se acertado.

Sobre a competição entre Marielle e Chico por uma candidatura ao Senado, Tarcísio considera que esse tipo de discussão interna é absolutamente normal.

— Ela pensou seriamente em ser candidata ao Senado e nós avaliamos os vários cenários. Havia gente no partido que defendia duas candidaturas [de Chico e de Marielle] e gente que defendia apenas uma. Ganhou essa segunda opção. Nesse caso, o nome do Chico teve mais peso. Houve debate, mas nem sequer se chegou a votar em alguma instância do partido. Minha avaliação é que Marielle pode ter ficado insatisfeita, mas estávamos no caminho de resolver isso e ela seria candidata a vice-governadora.

Quanto ao outro ponto de tensão entre Marielle e o partido, referente à sua recusa em concorrer à Alerj e em se posicionar como herdeira do patrimônio político construído por Freixo, o gabinete da vereadora encontrara uma solução. Apoiaria para a vaga que o deputado deixaria no

Rio, já que concorreria à Câmara dos Deputados em Brasília, a socióloga Monica Francisco, liderança na luta pela implantação nas universidades do sistema de cotas raciais para estudantes pretos, pardos e indígenas. Negra, oriunda do Morro do Borel, na Tijuca, onde começara a militar por ocasião das enchentes de 1988 na cidade, Monica conhecera Marielle nos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos da Alerj e ganhara a admiração da vereadora.

+++

Marielle não conseguia esconder dos mais íntimos que vivia um período de grande ansiedade dentro do partido, com indagações acerca da própria atividade. Por aqueles dias de março, desabafaria com Tia Sol por telefone:

— A senhora não sabe como a política é sórdida. Estou precisando de oração. Ora por mim?

Com voz embargada, Tia Sol explica a preocupação de Marielle:

— Ela estava agoniada e eu disse que faria uma oração. Todos os dias ela me ligava para contar as coisas boas. As ruins também. Durante a semana, ela nunca falava comigo de dia. Mas, naquela quarta-feira, data da morte da minha menina, estranhamente ela me ligou às oito e meia. Disse que sentia muito a minha falta e queria ouvir a minha voz. Eu falei: “Sua periguite, como é que você está com saudades?”

A “tia” entendia que a principal inquietação da “sobrinha” era com o PSOL. Entretanto, depois da morte de Marielle, passou a achar que aquela angústia poderia ter ligação com algum de seus projetos políticos na área de direitos humanos. Nesse último telefonema, elas reafirmaram o plano de se encontrar, com as respectivas mães, em Salvador, onde Tia Sol passara a morar. A viagem estava programada para o feriado da Semana Santa, entre 25 e 31 de março.

— Ela me disse: “Tia, não sei se vamos nos ver, mas vou dar meu jeito. Vou resolver as coisas por aqui.” Ela ainda acrescentou que aquele 14 de março seria um dia intenso, pois teria um encontro com um grupo de mulheres negras [na Casa das Pretas]. Ela não tinha medo de nada. Entrava de peito aberto. Se tinha que resolver algo, não esperava. Acreditava que poderia mudar as coisas, as pessoas, o mundo.

Naquele dia, por volta das nove da noite, já no Agile a caminho de casa após o debate, Marielle estava cansada, mas, finalmente, conformada com o fato de sua posição ter ficado definida no partido. Na reunião do dia seguinte, na sede do PSOL, ela teria seu nome oficializado como candidata a vice e poderia dar andamento às providências necessárias já pensando na campanha. Dentro do Agile, ela disse a Fernanda:

— Graças a Deus acabou tudo isso.

Conforme relata sua ex-assessora, ela queria virar a chave para começar a pré-campanha. Seria um reinício. Mas a reunião nunca aconteceria.

Tia Sol não pôde ir ao velório de Marielle e Anderson, realizado na tarde do dia 15 de março no Salão Nobre da Câmara dos Vereadores, que ficou lotado. Diante dos caixões, milhares de pessoas se despediram da vereadora e de seu motorista aos gritos de “Marielle, presente!”. Tia Sol também não pôde comparecer ao enterro da “prima-sobrinha”, no fim da tarde, no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju, Zona Portuária do Rio. Nem no de Anderson, no Cemitério de Inhaúma, na Zona Norte.

Chegaria ao Rio de Janeiro apenas no dia 20 para assistir a uma cerimônia ecumênica na Cinelândia, em memória de Marielle e Anderson, da qual participaram centenas de pessoas. Cerca de um ano depois, Tia Sol criaria um grupo no WhatsApp denominado “Tributo a Marielle JP”, sigla de João Pessoa, a cidade em que lia histórias para a menina “que aprendia rápido e levou isso para o mandato”.

+++

Chico Alencar só seria anunciado oficialmente candidato ao Senado na convenção estadual de 20 de julho de 2018. Para a outra vaga que cabia ao Rio de Janeiro, concorreu a serventuária aposentada Marta Maria Barçante Pires, candidata do PCB, conforme acordo entre os dois partidos. O resultado das eleições, ocorridas em dois turnos, em 7 e 28 de outubro, não chegou a ser surpresa.

Marta Maria recebeu 52.734 (0,38% dos votos válidos), terminando o pleito em 12º lugar entre os 17 candidatos às duas vagas. Chico Alencar também não foi eleito, embora tenha obtido 1.281.373 votos (9,17%), ficando em quinto lugar. As vagas do Rio de Janeiro no Senado foram conquistadas

por Flávio Bolsonaro (PSL), com 4.380.418 votos (31,36%), e Arolde de Oliveira, do PSD (Partido Social Democrático), com 2.382.265 (17,06%).

Aliado do PCB na coligação Mudar é Possível, o PSOL concorreu ao governo do estado com Tarcísio Motta, tendo como vice a professora Ivanete Silva. A chapa conquistaria 819.248 votos (10,72%), ficando em terceiro lugar. O posto de governador ficou com Wilson Witzel, do PSC (Partido Social Cristão), e o de vice, com Cláudio Castro, do mesmo partido, com 3.154.771 (41,28%).

Considerado de longa data um campeão de votos pelo PSOL, Marcelo Freixo foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro com 342.491 mil votos (4,44%). Foi um dos 243 novos deputados (48% do total) que representaram a renovação da Câmara dos Deputados no Distrito Federal. Nessas eleições, porém, as comemorações foram discretas. A execução de Marielle, como ele próprio confessava, deixara-o arrasado não apenas pela perda da amiga e companheira de luta, pela brutalidade do atentado e pela interrupção do importante trabalho que ela desenvolvia no gabinete. Mas porque, talvez, sua execução tenha sido usada também para atingi-lo politicamente.

Desse ponto de vista, ele era um alvo indireto, uma vez que Marielle jamais sofrera ameaças, enquanto ele vivia com escolta havia anos. Caso a vereadora tivesse recebido algum tipo de ameaça de morte, sua companheira, Monica Benicio, e o então assessor de Freixo, Vinícius George, responsável por analisar os riscos de todas as questões relacionadas à segurança dos políticos do PSOL, teriam sido informados.

— Eu seria o primeiro a saber se Marielle estivesse recebendo algum tipo de ameaça — afirma Vinícius George, espécie de guru do partido. — Nunca, jamais comentou algo sobre o assunto. As pessoas me consultavam, algo natural, por ter mais de 30 anos de polícia e por cuidar da segurança do Marcelo [Freixo], orientando os lugares que ele poderia frequentar, em quem poderíamos confiar para a tarefa [de segurança], entre outras coisas. Marielle sempre pediu meus conselhos, até quando decidiu ser vereadora e deixou o gabinete do Freixo. Eu comentei com ela: “Dá um bico na canela dele. Mas dá com força, porque a canela é dura.”

O golpe fatal para Freixo e Vinícius seria dado durante o enterro da vereadora.

— Estávamos no calor dos acontecimentos — lembra Vinícius, em lágrimas. — Só razão, razão. Resolvendo a burocracia do enterro e vendo a segurança de todos, pois todas as lideranças estariam por lá para dar adeus a

Marielle. Foi quando chegou a mãe dela dizendo: “Vocês não protegeram a minha filha!” Aquilo foi uma facada no peito. Ficamos mal. Marcelo ficou muito mal também. E o pior é que dona Marinete estava certa.

+++

O golpe, contudo, não paralisou Marcelo Freixo. Pelo contrário. O deputado passou a acompanhar com extrema atenção as investigações em torno do atentado no Estácio, tornando-se uma das vozes mais fortes a ecoar a pergunta “Quem matou Marielle?”. De todas as linhas traçadas para apurar o caso, a que Freixo sempre avaliou como mais consistente era a que remetia à Operação Cadeia Velha, deflagrada pela PF e pelo MPF (Ministério Público Federal) em novembro de 2017. Uma das mais importantes ramificações da Lava Jato no Rio, a investida, que mirava a cúpula corrupta do PMDB fluminense, acabaria levando para a prisão o presidente da Assembleia Legislativa, Jorge Picciani, e os deputados Paulo Melo (ex-presidente da Alerj) e Edson Albertassi, todos do partido. A suspeita era de que havia na Casa Legislativa um esquema de propina pago a deputados por empresas de transportes públicos em troca de votos favoráveis a temas de interesse do setor.

Considerado o maior partido do país em número de filiados, mas desgastado por escândalos e perdendo a hegemonia havia algum tempo, o PMDB, já no mês seguinte, tentaria se reposicionar no cenário nacional tirando o P (de “Partido”) da sigla e retomando seu nome original de Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Fundado em 1966 e identificado historicamente com a luta pela volta da democracia nos anos do regime militar, o MDB era uma marca que emanava credibilidade entre a maioria da população. E credibilidade era o que a legenda mais vinha perdendo no Rio de Janeiro, sobretudo após a prisão, em novembro de 2016, do seu mais importante afiliado no estado, o ex-governador Sérgio Cabral. Sua prisão ocorreu no âmbito da Lava Jato e ele se tornou réu por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

A Operação Cadeia Velha, porém, quase foi cancelada porque, avisados de que a ação eclodiria, os peemedebistas tentaram uma manobra política. A manobra consistia em nomear o deputado Edson Albertassi, a partir de um processo-relâmpago, conselheiro no TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado

do Rio de Janeiro) para a vaga deixada pelo seu ex-presidente Jonas Lopes de Carvalho Júnior, aposentado por força de um acordo de delação premiada. Nessa condição, Albertassi obrigaria a força-tarefa da Lava Jato a deslocar os pedidos de prisão dos deputados das mãos do desembargador Abel Gomes, do TRF2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região), para a livre distribuição a um dos ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça), em Brasília, deixando incerto o sucesso da ação policial. Pela Constituição, conselheiros de tribunais de contas dos estados e dos municípios têm foro no STJ. Liderada pelo próprio Picciani, a manobra só não teve êxito porque o PSOL agiu rápido.

Uma ação popular ajuizada cinco dias antes das primeiras prisões pelo deputado estadual Marcelo Freixo, junto com o colega de partido Eliomar Coelho, impediu a nomeação de Albertassi. Da iniciativa do PSOL, decisiva para garantir a prisão dos acusados, derivou uma das mais importantes linhas de investigação sobre a morte de Marielle e Anderson: a que considera o duplo homicídio um crime de vingança contra Freixo, em razão do seu papel na contraofensiva para barrar a ascensão de Albertassi ao TCE. Até meados de 2020, pistas relevantes mantinham tal hipótese no horizonte dos investigadores. A execução da vereadora e de seu motorista não teria ocorrido, necessariamente, a mando dos três deputados presos, mas por parte de grupos que tiveram seu poder político diretamente prejudicado pela operação.

Desde a prisão de Cabral e de parte de seu secretariado, o medo das incursões da Lava Jato no estado deixava a Alerj em permanente clima de tensão. Foi nesse ambiente pesado que a Mesa Diretora da Casa convocou para o dia 9 de novembro de 2017 a sabatina de Edson Albertassi, etapa obrigatória do processo de nomeação para o TCE, a ser realizada perante a Comissão de Normas Internas e Proposições Externas da Alerj. A sessão teria sido meramente protocolar e Albertassi teria sido tranquilamente empossado se o deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), não tivesse feito uma pergunta crucial quase no final da sessão, já tomada pelo falatório e pelos ruídos típicos de encerramento de trabalhos:

— O PSOL acaba de ajuizar uma ação popular contra a sua indicação ao TCE. Se o partido conseguir uma liminar, o senhor não poderá tomar posse. Ainda assim, pretende renunciar [ao mandato de deputado]? Mesmo

sabendo que corre o risco de ficar sem o mandato e não conseguir a vaga no tribunal?

Albertassi empalideceu. Não sabia da medida judicial do PSOL e não esperava por ela. Com a voz titubeante, quis saber quem era o autor do pedido. A ação popular, protocolada minutos antes no TJRJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), a uma quadra do Palácio, era assinada por Freixo e Eliomar, mas Luiz Paulo só citou o nome do primeiro:

— A ação é do Freixo.

— Ué! Nós tínhamos um acordo — reagiu Albertassi, sem chão, acrescentando que não desistiria de tentar a vaga.

Albertassi jamais alcançou seu objetivo. Uma semana depois da sabatina, estava na cadeia. Assim como Picciani e Paulo Melo.

+++

A questão sobre o vazamento da Cadeia Velha continuou no ar após as prisões. Apesar dos cuidados com o sigilo durante os três meses de seu planejamento, esta foi a única explicação encontrada pela PF para a manobra política desencadeada por Picciani poucos dias antes da prisão de Albertassi, Paulo Melo e dele próprio.

Os integrantes da Cadeia Velha, nome inspirado no uso do prédio da Alerj como carceragem nos tempos do Brasil Colônia, apuraram que o esquema de propina no segmento dos transportes, conhecido como “caixinha da Fetranspor” (Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro), funcionava desde a década de 1990. As principais provas de sua existência foram obtidas por meio das delações premiadas de Álvaro Novis, doleiro e dono da corretora Hoya; Marcelo Traça Gonçalves, empresário e ex-presidente do Setrerj (Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro); e do ex-presidente do TCE Jonas Lopes de Carvalho. Funcionava da seguinte forma: autorizado pela Fetranspor, Novis fazia entregas periódicas de propina a assessores de confiança designados por Picciani, Paulo Melo e Albertassi. Picciani, na condição de liderança política no estado e de presidente da Casa, providenciava a redistribuição do dinheiro para os demais parlamentares comprometidos com a caixinha. Na operação policial, foram presas outras sete pessoas, entre assessores e dirigentes das empresas de ônibus.

A colaboração premiada de Jonas, em troca de sua aposentadoria, abriu o processo de escolha do seu substituto no TCE. Pela Constituição fluminense, que fixa um critério de alternância nas indicações entre os poderes no estado, a vaga deveria ser preenchida por um dos auditores de contas do próprio TCE, considerando-se os quesitos antiguidade e merecimento. Recebida a lista tríplice com as indicações, o então governador, Luiz Fernando Pezão (PMDB), optaria por um dos nomes e o submeteria à aprovação da Alerj. Os três candidatos à vaga — Rodrigo Melo do Nascimento, Marcelo Verdini Maia e Andrea Siqueira Martins — já estavam exercendo interinamente a função de conselheiro desde março de 2017, em decorrência da Operação Quinto do Ouro, que resultara na prisão de cinco dos sete conselheiros do tribunal por envolvimento no esquema de Cabral. Os três auditores, contudo, renunciaram à sua inclusão na lista sem nenhuma explicação convincente. Na semana em que anunciaram a retirada do páreo, eles estiveram no gabinete de Picciani.

Essa surpreendente virada de jogo, que resultaria na indicação de Albertassi para a vaga de Jonas, foi barrada pelo desembargador Cherubin Schwartz, da 12ª Câmara Cível do TJRJ, ao conceder a liminar ao pedido dos deputados do PSOL, reconhecendo que a vaga no TCE não deveria ser ocupada por um membro do Legislativo. A manobra frustrada transformou-se em linha de investigação da DH e do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), unidade de apoio do MPRJ, levada para o caso Marielle a partir da hipótese de que, não podendo atingir o deputado, que circulava protegido por seguranças, os criminosos teriam optado por atacar Marielle, sua ex-assessora e afilhada política.

+++

Nunca ficaria claro o “acordo” supostamente fechado com Freixo e mencionado por um surpreso Albertassi na sabatina do dia 9 de novembro. Indagado meses depois, Freixo contaria que Albertassi talvez se referisse à reunião que solicitara com a bancada estadual do PSOL na época para explicar sua súbita candidatura ao TCE. Dentro do próprio PSOL, porém, disseminou-se certa desconfiança de que Freixo e Picciani mantivessem um discreto acordo de não agressão, segundo o qual o primeiro evitava criar

problemas para o segundo desde que este não atrapalhasse sua luta contra as milícias.

Foi sob a presidência de Picciani na Alerj que a CPI das Milícias foi instalada em 2008 e projetou Freixo na política, a ponto de inspirar o personagem Diogo Fraga, o deputado do filme *Tropa de Elite 2* (2010). Naquele mesmo período, Freixo também pôde assumir sem dificuldades a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, nomeando um estafe que incluía Marielle como coordenadora da comissão. Ambos, Picciani e Freixo, chegaram a assinar dois projetos de lei em conjunto: um para que a revista íntima no sistema penitenciário fosse substituída pelo uso de escâner corporal e outro a favor da criação de comitês no Parlamento de prevenção à tortura.

Questionado em reportagem intitulada “O rei do gado”, estampada na capa da revista *piauí* de março de 2017, Freixo alegou que convidara Picciani para assinar os projetos porque queria garantir sua aprovação. “Se preciso me associar ao Picciani para combater a tortura, eu vou fazer isso”, declarou o deputado. Para ressaltar que ambos não bebiam da mesma fonte, o deputado do PSOL lembrou que sua bancada sempre votou contra o deputado nas disputas para a presidência da Alerj das quais Picciani participava.

De acordo com a reportagem, no entanto, ao declarar seu voto na eleição de Picciani em 2009, Freixo fez um volteio retórico que incomodou diversos correligionários: “O voto do Partido Socialismo e Liberdade é contrário, mas fica aqui o reconhecimento pelos avanços conquistados e pelo espaço político recebido.” Picciani devolveu a gentileza no discurso de posse, disponível em vídeo na internet. “O deputado Marcelo Freixo não pôde [votar em mim], por uma decisão partidária. [...] Expresso minha gratidão e reconhecimento pelo pronunciamento — que mostra que, se fosse um voto de decisão pessoal, ele teria, pelo trabalho que a Mesa fez, votado [em mim].”

Assim, até a liminar de novembro de 2017, Picciani e seu grupo nunca haviam enfrentado a beligerância do PSOL. Dois anos antes, quando o então deputado Domingos Brazão (PMDB), empresário do ramo de postos de gasolina, foi nomeado para o TCE, Freixo tentou barrá-lo com uma ação popular. Argumentou que Brazão não preenchia os requisitos constitucionais exigidos para a função, como “idoneidade moral e reputação ilibada”, além de não possuir “notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública”. Alegou ainda que

Brazão fora escolhido e nomeado em procedimento administrativo eivado de vícios. A investida de Freixo não obteve êxito. O fato é que Brazão nunca pertencera à corrente liderada por Picciani. Aliás, sua indicação ao TCE foi vista no meio político como a forma encontrada por Picciani para se desvencilhar da sombra de Brazão, um eterno candidato à presidência da Alerj.

Na tentativa de se livrar da acusação de que manobrou para sabotar a Operação Cadeia Velha, Albertassi mandou um ofício para a Mesa Diretora da Alerj comunicando sua desistência ao pleito da vaga no TCE. Tarde demais.

+++

A prisão dos três deputados representou o fim da hegemonia do PMDB construída por Picciani ao longo de duas décadas em parceria com Sérgio Cabral. Para os investigadores do caso Marielle, é quase imensurável o tamanho do estrago provocado nos meandros das instituições públicas e privadas do estado. Do chefe de gabinete ao responsável por servir cafezinho na Alerj, passando por centenas de cargos em órgãos da administração direta e indireta, como Detran (Departamento de Trânsito do estado do Rio de Janeiro), delegacias de polícia, cooperativas de saúde e contratos milionários com empreiteiras e prestadores de serviços, o PMDB exerceu um poder único na história política do estado, lapidando, ano a ano, uma potente máquina eleitoral.

Dois dias antes da prisão dos três deputados, o procurador regional da República Carlos Aguiar, um dos responsáveis pelo andamento da Cadeia Velha, disse em entrevista coletiva que “enquanto o Rio de Janeiro definha”, os alvos da operação “se empapuçam com dinheiro da corrupção”. Por essa lógica, acreditam os investigadores, não faltaria motivação para o ódio a Freixo. Com a ação popular impetrada pelo PSOL contra a posse de Albertassi no TCE e a liminar concedida pelo desembargador Cherubin Schwartz, o ralo por onde escoava o dinheiro público fechara-se para esse grupo. E algum tipo de “acordo”, caso tenha existido algum dia, fora quebrado.

Conforme a linha de investigação, a liminar teria sido tão somente a ação mais visível de todo o esforço do PSOL, em parceria com a força-tarefa da

Lava Jato, para destruir a banda corrupta do PMDB fluminense. Quadros do PSOL com acesso a bancos de dados do governo e da Alerj teriam fornecido às autoridades provas decisivas para a fundamentação da Cadeia Velha. Isso, porém, nunca seria provado. Mas a abstinência financeira forçada dos peemedebistas dispensava provas. E era preciso encontrar culpados pela derrocada. A liminar contra Albertassi, no entender de Freixo, foi a primeira vitória real do PSOL contra as forças políticas lideradas por Picciani. Mas haveria consequências.

— Evidente que algo se quebrou — admitiu Freixo em entrevista concedida ao telejornal *RJTV*, da TV Globo, em 9 de agosto de 2018.

— Alguma coisa mudou na relação dentro da Assembleia, que certamente gerou ódio e raiva. Isso tem que ser investigado.

Só em 24 de outubro de 2019, um ano e meio depois do assassinato de Marielle, policiais da DH ouviriam Paulo Melo e Edson Albertassi. Os advogados de ambos disseram que na delegacia os ex-parlamentares falaram sobre a morte da vereadora na condição de testemunha apenas: Albertassi por três horas e meia; Melo, por duas horas. Outra iniciativa policial foi levantar a lista de visitantes dos três então deputados, já na cadeia, nas semanas que antecederam os assassinatos de Marielle e Anderson.

Freixo acredita que nunca foi perdoado por ter contribuído para o desmonte do PMDB no estado. Para ele, aí residiria um possível motivo para a execução de Marielle.

3.

As testemunhas que a polícia não viu

“Foi tudo muito rápido. O carro dela quase subiu na calçada, pensei que viesse para cima de mim. [...] O homem que deu os tiros estava sentado no banco de trás. Eu vi o braço dele quando apontou a arma, que parecia ter silenciador. O braço do cara era preto e bem forte, deste tamanho. [...] Tinha silenciador, sim! O som era abafado. Igual àqueles que a gente vê em filmes! Foi a milícia, né?”

HOMEM EM SITUAÇÃO DE RUA QUE ESTAVA A CERCA DE QUATRO METROS DAS EXECUÇÕES, ÚNICA TESTEMUNHA A VER DESDE O ATAQUE SOBRE O CARRO DE MARIELLE ATÉ A FUGA DOS ASSASSINOS

A morte de Marielle e Anderson, em 14 de março de 2018, ocorreu em uma semana de importantes mudanças nos escalões da segurança pública fluminense, com a intervenção decretada um mês antes pelo governo federal para frear o crescente índice de violência no estado. Nomeado interventor da Segurança Pública, o general Walter Braga Netto colocou à frente da Secretaria de Segurança o também general Richard Nunes, que comandara a ocupação do Complexo da Maré pelo Exército anteriormente. Por sua vez, Richard Nunes convocou para o cargo de chefe da Polícia Civil o delegado Rivaldo Barbosa, que tomou posse na manhã do dia 13 daquele mês. Em menos de 48 horas ele já teria nas mãos uma bomba: o “caso Marielle”, como o assassinato da vereadora e de seu motorista passou a ser chamado no meio policial e na imprensa.

Agora, como chefe da Polícia Civil, Rivaldo precisava urgentemente de alguém de sua total confiança à frente da DH da Capital, em cuja jurisdição se incluía o bairro do Estácio, local do crime. Chamou o delegado Ginton Lages, então titular da DHBF (Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense). Ambos já haviam trabalhado juntos na própria DH da Capital em 2015, quando Rivaldo chefiara a unidade e Ginton fora seu assistente. Naquela época, Rivaldo também dirigia a chamada Divisão de Homicídios do estado (hoje Departamento Geral de Homicídios e Proteção à Pessoa), subdividida em três delegacias especializadas: a própria DH da Capital; a DHBF; e a DHNSG, abrangendo Niterói, São Gonçalo e adjacências.

Ginton tomara conhecimento do atentado contra Marielle ainda na madrugada do dia 15 de março, quando estava numa Emergência Pediátrica da Barra da Tijuca com o filho de 4 anos por causa de um febrão de 40 graus. Pela manhã, após passar a noite em claro, o delegado foi avisado pela secretária de Rivaldo que ele estava sendo convocado para uma reunião naquele dia mesmo. Mais tarde, ao pisar no gabinete do novo chefe da Polícia Civil, Ginton foi recebido com as seguintes palavras:

— Vou precisar que você assuma a DH da Capital hoje! Mataram uma vereadora!

O delegado relata:

— Tomei um susto. Não tinha ideia do que seria tratado na reunião, da qual participou o deputado Marcelo Freixo. Ele [Rivaldo] havia acabado de

assumir a chefia. Achei que ia me comunicar uma transferência para outra unidade, mas não desconfiei que seria para assumir o caso Marielle.

Não era a primeira vez que Rivaldo recorria a Giniton para “apagar incêndio”. Em 2015, ainda na condição de titular da DH da Capital, Rivaldo chamara o assistente para dar cabo da difícil tarefa de admitir, em coletiva de imprensa, uma grave falha ocorrida durante a investigação da morte do cardiologista Jaime Gold. O médico fora esfaqueado em maio quando passeava de bicicleta pela Lagoa Rodrigo de Freitas, um dos cartões-postais do Rio de Janeiro, e o atentado teve repercussão internacional como um exemplo do aumento da violência na cidade. Dois dias depois, um jovem de 16 anos foi apontado publicamente pela DH como responsável pelo crime. Em seguida, outro adolescente, de 15, seria detido e confessaria ser o autor do homicídio. A polícia deu o caso por encerrado, embora uma das principais testemunhas do ataque, o frentista de um posto de gasolina perto do local, tenha descrito os jovens como sendo um negro e um branco. Os dois presos eram negros.

Do ponto de vista da polícia, tudo estava resolvido, até um terceiro jovem, com pelo menos 20 anotações criminais, se entregar, na delegacia do Engenho Novo, no subúrbio do Rio, confessando participação no crime. Acompanhado do pai e de uma irmã, ele inocentou o jovem de 16 anos. Imediatamente a DH tentou abafar o erro, mas policiais da delegacia do bairro vazaram para a imprensa a informação e por isso a DH se viu forçada a marcar, às pressas, a tal coletiva, a fim de justificar-se perante a sociedade. No dia agendado para a coletiva, Rivaldo entrou em férias e a delegada responsável pelas investigações, Patrícia Paiva de Aguiar, não apareceu no trabalho. Coube a Giniton, que nem sequer estava acompanhando o caso, dar explicações aos repórteres, inclusive estrangeiros, na sala do titular, que ficou lotada.

— Vamos fazer uma acareação — declarou ele. — O caso não está encerrado. Precisamos reavaliar todo o procedimento, apesar de termos seguido os protocolos. Polícia séria trabalha com informação.

A entrevista durou menos de dez minutos e todos foram convidados a se retirar. Do ponto de vista de seus superiores, Giniton se saiu razoavelmente bem naquela constrangedora situação. Em novembro de 2015 seria promovido a titular da DHBF, localizada no município de Belford Roxo, região com alto índice de violência.

Convidado a retornar à DH da Capital pouco mais de dois anos depois de sua saída, agora como titular, Ginton se sentiu à vontade para impor uma condição. A pretexto de manter o bom desempenho que sua equipe supostamente vinha apresentando na DHBF, condicionou a aceitação da oferta à permissão para levar consigo pelo menos 120 agentes e cinco delegados. A Baixada Fluminense, formada por 13 cidades onde vivem cerca de 3,7 milhões de habitantes, é considerada um bolsão de pobreza, com alguns de seus municípios ocupando as piores posições em diversos indicadores socioeconômicos do estado, como educação e renda. Em 2015, ano em que Ginton entrou para a DH da Baixada, foram registrados 1.507 homicídios dolosos, enquanto em 2016 seriam 1.791 e em 2017, 1.874. Ou seja, houve um crescimento no número de assassinatos durante sua gestão, o que contrariava a tese de que conseguira debelar a criminalidade na região com seu estafe. De todo modo, Rivaldo aceitou os termos propostos pelo ex-assistente, o acordo foi fechado e para o posto de Ginton na Baixada designou o delegado Daniel Rosa.

Ginton assumiu o caso Marielle no dia 17 de março, um sábado, após uma reunião com Rivaldo e os generais da intervenção federal (Richard Nunes, secretário de Segurança, e Braga Netto, interventor). Ao término do encontro, o delegado pôs debaixo do braço o inquérito com as apurações efetuadas até ali — que se resumiam, basicamente, a um laudo cadavérico e de local — e foi definir estratégias com dois policiais de sua inteira confiança: o inspetor Marcelo Galhardo e o comissário Marco Antonio de Barros Pinto. A numerosa equipe só se completaria cinco semanas depois.

Ginton tinha em seu currículo colaborações em casos de repercussão, como a investigação em torno do assassinato da juíza Patrícia Acioli, em agosto de 2011, em Niterói. Dois anos depois, ele auxiliaria a delegada Elen Souto nas diligências que apuraram o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza na favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio, episódio que ficaria igualmente bastante tempo na mídia. Os dois crimes, que contavam com o envolvimento de policiais militares, foram elucidados, ainda que o corpo de Amarildo não tenha sido encontrado.

Nenhum desses crimes, no entanto, apresentara o nível de complexidade daquele que agora estava sob a responsabilidade de Ginton. Fora a pressão causada pelo surpreendente impacto do duplo homicídio em todo o Brasil e

até em outros países, havia o desafio da dificuldade de levar a termo a própria apuração. Meses depois, Ginton apontaria o caso Marielle como o mais intrincado com que se deparara em seus 11 anos de atuação policial, nove dos quais lidando apenas com homicídios.

Com a entrada de Ginton no comando da DH da Capital, seu então titular, o delegado Fábio Cardoso, foi cobrir a vaga de diretor da Divisão de Homicídios deixada por Rivaldo para assumir a chefia da Polícia Civil. Os agentes que vinham tocando as investigações sobre os assassinatos no Estácio foram quase todos enviados para a Baixada, a fim de suprir o déficit deixado pelo time de Ginton, que seguiu com ele para a DH da Capital. Uma espécie de dança das cadeiras.

+++

Tantas mudanças em tão pouco tempo tumultuariam o trabalho investigativo. A ponto de as emissoras de TV conseguirem antes da polícia, por meio de órgãos como a CET-Rio (Companhia de Engenharia de Tráfego), imagens feitas pelas câmeras espalhadas na região do atentado. Assim, a primeira medida tomada pelo grupo de Ginton foi promover uma varredura nas filmagens de todo o trajeto percorrido pelo carro da vereadora da Câmara Municipal até a Casa das Pretas e daí até o ponto do ataque, na tentativa de identificar o veículo dos assassinos. E foi pedida à Justiça a quebra do sigilo telefônico não apenas das vítimas, mas também das antenas de todo esse trajeto. Ginton mandou seu pessoal retrazar os passos da vereadora desde a sua saída de casa, naquele 14 de março, e ouvir novamente Luis Carlos Martins da Silva, o educador do abrigo de menores que escutara os disparos. Mesmo com os policiais militares que atenderam à ocorrência tendo ordenado aos transeuntes que abandonassem o local, esse funcionário foi até a delegacia para dar um rápido depoimento naquela madrugada.

Jackson, o primeiro companheiro da Câmara a chegar ao Estácio, também foi intimado a tomar distância.

— Cheguei mais ou menos dez minutos depois do ocorrido. Só tinha um carro da PM estacionado e quatro policiais, sendo um PM do sexo feminino. Ela era a mais durona do grupo. Fui em direção ao carro, mas ela foi logo me barrando. Depois tentei de novo dar uma espiada. Fui barrado de novo por um policial ríspido. Achei a atitude dos PMs muito estranha, pois me

identifiquei, disse que trabalhava com ela. Disse que ela era vereadora. Só anotaram o meu nome.

Apenas em 27 de março, já com Giniton à frente do caso, Jackson daria um depoimento na DH. A própria Fernanda, testemunha ocular e única sobrevivente do atentado, fora praticamente ignorada pelos policiais e chamada somente horas depois do crime à DH, onde deixaria registrados basicamente dados pessoais. O educador foi convocado em abril, quando então detalhou que escutou os disparos ao abrir o portão da garagem do prédio para uma assistente social sair de carro, mas pensou que fossem estouros de pneus. Também os familiares das vítimas, fundamentais para um levantamento de eventuais indícios que ajudassem a montar uma lista de possíveis suspeitos, demoraram a ser procurados. A filha da vereadora, Luyara, e o deputado Marcelo Freixo seriam convidados a depor apenas no segundo semestre daquele ano.

Assim, se a equipe que saía do caso realizara um trabalho desleixado e pouco eficiente, a equipe que entrava na DH, por mais que tentasse organizar o caos, deixaria igualmente falhas em sua atuação. As duas turmas, porém, não se furtaram a ouvir os colaboradores de Marielle e os demais vereadores em busca de informações sobre supostas ameaças de morte. Concluíram que ela poderia ter, sim, inimigos diversos, justamente pelo amplo ideário de seu mandato, mas tal conclusão não contribuiu para dar uma direção à investigação. Por outro lado, alguns policiais revelaram ter percebido, pelos depoimentos de diversos vereadores, que Marielle tinha uma grande capacidade de encantar as pessoas, até mesmo os rivais, a ponto de um dos investigadores comentar, admirado:

— Não sei o que essa mulher tinha. Todo mundo era apaixonado por ela. Tem vereador que veio depor aqui e disse ter brigado com ela no plenário, mas que tudo ficava por lá mesmo.

Todavia nenhuma das equipes tentou encontrar transeuntes que tivessem passado pela região por volta do horário do ataque. Afinal, a execução ocorrera em frente à Joaquim Palhares, uma rua de passagem e um dos acessos à estação do metrô do bairro. Ninguém, de fato, teria nada a contar? Percorrer os arredores nos dias seguintes à procura de alguma testemunha ocular do crime seria uma tarefa básica, que, permanecendo pendente, deveria ter sido cumprida pelos policiais da segunda turma. O que não aconteceu.

Com a dificuldade de obter informações acerca do andamento do caso Marielle, sob sigilo de justiça, alguns jornalistas intensificaram seu trabalho. Por isso, em certos momentos, apurações tocadas pela imprensa é que motivaram iniciativas da DH da Capital, e não o contrário. Dois dias depois do crime, por exemplo, uma reportagem assinada por Sérgio Ramalho e Ruben Berta, publicada na mídia independente *The Intercept Brasil*, revelaria que, às 12h09 do dia 7 de março de 2018 — uma semana antes da morte de Marielle e Anderson —, o ex-sargento do Corpo de Bombeiros e ex-vereador Cristiano Girão Matias estivera na Câmara Municipal. No livro de registro da Casa constava seu nome como visitante, e sua entrada no prédio, por uma porta lateral, fora filmada por câmeras de segurança.

Um dos 225 listados na CPI das Milícias instaurada em 2008 por Marcelo Freixo, Girão havia sido preso em 17 de dezembro de 2009 por chefiar a milícia da Gardênia Azul, em Jacarepaguá, ano em que, naturalmente, não pôde comparecer à Câmara. Por consequência, em outubro de 2010 ele teve seu mandato parlamentar cassado — curiosamente, não porque atuasse como miliciano e sim porque ultrapassara o limite permitido de faltas. Também seria demitido do Corpo de Bombeiros, perdendo o direito de ficar no Grupamento Especial Prisional da corporação. De lá foi transferido primeiro para a Penitenciária Federal de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, e depois para a de Porto Velho, em Rondônia. Em ambas, ficou sob o chamado RDD (Regime Disciplinar Diferenciado), que é quando o detento é mantido em isolamento e com restrição de visitas. Em 2011, seria condenado a 14 anos de prisão por formação de quadrilha, embora tenha sido denunciado também por lavagem de dinheiro e extorsão.

De dentro da cadeia, Girão continuou chefiando a milícia da Gardênia Azul, o que gerou nova condenação três anos depois, agora, de quatro anos e oito meses. Em 2015, foi beneficiado com liberdade condicional por conta do tempo já cumprido da pena. Entretanto, ficou somente 15 dias solto. O STJ acatou um pedido de liminar do juiz da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro para que mantivesse o ex-vereador na penitenciária de Porto Velho, uma vez que se tratava de prisioneiro de alta periculosidade que, de volta a seu estado de origem, decerto retomaria pessoalmente o comando da violenta milícia da Gardênia. O juiz corregedor da penitenciária de Porto Velho, Walisson Gonçalves, acatou o pedido. Girão só conseguiria fazer uso

de sua liberdade condicional a partir de 2017, quando então foi morar em São Paulo. E, até onde se sabe, só voltara a pôr os pés na Casa naquele 7 de março de 2018.

A matéria foi postada no site do *Intercept Brasil* às 3h05 do dia 16 de março e já nas primeiras horas da manhã os investigadores bateram na Câmara, a fim de recolher imagens do circuito interno de segurança anteriores e posteriores ao assassinato. Uma providência que deveria ter sido tomada em seguida aos homicídios, acompanhada de um rastreio no gabinete da vereadora, que nem sequer fora lacrado. Assim, por influência da reportagem e por constar da lista levantada pela CPI das Milícias (cuja elaboração contou com a participação de Marielle), Girão tornou-se um suspeito em potencial da execução da parlamentar. Mas não só por isso.

Na Câmara, Girão informara que visitaria o gabinete do presidente da Casa, Jorge Felipe (PMDB), entretanto, de acordo com a matéria do *Intercept Brasil*, passou também pelo sétimo andar, onde ficavam as salas dos vereadores Zico Bacana (então PHS, Partido Humanista da Solidariedade), David Miranda (PSOL) e João Francisco Inácio Brazão, conhecido como Chiquinho Brazão (então PMDB). A descoberta de que Girão estivera em diversos gabinetes da Casa dias antes do atentado fez com que se abrisse uma nova linha de investigação.

Chamado a depor, ele confirmou ao delegado Ginton, no dia 15 de agosto, que visitara a Câmara uma semana antes do crime, acompanhado da mulher, Ednalva Marinho Brum. Disse que aproveitara que ela faria exames médicos para um procedimento estético numa clínica próxima à Câmara e foi rever “colegas”, tendo procurado apenas o presidente da Casa e Chiquinho Brazão, que não se encontrava em seu gabinete. Quanto à noite do dia 14 de março, Girão informou ter estado num jantar numa churrascaria da Barra da Tijuca ao lado de Ednalva e de um empresário do ramo da moda de São Paulo. Teria ficado por lá até a meia-noite. Em pouco tempo, Ginton o descartaria como suspeito. E a equipe de investigadores se viu novamente sem direção.

+++

Ginton contaria que, anos antes, nas investigações sobre o assassinato da juíza Patrícia Acioli, que aplicava duras penas a policiais corruptos e

traficantes de droga, uma lista de policiais suspeitos de terem interesse em sua morte foi montada por sua equipe a partir da leitura dos processos que ela julgava. Essa técnica facilitou os trabalhos, mesmo assim foram necessários exaustivos 60 dias para elucidar a execução da magistrada, que morreu a poucos metros de casa, na Região Oceânica de Niterói, após sair do Fórum de São Gonçalo. No caso Marielle, o delegado lançou mão desse recurso, mas as possíveis motivações dos eventuais suspeitos que ele conseguia listar eram frágeis e não se sustentavam.

— Quando a minha equipe foi chamada para assumir o caso da Marielle — relata Giniton —, acreditávamos estar preparados e em condições de apresentar uma resposta rápida. Contudo, num primeiro momento da investigação, contrariando nossas expectativas, tivemos certeza de que não seria uma missão fácil. O caso apresentava características incomuns observadas especialmente na disciplina do monitoramento das vítimas e no peculiar modo de matar, traduzido pela escolha do armamento e também da munição, impossível de ser rastreada porque seu lote, o UZZ-18, tem milhares de balas distribuídas para várias unidades da Polícia Federal pelo país. E [houve] os disparos precisos do matador. Não houve desembarque e os tiros foram dados com dois veículos em movimento.

Afora a dificuldade de identificação da unidade policial da qual fora desviada a munição do lote UZZ-18, várias dúvidas persistiam. Haveria algum vestígio do assassino na munição? Qual o tipo de arma utilizado? Onde essa arma estaria? E o carro usado pelos assassinos, onde estava? O delegado escalou 47 investigadores para cuidar exclusivamente do caso. Foram descobertos, por exemplo, fragmentos não recolhidos de balas na parede do muro do Hospital da Polícia Civil, em frente ao local da execução, e também dentro do Agile. Finalmente, o carro foi retirado do pátio da DH — no qual ficou por 42 dias sem qualquer tipo de proteção — e levado para ser submetido a um pente-fino no Instituto de Criminalística Carlos Éboli, da Polícia Civil, onde se constatou que havia 14 perfurações de entrada de bala, uma a mais do que as já identificadas.

Quando a DH solicitou uma perícia nas cápsulas encontradas na cena do crime ao laboratório da PF, especializado em captar digitais em fragmentos de balas, os peritos criticaram duramente a falta de cuidado no armazenamento das peças colhidas pela Polícia Civil no Estácio. Guardadas num único saco plástico, as cápsulas se atritaram, tornando ínfimas as

chances de se estabelecer uma conexão entre esses vestígios nas balas e as impressões digitais existentes no banco de dados da PF.

Realizada a análise, constatou-se que dos nove cartuchos coletados apenas em um deles os pontos detectados haviam sido suficientes para formar um resquício de digital, o que, em meio a tanta negligência, a perícia considerou uma vitória. O problema é que essa digital parcialmente recuperada não coincidiu com a de nenhum dos nomes catalogados pela polícia, nem tampouco com a digital dos suspeitos cujos nomes estavam sendo aventados pela DH. Só restou reservar o material para uma eventual confrontação futura. E ninguém foi responsabilizado pelo descuido no trato das evidências recolhidas na cena do crime.

+++

Na noite de terça-feira 20 de março de 2018, após visitar o ex-gabinete de Marielle, finalmente preservado por recomendação da polícia, e assistir a uma parte do ato ecumênico realizado na Cinelândia em memória da vereadora e de seu motorista, uma repórter do jornal *O Globo* se dirigiu ao Estácio. Ela pisou no local às oito da noite, uma hora antes da investida do Cobalt prata sobre o Agile branco na quarta-feira anterior. Sua esperança era encontrar alguém que tivesse passado no dia do crime por ali, por volta do horário da emboscada, e, quem sabe, tivesse visto algo diferente do habitual na região. Afinal, todos têm uma rotina, caminhando pelos mesmos locais, às vezes diariamente, por volta do mesmo horário.

A saída da estação do metrô em direção à Joaquim Palhares seria o seu ponto de partida, para formar uma ideia da quantidade de pessoas que costumavam circular pela área à noite. Só depois ela faria abordagens. Da escadaria de uma concessionária em frente ao ponto em que se dera o ataque, a repórter acompanhou o vaivém dos transeuntes até quase a hora da execução. A revendedora de veículos, assim como a maior parte do comércio do entorno, já encerrara o expediente. Nesse ínterim, cerca de 40 passageiros saíram do metrô. A maioria pegava o rumo da rua Ulysses Guimarães, em direção ao ponto de ônibus perto da sede da prefeitura. Outros seguiam rumo à avenida Presidente Vargas, uma das espinhas dorsais do Centro, na qual poderiam ter acesso a coletivos que cobrem toda a Região Metropolitana.

Impressionou-a a escuridão do ponto escolhido pelos assassinos para a investida. O local era monitorado, sim, por uma câmera que não funcionava. A repórter viu vasos com flores frescas nas imediações, colocados por populares. Num muro haviam sido pichadas frases solidárias como “Marielle presente” e “Vidas negras importam”. No quarteirão ficavam, além do Hospital da Polícia Civil, a sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, uma unidade do Detran e um posto de gasolina, a apenas 250 metros do ponto-chave. Do outro lado da rua, encontravam-se o abrigo de menores e a concessionária.

Naquele horário, só no posto havia movimento de veículos. As câmeras do estabelecimento voltavam-se para o seu interior e nenhuma focava a rua. Uma câmera ao lado do posto, pertencente ao sindicato, funcionava, mas se saberia depois que não captara a execução. Incomodava a repórter o fato de nenhum frentista ter ouvido os tiros. De acordo com relatos dos funcionários com os quais conversou, eles só perceberam que algo diferente acontecia ali perto com a chegada da polícia.

A jornalista abordou cerca de duas dezenas de pedestres. O pipoqueiro, com sua carrocinha instalada na frente do acesso ao metrô e voltada para o local do crime, desconversou. Disse nada ter visto. Praticantes de corrida e de outros exercícios que usavam o espaço do entorno da estação reclamaram da falta de segurança e negaram ter visto ou ouvido algo que fugisse à rotina na noite do dia 14. Passageiros que seguiam para a Joaquim Palhares e ambulantes disseram o mesmo.

Na esquina dessa rua com a avenida João Paulo I, do lado oposto à calçada onde o Agile fora imprensado, ficava o abrigo. Ali a jornalista procurou o educador que ouvira os estampidos, mas ele não estava na instituição. A funcionária que a atendeu comentou que os adolescentes que viviam na casa, todos entre 13 e 17 anos, não escutaram som de tiro na noite do crime, o que fez a jornalista supor que os criminosos tivessem usado silenciador.

— Estes meninos conhecem bem barulho de tiro. Todo mundo aqui só soube do que estava acontecendo quando a rua ficou tomada de gente. Ninguém ouviu nada.

Por último, a repórter tentou obter alguma informação com as três pessoas em situação de rua que viu pelas redondezas. A aproximação foi cuidadosa, pois eles não queriam muita conversa. Todos negaram ter visto ou ouvido algo. No entanto, um deles — sentado na calçada com roupas

maltrapilhas, uma sacola e duas garrafas, uma térmica e outra com água — acabou caindo em contradição.

— O senhor estava aqui na hora do crime?

— Não — disse ele, com olhar vago.

— O crime aconteceu às 21h30. O senhor não estava aqui ainda?

— Não! Foi às 21h14! Tava no relógio ali! — respondeu o sujeito incontinente, apontando para o relógio digital instalado na rua mais adiante.

— Então o senhor estava aqui!?

Não tinha mais jeito. Ele acabara de se tornar uma das testemunhas oculares. E logo se concluiria ser a mais importante, pois era quem estivera mais próximo dos carros no momento dos tiros — a três ou quatro metros apenas. Os diálogos começaram de maneira tímida. Mas, assim que ele se sentiu mais confiante, pôs-se a narrar com um brilho nos olhos o que viu naquela noite, explicando também por que mentira:

— Na noite que mataram a moça, o policial civil veio me perguntar se eu vi alguma coisa. Eu disse que estava dormindo e ele acreditou. Tenho medo, não quero me meter nessas coisas.

— Mas os inspetores não insistiram em saber mais coisas sobre o lugar? Se circulava muita gente no horário em que tudo aconteceu?

— Eles não estão preocupados em descobrir quem matou. Perguntaram só uma vez e me deixaram. Não seria eu quem iria dizer nada. Isso é crime de cachorro grande!

A repórter percebeu que estava diante de uma pessoa com uma rica experiência de vida. Em suas andanças à procura de comida em bares, ele parava aqui e ali para dar uma espiada nas TVs, então estava a par de boa parte do que acontecia no Brasil e no mundo. Finalmente, descreveu a cena do crime.

— Foi tudo muito rápido. O carro dela quase subiu na calçada, pensei que viesse para cima de mim. O veículo do assassino imprensou o carro branco — disse, levantando-se e apontando para o meio-fio, onde havia algumas marcas escuras de pneus. — O homem que deu os tiros estava sentado no banco de trás e era negro.

Na verdade, além de o homem estar com uma touca ninja preta, conforme o próprio homem em situação de rua diria, a impressão de o atirador ser negro decorrera do fato de ele usar uma proteção de cor preta nos braços. Mas ninguém sabia disso ainda.

— Eu vi o braço dele quando apontou a arma, que parecia ter silenciador. O braço do cara era preto e bem forte, deste tamanho — revelou, demonstrando a espessura com as mãos e apontando para a perna da repórter. — O braço era do tamanho da sua coxa. Fortão.

Mais falante, e gesticulando a todo momento, passou a discorrer sobre o possível uso de um silenciador:

— Tinha silenciador, sim! O som era abafado. Igual àqueles que a gente vê em filmes! Foi a milícia, né? Já vi muito crime desse tipo onde eu vivia. Não quero nada com eles. Ela devia estar mexendo em vespeiro.

Quando perguntado sobre o que aconteceu após os disparos, ele detalhou a rota de fuga dos criminosos:

— Como eles estavam já nesta rua [João Paulo I], o motorista virou para a direita, chegando a cantar pneu, fugindo por esta outra aqui [Joaquim Palhares]. Foi questão de segundos. Eles passaram em frente ao SulAmérica [Centro de Convenções localizado na esquina da Joaquim Palhares com a avenida Paulo de Frontin], até sumirem de vez.

Depois de ouvir o que o homem em situação de rua presenciara na hora do ataque, a repórter lhe perguntou se havia mais alguém próximo naquele momento e ele então se lembrou de uma moça que atravessava a rua com um bebê no colo e mais duas crianças. Ele disse que não a conhecia, mas que já a vira outras vezes e que ela deveria morar ali por perto.

+++

Após mais três visitas à região, perguntando daqui e dali a partir da descrição física feita pelo homem em situação de rua, a repórter conseguiu localizar a tal mulher e falar com ela. O que ela lhe contou coincidiu com o relato do sem-teto, como o fato de o Cobalt escapar pela Joaquim Palhares. Já a versão da polícia era diferente: os ocupantes do veículo prata teriam fugido pela João Paulo I, onde o Agile, depois de ainda se locomover sem a ação do motorista, finalmente teria parado, já com Marielle e Anderson mortos.

— Eu estava indo para casa, esperando para atravessar a rua na direção da estação do metrô — lembra a jovem senhora. — Aí vi o carro prata apertando o veículo branco contra o meio-fio, na curva. De repente, aquele barulho, do nada. Na verdade, eram tiros. Mas eram bem diferentes dos que

a gente escuta por aí. Era um som abafado. De onde eu estava não dava para ver as pessoas dentro do carro. Aí o Cobalt do cara que atirou foi direto para a Joaquim Palhares.

Ela relata que chegou perto do Agile e ajudou Fernanda a chamar a polícia.

— Ela estava muito nervosa, sem acreditar que os outros estavam mortos. Eu corri para chamar a PM que estava próxima, na entrada do Morro de São Carlos, a cerca de 200 metros. Outras pessoas ligaram para a polícia pelo celular. Encheu de policiais rapidamente. Cheguei a ver alguém dar água para a moça que sobreviveu. Fiquei aguardando com ela por alguns minutos, mas os PMs mandaram as pessoas para casa. Disseram para procurarmos o que fazer.

A mulher revela que tentou contribuir dando informações aos primeiros policiais (três homens e uma mulher) que chegaram ao local, mas, segundo ela, eles não queriam conversa com ninguém. Quando os ouviu comentando tratar-se de uma vereadora, ligou para o marido, que lhe pediu que saísse logo dali devido à gravidade da situação. Ela admite que ficou com receio de se prejudicar, desistiu de falar e voltou para casa.

A jovem senhora diz que, por sua experiência em morar em favela, acredita que Marielle devia estar “atrapalhando alguém”:

— Só se morre assim quando se sabe de algo muito sério.

+++

A reportagem sobre a descoberta de duas testemunhas oculares do duplo homicídio foi publicada em *O Globo* em 1º de abril. Algumas pessoas foram depor por aquela época, como a irmã da vereadora, Anielle (no dia 2 de abril), mas não as testemunhas, o que a repórter estranhou. Após ligar para a assessoria da Polícia Civil, ficou então sabendo que elas não haviam sido sequer contatadas pelos policiais. Procurado para comentar o fato, o chefe da Polícia Civil, Rivaldo Barbosa, declarou que as testemunhas mencionadas no jornal eram falsas, mas não apresentou justificativa para a acusação.

Para a jornalista, pareceu que os investigadores não queriam reconhecer que haviam deixado de abordar pessoas-chave para a elucidação do caso, sendo que uma delas estivera de frente para a cena do crime. Apesar da atitude de Rivaldo, a equipe de Giniton foi atrás do paradeiro do sem-teto e

da jovem senhora, que desapareceram da região por receio de sofrerem represália por parte dos assassinos. A jovem senhora acabou sendo localizada duas semanas depois da reportagem. Já para encontrar o homem em situação de rua, a DH precisou colocar na área central da cidade um policial vestido de mendigo que perambulou por quase um mês com a missão de achá-lo, a partir da descrição da repórter sobre sua aparência. Conseguiu. No mesmo dia, 22 de maio, o morador de rua foi depor, mais de dois meses após presenciar as execuções.

Posteriormente, o delegado Ginton afirmaria que essa testemunha acabou se tornando uma das peças mais importantes da investigação. Sua identidade permanece preservada. Mas um fato nunca explicado foi a inclusão no processo de fotos dessa testemunha, o que não foi feito com nenhuma outra. Suas imagens foram captadas pelo circuito de segurança da própria DH. Ao revelar seu rosto, a polícia colocou em risco a vida do morador de rua.

As pessoas que entram para o Programa Federal de Assistência e Proteção a Vítimas e Testemunhas têm de cumprir uma série de exigências que podem incluir até mesmo cortar laços com parentes, não acessar internet e mudar de estado. Por não suportar o isolamento, às vezes o protegido abandona o programa. Após prestar depoimento, o sem-teto, decerto intuindo que o melhor seria não aparecer tão cedo de novo na cidade, preferiu desaparecer por conta própria mais uma vez, ganhando o mundo, como estava acostumado a fazer.

+++

Na noite de 10 de maio de 2018, a polícia fez a reconstituição do crime no Estácio. Tamanha demora na preparação dessa etapa foi atribuída à dificuldade de reunir as principais testemunhas, caso de Fernanda, que estava morando no exterior. Sob as diretrizes do alto-comando do GIF (Gabinete de Intervenção Federal), a operação, que contou com atores, desenrolou-se de modo espetaculoso. Diversas ruas foram interditadas e até o espaço aéreo foi fechado, inclusive para drones, a fim de evitar o sobrevoo dos helicópteros das TVs. Repórteres, fotógrafos e cinegrafistas foram conduzidos para áreas distantes do melhor ângulo. Uma cortina improvisada de plástico preto, presa a muros e postes, protegeu o local da ação. Grades

removíveis e cones de sinalização de trânsito ajudaram a barrar a entrada de curiosos. As medidas não impediram, contudo, que algumas emissoras captassem imagens, graças à sensibilidade de câmeras de longo alcance.

Entre as poucas pessoas autorizadas a assistir à reconstituição, estavam, além de Fernanda, três testemunhas: a mulher que no momento do crime segurava um bebê acompanhada de mais duas crianças, o educador e a assistente social do abrigo de menores. O sem-teto não participou porque só seria localizado 12 dias depois pela polícia. O deputado Marcelo Freixo e Monica, viúva de Marielle, ficaram atrás das barricadas instaladas pelo Exército, que ajudou a montar todo aquele cenário.

A ação que gerava mais expectativa, tanto por parte das autoridades quanto dos jornalistas e dos familiares das vítimas, era o teste que visava definir o tipo de arma usado na emboscada. Seria a primeira vez no Rio que testemunhas tentariam, em simulação policial, fazer essa identificação pelo teste auditivo. Peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli que haviam analisado num primeiro momento os cartuchos recolhidos na cena do crime apontaram indícios de que provinham de uma submetralhadora HK MP5, e Giniton queria confirmar esse parecer. Três submetralhadoras foram levadas para a simulação, entre as quais duas HK MP5, uma emprestada pelo Exército e outra pela Coordenadoria de Fiscalização de Armas e Explosivos da Polícia Civil. As armas foram acionadas alternadamente.

Numa sala do Hospital da Polícia Civil, em frente à cena da simulação, improvisou-se um QG para receber as pessoas que participariam da ação, como os peritos e as testemunhas. Em uma mesa havia petiscos, água e sucos, uma vez que todos passariam a noite ali. Em dado momento, Giniton deixou a sala e foi ao encontro da imprensa, na barreira que impedia o acesso dos jornalistas à cena do crime, e concedeu uma entrevista.

— É preciso ter a percepção exata da movimentação dos veículos, é preciso buscar a percepção auditiva — explicou. — E, com essa percepção auditiva, levantarmos qual o armamento empregado, [para ver] se há perícia ou não do atirador para o manuseio dessa arma, e como é o disparo realizado. Se esse disparo é em rajada, se esse disparo é intermitente.

Fernanda chegou ao local pouco depois das oito da noite acompanhada de um amigo, o advogado João Tancredo. Ela havia viajado por quase dez horas e desembarcara no Rio pela manhã para participar da operação. Giniton a recebeu na salinha e informou como seria o processo. Não haveria a reprodução da investida de um veículo sobre o outro. A ex-assessora ficaria

dentro de um carro que percorreria o trajeto do largo do Estácio até a rua João Paulo I, onde o veículo estacionara, já alvejado, após Fernanda puxar o freio de mão. Com ela estariam dois peritos que fariam as vezes de Marielle e Anderson. Seriam encenados os momentos que antecederam os tiros, o momento das execuções e a saída de Fernanda do veículo. A ideia era fazê-la reviver as sensações daquela noite para, talvez, lembrar-se de detalhes esquecidos.

Abalada, a ex-assessora aguardava a hora de entrar em cena ao lado do advogado, de um dos peritos que avaliariam a reação dela durante os disparos e de Vinícius George, assessor de Marcelo Freixo. Ela ainda precisaria da ajuda do psicólogo da DH, Gilvan Silva Ferreira, para enfrentar a parte mais dramática da reconstituição, a dos tiros. Por quase duas horas ela posicionou os atores e a si própria na cena do crime. Tudo era anotado, fotografado e filmado pelos peritos. Em seguida, permaneceu num carro da polícia, a 50 metros do veículo que representaria o de Anderson e seria alvejado. Os atiradores passaram ao lado de Fernanda e metralharam o carro vazio usando as três armas levadas para a execução. A ideia era dar realismo à ação.

— Era a fase mais importante — contaria Fernanda. — Peritos atiradores disparariam contra um carro para que nós, testemunhas, tentássemos apontar com a maior precisão possível o som que ouvimos na noite de 14 de março. Eu não sabia o que me apavorava mais. Me apresentaram a um psicólogo da polícia. Uma figura muito interessante. Por dois momentos eu quase não consegui. Mas ele me tirou do pânico com alguns exercícios. Num deles, me disse para mentalizar que eu estava ali como uma espectadora dos fatos.

De acordo com Giniton, o processo seria feito em separado com cada testemunha e sem que elas se vissem, a fim de evitar que a opinião de uma influenciasse a da outra. Na hora dos tiros, cada testemunha — todas protegidas o suficiente para driblar o trabalho dos repórteres fotográficos — ocupou um ponto estratégico na cena. Uma delas, que usou um capuz o tempo todo, ficou à frente do abrigo. A mulher que fora localizada pela repórter no Estácio posicionou-se na esquina, tal qual descrevera em suas declarações.

O primeiro tiro soou às 2h50. O último, às 4h15. Mesmo que o assassino tenha usado um silenciador, a cadência da rajada seria suficiente para a testemunha diferir, entre os vários sons emitidos pelas diversas armas, o mais semelhante ao ecoado na noite do dia 14 de março. Isso porque o silenciador não altera o som, apenas abafa. Mesmo de longe, os repórteres conseguiram ouvir os disparos, direcionados para sacos de areia colocados no entorno do carro que representava o então ocupado por Marielle, Anderson e Fernanda.

Houve vários disparos, mas todas as testemunhas apontaram uma das rajadas como sendo a mais semelhante à ouvida naquela noite.

— Não foi difícil reconhecer o som — relataria Fernanda. — Saí do Estácio destruída. Parecia ter voltado umas dez casas no tabuleiro da superação do trauma. Ao mesmo tempo, me sentia vitoriosa por contribuir, crendo poder agilizar as investigações para que se chegasse ao verme que mandou matar Marielle. Dormi por algumas horas na casa de um amigo. Ao meio-dia já estava no Galeão, com o check-in feito, pronta para retornar [para o exterior], onde meu marido e minha filha me aguardavam.

O delegado comentaria que o momento funcionara como catarse para Fernanda, cuja excelente memória o havia impressionado.

— Já sabíamos alguma coisa pelos cartuchos [encontrados na cena do crime e analisados pela perícia], mas Fernanda, desde seu primeiro depoimento, falava da rajada. Ela emitia os sons. Se alguém me perguntar quem foi a pessoa mais importante para definir o tipo de arma, eu diria, sem sombra de dúvida: Fernanda. Ela foi crucial. Depois da reconstituição, como era de esperar, ela desabou. Chorou muito! Eu disse que isso lhe faria bem, uma catarse.

+++

O laudo dos peritos se confirmou: a arma usada para matar Marielle e Anderson, de grande precisão, fora uma submetralhadora HK MP5, da fabricante alemã Heckler & Koch. Muito utilizada por forças especiais mundo afora para resgate de reféns em ações contraterroristas, no Rio de Janeiro costumavam ser usadas pelas Forças Armadas e pelas tropas de elite das polícias Federal, Civil e Militar. Os disparos da HK MP5 não têm longo alcance, o que deixa os policiais em desvantagem durante confrontos em

lugares abertos. Não à toa em incursões em favelas e no dia a dia do patrulhamento no asfalto eles preferem lançar mão de fuzil. Por isso as HK MP5 que pertenciam ao Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) acabaram sendo cedidas ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para reforçar a segurança de magistrados.

Além da discriminação do som dos disparos, também as marcas longitudinais (a “digital”) das balas calibre 9 mm encontradas no corpo das vítimas confirmariam o laudo da perícia. A caixa de disparo em que a munição fica alojada possui ranhuras que são repassadas para os cartuchos, e elas foram percebidas nas análises laboratoriais. Incluiu-se também no laudo pericial que a munição levada para o ataque pertencia ao lote desviado da PF adquirido em 2006.

Algumas HK MP5 já foram desviadas das polícias Civil e Federal. Na Polícia Civil foram subtraídas cinco, jamais recuperadas, nem mesmo com a instauração de um inquérito até hoje não concluído. Suspeitou-se que uma HK MP5 furtada do setor marítimo da PF em 2015 pudesse ter sido a utilizada na execução. Um agente chegou a ser investigado na época pelo furto, mas a arma não foi encontrada. Como a PF tem outras armas desse modelo, Ginton pediu que todas fossem submetidas à perícia da Polícia Civil, o que gerou mal-estar entre as duas polícias.

O próprio superintendente da PF do Rio, delegado Ricardo Andrade Saadi, que já havia devolvido à Polícia Civil alguns dos cartuchos analisados no laboratório da PF, requereu o material de volta para confronto com suas armas. Apesar de ter assinado quatro ofícios sugerindo que a perícia fosse feita pelos policiais federais sob o olhar dos peritos da Polícia Civil, o impasse caiu no esquecimento.

Meses depois, Ginton falaria com ironia sobre esse atrito entre as duas corporações, que revelaram não confiar uma na outra:

— Quer complicar, coloca um perito. Quando eles falam alguma coisa, deixam a gente mais confuso ainda.

Até onde se sabe, nenhuma das duas polícias chegou a analisar as submetralhadoras existentes na PF.

+++

A busca pelo Cobalt 1.4 prata, modelo LS, continuava infrutífera e os investigadores contavam com a possibilidade de ele ter sido desmontado. Desde o início das apurações a polícia sabia tratar-se de um veículo clonado, tendo até mesmo chegado aos proprietários do carro com a placa original. Para isso foi fundamental o registro captado pela única câmera da prefeitura no trajeto do Cobalt capaz de ler placa, o radar inteligente (OCR) instalado na rua Dom Rosalvo da Costa Rêgo, no Itanhangá, região da Barra da Tijuca, rumo ao Alto da Boa Vista. No dia do atentado, o veículo passou ali às 17h34. Não foi possível captar a imagem dos assassinos porque o vidro de suas janelas havia sido escurecido em último grau. Consultando o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), a polícia descobriria que existiam 12.745 veículos daquela marca e daquele modelo circulando pelo país, entre os quais 3.937 na cor prata. Após nova peneirada, restaram 443 emplacados no estado, cujos donos foram chamados à DH. Em vão.

Os agentes buscavam também alguma pista sobre possíveis Cobalt 1.4, modelo LS, roubados ou furtados. Em empreitadas do tipo que atingiu a vereadora, os assassinos costumam adquirir veículos de traficantes mesmo que o matador seja miliciano. Quadrilhas especializadas em clonagem falsificam a documentação com perfeição. Para chegar ao bando responsável pela clonagem do Cobalt, a polícia deflagrou a Operação Clone, que apontou Lucas do Prado Nascimento da Silva, o “Toddynho”, como o autor das alterações promovidas na documentação do Cobalt.

Em 3 de abril de 2018, porém, 20 dias após o ataque no Estácio, Toddynho foi assassinado numa emboscada na avenida Brasil, na altura de Bangu, no momento em que entregava outro carro clonado sob encomenda. Para a polícia, tratou-se de “queima de arquivo”. Cúmplice de “Toddynho”, Antonio Carlos Lima da Silva, o “Nem Queimadinho”, que se supõe ter sido o responsável pela adulteração do chassi e do número de identificação do Cobalt, foi considerado foragido. Os investigadores acreditam que seja ele o autor também da reconfiguração de características do Cobalt, como a troca de maçanetas do modelo original, mas a polícia não daria nenhuma indicação de que estivesse à procura dele.

— Houve um grande esforço de investigação — explicaria Giniton. — Depois de conseguirmos a placa, os agentes varreram a região para levantar as imagens antes da execução, ou seja, no pré-crime. Não tínhamos imagens do momento do homicídio nem de depois dele. O carro praticamente desapareceu, virou pó. Além de identificar os ocupantes, tínhamos que saber

se havia mais veículos envolvidos, o que ficou comprovado que não. Só havia o Cobalt.

Os investigadores só ficaram realmente entusiasmados quando descobriram que a placa do Cobalt fora captada por uma OCR um mês antes do crime, em quatro dias distintos de fevereiro de 2018 (dias 1º, 2, 7 e 14), quando o veículo percorria o mesmo trajeto escolhido pelos assassinos após alvejarem Marielle e Anderson. Assim, a hipótese de que o ataque fora minuciosamente planejado ganhava cada vez mais consistência, não se descartando a possibilidade de monitoramento da vítima por, pelo menos, 45 dias antes dos disparos. Pelos registros, o Cobalt saía do Itanhangá em direção à Tijuca, onde Marielle morava com a companheira. Depois saía da Tijuca e voltava ao Itanhangá. Sempre passando, na ida e na volta, pelo Alto da Boa Vista, bairro de policiamento precário.

Fora essas imagens, toda a varredura feita pelos policiais não deu em nada. Somente depois de quase um ano de apuração, eles constataram que os equipamentos públicos de captação de imagens registravam apenas a fluidez do trânsito, como o número de veículos e a sincronização dos semáforos, não tendo potencial para identificar com nitidez, por exemplo, as placas dos automóveis. Além disso, as imagens ficam arquivadas por muito pouco tempo. E por que a polícia não sabia disso? O que se percebe é que a polícia não estava preparada para um crime tão complexo. Perdeu tempo executando tarefas que, embora necessárias, se revelaram estéreis, como tentar localizar o setor de onde a munição fora extraviada.

Os policiais passaram então a solicitar imagens das câmeras de segurança da rede privada de Centro, Tijuca, Alto da Boa Vista, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá, onde o rastreo foi intenso nas favelas de Rio das Pedras e da Gardênia Azul, dominadas por milícias. A questão é que a maior parte do material já havia sido deletada, em razão do prazo-limite de armazenamento de imagens. Mas duas câmeras particulares seriam cruciais para o avanço das investigações: uma instalada em um estabelecimento do Quebra-Mar, região da Barra da Tijuca, e outra pertencente a um prédio vizinho à Casa das Pretas, na rua dos Inválidos.

A imagem da primeira, que mostra o Cobalt dos assassinos circulando, permitiria finalmente aos investigadores, com provas técnicas, descobrir de onde partira o veículo que matou Marielle e Anderson. A outra, a melhor delas em termos de resolução, revelava o momento em que o atirador, no banco traseiro, descansa o braço direito no encosto por alguns segundos

enquanto aguarda Marielle. Tal imagem ajudaria, mais tarde, a chegar ao autor dos tiros.

+++

Em 2 de dezembro de 2018, quase nove meses depois da morte de Marielle e Anderson, o Cobalt finalmente seria flagrado em atividade pelas câmeras do pedágio da Rodovia Transolímpica, que liga o Recreio dos Bandeirantes a Deodoro, na Zona Oeste. Desde então, o Gaeco tentaria identificar seus ocupantes. As promotoras entraram na Justiça com um pedido de quebra do sigilo não apenas dos celulares de todos os usuários que passaram naquele dia no ponto da via em que o veículo foi captado, num lapso temporal de 15 minutos, como também de seus dados telemáticos, ou seja, as informações em formato de texto, imagem ou som produzidas com o uso de sistemas de telecomunicação (telefonia, fibra óptica, satélite, cabo etc.) e de informática (softwares, computadores, sistemas de redes etc.).

No entanto, apesar de a Justiça fluminense autorizar a ação, as empresas Google Brasil Internet Ltda. e Google LLC se negaram a ceder os dados e recorreram da decisão, impetrando recurso em mandado de segurança no STJ. De acordo com a Google, a empresa não poderia violar a privacidade de seus usuários nem tampouco atender a uma ordem de quebra de sigilo genérica, o que é vedado pela Constituição Federal e pela legislação do Marco Civil da Internet. Já para o Gaeco, a quebra de sigilo se justificaria por atingir o interesse público, no caso, a elucidação de um crime.

Finalmente, em 26 de agosto de 2020, a 3ª Seção do STJ recusou, por 8 votos a 1, o recurso da Google e manteve a determinação para que a empresa fornecesse aos investigadores os dados de usuários solicitados, por considerar que o compartilhamento não colocaria em risco a segurança e a privacidade de seus clientes. Nesse pacote estariam não só as informações referentes aos veículos que passaram pela via, como também a lista dos IPs (“protocolos da internet”) e Devices IDs (a identificação de computadores e celulares vinculados aos clientes) de pessoas que buscaram, entre os dias 7 e 14 de março de 2018, palavras relacionadas à parlamentar. O cruzamento das informações do IP com o Device ID de alguém permite a sua localização e a pesquisa visa abranger combinações como “Marielle Franco”, “vereadora Marielle”, “Agenda vereadora Marielle”, “Casa das Pretas” e “Rua dos

Inválidos” (endereço da Casa das Pretas). A Google recorreu da decisão, agora no STF (Supremo Tribunal Federal) e o debate jurídico em torno do caso continuou.

4.

Uma delação sem prêmio

“Ele [Ferreirinha] traz muitos detalhes, muitos elementos. É claro que estamos cruzando com provas de outros inquéritos que estavam parados. A testemunha é muito interessante, rica mesmo. Mas ainda é cedo para confiar plenamente em tudo o que ele diz. Ele já nos deu vários crimes que teriam sido praticados por Curicica. A nossa estratégia é pôr em cima do miliciano todos esses casos. Aí a gente pergunta: ‘Vai colaborar?’”

O DELEGADO GINITON LAGES, DA DH DA CAPITAL, EM JUNHO DE 2018, APÓS A DENÚNCIA DO PM FERREIRINHA DE QUE OS AUTORES DO CRIME TERIAM SIDO O MILICIANO CURICICA E O VEREADOR MARCELLO SICILIANO

Menos de dois meses após o assassinato de Marielle e Anderson, surgiria uma suposta testemunha-chave que — tudo parecia indicar — finalmente daria uma direção às diligências. Tratava-se do policial militar Rodrigo Jorge Ferreira, o “Ferreirinha”, um dos ex-braços direitos de Orlando Oliveira de Araújo, chefe da milícia nas imediações de Jacarepaguá. Mais conhecido como “Orlando Curicica”, o miliciano ganhara esse apelido porque o bairro de Curicica fora o primeiro a ser dominado por ele na região. Mesmo com a prisão de dezenas de pessoas após a conclusão da CPI das Milícias, em 2008, esse tipo de organização criminosa continuou se expandindo até ganhar proporções impressionantes no estado: com raízes fincadas na Zona Oeste, em especial em Jacarepaguá e Campo Grande, os paramilitares alcançaram a Zona Norte, várias cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o interior fluminense.

Relatório de inteligência elaborado em 2018 pelo TRE-RJ (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro), numa força-tarefa formada com os órgãos de segurança do estado, informava que existiam 300 currais eleitorais no estado dominados por milicianos e traficantes. Naquele ano havia, pelo menos, 1,7 milhão de eleitores vivendo sob o domínio dessas facções. Com o envolvimento cada vez mais intenso de políticos nesse meio disputando votos, o comportamento dos criminosos foi adquirindo novas feições. Se nos idos dos anos 2000 ostentavam riqueza e prestígio andando em carros importados e morando em mansões, na década de 2010 eles passariam a levar uma vida discreta, sob o guarda-chuva das influências políticas. Foi nesse segundo cenário que se desenvolveram as relações de negócios e a amizade entre o PM Ferreirinha e o poderoso Curicica, agora inimigos.

+++

Em 24 de abril de 2018, Ferreirinha apresentou-se ao delegado da Polícia Federal Helio Khristian, que nem sequer estava a par do caso Marielle, dizendo saber quem seriam os mentores do assassinato da vereadora. Ele estava acompanhado da advogada Camila Moreira Lima Nogueira. Quanto a ter procurado a Polícia Federal e não a Civil para fazer a delação, Ferreirinha

alegou não confiar na DH da Capital. Encaminhado então por Helio Khristian, o PM foi ouvido informalmente por mais dois delegados federais. Dado o teor explosivo de suas declarações, os delegados alinhavaram com o chefe da Polícia Civil, Rivaldo Barbosa, e o promotor de Justiça que acompanhava o caso, Homero das Neves Freitas Filho, a ida de Ferreirinha à Polícia Civil para depor. O procedimento foi feito com o aval do secretário de Segurança, general Richard Nunes.

Por causa da intervenção federal nos órgãos de segurança pública do Rio desde 16 de fevereiro, as polícias Militar e Civil, a Secretaria de Administração Penitenciária e o Corpo de Bombeiros estavam naquele momento subordinados ao Exército. Como Ferreirinha procurara a Polícia Federal e não a Civil, achou-se por bem, para evitar melindres, que o depoimento não se realizasse nem na DH da Capital, na Barra da Tijuca, nem na Superintendência da Polícia Federal, no Centro, e sim num “campo neutro”: o Círculo Militar da Praia Vermelha, na Urca, Zona Sul. Para receber o delator nas instalações, improvisou-se uma sala próxima ao restaurante do clube, tradicionalmente área de lazer dos militares.

A visita de Ferreirinha aconteceu em 30 de abril, e a situação foi de desconforto tanto para os policiais civis quanto para os delegados federais, apesar do tom amistoso adotado na ocasião. Afinal, os delegados federais que primeiro ouviram o PM criaram, do ponto de vista da DH, um rebuliço tal que fazia supor que o caso fora desvendado graças a eles. Como o delegado Giniton preferia que o depoimento não sofresse influência de agentes federais, tão logo Ferreirinha chegou ao Círculo Militar sua equipe o encaminhou para a salinha improvisada, onde foi ouvido pelo comissário-chefe da DH e por um inspetor, enquanto o próprio Giniton distraía os delegados federais em outro recinto.

Troncudo e de ombros caídos, Ferreirinha transpareceu tranquilidade ao incriminar seu ex-chefe Curicica diante dos investigadores. Sobre a própria trajetória, disse ter entrado para a Polícia Militar 17 anos antes, chegando a segundo-sargento. Atuara no 18º BPM (Batalhão da Polícia Militar), em Jacarepaguá, e era lotado no 15º BPM, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

— Sempre combatendo o crime organizado! — declarou, buscando empatia.

Ferreirinha justificou sua delação dizendo estar jurado de morte por Curicica, preso desde 27 de outubro de 2017 por posse ilegal de arma.

Segundo Ferreirinha, seu ex-chefe queria vingança por acreditar ter sido ele o autor da denúncia que o levava para a Penitenciária Bandeira Stampa (Bangu 9), unidade na Zona Oeste destinada a receber prioritariamente detentos ligados a milícias. Assim, a fim de salvar a própria pele, Ferreirinha então teria procurado a PF para relatar a responsabilidade do ex-patrão não apenas na morte de Marielle, mas também em diversos outros crimes jamais desvendados. A intenção do delator parecia ser a de que suas acusações levassem o miliciano a ser transferido para um presídio federal de segurança máxima, o mais distante possível do Rio de Janeiro, tornando mais difícil a comunicação entre Curicica e seus comparsas fora da cadeia.

Sobre as relações com Curicica antes do rompimento com ele, Ferreirinha contou que entrara para o ramo de exploração clandestina de sinal de TV a cabo na área da Boiuna, em Jacarepaguá, com dois “colegas de farda”. Chefe da área, Curicica teria começado a aliciá-lo para que trabalhasse com ele. Aborrecido com o assédio, um de seus “colegas de farda”, o policial militar Rafael Freitas Pacheco da Silva, o “Leão”, foi questionar Curicica.

— O Leão decidiu peitar o Curicica, mas o miliciano mandou matar ele. Depois me procurou, propondo que trabalhasse para ele. Temendo pela minha vida, aceitei — narrou Ferreirinha.

Na organização, ele ficou com a tarefa de fazer a cobrança dos pagamentos referentes aos diversos serviços impostos aos moradores da favela, o que incluía até oferta de cigarro contrabandeado do Paraguai. Com o tempo, tornou-se um dos capangas mais próximos de Curicica. Disse à polícia que pretendia deixar o grupo, mas admitiu que mudara de ideia ao receber uma incumbência que revelava o alto nível de confiança depositado nele: cuidar da segurança da ex-mulher e da filha menor de idade do patrão. Com isso, subiu de posto na hierarquia da facção e passou a acompanhar o chefe inclusive a restaurantes.

O PM relatou que Curicica queria “dar um fim” na vereadora para atender a um pedido do vereador Marcello Siciliano, do PHS, colega de Marielle na Câmara. Os dois vereadores haviam chegado a desenvolver juntos, um mês antes da morte da parlamentar, um projeto de lei para criar o Programa de Desenvolvimento Cultural do Funk, que poderia abrir um caminho para o reconhecimento do gênero musical como um patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro. Ainda conforme relato do PM às autoridades, Siciliano teria entrado em contato com Curicica e reclamado de Marielle, mas sem explicar ao miliciano a razão da queixa.

Para ilustrar o tamanho do ódio que Siciliano supostamente nutria por Marielle, o informante mencionou uma das idas com o patrão a um bar do Recreio dos Bandeirantes, em meados de junho de 2017, quando teria ouvido pela primeira vez o nome da vereadora. Ferreirinha estaria sentado a pouco mais de um metro da mesa em que o patrão conversava com Siciliano quando, subitamente, viu o vereador “esbravejando” e esmurrando a mesa:

— Aquela Marielle filha da puta, com aquele Freixo maconheiro, bando de safados, eles já passaram dos limites, precisamos resolver isso. Não aguento mais!

Curicica teria pedido calma ao parlamentar. O encontro durara cerca de uma hora e Ferreirinha não teria sido o único comparsa presente. Além dele, três seguranças de Curicica estariam sentados a certa distância: o policial militar Leandro Marques da Silva, o “Mingau”, o PM reformado Alan de Moraes Nogueira, o “Cachorro Louco”, e o ex-bombeiro Luis Cláudio Ferreira Barbosa. Os três acabaram sendo presos. Inquiridos, Leandro e Alan negaram a existência do encontro, enquanto Luis Cláudio optou por permanecer calado. Num segundo depoimento, Alan decidiu ficar igualmente em silêncio.

+++

Embora meses depois se revelasse uma farsa mirabolante, naquele momento o depoimento de Ferreirinha teve grande impacto na DH. Estava ali, por obra do acaso, alguém disposto a entregar, por livre e espontânea vontade, o nome dos mandantes e dos executores do crime que chocara o país. Todavia, devido à antiga rivalidade entre as polícias Civil e Federal, mas também porque Giniton não ficara inteiramente convencido da veracidade do relato do delator, ele não alardeou a versão apresentada pelo PM. Aos poucos, conforme Ferreirinha ia revelando pormenores de outros crimes praticados por Curicica é que o delegado passou a lhe dar um voto de confiança. Em conversa com jornalistas, em junho de 2018, Giniton diria:

— Ele traz muitos detalhes, muitos elementos. É claro que estamos cruzando com provas de outros inquéritos que estavam parados. A testemunha é muito interessante, rica mesmo. Mas ainda é cedo para confiar plenamente em tudo o que ele diz. Ele já nos deu vários crimes que teriam

sido praticados por Curicica. A nossa estratégia é pôr em cima do miliciano todos esses casos. Aí a gente pergunta: “Vai colaborar?”

E, nesse ponto de sua fala, o delegado deu um sorriso sugerindo que a técnica de abordagem para atrair Curicica implicaria certa audácia.

Um episódio ocorrido em 8 de abril daquele ano, antes do depoimento de Ferreirinha, teria ajudado a robustecer a tese de que Curicica e Siciliano estariam envolvidos na morte de Marielle e Anderson. Tratava-se do assassinato do líder comunitário Carlos Alexandre Pereira Maria, o “Alexandre Cabeça”, colaborador do vereador entre os eleitores na Boiuna. “Cabeça” costumava usar um colete com o nome de Siciliano no peito e em seu Facebook ele se dizia assessor do parlamentar. Seu corpo foi encontrado dentro de um carro abandonado na região. Do ponto de vista da polícia, o crime tinha feições de “queima de arquivo”. Não apenas porque a DH teria obtido a informação de que a ordem para a execução partira de dentro de Bangu 9, onde Curicica cumpria pena, mas também porque Siciliano fora chamado à DH para depor no caso Marielle dois dias antes do assassinato de “Cabeça”.

Para a polícia, tudo parecia se encaixar “naturalmente” naquele quebra-cabeça. De fato, o assassinato de “Cabeça”, uma pessoa tão próxima a Siciliano, dois dias após a ida do vereador à DH e os rumores de que o assassinato teria sido tramado dentro de Bangu 9, onde estava Curicica, fortaleceram a versão de Ferreirinha de que os dois seriam responsáveis pela morte de Marielle e Anderson. Uma armação que só seria desmontada pelos investigadores da Polícia Federal em maio do ano seguinte, com a conclusão de um inquérito que durou seis meses e que ficaria conhecido como “investigação da investigação”, ou seja, a apuração desenvolvida por agentes federais sobre a linha investigatória seguida pela DH desde o depoimento de Ferreirinha.

À frente das investigações da morte de “Cabeça”, o delegado substituto da DH, Luis Otávio Franco, concluiria que o líder comunitário fora assassinado a mando de outro detento de Bangu 9, Diogo Maia dos Santos, e que o executor seria Ruy Ribeiro Bastos, que, preso, admitiu o crime. Na casa de Ruy, a polícia encontrou a arma usada para matar “Cabeça” e um celular com diversas mensagens de Diogo encomendando o assassinato, mas nenhuma de Curicica. Por isso Luis Otávio entendeu que não havia provas suficientes para incriminar o miliciano.

Já para Ginton havia coerência na versão de Ferreirinha, que apontara Curicica como interessado no crime, apesar de jamais esclarecer por que ele desejaria a morte do líder comunitário. Em 26 de junho, como Luis Otávio ignorasse o pedido de Ginton para incluir o miliciano nas investigações, o próprio titular da DH fez um aditamento ao inquérito contra Curicica, com a justificativa de que ele seria o “mentor intelectual” do homicídio. Ao fechar o inquérito, Ginton indiciou Curicica como mandante da morte de “Cabeça”, enquanto Luis Otávio indiciou Ruy, Diogo e mais dois cúmplices da dupla.

O MPRJ denunciou o grupo todo e, em dezembro de 2019, a Justiça determinou que todos fossem a julgamento por júri popular, o que ainda não ocorreu. Enquanto na esfera estadual, à qual cabia investigar o homicídio de “Cabeça”, houve o entendimento da existência de indícios da participação de Curicica no crime, no relatório da “investigação da investigação” da PF, conduzida pelo delegado adjunto Leandro Almada, constatou-se o contrário. Para Almada, Curicica não participou do crime e a DH teria incriminado Curicica apenas para forçá-lo a “confessar” ter matado Marielle. Afinal, a pressão para encontrar o autor da morte da vereadora continuava intensa.

Ainda confiante em Ferreirinha, Ginton providenciou proteção da DH para o PM. Uma lacuna, contudo, continuava a deixar sua versão do crime a descoberto: que interesse Siciliano teria na morte de Marielle? E por que Curicica atenderia a um suposto pedido do vereador, mandando seus capangas executá-la, já que ele próprio estava preso? Em busca de respostas, os investigadores da DH começaram a vasculhar as questões envolvendo grilagem em terras dominadas por milicianos.

Era de domínio público que Siciliano atuava como empresário do ramo imobiliário em Vargem Grande e Vargem Pequena, área de milícias, e que o vereador não seguia a legislação estabelecida para o setor. Por isso uma das possibilidades era a de que a parlamentar poderia ter atrapalhado seus negócios por meio de iniciativas que cobravam a regularização de terras na região. Ginton gostava dessa tese, levantada por jornalistas mas nunca comprovada, e não arredaria pé dessa linha de apuração por mais de um ano. Sem resultados.

+++

Marcello Siciliano foi eleito para a Câmara Municipal no mesmo ano em que Marielle, tendo angariado 13,5 mil votos na Zona Oeste, quase toda tomada por paramilitares. Em 2014, quando concorreu a deputado estadual e perdeu, seu nome já aparecia num relatório confidencial da Subsecretaria de Inteligência — ligada à extinta Secretaria de Segurança do estado — como candidato com forte influência em áreas de milícia. Certo dia, ao ser perguntado por uma repórter se contava com o apoio de paramilitares em campanhas eleitorais, Siciliano negou com veemência. Atribuiu seu bom trânsito nas favelas à relação amigável que, segundo ele, sabia manter com as pessoas. Disse ainda que obtivera sucesso profissional com a compra e a revenda de automóveis, mas que optara pelo ramo imobiliário por ser mais rentável. Um dos primeiros terrenos adquiridos por ele teria sido em Vargem Grande, onde construiu um condomínio adotando o modelo de transação imobiliária habitual na região: sem escritura definitiva.

— Meus próprios pais moram no condomínio — explicou à repórter, citando os pais talvez para imprimir um ar de legalidade à transação. — Eu, até certo tempo, morei lá também, durante o primeiro casamento. É comum não ter escritura, porque a região tem muita posse. Mesmo assim, se registra em cartório.

No início dos anos 2000, quando o futevôlei despontava nas praias cariocas como mais uma mania de verão, Siciliano passou a praticar o esporte na orla da Barra da Tijuca com uma turma que incluía Romário e Edmundo, ex-integrantes da seleção brasileira de futebol. Apaixonado pela jovem Verônica Garrido, com quem se casou, Siciliano sentiu-se estimulado a perder alguns quilos extras correndo na areia. Verônica tinha um filho e havia sido casada com um dos bicheiros mais temidos da Zona Oeste, Rogério Andrade, que ajudara a criar o enteado, fruto de um relacionamento anterior de Verônica. Agora, também Siciliano ajudaria a criar o filho de Verônica, com quem o vereador teve uma filha.

A acusação de Ferreirinha contra Siciliano acabaria com a tranquilidade do vereador e abalaria seu casamento, devido à notoriedade do caso. O casal chegou a ter a casa invadida por uma operação de busca e apreensão da polícia realizada em 14 de dezembro de 2018 e Verônica se viu convocada a prestar depoimento. A operação não foi desencadeada pela DH, conforme seria de esperar, e sim pelo Gaeco. Convidado por jornalistas a dar uma entrevista sobre a operação policial realizada em sua residência, Siciliano foi logo dizendo, ao descer cercado de seguranças de um carro importado num

posto de gasolina da avenida das Américas, no Recreio dos Bandeirantes, local do encontro marcado com os repórteres:

— Minha mulher não tem nada com isso [morte de Marielle], assim como eu. Ela manda eu tomar cuidado, pois pensa que podem aprontar comigo. Até me aconselhou a ter um segundo telefone. Eu não vou fazer isso. Não tenho nada a esconder.

Conforme se comprovaria bem mais tarde, Siciliano realmente não tinha nada a ver com o caso Marielle, mas, naquele momento, os holofotes estavam todos sobre ele e Curicica, por conta da trama montada por Ferreirinha.

+++

No dia 9 de maio de 2018, Curicica foi transferido de Bangu 9 para a penitenciária de segurança máxima Laércio da Costa Pellegrino (Bangu 1), no Rio mesmo. A mudança fazia parte de uma estratégia da polícia para pressionar Curicica a admitir estar envolvido na morte de Marielle. No dia seguinte, o delegado Ginton e uma equipe de investigadores partiram para Bangu 1. Confiando nas acusações de Ferreirinha, a ideia era oferecer ao preso benefícios em troca de sua suposta confissão pelo duplo homicídio. Mas o miliciano negou o crime, mesmo sabendo que poderia sofrer represálias.

Um novo depoimento de Curicica foi marcado para o dia 16, dessa vez na DH. Mais uma vez o miliciano se disse inocente. Convencido de que teria de pressioná-lo de modo mais contundente, Ginton decidiu transferi-lo para um presídio federal, com regras mais rígidas. Para executar o plano, pediu auxílio aos superiores, ressaltando a importância do caso Marielle devido à repercussão internacional. O secretário de Segurança, general Richard Nunes, com o auxílio de sua Subsecretaria de Inteligência, preparou então um dossiê sobre a necessidade de manter Curicica fora do estado tendo como argumento, além do porte ilegal de arma, a suspeita de participação na morte da vereadora.

Assim, já no mês seguinte, Curicica foi enviado para a Penitenciária Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, a mais de 2 mil quilômetros de parentes e amigos e de seus negócios. Em depoimentos prestados por video-conferência, Curicica repetiria que não mantinha contato com

Siciliano e que “esbarrara” com ele duas vezes na vida: em 2016, durante a campanha eleitoral do então candidato a vereador, no Terreirão, favela do Recreio dos Bandeirantes e reduto de Curicica; e em junho de 2017, num bar do bairro, conforme mencionado nos relatos do PM Ferreirinha. Frisou que nas duas ocasiões apenas apertara a mão do político.

Confrontado na DH a respeito das declarações de Curicica, Siciliano diria ser possível ter tido contato com o miliciano durante a campanha eleitoral. Já quanto ao encontro no bar, o vereador foi categórico, como em outras situações diante da imprensa:

— Não me lembro de isso ter acontecido. Estou indignado com tudo isso e revoltado com tal afirmação maligna que fizeram a meu respeito. Eu quero que isso se resolva o mais rápido possível, pois a minha família e a da Marielle estão sofrendo.

A história, portanto, não fechava. Na época, repórteres perguntaram ao comissário mais próximo a Giniton, Marco Antonio de Barros Pinto, por que a DH não buscava outras linhas de investigação, em vez de insistir somente nas diligências em torno de Curicica e Siciliano, que vinham se revelando infrutíferas. Ele respondeu:

— Se já temos um alvo, para que buscar mais? Vamos checar tudo o que o Ferreira nos passou e correr atrás de evidências que provem que Curicica e Siciliano são os mandantes da morte de Marielle e Anderson. A testemunha nos leva aos locais e mostra, com detalhes, que Curicica sempre foi matador. Pode levar o tempo que for preciso, mas é muito difícil não terem sido eles. O tempo da investigação é diferente do que as pessoas querem.

Siciliano e Curicica, porém, apesar de apontados no inquérito como possíveis autores do crime, não seriam indiciados. Não se conseguiria nenhuma prova contra eles que justificasse indiciamento.

+++

Até Curicica surgir como suspeito no caso Marielle, tanto a polícia quanto a imprensa sabiam muito pouco sobre ele. Somente a Draco (Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas) chegara a abrir uma investigação em torno do miliciano: aquela que o levava para a cadeia por posse ilegal de arma de fogo. Entretanto, em seu reduto, Curicica era uma espécie de lenda. Conta-se que uma vez chegou sozinho a um ponto de

venda de drogas na favela da Cidade de Deus, na Zona Oeste, e dominou o local travestido de mendigo. Um dos traficantes teria lhe perguntado:

— Qual é, velho?

Coberto de andrajos, Curicica teria puxado uma pistola de dentro de um saco plástico e matado esse inimigo e todos os outros que vieram atrás do primeiro. Numa longa carreira de “matador de bandidos”, este é apenas um dos supostos episódios que compõem sua biografia, iniciada em Campos Elíseos, no município de Duque de Caxias, onde nasceu e cresceu. A mãe de Curicica — e de outros quatro meninos —, Maria do Carmo de Araújo, recorda-se que Orlando, aos 12 anos, saía com um carrinho de mão oferecendo terra para os vizinhos que reformavam suas casas para ganhar alguns trocados. Depois de completar o ensino médio, foi aprovado num concurso e se tornou PM em maio de 1996.

— Decidiu ser PM contra a minha vontade — diz dona Maria do Carmo, declarando, contra todas as evidências colhidas por policiais, que o filho sempre andou dentro da lei. — Ele não matou essa Marielle, quer testemunhar, ser ouvido pelo Ministério Público. Não me contou detalhes, mas garantiu que tem gente graúda por trás [do crime].

Curicica ficaria pouco mais de um ano na corporação. Em agosto de 1997, aos 23 anos, seria preso em flagrante pela PRF (Polícia Rodoviária Federal), na Baixada Fluminense, com um carro de chassi adulterado para ser utilizado em roubo de carga na Rio-Teresópolis. Foi expulso da PM e condenado a cinco anos e oito meses de prisão em regime fechado, mas um ano depois passou para regime semiaberto e acabou sendo solto por bom comportamento. Como o setor de inteligência da Polícia Militar não possui mecanismo de controle de seus ex-integrantes, a maioria, após a expulsão, acaba levando táticas e estratégias aprendidas nas fileiras militares para o dia a dia do crime organizado. Era o caso de Curicica.

Ao sair da cadeia, sem ocupação, mas ainda se sentindo um policial militar, fez inúmeros bicos como agente de segurança. Acabou se firmando como um dos informantes mais empenhados da Polícia Civil, função conhecida popularmente como X-9 e não prevista na legislação brasileira. Nessa condição, o ex-policial não mantém vínculo com a corporação, mas age como se tivesse, andando em viaturas, portando armas e saindo às ruas em busca das informações solicitadas pela polícia. Como pagamento, recebe dinheiro e bens confiscados dos bandidos delatados. Curicica trabalhou

como X-9 por vários anos, principalmente na DAS (Divisão Antissequestro), mas também na Drae (Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos).

A Drae seria extinta em dezembro de 2011 pela Secretaria de Segurança, devido a uma suposta baixa produtividade de seus funcionários. Segundo fontes internas, contudo, a Drae foi fechada por ser uma unidade corrupta. Uma operação conduzida pela PF naquele ano, batizada de Operação Guilhotina, mandou 44 policiais da delegacia para a prisão, entre os quais 21 eram militares. Com o fim da Drae, Curicica caiu em desgraça e ficou descapitalizado. Todas as outras delegacias da Polícia Civil evitavam convocar X-9 com receio de terem de responder a algum procedimento investigatório na Corregedoria Interna da instituição, tal qual ocorrera na Drae.

Fora esse arranjo com ex-policiais militares, a Polícia Civil contava com policiais da ativa cedidos pela Polícia Militar para atuar em operações diversas, inclusive como informantes. Assim como os X-9, esses PMs da ativa ficavam com parte do que era surrupiado dos bandidos. A Drae era a segunda delegacia especializada a apresentar a maior concentração de policiais emprestados no estado, só perdendo para a DAS.

Após a Operação Guilhotina, Curicica estreitaria laços de amizade com o sargento Geraldo Pereira, PM emprestado para a DAS que se viu obrigado a abandonar essa atividade paralela rendosa e retornar aos quadros de sua corporação original. Pereira não se adaptou. Estava naquela função de investigador “por conta própria” havia anos. Colocado de lado após a varredura da Guilhotina, o sargento Pereira pediu para passar para a reserva e virou miliciano, dominando rapidamente as favelas de Jacarepaguá. Um policial civil, que conviveu com ele na DAS, atesta a capacidade do colega:

— [Pereira] era um bom policial, tinha *feeling*, faro para policial. A vantagem dos PMs na DAS era a facilidade de troca de informação entre as polícias, coisa que não acontece de forma institucional, como deveria ser. Outra vantagem é que para o PM acaba sendo um alívio tirar a farda. Então, ele é grato por isso, e para não perder essa condição de agente cedido eles são disciplinados e obedientes. Fica fácil lidar com eles, salvo algumas exceções. Não tenho do que reclamar. Pelo contrário, acho que colaboraram muito com o trabalho na DAS. Lá havia mais de 20 PMs emprestados.

Pelo seu lado, Curicica continuava em dificuldades financeiras e com uma filha prestes a nascer. Convidado por Pereira em 2012 a trabalhar para ele, Curicica não apenas aceitou, como também deixaria clara sua gratidão na

forma de grande dedicação aos interesses do miliciano. Como reconhecimento formal pela qualidade de seus serviços, o novo “funcionário” ganhou de presente a região de Curicica para seu usufruto. Antes de assumir o território, sua alcunha era “Jow”. Mas, para os moradores que ele agora subjugava, passaria a ser “Orlando Curicica”.

Curicica foi paulatinamente aumentando a cartela de serviços oferecidos à sua clientela e fazendo crescer seus territórios para localidades como Boiuna, Camorim e Pau da Fome, em Jacarepaguá, além de Terreirão, no Recreio dos Bandeirantes. Levantamento da Draco realizado em 2016 estimou um lucro semanal de R\$ 200 mil só para ele. Segundo a polícia, sua quadrilha impôs aos integrantes um rígido esquema de divisão de tarefas que beirava o terror, coerente com seu temperamento instável, explosivo e agressivo.

+++

Ao traçar um perfil de Curicica às autoridades, o alcaguete Ferreirinha enfatizou que a maioria dos conflitos no bando era resolvida com execuções por seu ex-patrão. E que essa decisão em geral decorria da necessidade de se vingar de algum “traidor” ou da urgência de proteger seu faturamento. Não havia mortes por “encomenda” em seu currículo; elas eram uma espécie de intercorrências próprias de sua atividade. Na DH ilustrava-se a crueldade de Curicica citando, entre outros episódios, o assassinato, em 7 de junho de 2015, do presidente da Escola de Samba União do Parque Curicica, Wagner Raphael de Souza, o Dádi. Tratava-se de um ajuste de contas por ele não pedir autorização à milícia para organizar eventos públicos e apoiar políticos que não eram os indicados pelos paramilitares. Conforme o depoimento da sobrinha de Dádi, que estava com ele no dia do atentado e sobreviveu, seu tio era um sujeito trabalhador, dono de um quiosque no Recreio dos Bandeirantes, que gostava de organizar festas na favela, mas, de fato, “não baixava a cabeça” para os milicianos.

O pretexto para a execução, ainda de acordo com os investigadores, teria sido a iniciativa do presidente da agremiação de alugar um terreno para a montagem de um circo sem consultar o chefe da milícia. Dádi foi brutalmente atacado quando fazia, de carro, o trajeto entre seu quiosque e a quadra da escola, por volta das seis da tarde. De dentro de outro veículo, um

pistoleiro de capacete atirou contra ele e a jovem. Em seu depoimento, ela ressaltou a frieza de Curicica, que, dias antes, posara para fotos com seu tio chamando-o de “amigão”.

O assassinato de Dádi foi investigado pelo delegado Daniel Rosa, que, na época, ainda trabalhava na DH da Capital. Ele pegou o caso num de seus plantões da madrugada. Em 3 de agosto de 2018, em videoconferência agendada pelo 3º Tribunal do Júri sobre o assassinato, Ferreirinha, que estava no Rio de Janeiro, ficou pela primeira vez após a morte de Marielle diante de Curicica, já preso em Mossoró. Foi impossível não citar Marielle na ocasião, mas o juiz Alexandre Abrahão, que presidia a audiência, pediu que os dois se restringissem ao caso Dádi.

Nesse dia, Ferreirinha acusou Curicica de ter mandado preparar uma emboscada para o delegado Daniel Rosa, revelando que este escapara sem nem imaginar que estava sendo perseguido. No telão do auditório da Justiça o olhar de Curicica, cujo rosto ocupava uma parede de cerca de oito metros de altura, era de ódio em direção ao ex-comparsa. Curicica culpava Ferreirinha por sua prisão, ocorrida na frente de seu filho de 12 anos, fruto de seu primeiro casamento, e da filha de 6, nascida do casamento com Thaís Rodrigues. Até hoje, no entanto, tal hipótese não se comprovou, embora seja considerada pela polícia, de fato, a mais provável.

No dia da prisão, a família estava na casa de Thaís, em Vargem Pequena, fazendo uma comemoração íntima do aniversário do garoto enquanto preparava sua festa, que aconteceria no dia seguinte. De súbito, a residência foi invadida por policiais da Draco e da Core (Coordenadoria de Recursos Especiais). Ao encontrarem uma pistola num dos cômodos, deram voz de prisão ao miliciano. Ele se defendeu sustentando ser um simples comerciante de galões de água. Não adiantou. Foi levado para Bangu 9.

Outro episódio narrado por Ferreirinha para encorpar o perfil de Curicica traçado por ele teria ocorrido em 25 de fevereiro de 2017, quando o miliciano teria mandado executar em seu próprio sítio, em Guapimirim, dois ex-capangas: o PM José Ricardo da Silva, lotado no 5º BPM, e o ex-PM Rodrigo Severo Gonçalves. Ferreirinha admitiria ter assistido à execução. Um dos investigadores do caso Marielle definiria Curicica como “um psicopata padrão”:

— Ricardo, o policial que foi uma das vítimas do duplo homicídio de Guapimirim, era chamado por Orlando [Curicica] de “filho”. No enterro, Orlando chegou a consolar a esposa da vítima. Ele é extremamente frio.

Se entre os policiais do Rio de Janeiro Curicica era considerado psicopata, entre os agentes da Penitenciária Federal de Mossoró era visto como vítima de injustiça, uma vez que fora despachado para lá sem nem sequer ter sido indiciado pelo duplo homicídio do qual era acusado. Encorajado, o miliciano solicitou uma audiência, explicando estar em Mossoró como mera medida de coação por parte da DH. Juiz federal responsável pelas decisões que diziam respeito ao presídio em Mossoró, o corregedor Walter Nunes da Silva Júnior providenciou para que o detento fosse ouvido pela procuradora regional dos Direitos do Cidadão Caroline Maciel, do Ministério Público Federal, o que foi feito em agosto de 2018.

Não era de agora que o MPF tentava entrar nas investigações sobre o assassinato de Marielle e Anderson. Já em 15 de março de 2018, dia seguinte ao do crime, a então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, instaurara um procedimento para embasar um pedido de deslocamento de competência do caso para o STJ, a fim de que o MPF e a Polícia Federal pudessem tomar a frente do trabalho. Emenda acrescentada à Constituição Federal em 2004 prevê a federalização das investigações em torno de crimes que envolvam “graves violações aos direitos humanos” e incapacidade das forças de segurança do estado de elucidar o delito. O gesto da procuradora-geral gerou suscetibilidade no seio do MPRJ, que, em 3 de abril de 2018, conseguiu a preservação de sua autonomia por meio de uma liminar concedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

+++

No longo depoimento concedido à procuradora Caroline Maciel, Curicica admitiu não ser “santo”, mas afirmou que a morte de Marielle não fazia parte da lista de prestação de contas dele com a Justiça. E insistiu que sofrera pressão por parte do titular da DH. Conforme consta nos relatos anotados pela representante do MPF, o ex-PM declarou que “[Giniton] foi me ouvir, mas já chegou dizendo que tinha ido lá para ouvir eu falar que o Siciliano tinha me pedido para matar a vereadora. Eu disse que isso não era verdade. Ele disse: ‘Fala que o vereador te procurou e você não quis e outra pessoa fez.’ Como me recusei, ele disse que ia futucar a minha vida e colocar inquéritos na minha conta e me mandaria para Mossoró. De fato, foi o que fez, mas o

tempo todo percebi que eles [os policiais] estavam perdidos, sem caminho nenhum”.

O miliciano aproveitou a oportunidade e fez outra denúncia-bomba sobre as relações mantidas entre os banqueiros do jogo do bicho e a administração anterior da DH da Capital, então sob o comando do delegado Rivaldo Barbosa, agora chefe da Polícia Civil. Declarou que não só existia um esquema de propina montado na delegacia para que a polícia fizesse vista grossa às atividades da contravenção no estado, como havia nos quadros da DH uma equipe sempre a postos para sumir com evidências que incriminassem os bicheiros. E finalizou a conversa com a procuradora afirmando que sua prisão era conveniente para inúmeras autoridades porque ele conhecia as entranhas da DH sob o comando de Rivaldo. E que por isso fora mantido em Bangu 9. E não por usar arma de fogo sem autorização. Pelo mesmo motivo teria sido confinado em Bangu 1 e, finalmente, em Mossoró, de cuja cela de seis metros quadrados ele só saía para um banho de sol diário.

Procurado por repórteres, Rivaldo se defendeu:

— Vocês não podem acreditar num criminoso, num bandido, mais do que numa autoridade policial.

O teor das denúncias de Curicica contra a DH foi considerado tão preocupante pela procuradora Caroline Maciel que ela as encaminhou em sigilo diretamente à procuradora-geral, que, em outubro de 2018, pediria à Polícia Federal que investigasse as duas denúncias feitas por Curicica. Na época, em nota enviada para a imprensa por meio de sua assessoria, Rivaldo declarou repudiar “a tentativa de um miliciano altamente perigoso, que responde a 12 homicídios, de colocar em risco uma investigação [caso Marielle] que está sendo conduzida com dedicação e seriedade. Ao acusado foram dadas amplas oportunidades pela Polícia Civil para que pudesse colaborar com as investigações do duplo homicídio dentro do estrito cumprimento da lei”.

Rivaldo ainda destacaria na nota que “a transferência do preso para uma unidade federal foi determinada pelo Poder Judiciário por conta de outro processo, anterior ao de Marielle e Anderson [refere-se ao porte de arma], devido à sua alta periculosidade. Não causam surpresa as ilações feitas pelo preso, tendo em vista que, historicamente, chefes de organização criminosa, notadamente milícias, utilizam-se desse artifício para desmoralizar e desacreditar instituições idôneas e seus membros. Nenhum esforço está sendo poupado para a elucidação do caso Marielle e Anderson, cabendo

ressaltar que todas as técnicas e os recursos disponíveis têm sido empregados no trabalho de investigação. Dentro desse propósito, o chefe de Polícia Civil garante: o caso Marielle e Anderson está muito próximo de sua elucidação”.

+++

— Orlando [Curicica] não é santo. Tem que pagar pelos erros, mas ele não matou essa moça, Marielle. Ele disse isso para a mãe dele, pessoa que ele mais respeita no mundo. Para a mãe ele não mente. Orlando é sujeito homem, tem palavra, assume seus erros — diz Thaís Rodrigues, ex-mulher de Curicica, aos berros, na longa entrevista concedida em uma pizzaria na orla de Natal.

O casal já estava separado quando Curicica foi apontado como mentor da morte de Marielle, mas ela acreditou em sua inocência e o apoiou incondicionalmente. Demonstrava não temer os riscos de ter sido mulher de miliciano, mas sua fragilidade era revelada, por exemplo, pela quantidade de antidepressivos que carregava na bolsa. Ela estava na capital do Rio Grande do Norte para prestar depoimento à Procuradoria Regional do Ministério Público Federal na condição de testemunha de Curicica, e mudava de dócil a explosiva num piscar de olhos. Com fortes sentimentos pelo ex-companheiro, que iam da afeição ao medo, não negava a existência de outros crimes de Curicica, mas dizia que os quase dez anos de convívio com ele faziam-na acreditar piamente em suas palavras.

— Quando nos conhecemos ele trabalhava numa empresa, sem carteira assinada, e em delegacias especializadas. Andava no carro da Polícia Civil, com fuzil e tudo, sem ser polícia — revela, reportando-se ao período em que Curicica atuou como X-9. — O Orlando gosta de investigar. Nasceu para ser policial, prender bandido. Um monte de gente passa informação para ele sobre o submundo do crime porque respeita ele. Por isso sabe de muita coisa. Ele vai abalar as estruturas dessa polícia. Ah, vai!

Thaís sempre acabava por descobrir os casos em que Curicica andava metido. Quando ele buscava abrigo em sua casa, onde ela morava com a filha de ambos, ela ouvia conversas dele com seus cúmplices por trás de paredes e portas, fosse pessoalmente, fosse por celular, cujo chip era constantemente trocado por ele. Curicica não tinha hora para chegar. Passava dias ou

semanas sem ver a família. Mesmo já tendo deixado de exercer a atividade de X-9, às vezes desembarcava de viaturas da PM em frente à porta de Thaís, uma medida de segurança da qual lançava mão mediante pagamento de propina a agentes. E quando surgia, às vezes bêbado e com uma expressão enlouquecida, fora de si, em geral batia nela.

— Está vendo isso aqui? — pergunta Thaís abaixando a alça da blusa estampada para deixar à mostra uma cicatriz na clavícula. — Foi ele quem quebrou.

Esticando os braços ela exhibe marcas de corte no pulso esquerdo, decorrentes das vezes que tentou dar cabo da própria vida. Tanto as brigas do casal quanto as tentativas de suicídio eram frequentemente presenciadas pela filha. Após a separação, a menina, carente da presença do pai, afeiçoou-se ao sargento da PM Ferreirinha, o capanga de confiança do miliciano e seu futuro delator. Thaís conta que, apesar de ter sido Curicica quem designara Ferreirinha para trabalhar como motorista dela e da filha, a proximidade entre os três teria despertado ciúme no ex-companheiro e a suspeita de que ela e o Ferreirinha estivessem tendo um caso. Em certa ocasião, lembra ela, o PM precisou tirar Thaís das mãos do miliciano quando ele, fora de si, tentou estrangulá-la.

A menina sabia que Ferreirinha incriminara seu pai e que o tipo de vida que ela e a mãe vinham levando era consequência disso. Por medida de segurança, as duas dormiam cada noite em um lugar desde que o pai virara suspeito do assassinato de Marielle, e não havia previsão para ela frequentar a escola. Em 2018, prestes a fazer 7 anos, ela andava com um tablet na mão assistindo a programas infantis sem conhecer o alfabeto. Outra medida de segurança tomada por Thaís era trocar o chip do celular com frequência para que os inimigos de Curicica não as localizassem. Ela sabia demais sobre a vida dele e era um alvo fácil.

Durante a entrevista, a criança, com as pontas dos dedos chafurdados no catchup de uma pizza, sem saber usar talher para comer, fixou um olhar distante. Thaís lhe perguntou o que ela mais queria naquele momento e a filha respondeu:

— Quero ter uma família feliz, uma casa. Não quero que você morra.

Thaís se tornara “nômade” em especial após setembro de 2018, quando um caminhão no qual transportava e vendia galões de água foi incendiado. Segundo ela, o veículo estava estacionado na favela do Terreirão, um dos redutos de Curicica até sua prisão. Rivals teriam provocado o incêndio como forma de atingir o miliciano. Acionada, a PM teria dito que o fogo fora causado por um curto-circuito e não encaminhou o caminhão para perícia. De acordo com Thaís, os milicianos que tomaram as áreas de Curicica após sua prisão impediram os policiais do batalhão local de levar o caso à delegacia.

— Tem PMs do 31º BPM [no Recreio dos Bandeirantes] que trabalham para os milicianos que tomaram tudo do Orlando. Não dá para procurar a delegacia, pois podem me matar para atingir ele. O jeito é ficar no prejuízo — conclui Thaís.

Após o boicote ao caminhão, do qual tirava seu sustento, Thaís passou a contar com a ajuda de amigos. Ela nega participação nos negócios de Curicica, mas admite que se beneficiava da “segurança” realizada pela milícia dele. Entretanto — continua —, a vida dela se complicara desde que ele fora preso. E mais ainda depois que se tornou suspeito da morte da parlamentar, pois os milicianos que teriam tomado o território e os negócios do ex-PM temiam que ela os denunciasse por ordem do ex-companheiro — o que ela, mais tarde, acabaria fazendo.

Assim, tendo consciência de sua condição de “arquivo vivo”, pegara a filha e abandonara a casa em Vargem Pequena, deixando também de frequentar o sítio de Guapimirim. Embora Thaís afirmasse que o sítio era dela, as investigações da DH indicariam que ela era uma espécie de “laranja”. A Quinta do Valle, como a propriedade era conhecida, fica em Vale das Pedrinhas, área rural que abriga outros sítios ao lado de casas humildes, longe do Centro da cidade, considerada um oásis de tranquilidade ao pé do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, repleto de nascentes naturais. Conforme depoimento do caseiro do sítio à repórter que entrevistou Thaís em Natal, ela tentou legalizar uma mina de água existente na propriedade.

— Infelizmente, a patroa não conseguiu regularizar a mina daqui. Eu busco água em Cachoeiras de Macacu [a cerca de 40 quilômetros de Guapimirim] para ser vendida no Recreio dos Bandeirantes [na favela do Terreirão] — disse, confirmando que a água era vendida no reduto de Curicica.

Uma moradora das vizinhanças diz que a propriedade, até dois anos atrás, tinha outro dono:

— O sítio se chamava Alvorada. Era de um juiz que trazia a família para cá nos fins de semana. Agora, eu nem sei quem é o dono. O pessoal que vai para lá passa pela estrada com o vidro escuro e levantado. Eles não se relacionam [com outros moradores].

Com cerca de 6 mil metros quadrados, a Quinta do Valle possui uma casa grande, piscina e campo de futebol. O terreno é devassado. De acordo com Giniton, uma perícia realizada no local daria sustentação à denúncia feita por Ferreirinha de que o PM José Ricardo da Silva e o ex-PM Rodrigo Severo Gonçalves teriam sido executados no sítio. Havia vestígios recentes de argamassa na pilastra da churrasqueira, um indício de que houvera um remendo ali, possivelmente para encobrir perfuração de bala.

Os corpos de Severo e José Ricardo foram escondidos no carro do próprio José Ricardo, um Hyundai ix35. Em seguida, o veículo foi conduzido por um dos capangas de Curicica até Brás de Pina, na Zona Norte, 62 quilômetros adiante, e incendiado. Câmeras instaladas na praça do pedágio da Rodovia Rio-Teresópolis flagraram seu trajeto cerca de uma hora antes de sua destruição, de acordo com Giniton. Posteriormente, os restos do veículo foram encontrados com os dois corpos incinerados dentro dele.

+++

Curicica tem ainda uma longa e antiga história com a contravenção. Em 17 de maio de 2016, o sargento Pereira, seu mentor, seria assassinado, provocando uma grande sacudida na vida do ex-PM e uma corrida sem precedentes entre milicianos pelo controle territorial da Zona Oeste. Seguida de uma onda de assassinatos, a morte do sargento colocava no centro do embate, em especial, as áreas de Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena. Em entrevista dada a repórteres de *O Globo*, Curicica apontou o policial civil Jorge Luiz Fernandes, o Jorginho, primo e sócio de Pereira, como um dos interessados na morte do parente.

Jorginho fora preso preventivamente em 2006, no âmbito da Operação Gladiador, que desarticulou uma quadrilha formada por policiais civis e militares que davam proteção a contraventores. Dois anos depois, ele seria

um dos alvos de outra ação da PF: a Operação Segurança Pública S.A. Dessa vez, o objetivo era prender uma organização criminosa formada dentro da Polícia Civil. As investigações revelaram que o bando usava a estrutura da instituição para lavagem de dinheiro, contrabando e corrupção. Processado e excluído da corporação, Jorginho teve seu processo relativo às investigações da Segurança Pública S.A. trancado na Justiça porque o TRF2 entendia que essa operação era um desdobramento da Gladiador, na qual Jorginho já respondia como réu. Finalmente julgado, foi absolvido pela Justiça. Em novembro de 2018, declarou à imprensa que Curicica tentava incriminá-lo “lançando informações falsas” para “retirar o foco de si próprio, fazendo-se fantasiosamente de vítima”.

De acordo com Curicica, antes da morte de Pereira, Jorginho era o responsável pela administração das máquinas caça-níqueis na Zona Oeste. Iniciada pelos banqueiros do jogo do bicho havia décadas, a atividade, também contravenção penal, passou com o tempo a ser explorada pelo crime organizado. Por isso dá margem à lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de armas e de drogas e enriquece tanto os que atuam diretamente no negócio quanto os que terceirizam a prática, que recebem um “bônus” pela cessão do espaço para a alocação das máquinas. Com a milícia avançando por redutos tradicionalmente de banqueiros do bicho e cobiçando seus empreendimentos, como os caça-níqueis, ficou estabelecido que quem explora o jogo deve “pagar o chão” ao bicheiro, uma espécie de taxa ao “dono da área”. Não à toa o Rio de Janeiro foi fatiado pelos contraventores a partir de um acordo tácito: se um invade a área do outro, a disputa é resolvida imediatamente com a contratação de matadores de aluguel.

Curicica contou que alertou o sargento Pereira quando descobriu que Jorginho tinha um plano para assassiná-lo. Mas Pereira ignorou a ameaça. Lembra Thaís:

— O Orlando [Curicica] disse que ele bateu no peito e disse: “Eu sou o Pereira, ninguém me pega.” Dias depois, ele foi morto na academia, no Recreio dos Bandeirantes. O Orlando entrou em choque. O Pereira era um pai para ele. Ele procurou pessoas ligadas a Jorginho e disse que o crime não ficaria impune.

Nunca se comprovou a acusação contra Jorginho. E esse é mais um caso, entre tantos, não elucidado pela DH. De todo modo, desde então, a guerra entre Curicica e Jorginho ficaria oficialmente declarada. E quem viria a

assumir o lugar do falecido sargento em toda aquela vasta região seria Curicica e não o parente Jorginho.

+++

Na entrevista concedida em Natal, Thaís afirmou que, com ciúme da relação dela e da filha com Ferreirinha, Curicica tirou-o dos negócios. E quando ela soube que seu ex-companheiro pretendia matá-lo — tendo descoberto até mesmo o dia, a hora e o local em que o PM seria morto —, mandou um recado para Ferreirinha. Era uma forma de retribuir a ocasião em que ele impediu que Curicica a estrangulasse.

Mesmo mantendo uma relação abusiva com o pai de sua filha, Thaís admite que é forte a ligação emocional com ele. Ela própria exemplifica esse fato lembrando que, quando sua casa foi invadida pelos policiais da Core, ela desceu correndo do segundo andar e foi para a sala, onde ele brincava com a menina.

— Não sei o que deu em mim. Pulei na frente de Orlando para protegê-lo. Eles iam matar ele! Ele não tem dúvida: quem entregou ele foi Ferreira. O Orlando conseguiu descobrir isso depois. A cabeça dele tinha preço.

Em sua audiência na Justiça, Curicica confirmaria à juíza:

— Estava em casa, arrumando [as coisas para] a festa que ia ter no domingo, do aniversário do meu filho. Os policiais da Core, mesmo me vendo desarmado, mantiveram a posição de tiro e só não me forjaram um “auto de resistência” porque a mãe da minha filha ficou agarrada comigo e acabou sendo agredida pelo policial.

O miliciano contou ainda que morava com a mãe dele e um filho em Bonsucesso. Por ser o aniversário do garoto, órfão de mãe, levava-o para confraternizar com a irmã na casa de Thaís.

No fim de novembro de 2018, Thaís detalharia, em depoimento à procuradora regional potiguar Caroline Maciel e à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, por meio de videoconferência, o avanço de Ferreirinha sobre os territórios de Curicica. Na DH, também revelaria que o ex-companheiro lhe confidenciara, antes mesmo de se ver envolvido no caso Marielle, que descobrira um plano para matá-lo dentro de Bangu 9 arquitetado fora da prisão por Jorginho e Ferreirinha. De acordo com

Curicica, ambos temiam que ele fosse libertado, retomasse os negócios em Jacarepaguá e mandasse matá-los.

— Tentaram envenenar a comida dele — pontua Thaís. — O Orlando ficou um palito. Não comia nada lá dentro. E mesmo os alimentos que eu levava, ele tinha medo de comer, pois, na hora da revista, as bolsas ficavam juntas com as dos outros familiares de detentos. Seria uma boa oportunidade para colocarem algo no alimento. Passamos a deixar nossa filha vigiando a sacola. Só assim ele conseguia comer. Era um sufoco.

+++

Enquanto a armadilha para matar o miliciano na cadeia não vingava, do lado de fora, segundo Curicica contou à procuradora Caroline Maciel, era colocado em prática um sofisticado plano B engendrado por Jorginho e Ferreirinha: escantear Curicica de vez montando uma farsa que o responsabilizasse pelo crime de maior repercussão no país naquele ano de 2018 — a morte de Marielle e de seu motorista. Com essa intenção, o bicheiro teria pedido ao conselheiro afastado do TCE-RJ Domingos Brazão, político influente em Jacarepaguá, em especial na região da Gardênia Azul, que lhes indicasse o nome de um delegado da PF como contato. O que foi feito.

E aqui começa a surgir a história divulgada pela polícia: o delegado da PF Helio Khristian, que não integrava o grupo das investigações em torno do caso Marielle, a cargo da Polícia Civil, recebeu Ferreirinha, que alegou não ter ido diretamente à DH por não confiar na equipe da delegacia. Aparecem então os três delegados da PF para os quais Ferreirinha apontou o nome de Curicica e o do vereador Marcello Siciliano como mentores do crime (Siciliano é desafeto de Domingos Brazão, pois ambos disputam o mesmo curral eleitoral). Ferreirinha foi encaminhado à turma da DH e lá começou a detalhar suas denúncias, com o aval do secretário de Segurança, general Richard Nunes.

Após Ferreirinha dar seu primeiro depoimento à DH, correu na imprensa a informação de que um amigo e ex-assessor de Domingos Brazão, o agente aposentado da Polícia Federal Gilberto Ribeiro da Costa, o Gilbertinho, é quem teria feito a ponte entre Ferreirinha e o tal delegado da PF. Interrogado, Gilbertinho negou participação nesse rocambolesco plano para

incriminar Curicica e Siciliano, e a PF, de fato, não encontrou indícios de envolvimento do agente aposentado. Domingos Brazão negou qualquer participação na história.

Em 21 de fevereiro de 2019, numa diligência da Polícia Federal decorrente do pedido de Raquel Dodge para investigar as duas graves denúncias de Curicica — a de que Giniton o teria pressionado para assumir o duplo homicídio e a de que corriam soltas atividades ilícitas na DH sob o comando de Rivaldo —, Ferreirinha entregou os pontos. A PF apontou suas contradições e ele finalmente se viu obrigado a admitir ter mentido sobre a existência da conversa entre Curicica e Siciliano no bar do Recreio dos Bandeirantes. Confirmaria que os dois estavam no local naquele dia, mas que se sentaram afastados.

Ao ser perguntado por que inventara tantas mentiras, Ferreirinha disse que “arquitetara” a história para se ver definitivamente livre de Curicica, pois queria dominar a área de milícia do ex-patrão, o que chegou a acontecer em Campo da Merck, em Jacarepaguá. Disse ainda que incluiu Siciliano em seu plano depois da morte de “Alexandre Cabeça”, colaborador do vereador, para dar mais veracidade à história, já que Siciliano era um político. Segundo constava, Curicica e Siciliano nem sequer se conheciam. Em outras palavras: todas as acusações envolvendo Curicica e Siciliano na morte de Marielle haviam sido forjadas.

A PF concluiu que apenas Ferreirinha e sua advogada, Camila Moreira Lima Nogueira, deveriam responder pela farsa. Domingos, Gilbertinho, Jorginho e os delegados federais, também investigados, foram inocentados. No entanto, algumas dúvidas surgiriam. Em dezembro de 2018, com a prisão de um cúmplice de Curicica, Renato Nascimento dos Santos, o “Renatinho Problema”, a versão de que o ex-PM e Siciliano não se conheciam passou a ser contestada, pois o capanga afirmou que tanto os dois se conheciam que, algumas vezes, ele próprio servira de motorista a Curicica nos encontros de ambos. Um deles teria ocorrido numa das imobiliárias do vereador, no Recreio dos Bandeirantes. Disse ainda que chegou a buscar Siciliano, em casa, para conversar com seu patrão. Por que nenhum dos dois nunca admitiu essa proximidade? Essa pergunta não foi respondida.

Em maio de 2019, a Polícia Federal concluiria seu inquérito contra Ferreirinha com base em um relatório de 592 páginas assinado pelo delegado federal Leandro Almada. Não apenas o PM foi indiciado por obstrução às investigações da morte de Marielle e Anderson, mas também sua advogada, Camila Moreira Lima Nogueira, cúmplice na artimanha de Ferreirinha, com quem estaria tendo um relacionamento amoroso, conforme se constataria pela análise de mensagens entre ambos via aplicativos de celular. Ferreirinha foi preso, enquanto Camila passou a responder pelo crime em liberdade. A advogada nega participação na farsa e diz que, a partir de fevereiro de 2019, passou a colaborar com os investigadores federais justamente por perceber que havia contradições na história do parceiro.

Constam do relatório da PF mensagens do comissário Marco Antonio de Barros Pinto enviadas para Camila e Ferreirinha nas quais dá orientações sobre como ambos deveriam proceder nos depoimentos contra Curicica. Classificando essa conduta de irregular, o delegado Almada repassou as mensagens ao MP estadual e à Corregedoria da Polícia Civil. Em sua defesa, o comissário alega que Ferreirinha era tido como a testemunha-chave do caso Marielle e era sua obrigação protegê-lo:

— A segurança dele estava nas nossas mãos. Se algo lhe acontecesse, a responsabilidade seria toda nossa. Orientei, sim, ele a entrar pelos fundos da delegacia, pois havia o assédio da imprensa e ele poderia sofrer um atentado durante a confusão. Se algo lhe acontecesse, iria para a nossa conta.

Ao tomar conhecimento da conclusão do inquérito, Siciliano desabafou:

— Apanhei muito. Mereço um reconhecimento de que fui injustamente apontado por quase um ano como suspeito de matar a Marielle, uma colega de trabalho. Podia ter ficado preso por anos. A pessoa que mentiu ao meu respeito agora está presa. Fui covardemente apontado como suspeito por causa do meu trabalho. A minha história política praticamente acabou. Terei que me reerguer. Não vou recuar da política.

5.

Escritório do Crime

“Sei que o doutor quer saber da morte da vereadora. Tenho um monte de bronca, mas este [caso] não está na minha conta.”

PALAVRAS DO EX-CAPITÃO DO BOPE ADRIANO MAGALHÃES DA NÓBREGA, APONTADO COMO CHEFE DOS ASSASSINOS PROFISSIONAIS DO ESCRITÓRIO DO CRIME, ANTES DE INICIAR SEU DEPOIMENTO NA DH SOBRE O CASO MARIELLE. SERIA MORTO PELA POLÍCIA BAIANA EM FEVEREIRO DE 2020.

A forma como o homicídio de Marielle foi planejado e executado fez com que a DH da Capital acabasse batendo na porta do chamado Escritório do Crime, o mais perigoso grupo de pistoleiros do estado. Formado principalmente por ex-policiais de tropas de elite e sediado em Rio das Pedras, berço das milícias na Zona Oeste, o Escritório ganharia visibilidade na imprensa a partir do caso Marielle.

— O momento é de mexer as peças. Dar um sacolejo em algumas pessoas. Uma hora alguém conta alguma coisa. Esta é a hora — declarou o delegado Ginton numa das muitas tardes de tensão na sede da DH.

Com essa convicção, ele acabou chegando ao nome de Adriano Magalhães da Nóbrega, o cabeça do Escritório e um dos homens mais temidos entre as organizações criminosas locais. Ex-capitão do Bope, Adriano crescera em Sampaio, uma comunidade pobre da Zona Norte. Adolescente franzino, admirava as incursões dos policiais militares pela favela e corria para vê-los em ação, espiando por trás das cortinas das janelas de sua casa. Acompanhava do início ao fim o corre-corre e as eventuais prisões. Numa dessas vezes, em 1994, ficou cara a cara com um dos integrantes do Bope.

— Tínhamos acabado de sair do Túnel Noel Rosa — lembra um membro da tropa de elite que participou dessa investida. — Íamos para a favela do Jacarezinho quando vimos marginais correndo, armados, embaixo do elevado. Desviamos nosso trajeto para sair à caça dos bandidos. Sempre fazíamos isso quando encontrávamos criminosos se exibindo. Ferimos um deles ou mais, não lembro direito. Seguimos o rastro de sangue e fomos parar num beco, onde havia esse rapaz atrás da cortina. Mandamos ele sair. Quando mostrou o rosto, percebi que era apenas um jovem comum. Não me esqueci daquele rosto. Alguns anos depois, ele bateu na porta da minha sala [na PM] se apresentando: “Sou o aspirante Adriano.”

Nesse dia em que foi flagrado na janela de casa por um “caveira” — como os policiais do Bope são chamados —, Adriano fez sua escolha: seria um deles. No ano seguinte, tendo completado 18 anos, fez concurso para oficiais e ingressou como cadete na Academia de Polícia Militar D. João VI, em Sulacap, na Zona Oeste. Começava ali uma promissora carreira militar. Três

anos depois, matriculou-se no Curso de Operações Especiais e foi aprovado no Bope entre os primeiros colocados.

Com a rotina extenuante de exercícios no batalhão, o jovem adquiriu músculos ostensivos que lhe renderam a alcunha de “Urso-Polar”. Ganhou a admiração dos colegas por habilidades como progredir em campos de difícil acesso, em especial montanhosos e arenosos, com dezenas de quilos às costas. Considerado na PM um dos melhores soldados de guerra urbana saídos das fileiras do Bope, submeteu-se a treinamentos altamente especializados e se tornou um atirador de grande precisão e um mestre no manuseio de armas.

— Quando o Bope recebeu caixas com fuzis AK-47 desmontados — relembra um ex-companheiro —, o “Urso-Polar” foi o primeiro a abrir uma e, em minutos, montou a arma sem ler manual nem nada, só na intuição. Ele é muito inteligente e por isso tão perigoso.

Também era considerado o melhor em sobrevivência na selva, podendo passar dias sem beber, sem comer e sem dormir graças a uma resistência rara a intempéries. Foi promovido a instrutor e um colega de turma conta que, como professor, fazia da vida dos alunos um inferno. Simulava situações de extrema humilhação para eles e os vigiava permanentemente, às vezes sem deixá-los dormir.

— Fazia parte da rotina manter guarda na madrugada. [Adriano] aparecia do nada na mata, sem fazer barulho. Apesar das folhas secas no chão, não dava para ouvir nada. Parecia um fantasma. Se divertia com os sustos que dava na gente — diz um ex-aluno seu, relatando um dos episódios sofridos por um novato a mando do professor.

O calouro foi avisado por colegas que teria de acordar o “Urso-Polar” para dar a ele um remédio, mas isso teria de ser feito com calma porque se ele se assustasse ficaria furioso. Quando o jovem foi acordá-lo, Adriano partiu para cima dele, chegando a levantá-lo e a atirá-lo contra uma parede. Ao ouvir risadas por todo lado, o calouro compreendeu que a história do remédio era uma farsa e que o objetivo, planejado por Adriano, era assustá-lo.

— Eram perversos — resume o ex-aluno.

+++

Em 2003, depois do treinamento no Bope, Adriano seria lotado no 16º BPM, em Olaria, na Zona Norte, mais especificamente no GAT (Grupamento de Ações Táticas), minitropa de elite dos batalhões preparada para executar operações de risco em favelas. Nessa unidade juntou-se a outros sete colegas considerados “bons de trabalho” em invasão de comunidades alardeadas como violentas. Sob o comando de Adriano, o GAT logo passou a ser chamado de “Guarnição do Mal” por moradores do subúrbio. Um de seus integrantes era o sargento Italo Campos, o Italo Ciba, que se elegeria vereador em 2016, junto com Marielle.

O GAT seria acusado de, em 28 de outubro de 2003, sequestrar Wilton Arjona da Silva e mantê-lo em cárcere privado, sob tortura, com a finalidade de extorquir resgate no valor de R\$ 1 mil. Segundo a ficha funcional de Adriano, a vítima teria sido levada de casa, em Parada de Lucas, para um terreno baldio no antigo Mercado São Sebastião, na Penha, Zona Norte da cidade. Agentes da Inspetoria-Geral da PM, setor criado para investigar desvios de conduta entre policiais civis e militares, conseguiriam provar que a viatura do GAT em que estavam Adriano, Italo Ciba e outros PMs estivera em Parada de Lucas no dia e no horário do sequestro, pois fora vista por vigilantes de uma empresa próxima ao mercado. Confirmariam ainda, pelo GPS da viatura, que o grupo havia estado entre 20h13 e 20h20 na esquina da rua Paramaribo com a São Bartolomeu, local marcado para o pagamento do resgate.

A Guarnição do Mal repetiria a ação mais duas vezes, conforme ficaria registrado no GPS. No dia 11 de novembro, levou outro morador de Parada de Lucas para um terreno baldio na região do Mercado São Sebastião. Dessa vez a vítima era Anderson Luiz Moura, que ficou das sete da noite até as sete da manhã do dia seguinte sendo submetido a torturas. Também lhe foi exigida a quantia de R\$ 1 mil. Dez dias depois, o GAT sequestraria o guardador de carros Leandro dos Santos Silva, por volta da uma da tarde. Levado para o mesmo local, Leandro foi igualmente torturado. Exigiram-lhe R\$ 2 mil. Ao ligar para a família, o guardador de carro só conseguiu metade do dinheiro. Foi então liberado com a promessa de entregar a segunda metade no dia seguinte. Leandro, no entanto, decidiu denunciar o sequestro à Corregedoria da Polícia Militar. Em menos de 24 horas foi executado na porta de casa.

Acompanhado da liderança comunitária do local, Leandro denunciou a ação dos policiais no dia 26 de novembro de 2003 à Inspetoria-Geral. No dia

seguinte, às seis e meia da manhã, foi fuzilado na porta de casa. A investigação concluiu que a execução ocorrera por vingança, “pelo fato de a vítima ter prestado ‘queixa’ na corregedoria interna da PM”. Assim, foram denunciados Adriano, o capitão Flávio Luiz de Souza, os sargentos Abenor Machado Furtado, Sérgio Rogério Ferreira Nunes, Marcelo da Silva Conceição e Italo Ciba, além dos soldados Alexander Duarte da Silva, Luiz Carlos Felipe Martins e Flávio Rodrigues Neves. Em 24 de outubro de 2005, todos foram condenados em primeira instância. Três dias depois, o deputado federal Jair Bolsonaro, ainda filiado ao PP, discursaria na Câmara, em Brasília, qualificando Adriano como um “brilhante oficial”.

Em 4 de novembro de 2003, dois anos antes de o então tenente Adriano ser condenado, o deputado estadual Flávio Bolsonaro apresentou uma moção de louvor à Guarnição do Mal, pela “dedicação, brilhantismo e galhardia” com que seus integrantes serviam à população. Em junho de 2005, Flávio Bolsonaro concederia mais uma homenagem a Adriano, a Medalha Tiradentes, a mais alta honraria do Parlamento fluminense. Mesmo com a posterior prisão dos policiais, Flávio não sustaria essas homenagens. Adriano ficaria preso por quase três anos no BEP (Batalhão Especial Prisional), próprio para policiais militares infratores, localizado em Benfica na época, na Zona Norte. Os condenados recorreram e todos foram absolvidos em segunda instância, apesar das provas apresentadas pelo MP estadual. Adriano deixaria a cadeia em novembro de 2006 e teria sua promoção para capitão confirmada no boletim da corporação no ano seguinte.

No período que passou na prisão, Adriano começou a ser sondado por colegas de farda para trabalhar para a contravenção. Ainda que ele já mantivesse contatos com esse meio, foi na condição de preso que estreitou laços com os banqueiros do jogo do bicho, transformando-os em sua principal clientela. Por ter servido no Bope, conhecia vários policiais com perfil profissional semelhante ao seu. E dali mesmo de sua cela passou a gerenciar um esquema de indicação de parceiros para atuar como segurança de bicheiro. Pela tarefa Adriano recebia uma comissão de cerca de R\$ 5 mil, em valores daquele tempo.

Após sua libertação, resolveu servir diretamente à contravenção, aplicando as técnicas e as habilidades aprendidas à custa do Estado na segurança pessoal de seus clientes e na execução dos inimigos deles. Tratava-se de um trabalho de alta lucratividade e Adriano levou consigo alguns ex-colegas de turma. Acabou perdendo o respeito que tinham por ele dentro da

PM. De acordo com ex-companheiros, restou apenas uma certa consideração por ele ter sido o que o grupo considerava um “soldado modelo”.

+++

Quem levaria Adriano a integrar, definitivamente, o mais alto escalão do bicho no estado seria o pecuarista Rogério Mesquita, grande amigo do poderoso Waldemir Paes Garcia, o Maninho. Em 28 de setembro de 2004, porém, ao sair de uma academia de ginástica na Freguesia, em Jacarepaguá, Maninho foi metralhado. Ele estava acompanhado do filho de 15 anos, Myro Garcia, o Myrinho, que foi baleado, mas sobreviveu. Com a morte do amigo, Mesquita passou a gerir alguns de seus negócios, que se dividiam em legais, como a Fazenda Haras Modelo, em Guapimirim, e ilegais, como a banca do bicho e as máquinas caça-níqueis — um império que abriria uma longa disputa entre os familiares do bicheiro.

Suspeito de estar administrando os caça-níqueis, Mesquita chegou a ser investigado pela polícia, mas negou a acusação com veemência, afirmando gerenciar apenas os empreendimentos legais a pedido do *capo* Waldemiro Garcia, o Miro, pai do falecido Maninho. Membro da velha cúpula do bicho no Rio de Janeiro, Miro era presidente de honra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, título de grande prestígio nas comunidades. Morreria 33 dias após o filho, de complicações no pulmão.

Segundo depoimento de Mesquita, com a morte do patriarca dos Garcias, a viúva de Maninho, Sabrina Harrouche Garcia, teria reiterado o pedido para que o pecuarista permanecesse à frente da administração dos bens da família. Após algum tempo, no entanto, Alcebíades Paes Garcia, irmão de Maninho, tomou para si a responsabilidade sobre os negócios no Haras Modelo. O pecuarista teria então passado a gerir outras atividades deixadas por Maninho, não sem antes aconselhar Alcebíades, conhecido como “Bid”, a colocar o ainda tenente do Bope Adriano como sua segurança, lembrando-lhe que Maninho fora vítima de emboscada justamente por estar desprotegido.

“Bid” seguiu o conselho. Adriano foi contratado como segurança e, aos poucos, foi assumindo também a gestão do Haras, que envolvia habilidades específicas que o irmão de Maninho não possuía, como lidar com cavalos de

raça. Na época, o comércio de sêmen de animais de raça era outro negócio lucrativo do qual o capitão entendia. A eficiência demonstrada por Adriano como segurança de “Bid” e sua capacidade de inspirar confiança levou-o a ser chamado para chefiar o esquema de segurança de toda a família Garcia, inclusive de José Luiz de Barros Lopes, o Zé Personal. Considerado violento e ambicioso, Zé Personal era casado com Shanna Harrouche Garcia, filha de Maninho, e respondia pelo andamento das transações realizadas em torno dos caça-níqueis.

Ao lado de Mesquita, Adriano foi ganhando a expertise que o faria investir posteriormente na pecuária e em negócios imobiliários, tornando-se empresário sem jamais abandonar sua origem de matador. Aliás, essa era uma de suas funções como chefe de segurança dos Garcias: eliminar desafetos ou devedores de seus patrões. Os policiais da ativa, os ex-policiais e os civis escolhidos por Adriano para atender àqueles clientes formariam o núcleo do que, anos depois, seria chamado informalmente nas favelas e no meio policial de Escritório do Crime. Adriano ficaria milionário e passaria a dar as cartas. Somente em agosto de 2018, por causa da morte de Marielle e Anderson, uma reportagem de *O Globo* começaria a puxar o fio da meada das diversas atividades criminosas do grupo, tirando-o das sombras em que se acobertava.

+++

Conforme relatório policial, teria sido de Zé Personal o pedido feito a Adriano para assassinar Guaracy Paes Falcão, um primo de Bid. Vice-presidente da Acadêmicos do Salgueiro, Guaracy teria exigido uma parte dos lucros na exploração das máquinas caça-níqueis à guisa de herança de Maninho. Segundo a polícia, Adriano recebeu a informação de que Guaracy passaria com a mulher pela Estrada Grajaú-Jacarepaguá por volta de certo horário e em determinado veículo, por isso ficou de tocaia na via junto com o tenente João André Ferreira Martins, seu parceiro em boa parte dos crimes praticados ao longo do tempo em que foi funcionário da contravenção. A dupla, contudo, se equivocou e assassinou outro casal na rodovia. Corrigiriam o erro quatro semanas depois, em 14 de fevereiro de 2007, quando Guaracy e a esposa deixavam um ensaio no Salgueiro.

Em 10 de maio do ano seguinte, o próprio Mesquita seria alvo de uma tentativa frustrada de homicídio quando saía com a família de uma feira pecuária em Papucaia. A emboscada envolveu quatro carros e uma saraivada de tiros de fuzil e pistola. Mesmo baleado, Mesquita e seus familiares conseguiram escapar com a ajuda de seus guarda-costas. O pecuarista conhecia o *modus operandi* do bando e não teve dúvidas de que o capitão do Bope fora o responsável pelo ataque à sua família, a mando de Zé Personal. Foi quando, assustado, decidiu procurar a Draco e a SSinte (Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança) para contar tudo o que sabia da quadrilha de Adriano. De acordo com o relatório da SSinte, de fato a polícia confirmaria que o mandante da emboscada fora Zé Personal, com a aquiescência de Shanna, sua mulher, pois ambos se sentiam prejudicados com o poder delegado a Mesquita pelos Garcias.

Para Zé Personal estava claro que enquanto Mesquita vivesse, o espólio de Maninho ficaria dividido, uma vez que o pecuarista contava com o respaldo da maioria dos membros do clã, na condição de homem de confiança da viúva de Maninho, Sabrina, e de seus filhos, Tamara e Myrinho. No extenso depoimento prestado à SSinte e à Draco, transformado depois no volumoso relatório que embasaria um inquérito contra o capitão do Bope Adriano e o levaria novamente à prisão, em setembro de 2008, Mesquita contou em detalhes a ascensão do chefe do Escritório do Crime.

Pelo seu lado, nos poucos dias em que esteve preso como autor da emboscada frustrada armada para o pecuarista, Adriano contaria aos colegas de cela, às gargalhadas, o engano cometido na morte do casal na Estrada Grajaú-Jacarepaguá. De história em história, muitas delas conhecidas por Mesquita, Adriano se firmou como homem sanguinário no mundo do crime.

Dois dias após ter tentado assassinar seu mentor, o capitão do Bope não se acanhou de ir à casa dele, em Ipanema, para intimidá-lo pessoalmente. Mesquita ainda estava de cama, recuperando-se dos ferimentos provocados por dois tiros que levava na perna esquerda durante o atentado. A mulher de Mesquita o levou até o quarto do marido e o capitão disse a ele, em tom falsamente brincalhão:

— E aí, paraíba, tentaram te pegar? Que história é essa que estão comentando que você disse que eu tentei te matar? Tu sabe que, se fosse eu, tu tava morto.

Mesquita respondeu ao “caveira” que não tinha ideia de quem tinha feito tal coisa e que se achasse que teria sido Adriano não o receberia em sua casa,

que estava ferido sem nem saber por quê. E frisou, encarando Adriano e dando a entender que daria o nome de “todo mundo” ao depor na Justiça:

— Só sei que fizeram merda.

O diálogo foi tenso. O capitão do Bope, armado, ficou nervoso. O pecuarista comentou que não sairia mais de casa enquanto não visse presas as pessoas que o atacaram e que, se quisessem tentar matá-lo de novo, teriam de assassiná-lo dentro de sua residência. Adriano saiu do quarto e, ao se despedir da mulher de Mesquita, que o levou até a porta, pediu-lhe que tirasse da cabeça do marido a ideia de procurar a polícia, “pois iria arrumar cadeia para muita gente”. Ela perguntou a Adriano por que os criminosos atiraram também contra o carro dela e de seus filhos menores, uma vez que o alvo era Mesquita. Adriano respondeu:

— No Iraque, quando se quer matar uma pessoa, explode-se um quarteirão inteiro, por isso é a lei do cão.

Em janeiro de 2009, oito meses depois da visita de Adriano, Mesquita foi assassinado, à luz do dia, na movimentada esquina das ruas Visconde de Pirajá e Maria Quitéria, em Ipanema, sob o olhar de dezenas de babás que empurravam carrinhos de bebê na praça Nossa Senhora da Paz. Um homem desceu da garupa de uma motocicleta Honda Falcon, de cor preta, e disparou um tiro contra a nuca do pecuarista. Mesquita voltava da academia de ginástica, tal qual Maninho quase cinco anos antes, e seguia para casa. Caiu e ainda recebeu mais dois tiros de pistola. Era o “confere”, como dizem os pistoleiros, quando se quer ir embora tendo certeza de que a pessoa morreu.

+++

O rastro de mortes que rondava a família Garcia não terminaria com a execução de Mesquita, a mando de Zé Personal. O próprio Zé Personal seria assassinado na noite de 16 de setembro de 2011, dentro de um centro espírita no bairro de Praça Seca, em Jacarepaguá. O reinado do genro de Maninho não durara três anos. Em dezembro, a Ssinte e a Draco finalmente confirmariam que o Escritório do Crime não apenas era responsável pela segurança da máfia do bicho, como também por uma série de homicídios realizados a mando da contravenção. Confirmariam que o nome de Mesquita de fato constava da lista de vítimas executadas pela quadrilha. E

concluiriam que tudo levava a crer que o assassinato de Mesquita fora praticado por seu “pupilo”, Adriano.

Em conjunto com o Gaeco, a polícia desencadeou a Operação Tempestade no Deserto, que atingiria o cerne do grupo de Adriano. A denúncia do MP apontava Shanna Harrouche Garcia, filha de Maninho, como a chefe da organização criminoso da família que explorava as máquinas caça-níqueis, posição que passara a ocupar com a morte do marido, Zé Personal. Na época, a polícia cumpriu diversos mandados de prisão, entre os quais contra Shanna, Adriano e seu parceiro de toda hora, o tenente João André Ferreira Martins. Shanna, no entanto, conseguiu um habeas corpus e, posteriormente, a revogação da prisão preventiva.

O nome de Adriano já havia aparecido em algumas investigações ligadas a bicheiros e políticos. No entanto, segundo a polícia, ele conseguia fugir de todas as condenações judiciais, ou porque coagia as testemunhas ou porque as eliminava. A ligação com contraventores lhe rendeu um procedimento investigatório, e o capitão do Bope acabou sendo expulso da corporação em 2014, por conta de seu envolvimento na segurança de Zé Personal. A defesa de Adriano ingressou com vários recursos na Justiça para tentar sua reintegração à Polícia Militar. Não conseguiu.

Expulso da corporação junto com ele, o tenente João André foi assassinado a tiros em 16 de março de 2016, no Jardim Guanabara, na Ilha do Governador. Mesmo sem sua cobertura, Adriano continuou tocando as atividades do Escritório do Crime, que, com o tempo, passou a atuar também na exploração imobiliária, o que envolvia grilagem, construção, venda e locação ilegal de imóveis. O Haras Modelo seria transformado em estande de tiro, esconderijo de armas e carros usados. Há indícios de que o veículo utilizado no homicídio dos dois casais na Estrada Grajaú-Jacarepaguá teria sido jogado atrás de um bambuzal do Haras, por onde passa um rio. A polícia encontrou ali vestígios de ossos humanos, mas a investigação teria estacionado.

Em abril de 2017, Myrinho, que já havia sido baleado aos 15 anos no atentado que vitimou seu pai, Maninho, seria sequestrado por três homens que o assassinaram mesmo após apanharem o resgate. Uma das hipóteses levantadas pela polícia para a execução, à época, era a de que o jovem teria reconhecido seus sequestradores. Outra possibilidade seria a de que o objetivo era, desde o início, matá-lo, por ser um dos herdeiros do império de Maninho. Dois dos supostos executores do rapaz foram presos. Mas nenhum

dos outros homicídios relacionados à família Garcia foi solucionado pela polícia. Com medo, Sabrina Harrouche, mãe do rapaz, foi embora do país.

+++

De acordo com os investigadores da DH, os crimes praticados por Adriano reuniam características que denotavam o alto nível de profissionalismo de seu grupo. Só os chefes agregavam as informações completas sobre as ações, exatamente como em irmandades. Os integrantes destacados para executar determinada etapa de um crime não sabiam que outras etapas estariam sendo preparadas nem por quem. Poucos tinham ciência do objetivo final de uma operação. Assim, o sujeito designado para escolher um carro a ser clonado dificilmente saberia quem seria o alvo da ação em que o veículo seria empregado. Estas eram algumas das dezenas de outras medidas de segurança aprendidas nas fileiras militares e levadas para o dia a dia do crime.

Num outro estágio, outros membros do bando estudavam a rotina da vítima, a fim de verificar o melhor local e o horário mais adequado para o ataque. O lugar indicado deveria ter número reduzido de pessoas circulando, pouca luz e pontos cegos de câmeras de vigilância (etapa que costumava contar com o apoio de funcionários de centros de monitoramento de imagens de trânsito da prefeitura e do estado). Também eram planejadas com rigor as rotas mais eficazes de fuga. A escolha da arma ficava por conta do matador, que dava o veredito final sobre as condições do local escolhido. A polícia e a Promotoria consideravam que o planejamento do assassinato de Marielle e Anderson contara com essa metodologia.

Foi a partir de aproximações como essas que o agora ex-capitão do Bope começou a ser visto como um possível suspeito do assassinato da parlamentar, levando o Escritório do Crime para um lugar de destaque no mapa das hipóteses traçadas pelos investigadores da DH e do Gaeco acerca do caso. O que não chegou a surpreender. Desde o início das apurações a polícia contava com a possibilidade de os assassinos terem sido treinados em forças de elite da Polícia Militar. Só um matador disciplinado passaria horas dentro de um carro completamente fechado, espreitando sua caça, em meio a um calor infernal, como naquele 14 de março de 2018. Mas que motivação Adriano teria para matar Marielle?

Buscando responder a essa pergunta capital, o Gaeco acabou se deparando com um vasto e complicado esquema ilegal de construção civil montado em Rio das Pedras, já quase sem espaço para novos prédios, e na vizinha Muzema, envolvendo milicianos, alguns políticos e muito dinheiro. Tendo como alvo o processo de grilagem desenvolvido na região, o MPRJ e a Polícia Civil desencadeariam, em 22 de janeiro de 2019, a Operação Intocáveis — a primeira a investigar os negócios dos até então intocáveis milicianos da área. Conforme interceptações telefônicas obtidas no bojo da operação, Muzema estaria sob o domínio do major da ativa da PM Ronald Paulo Alves Pereira, conhecido como “Fita”, ou “Tartaruga”. Ronald era apontado ainda como um dos parceiros de Adriano no setor de exploração imobiliária do Escritório.

Já o sujeito referido nas ligações grampeadas como “Gordinho”, tratado como chefe das milícias nas duas favelas, seria o próprio Adriano. Sua prisão foi decretada, no âmbito da Intocáveis, por formação de quadrilha, grilagem de terras e homicídios. Mas ele conseguiu escapar e foi considerado foragido pelas autoridades. Aliás, meses antes de o Gaeco iniciar diligências em torno da milícia de Rio das Pedras e Muzema, a DH já chamara Adriano para “prestar esclarecimentos” justamente porque ele tinha capacidade e ousadia suficientes para ter articulado o assassinato da vereadora. Em 20 de agosto de 2018 ele se sentara diante do delegado Giniton e fora logo avisando:

— Sei que o doutor quer saber da morte da vereadora. Tenho um monte de bronca, mas este [caso] não está na minha conta.

Em seu depoimento, o “Urso-Polar” identificou-se como comerciante e pecuarista, lembrou um pouco os 18 anos cumpridos na Polícia Militar, negou veementemente pertencer a qualquer milícia e declarou que na noite em que Marielle morreu devia estar em casa dormindo, pois costuma acordar cedo. Fora isso — reiterou —, só tomou conhecimento da existência da vereadora após sua morte. Sobre o hábito de trocar com frequência de celular, alegou tratar-se de medida de segurança e de manutenção de privacidade, acrescentando não fazer uso de telefones registrados em nomes de outras pessoas nem com CPFs alterados. Apesar da autobiografia ilibada apresentada ao delegado, após a Operação Intocáveis Adriano entrou na mira da Promotoria e seu nome passou a figurar na lista de procurados pela Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal).

Com a finalidade de pinçar indícios que pudessem calçar uma linha de investigação sobre a morte de Marielle com foco na questão fundiária, a DH e o Gaeco analisaram todos os discursos da parlamentar na Câmara, particularmente os que contaram com a presença do vereador Marcello Siciliano no plenário. Foi feito ainda um pente-fino em vídeos, documentos e registros de discussões na Casa sobre temas ligados a direitos da comunidade LGBTQIA+ e das mulheres negras. As conclusões das CPIs instauradas em torno de temas que tangenciavam as plataformas políticas da parlamentar também passaram pelo crivo dos investigadores, além de discussões travadas em plenário sobre tais assuntos.

Foi o caso da CPI dos Transportes, que apurava o esquema de propina montado pelo governo com os empresários da Fetranspor; da discussão sobre um possível uso de armas de fogo pela Guarda Municipal; e do debate acerca da truculência da ação da polícia em favelas, em especial as postagens feitas por Marielle em suas redes sociais criticando a atuação do 41º BPM (Irajá), um dos mais violentos do estado. Nesse caso, a DH analisou até mesmo as escalas dos batalhões na semana do duplo homicídio e convocou diversos policiais para depor.

Quanto à associação com a grilagem, a DH apurou que uma das situações em que a parlamentar se envolveu em Rio das Pedras teria sido por ocasião da implantação do projeto de verticalização idealizado pela prefeitura para a comunidade em 2017. Em maio o prefeito Marcelo Crivella, do partido Republicanos, mandara publicar um Procedimento de Manifestação de Interesse para potenciais empreiteiras construírem edifícios na região e, cinco meses depois, já havia 11 construtoras estudando a viabilidade do negócio. Marielle mandou representantes seus ao local a pedido de uma moradora que a procurara na Câmara em busca de apoio, por considerar iminente o processo de desapropriação de antigos moradores da região.

Na época, o então líder do governo de Crivella, o vereador Paulo Messina, do PROS (Partido Republicano da Ordem Social), comunicou à imprensa que a implantação do projeto resolveria todos os problemas de infraestrutura de Rio das Pedras. A proposta era realizar obras de saneamento básico no local por meio de uma parceria público-privada que permitiria aos moradores obterem o próprio imóvel, pagando mensalmente uma prestação num valor que corresponderia a um aluguel na região. Toda a bancada do PSOL, incluindo Marielle, se posicionou contra as desapropriações e o assunto atraiu a atenção de políticos que faziam da

localidade seu curral eleitoral, caso do vereador Chiquinho Brazão, que também condenou a proposta municipal. Assim, o projeto de verticalização acabou não saindo do papel.

O tema que naquele momento pareceu à DH poder estar ligado ao assassinato da parlamentar era o da disputa por terra entre milicianos em áreas da Baixada de Jacarepaguá, onde a especulação imobiliária vinha gerando, havia algumas décadas, um lucro espantoso, com forte atuação de grileiros. O processo de ocupação da Zona Oeste tivera início na década de 1960, quando o arquiteto Lucio Costa traçou um plano urbanístico para a Baixada. Mestre da arquitetura brasileira, ele tentou equilibrar a urgência expansionista da capital carioca com a preservação ambiental, uma vez que a região possuía uma vegetação exuberante e era pródiga em lagoas, praias e areais.

Naquele tempo, Rio das Pedras era reduto de nordestinos que chegavam ao Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor. Em condições insalubres, o bairro foi crescendo paralelamente ao desenvolvimento da sofisticada Barra da Tijuca, onde a maioria dos migrantes passou a trabalhar, como porteiro, motorista, frentista, empregada doméstica, lojista. Depois da ocupação da Barra da Tijuca, nos anos 1980 foi a vez de Jacarepaguá, Vargem Pequena e Vargem Grande, entre outros bairros, como Rio das Pedras e Muzema, atraírem empreendimentos imobiliários. E nessas áreas havia tantas carências — como ruas sem pavimentação e sistema precário de água e esgoto — que não era preciso muita imaginação para um político em ascensão criar uma plataforma que cativasse a população.

Com o avanço dos traficantes por áreas da Zona Oeste, a exemplo do que já ocorrera na Cidade de Deus, alguns dos moradores de Rio das Pedras juntaram esforços para patrulhar por conta própria suas zonas residenciais, a fim de evitar o comércio de drogas nas imediações. Por isso, no início dos anos 2000, quando os paramilitares começaram a ocupar Rio das Pedras, eles foram muito bem recebidos pelos seus cerca de 43 mil moradores — conforme números do IBGE —, pois pareceu que eles os ajudariam a proteger a comunidade da violência do tráfico com mais eficiência. A “proteção extra” dos milicianos acabou incentivando mais gente ainda a se estabelecer na região. Em dez anos, a comunidade sofreu o maior crescimento populacional da cidade, com 20 mil novos moradores, de acordo com dados do IPP (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos), órgão que estuda o desenvolvimento urbano do Rio.

Na esteira dessa explosão demográfica e de sua consequente intensificação de construções irregulares, vieram a degradação ambiental e a especulação imobiliária, atividade vislumbrada pelos milicianos como mais uma fonte de renda e mais um modo de domínio da população. Outras comunidades, como Muzema e Tijuquinha, que fazem limite com Rio das Pedras, também cresceram ao redor, formando um verdadeiro complexo. Ao comparar o contingente populacional das favelas cariocas com as de outros estados, pesquisadores do IPP concluíram que Rio das Pedras ocupa a terceira posição no ranking das maiores comunidades do Brasil. Em 2010 perdia apenas para a Rocinha, a maior de todas, também no Rio de Janeiro, e para a Sol Nascente, em Brasília. Enquanto crescia, a população de Rio das Pedras percebia que, na prática, tornava-se refém dos paramilitares — e com um padrão de brutalidade não muito diferente do adotado pelos traficantes em suas estratégias de domínio das favelas.

Os interesses eleitoreiros e imobiliários de políticos na Baixada de Jacarepaguá favoreceram a permanência dos milicianos na área, e os dois grupos passaram a funcionar ombro a ombro. Muitas vezes, tendo bom trânsito com o prefeito, era possível aos milicianos negociar até mesmo cargos na administração regional dos bairros para cabos eleitorais, que se incumbiam de providenciar para os eleitores os serviços de que estes precisavam. Na política do “toma lá dá cá”, tais acordos iam dando à prefeitura do Rio uma certa garantia de que os projetos de seus interesses seriam aprovados na Câmara pelos vereadores.

Marcello Siciliano, por exemplo, fazia essa aliança com Crivella, empossado em 1º de janeiro de 2017. Além de parlamentar, Siciliano não escondia de ninguém que fazia transações passando à clientela títulos precários de posse. Sentia-se tão à vontade no mundo da grilagem que chegou a encaminhar um projeto de lei homenageando com nome de rua, no Recreio dos Bandeirantes, o já falecido empresário italiano Pasquale Mauro, alvo de dezenas de processos na Justiça por grilagem na Barra da Tijuca. A rua, aliás, foi projetada em um terreno alvo da especulação imobiliária. No dia 3 de maio de 2018, o vereador viu sua proposta transformada na Lei nº 6.345.

Marielle não estava à frente do combate ao processo de remoção de famílias em Rio das Pedras e Muzema, mas, para marcar presença, costumava apoiar movimentos reivindicatórios nas duas comunidades por meio da atuação dos assessores que enviava para a região. O slogan “Marielle

presente” significava exatamente isto: uma forma de ocupar cada vez mais espaço nas zonas pobres através de ações de seu mandato.

+++

Como em outras partes do Brasil, também no Rio de Janeiro o universo da grilagem comumente se associa ao uso de pistoleiros e à existência de políticos que, em troca de supostas benfeitorias, transformam a localidade em curral eleitoral com mãos de ferro. Antes da ascensão de Siciliano na política da Baixada de Jacarepaguá, o papel de benfeitor na região era desempenhado havia décadas por Domingos Brazão.

Empresário, ex-vereador e ex-deputado estadual do Rio por cinco vezes seguidas, Domingos foi eleito conselheiro vitalício do TCE-RJ pela Alerj no início do mandato para a legislatura 2015-2019. Seria preso em março de 2017, com mais quatro colegas no âmbito da Operação Quinto do Ouro, desencadeada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. Um desmembramento no Rio da Operação Lava Jato, a Quinto do Ouro apurava denúncias de pagamentos de vantagens indevidas desviados de contratos firmados entre o governo estadual, comandado à época por Luiz Fernando Pezão, e órgãos públicos. Os conselheiros, aos quais caberia zelar pela lisura das contas do Executivo, integravam um esquema de propinas que incluía o próprio presidente da Alerj, o deputado estadual Jorge Picciani (PMDB), que sofreu mandado de busca e apreensão em seu gabinete e em sua casa. Domingos foi solto dias depois e afastado do cargo de conselheiro, mas sem perda do foro privilegiado.

A família Brazão tinha na especulação imobiliária uma de suas áreas de maior interesse, tal qual Marcello Siciliano. E esse foi mais um motivo de rivalidade levado por Chiquinho e Siciliano para a Câmara, afora o fato de brigarem pelos mesmos grupos de eleitores na Zona Oeste. Por outro lado, justamente por disputarem terras e eleitores em bairros já tomados por milícias, tinham projetos em comum, como a tentativa de legalizar a construção de grandes empreendimentos na região, já que eles mesmos possuíam terras na área. Assim, aliados na aprovação de projetos que atendiam às suas demandas particulares, eram declaradamente inimigos nas comunidades.

Domingos Brazão sempre teve como aliado em seus projetos imobiliários o irmão mais velho, Chiquinho Brazão. Vereador eleito quatro vezes seguidas pelo PMDB — em 2004, 2008, 2012 e 2016 —, Chiquinho tomaria posse como deputado federal em fevereiro de 2019, mas pelo Avante. Antes disso, conviveu com Siciliano na Câmara dos Vereadores e não à toa ocupavam as vagas de presidente e vice-presidente, respectivamente, da Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara. Em junho de 2018, por exemplo, um projeto encaminhado por Chiquinho seria transformado na Lei Complementar nº 188, que afrouxava o Código de Obras e facilitava a legalização de loteamentos residenciais em Vargem Grande e Vargem Pequena, área de disputa entre ambos (o prefeito chegou a vetar a lei, mas a Câmara derrubou o veto). Por essa época, a rixa entre os dois vereadores seria publicamente exposta nesses bairros, por meio de faixas de propaganda estendidas pelas ruas, em especial por Siciliano.

Uma das disputas mais acirradas fora da Câmara teve como motivação o domínio de uma quadra de futebol de salão no bairro da Gardênia Azul. O local era tradicionalmente um curral eleitoral da família Brazão, mas Siciliano caiu nas graças dos moradores, dominados por milicianos, ao distribuir ingressos para eventos no Barra Music, uma casa de espetáculos da qual era sócio e que ficava perto da comunidade. Há quem lembre, por exemplo, que em alguns shows no Barra Music havia sempre um canto graciosamente reservado para milicianos da Gardênia e de Rio das Pedras. Ao se aproximar dos paramilitares locais, Siciliano vislumbrava a possibilidade de angariar votos em seus territórios. Conseguiu.

Eleito para a Câmara após duas tentativas frustradas de se eleger deputado estadual (em 2010 e 2014), Siciliano colocou pessoas de confiança na administração regional que abrangia a Gardênia Azul. Assim, as chaves de acesso à quadra de futebol de salão da comunidade saíram das mãos de Chiquinho e foram parar nas do grupo rival. Siciliano chegou a espalhar cartazes ao redor da quadra com seu nome — como se ela estivesse “sob nova direção” —, nos quais eram oferecidos cursos gratuitos e aulas de zumba, estratégia assistencialista em busca de votos proibida por lei.

Antes desse confronto mais acirrado entre os dois vereadores, em novembro de 2017 Siciliano foi chamado a prestar esclarecimentos na Deleprev (Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários) da PF, por suspeita de sonegação de tributos federais por parte do Barra Music. A investigação não deu em nada. Indagado pela imprensa, Siciliano se negou a

dar detalhes tanto a respeito da suspeita que pairava sobre a casa quanto sobre o arquivamento do caso. O responsável pela investigação era o delegado federal Helio Khristian, o mesmo que ouviria em abril de 2018, em primeira mão, a fantasiosa acusação do PM Ferreirinha de que Siciliano seria, junto com o miliciano Curicica, o mentor da morte de Marielle. Quanto à casa, cheia de dívidas, acabaria sendo fechada.

+++

Além da disputa pelo curral eleitoral da Gardênia Azul com a família Brazão, Siciliano e seus parentes também brigavam por terras em Vargem Grande e Vargem Pequena, e o mandato de Marielle acabou esticando seus tentáculos até a área do vereador. Na favela de Novo Palmares, em Vargem Pequena, por exemplo, assessores de Marielle participaram da mobilização dos moradores em prol da regularização de terras do assentamento. A seu lado estavam representantes de organismos como a Pastoral de Favelas, movimento comunitário organizado no âmbito da Igreja Católica, o Iterj (Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro), autarquia vinculada à Secretaria das Cidades, e o Nuth (Núcleo de Terras e Habitação), um braço da Defensoria Pública do estado. Na época, segundo percepção das assessoras da vereadora, não se vislumbrou interesse por parte dos moradores de vender seus imóveis a construtoras, mas, sim, de obter o título da terra em que moravam.

Em março de 2017, uma reunião foi marcada por um grupo de moradores de Novo Palmares na capela local para discutir a regularização das terras. Mesmo sem ter sido convidada, a presidente da Associação de Moradores da região, que já apoiara Siciliano em suas tentativas anteriores de se eleger, apareceu no encontro. Houve declarada animosidade entre ela e a moradora que mobilizara o estafe de Marielle e exercia certa liderança na localidade. O argumento, tanto da coordenadora do Nuth, a defensora pública Maria Júlia Miranda, quanto das representantes de Marielle presentes ao encontro, foi o de que não seria necessário o aval da Associação de Moradores para que se desse início ao processo de regularização fundiária, por isso ela não fora chamada. O clima ficou tenso e coube a Monica Francisco, assessora de Marielle, acalmar os ânimos.

O conflito entre as lideranças de Novo Palmares por conta da regularização fundiária atraiu a atenção da DH e todos os envolvidos na querela foram chamados a depor. Ganhava importância o fato de, em dezembro de 2017, três meses antes de Marielle ser brutalmente atingida, a presidente da Associação ter recebido a incômoda visita de dois homens armados de fuzil à porta de sua casa. Em poucos segundos eles descobririam que haviam batido na casa errada: eles procuravam, na verdade, a líder comunitária e não a presidente da Associação. Os homens mandaram um recado ameaçador para a tal líder que, rapidamente, chegou até ela.

+++

Vargem Pequena e Vargem Grande também eram assunto no plenário da Câmara Municipal. Em 17 de agosto de 2017, Siciliano pediu palavra de ordem para cobrar do então líder do governo, o vereador Paulo Messina, o crédito da construção de uma ciclovia na Estrada Vereador Alceu Carvalho, localizada entre os dois bairros, seus redutos eleitorais. Siciliano alegou que o requerimento para a realização da obra fora uma iniciativa sua e não do vereador Carlo Caiado, do DEM (Democratas), que postara em rede social ser o autor do pedido ao prefeito Marcelo Crivella.

— Meu posicionamento tem sido a favor de tudo que combinei, porque eu sou homem, o que eu trato eu cumprio — disse Siciliano, irritado. — Só que estou vendo que tem gente que não está cumprindo o que foi combinado e não está respeitando. Eu não vou admitir que ninguém me desrespeite... Tenho 45 anos na cara e não estou aqui para ficar de molecagem.

Nesse dia, a sessão tinha começado com um questionamento de Marielle acerca de um projeto sobre políticas públicas de igualdade racial e combate à discriminação, mas Siciliano a interrompera com a reclamação contra Caiado. Messina respondeu dizendo que não queria “entrar na disputa nem na briga de vereadores, de colegas”. Marielle então pediu a palavra e colocou na mesa algumas de suas bandeiras, atizando:

— Pela ordem, presidência! E aí, Marcello Siciliano, como eu tenho um bom diálogo com você, eu queria registrar só uma coisa na sua fala, para além da questão com o Messina e o governo. A minha palavra é uma palavra de mulher, mas vale! Não é só palavra de homem que vale, não!

A parlamentar aproveitou ainda a oportunidade e passou a criticar outro colega do plenário de modo indireto:

— [A minha palavra] vale mais do que a de meia dúzia aqui que desce falando gracinha no elevador para a assessoria com relação às questões do PL [projeto de lei] da Visibilidade Lésbica. Então, estou dispondo os microfones, claro que com a anuência da presidência, para que cada um se inscreva para falar. E não para fazer piada no elevador e muito menos achar que a palavra que vai valer aqui é só a palavra de homem. De mulher aqui vai valer também.

A fala de Marielle tinha destinatário: o segundo filho de Jair Bolsonaro, o vereador Carlos Bolsonaro, na época filiado ao PSC, cujo gabinete ficava ao lado do dela. Chamava a atenção entre os funcionários da Casa o fato de ele jamais entrar em elevador se nele estivesse uma colaboradora de Marielle assumidamente trans ou alguns dos assessores negros da vereadora. Carlos evitava subir dividindo o espaço até mesmo com vereadores e assessores do PSOL.

— Estava claro: Carlos era a única pessoa na Câmara que odiava a Mari e não conseguia disfarçar — resume uma ex-assessora. — Ele não falava nunca naquele plenário, mas gostava de provocar. Ficava cochichando e rindo pelos cantos quando Marielle usava a tribuna. Fazia piadinhas com os colegas. Não pegava o elevador quando tinha alguém da assessoria da Marielle dentro. Então ela fazia questão de falar: “Tem parlamentar aqui que só fala e debocha pelos cantos, que não vem defender uma ideia na tribuna, que não sabe debater.”

No início do ano, os dois parlamentares já tinham tido um entreencontro nos corredores da Câmara porque um funcionário da vereadora classificara Carlos de “fascista”, ao tentar caracterizar seu perfil para uma pesquisadora que visitava o local.

— Um dia, talvez em outubro ou novembro, [o funcionário de Marielle] acompanhava uma pesquisadora de fora do país — lembra uma ex-assessora. — Ao chegar no [nosso] andar, ela perguntou quem era Carlos Bolsonaro e ele tentou explicar, classificando-o como fascista. Carlos, que passava pelo corredor, ouviu e partiu pra cima, agressivo, dizendo: “Que porra é essa, seu cuzão? Quem é fascista aqui?”

Ainda segundo a ex-assessora, Carlos teria tentado agredir o funcionário:

— Dava para ver os perdigotos do Carlos cobrindo as lentes dos óculos do rapaz. Marielle ouviu e se meteu. Foi até o corredor e abordou o filho de

[Jair] Bolsonaro, dizendo “Que isso, Carlos!”, e foi se metendo entre os dois. Mari ameaçou chamar a segurança.

Em 26 de abril de 2018, ao depor na delegacia sobre a morte da colega, como diversos outros parlamentares, Carlos diria que mantinha um relacionamento “respeitoso e cordial” com a vereadora e que ela cumprimentava os colegas de forma “simpática e educada”, mas que, apesar da boa relação, nunca participaram de comissão juntos. Quanto à cizânia no corredor, Carlos confirmaria o episódio, acrescentando que fora agredido verbalmente pelo funcionário de Marielle durante entrevista a uma TV espanhola e que Marielle interveio no bate-boca, acalmando os ânimos e “encerrando a discussão”.

As questões envolvendo direitos LGBTQIA+, alvo das tais piadinhas em elevador mencionadas por Marielle, eram assuntos que geravam sofrimento para ela. A ex-assessora Fernanda lembra que quando o projeto da parlamentar que instituía o Dia da Visibilidade Lésbica foi reprovado na Casa em segunda votação Marielle ficou devastada.

— Foi muito triste para ela. Choramos juntas, escondidas no banheiro do plenário. Talvez [tenha sido] o dia que ela tenha ficado mais arrasada. Sobretudo numa Casa que estaria prestes a aprovar efemérides como o Dia do Pão.

Naquele 2018, em outubro, o capitão reformado e ex-deputado federal Jair Bolsonaro (PSL), pai dos parlamentares Carlos e Flávio, venceria o segundo turno das eleições presidenciais com 57.797.847 de votos válidos (55,13%), com apoio de boa parte dos policiais, derrotando Fernando Haddad (PT), que recebeu 47.040.906 votos (44,87%). O país estava dividido.

+++

A investida da polícia nas questões fundiárias revelou a complexidade da questão, mas não os assassinos de Marielle. Pelo menos não naquele momento. Ainda assim, o assunto Escritório do Crime voltaria às manchetes do noticiário. E não apenas porque seu dirigente, Adriano da Nóbrega, estava foragido desde a Operação Intocáveis, levada para a rua em 22 de janeiro de 2019 pelo Ministério Público e pela Polícia Civil contra os milicianos da Zona Oeste. E sim porque, um ano depois, em janeiro de 2020,

o nome do ex-capitão não constaria da lista dos 26 criminosos mais procurados no país divulgada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

De acordo com a justificativa divulgada em nota pela pasta, comandada pelo ex-juiz federal Sergio Moro, que estivera à frente da Operação Lava Jato até se tornar ministro de Jair Bolsonaro, “as acusações contra ele [Adriano] não possuem caráter interestadual, requisito essencial para figurar no banco nacional de criminosos de caráter nacional”. No entanto, foram incluídos na listagem dois milicianos de Campo Grande, da mesma Zona Oeste — Wellington da Silva Braga, o “Ecko”, e Danilo Dias Lima, o “Tandera” —, cuja atuação criminosa também não preenchia o critério de abrangência interestadual.

Adriano foi poupado de ter seu nome na lista mesmo sendo réu em investigação do MPRJ por comandar a milícia de Rio das Pedras e ser apontado como o chefe do Escritório do Crime. Fora isso, sua ligação com o senador Flávio Bolsonaro — que em 2020 se filiou ao Republicanos, já na condição de filho de presidente da República — também era alvo de investigação na Promotoria.

A suspeita era de que Flávio adotava em seu gabinete, na época em que era deputado estadual na Alerj, a prática da “rachadinha”, nome popular dado ao esquema segundo o qual parlamentares se apropriam de parte dos salários de seus assessores, de comum acordo com eles. Nesse caso, o dinheiro seria repassado pelos funcionários de Flávio ao subtenente aposentado da Polícia Militar Fabrício Queiroz, na época braço direito e chefe da segurança do parlamentar, além de amigo de Adriano desde os tempos da caserna.

Queiroz deixaria o gabinete no fim de 2018, quando as investigações em torno de sua atuação tiveram início, motivadas pela percepção do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) de que havia uma “movimentação atípica” em suas contas no valor de R\$ 1,2 milhão entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. Entre os assessores de Flávio, constavam a mãe de Adriano, Raimunda Veras Magalhães, que trabalhara no gabinete de 2016 a 2018, e a ex-mulher de Adriano, Danielle Mendonça da Costa, funcionária desde 2007. Ambas foram exoneradas quando as suspeitas se tornaram públicas, antes do término do mandato do então deputado.

Em 31 de janeiro de 2020, Adriano finalmente seria localizado. O serviço de inteligência da Polícia Civil e o MPRJ, por meio de interceptações telefônicas de comparsas, de parentes e da mulher de Adriano, Júlia Mello, identificaram seu esconderijo: uma casa em um condomínio de luxo na Costa do Sauípe, região turística no litoral norte da Bahia. Naquele mesmo dia, com o apoio do Bope local, os agentes aproveitaram um momento em que o miliciano ficara sozinho no imóvel e invadiram o terreno. Júlia, que havia saído mas estava dentro do condomínio, ao ver o movimento voltou para casa a tempo de ver Adriano escapando pela janela dos fundos. Ele pularia um muro, atravessaria um manguezal, nadaria numa lagoa e fugiria pela praia. Na correria, deixaria em casa uma carteira de identidade com o nome de Marco Antonio Linos Negreiros, documento que vinha usando com a sua foto de barba crescida.

Depois de usar quatro carros alugados para continuar em fuga, Adriano chegou ao seu segundo esconderijo, uma fazenda nos arredores da cidade de Esplanada, a 170 quilômetros da capital, onde se abrigaria por uma semana. Os investigadores monitoravam Júlia quando ela foi parada numa blitz da Polícia Rodoviária Federal, na Rodovia Régis Bittencourt, na altura de Vitória da Conquista, com a filha de 7 anos no carro. Desconfiada, ela alertou o marido por celular. Adriano fugiu da fazenda e foi parar em um sítio no povoado de Palmeira, de propriedade do vereador Gilson Batista Lima Neto, o Gilsinho de Dedé (PSL), que, posteriormente, negaria manter vínculos com o ex-capitão do Bope.

Na manhã do dia seguinte, 9 de fevereiro, Adriano foi descoberto no sítio de Gilsinho e alvejado por “caveiras”, sob o argumento de que reagira à prisão. Conforme a perícia realizada em seu corpo, ele foi vítima de um tiro entre o pescoço e a clavícula e de outro no peito. O advogado de Adriano, Paulo Emílio Catta Preta, que passaria a defender a família do miliciano, acusou a polícia baiana de execução sumária. Segundo o advogado, em seu último telefonema, Adriano lhe teria dito:

— Doutor, ninguém está aqui para me prender. Eles querem me matar. Se me prenderem, vão matar na prisão. Tenho certeza que vão me matar por queima de arquivo.

Na casa simples, que, segundo Gilsinho, estava fechada e teria sido invadida por Adriano, o cenário naquele dia sugeria que o ex-militar se preparava para tomar o café da manhã. Na sala, atrás do local onde Adriano fora encontrado em meio a uma poça de sangue, havia uma mesa com uma

dúzia de pães e uma garrafa térmica com café ainda intatos. De acordo com a polícia baiana, Adriano chegou a ser socorrido, mas não resistiu. Os móveis estavam fora de lugar e algumas coisas haviam sido reviradas na casa. Num dos dois quartos, sobre um colchão no chão onde se supõe que o fugitivo dormia, os policiais acharam o livro *As 48 leis do poder*, de Robert Greene e Joost Elffers, indicando que provavelmente Adriano o estivera lendo na noite anterior. Foram apreendidos no local uma pistola Glock, 13 celulares e sete cartões de chip.

Apesar de os investigadores da Bahia afirmarem que Adriano resistira à operação que visava prendê-lo e não matá-lo, as circunstâncias de sua morte foram consideradas nebulosas e a imprensa levantou a hipótese de ele ter sido assassinado como “queima de arquivo” a mando dos que temiam uma delação por parte do ex-capitão. Por outro lado, houve quem questionasse as circunstâncias de sua morte acusando o PT.

Três dias após a morte de Adriano, o senador Flávio Bolsonaro escreveria em suas redes sociais: “Acaba de chegar a meu conhecimento que há pessoas acelerando a cremação de Adriano da Nóbrega para sumir com as evidências de que ele foi brutalmente assassinado na Bahia. Rogo às autoridades competentes que impeçam isso e elucidem o que de fato houve.” Mais três dias e o próprio presidente Jair Bolsonaro viria a público apoiando as insinuações do filho de forma mais direta. Além de defender a controversa homenagem feita por Flávio em 2005 a Adriano, reiterando que o ex-PM era tido como um herói (embora já estivesse respondendo a processo por homicídio), e de repetir a acusação à polícia baiana, Bolsonaro acrescentou que o governador da Bahia era o mandante do crime. O presidente, contudo, não esclareceu nem tampouco fundamentou suas afirmações, que atingiam o governador Rui Costa, do PT, partido de oposição ao governo.

Dias depois, Bolsonaro declarou, também em redes sociais, que o PT poderia acusá-lo de ter interesse na morte de Adriano por conta da proximidade de seu filho, Flávio, com um integrante de milícia. O presidente especulou ainda que poderiam “forjar trocas de mensagens e áudios recebidos” e que “inocentes seriam acusados do crime”, referindo-se aos celulares apreendidos no local onde Adriano foi morto. As circunstâncias da morte do “ex-caveira” continuam sendo investigadas pela Polícia Civil da Bahia. Já os aparelhos de celular encontrados com ele estão sendo analisados pela Polícia Civil do Rio de Janeiro e pelo MPRJ. Os investigadores têm

esperança de encontrar alguma pista nesse material que leve à elucidação completa do caso Marielle.

Além do “ex-caveira”, outros integrantes do Escritório do Crime tinham potencial para levar adiante um crime tão bem planejado. E, assim como Adriano, eles chegariam a depor na DH, criando novas reviravoltas nas investigações.

6.

O “Trinca-Ferro” e a pasta vermelha

“A análise sobre o seu perfil é reveladora de que lhe foge aceitar a diferença como natural, transparecendo-lhe, entretanto, que a melhor maneira de resolução da divergência seja através da violência.”

TRECHO DO RELATÓRIO DO INQUÉRITO POLICIAL Nº 901-00385/18 (CASO MARIELLE),
REFERENTE AO SARGENTO REFORMADO RONNIE LESSA

Por descuido dos agentes, um carro da Polícia Civil ficou sob fogo cerrado no Complexo do Alemão, região que reúne diversas favelas na Zona Norte e era considerado um dos mais violentos do Rio de Janeiro. Surpreendidos por traficantes no momento em que faziam uma ronda de rotina, os policiais se viram encurralados numa das ruas que levavam ao bairro de Bonsucesso, limítrofe do complexo. Dezenas de policiais, mobilizados para resgatar a viatura com seus ocupantes, tentavam abrir caminho sob aquela chuva de tiros, mas sem êxito. Um dos agentes civis convocados para a ação, ocorrida na primeira metade dos anos 2000, preserva na memória o impressionante desfecho da emboscada:

— Éramos quase 100 retidos atrás de muros, metade de um lado da rua, metade do outro, tentando inutilmente socorrer os colegas. A bala comia. De repente, apareceu na rua, a toda a velocidade, uma caminhonete D-20 da antiga Drae. Ignorando a barragem de fogo, um dos policiais a bordo abriu a escotilha, lançou o corpo para fora e saiu disparando seu fuzil G3 no mesmo instante em que a picafe investia na direção da viatura encurralada. Os traficantes tiveram de parar de atirar. Só assim conseguimos, finalmente, subir [no morro] e a equipe foi resgatada.

A caminhonete era da Polícia Civil, mas não havia um único agente da corporação dentro dela, ocupada exclusivamente pelos policiais militares rotineiramente cedidos à corporação. A prática de pedir emprestados esses PMs truculentos e muito bem informados, chamados de “adidos”, começara durante a gestão do governador Marcello Alencar (1995-1998), que precisou enfrentar uma onda de sequestros que irrompera no estado naquela década. Deslocados para atuar em investigações nas quais a experiência dos agentes civis deixava a desejar, os “adidos” ajudariam a fundar a “era da bala perdida” na cidade, vitimando aleatoriamente milhares de inocentes durante confrontos de rua com bandidos. O primeiro grupo de “adidos”, cedido para a DAS (Divisão Antissequestro), forjaria nomes que algum tempo depois ganhariam projeção entre os contraventores e os milicianos.

Na cena do Complexo do Alemão, um dos tripulantes da D-20 era o “adido” Ronnie Lessa, chamado de “Trinca-Ferro” pelos colegas de farda. Oriundo de uma família do Méier, bairro de classe média baixa da Zona Norte, Lessa avançava por favelas morro acima, armado e alerta, com a

ousadia de um mercenário. Sua trajetória de atirador começara cedo. Em 1988, aos 18 anos, foi recrutado para prestar o serviço militar obrigatório. Já no ano seguinte seria admitido como membro da Scuderie Detetive Le Cocq, o mais emblemático grupo de extermínio formado por policiais fluminenses. Criado em 1965 para vingar a morte do detetive de polícia Milton Le Coq e de outros parceiros, o bando se propunha a “limpar” a sociedade dos elementos considerados nocivos por eles. Como a Scuderie, mas na clandestinidade, diversos outros grupos, entre os quais os famosos Esquadrões da Morte, aterrorizavam impunemente as regiões mais pobres do estado com atentados, assassinatos e sequestros. Lessa era o “sócio” nº 3.127, conforme consta em sua carteirinha de integrante da Scuderie, que, pelo que se sabe, só aceitava matadores em seu seletto grupo.

Em 1991, ao trocar a farda verde-oliva pela azul da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Lessa já havia apertado o gatilho milhares de vezes. Alto, magro, dono de um rosto retangular, um nariz comprido e um olhar extremamente frio, conforme relatam ex-colegas, não escondia sua obsessão por armas nem tampouco a predileção por uma submetralhadora HK MP5, que mantinha em casa. Como o capitão Adriano da Nóbrega, Lessa só ganharia musculatura e agilidade no decorrer dos pesados treinos no Bope.

A paixão pelo Bope, onde permaneceu de maio de 1993 a janeiro de 1997, era tanta que Lessa tatuou no peito três caveiras estilizadas, semelhantes à do brasão da tropa de elite. Acima das caveiras, incluiu uma figura que sugere uma cruz, ou um alvo. Cobriu também parte de seus braços com imagens de dragões e guerreiros no estilo japonês. Era tatuador profissional e chegou a ter um estúdio no shopping Barra World, no Recreio dos Bandeirantes. Exímio atirador, revelava destreza excepcional para montar e desmontar qualquer armamento, por isso era respeitado e temido. Contudo — não se sabe o porquê —, não chegou a frequentar o Curso de Operações Especiais, requisito para integrar o batalhão de elite. Por isso precisou deixar a unidade.

+++

Lessa foi removido do Bope para o 9º BPM, em Rocha Miranda. Naquela altura, a fama negativa desse batalhão corria os bairros para além da sua jurisdição, devido às ações violentas de vários de seus integrantes, que

executavam serviços de pistolagem. Chamados de “Cavalos Corredores” (por entrarem correndo nas favelas atirando para todos os lados), esses policiais militares seriam indiciados como autores de uma chacina ocorrida na favela de Vigário Geral em 1993, quando 21 pessoas foram executadas. Na época, Vigário Geral e a favela vizinha, Parada de Lucas, eram dominadas por facções rivais e separadas por uma linha imaginária. Os confrontos eram constantes, assim como as incursões da PM na região.

Quase não circulavam carros na parte de Vigário, porque a favela se encantonava entre um rio, uma linha férrea e Parada de Lucas. O único acesso a Vigário era uma passarela, palco permanente de tiroteios, que os moradores precisavam atravessar para chegar às suas casas. Uma prática comum era a polícia sequestrar criminosos em uma das duas favelas e pedir resgate em dinheiro, sob a ameaça de entregar a vítima à favela vizinha, onde certamente sofreria torturas e seria executada. O valor do resgate variava de acordo com a importância do prisioneiro para seu bando. A guerra entre as duas quadrilhas era um negócio lucrativo para os policiais com desvio de conduta e Lessa rapidamente começou a se beneficiar do esquema, embora nunca tenha respondido disciplinarmente por isso.

Em maio de 1997, ainda em seu primeiro ano no 9º BPM, Lessa foi promovido a cabo, impulsionando sua carreira de soldado para terceiro-sargento, patente que assumiria no início de dezembro. Nos boletins da PM, seus bons serviços eram exaltados “pela abnegação e desempenho demonstrados no cumprimento das missões”. Em abril do ano seguinte, a guarnição de Lessa apreenderia, por exemplo, dois quilos de cocaína, uma pistola e dois revólveres, além de farta munição, num beco de Parada de Lucas, o que lhe renderia a chamada “gratificação faroeste”, bônus concedido pelo estado a agentes que apresentavam alta produtividade. “Os policiais demonstraram estar sempre prontos para cumprir seus deveres, não permitindo, desta forma, que algozes desta estirpe perturbem a ordem pública”, ficaria registrado em um dos boletins da corporação como justificativa para a concessão do benefício. O comportamento do PM era sempre avaliado como “bom” e em seu currículo constavam como concluídos os cursos para auxiliar de patologia clínica e formação de sargentos.

Seu padrão de desempenho repercutiria na política fluminense. Ainda em 1998, Lessa receberia uma moção de “congratulações, aplausos e de louvor” concedida pelo então deputado estadual Pedro Fernandes, já falecido, como

reconhecimento pela queda nos índices de violência nos bairros patrulhados pelo 9º BPM. Um dos parlamentares com o maior número de mandatos da história republicana brasileira (dez), cujo reduto eleitoral era o bairro de Irajá, coberto na época pelo Quartel de Rocha Miranda, Fernandes justificou a honraria diante da Mesa Diretora da Alerj com as seguintes palavras: “Sem nenhum constrangimento, posso afirmar que o referido militar é digno dessa homenagem por honrar, permanentemente, com suas posturas, atitudes e desempenho profissional, a sua condição humana e de militar discreto, mas eficaz.”

Lessa deixaria o quartel de Rocha Miranda em 1999, sendo lotado em seguida no 14º BPM, em Bangu, unidade que reunia grupos corruptos e dedicados à prática de execução por encomenda. Integraria ainda o 16º BPM, em Olaria (o mesmo batalhão em que Adriano trabalhou e que abrigava matadores de aluguel). Assim, tendo passado pelo Bope e por três batalhões, Lessa adquiriu experiência e vivência suficientes para, em outubro de 2003, conforme sua ficha funcional, ser chamado para atuar como “adido” em divisões especializadas da Polícia Civil.

Nessa função de “emprestado pela PM”, comporia os quadros da extinta Drae e os das antigas DRFC (Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas) e DVC-Polinter (Divisão de Vigilância e Capturas da Polícia Interestadual). Não demoraria a revelar seu sangue-frio para sobreviver em situações extremas, especialmente em regiões violentas, sempre com o dedo no gatilho. Na Drae, em especial, a habilidade na montagem de armas lhe garantiu um tratamento diferenciado entre os agentes.

+++

Na condição de “adido”, Lessa dividiria seu protagonismo nas delegacias com outros PMs valentões arregimentados pela Polícia Civil. Era o caso do sargento Geraldo Pereira, o Pereira (o mesmo que em 2012 convidaria o ex-PM Curicica para ser seu braço direito na milícia da região de Jacarepaguá). E do PM Roberto Luís Dias de Oliveira, o “Beto Cachorro” (que acompanhara Lessa no resgate dos policiais civis encurralados numa das vielas do Complexo do Alemão nos anos 2000).

Não se sabe quando Lessa teria começado a extorquir dinheiro de traficantes, mas jamais seria processado por isso. Aliás, todos os inquéritos

em sua folha de antecedentes criminais referentes a lesão corporal, tortura, abuso de autoridade e homicídio foram arquivados. Por absolvição ou falta de provas. Como os outros “adidos”, ele conhecia mais das ruas da cidade do que qualquer policial civil e suas ações, particularmente sem compaixão, logo chegaram aos ouvidos do contraventor Rogério Andrade. Na época o bicheiro estava empenhado em fortalecer seu exército de seguranças devido ao encarniçado confronto que mantinha com familiares pelo controle dos pontos de bicho e das máquinas caça-níqueis de seu tio, Castor de Andrade, falecido de enfarte em abril de 1997.

Considerado o *capo* da contravenção carioca por décadas seguidas, Castor foi o bicheiro mais famoso do país. No ano seguinte à morte de Castor, seu filho, Paulo Roberto de Andrade, o Paulinho, chegou a enfrentar o primo Rogério. Mas foi assassinado, junto com seu motorista, sem que a polícia chegasse a desbaratar o caso. Indiciado, Rogério foi condenado pelo crime em 2002, mas o julgamento foi anulado pelo STF. Em novo julgamento, realizado em 2013, ele seria absolvido pelo 4º Tribunal do Júri. Com a família dividida, porque parte dos herdeiros não aceitava o comando de Rogério, o cunhado de Paulinho, Fernando Ignácio, deu continuidade à briga pelo legado de Castor, uma guerra que se espalhou pela Zona Oeste, com atentados e homicídios, e foi vencida por Rogério, que jamais abriria mão da truculência aprendida no seio familiar. Desde a década de 2010, boa parte de Jacarepaguá era considerada pelos moradores das redondezas um território de Rogério.

Arregimentado como segurança no bando de Rogério, Lessa não demorou a se tornar seu principal homem de confiança. A guinada irritou o então chefe da segurança do bicheiro, o sargento do Corpo de Bombeiros Antônio Carlos Macedo. Conhecido como “Bispo” e “Grande”, Macedo exercia também funções gerenciais na quadrilha, cuidando de pagamentos de propina e tomando decisões importantes, como a de atacar grupos rivais. Não queria concorrência e não demorou a armar uma investida contra o “adido”.

No dia 2 de outubro de 2009, Lessa sofreria um atentado na rua Mirinduba, entre os bairros de Rocha Miranda e Honório Gurgel, ao sair de um bar a poucos metros do 9º BPM. Um artefato explodiria no interior de seu carro, uma picape Hilux prata blindada, dilacerando os tecidos da sua perna esquerda. Desgovernado, o carro percorreu cerca de 150 metros até bater em um poste. Preso ao cinto de segurança, Lessa teve consciência de

que se tratava de atentado e, friamente, engatilhou a pistola e ficou esperando. Ou um novo ataque ou o socorro. Uma estudante de enfermagem do bairro o atendeu. Ela contaria depois que sua perna sangrava muito, ele se queixava de dificuldade para respirar e repetia que alguém tinha colocado uma bomba em seu carro. Levado por uma ambulância do Corpo de Bombeiros ao Hospital Municipal Salgado Filho, no Méier, o sargento teria a perna amputada e passaria a usar uma prótese.

Após um longo período de tratamentos fisioterápicos, Lessa foi tirado das ruas pela PM, mas em nenhum momento se afastou de seu universo predileto: o do manuseio de armas. Já apelidado de “Perneta”, especializou-se em “dar tiro embarcado”, ou seja, de dentro de veículos em movimento, às vezes até com alvos também em movimento. Como a maioria dos crimes ligados à contravenção, o atentado contra Lessa ficaria esquecido em algum armário da delegacia da área. Com o “ex-adido” fora de combate e livre de suspeitas, o segurança Macedo sentiu-se mais forte. Era hora de chegar ao topo no grupo da contravenção, atingindo o próprio Rogério Andrade.

Seis meses depois da explosão em Rocha Miranda, uma cena semelhante à de filmes da máfia italiana entraria para a história do jogo do bicho no Brasil: no dia 8 de abril de 2010, uma bomba acionada por controle remoto de um celular, alojada no piso do carro de Rogério, um Toyota Corolla, mataria o filho do bicheiro, Diogo, de 17 anos, no Recreio dos Bandeirantes. O alvo era o bicheiro, mas Rogério trocara de lugar com o filho minutos antes da explosão, passando a direção do veículo para o jovem. Os dois haviam acabado de sair da academia de ginástica e estavam sendo escoltados por dois carros com PMs contratados como guarda-costas. Com fratura no rosto, Rogério precisou se submeter a uma cirurgia de reconstrução facial. Após receber alta médica, mergulhou no silêncio por conhecer as regras da contravenção.

As duas bombas, segundo revelaria um laudo assinado pelos peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, teriam mecanismo de detonação semelhante, mas nunca se comprovou a suspeita de que o atentado a Lessa teria sido executado pelo mesmo autor do atentado a Rogério. No dia 10 de novembro daquele ano, quatro tiros de fuzil matariam o chefe da segurança do bicheiro, o sargento Macedo, na praia da Reserva, na Barra da Tijuca. Ele seria atingido por balas de grosso calibre enquanto pilotava sua moto Harley-Davidson. Lotado no Comando de Área do Corpo de Bombeiros em Botafogo, Macedo respondia como réu em dois processos na Justiça: por

homicídio e por envolvimento com a máfia de caça-níqueis. Os três seguranças de Macedo que o seguiam em um Gol, logo atrás, nada fizeram contra os pistoleiros. Foram presos por participação na emboscada contra Macedo. Lessa era o principal suspeito de ter comandado a ação, mas nada se comprovou.

Episódios que alimentavam o folclore em torno da audácia de Lessa se disseminavam pelas delegacias. Poucos meses antes, no dia 30 de junho de 2010, o sargento do Exército Volber Roberto da Silva Filho, altamente especializado em armas e na confecção de explosivos do tipo que explodira nos carros de Lessa e de Rogério Andrade, fora morto durante uma operação policial em um motel de Jacarepaguá. Na época, a justificativa para a morte, segundo a Polícia Civil, foi a de que o militar era um “matuto”, ou seja, um fornecedor de armas para traficantes e milicianos desviadas das Forças Armadas e teria reagido à ordem de prisão dada por integrantes da DCOD (Delegacia de Combate às Drogas). Com Volber foram apreendidas duas pistolas Glock, registradas em seu nome, além de dois cartuchos e dois estojos de munição. Embora ele estivesse com duas pessoas no momento em que foi morto, elas nunca tiveram suas identidades reveladas e praticamente sumiram do mapa. A Polícia Federal desenvolveu duas hipóteses para a morte de Volber: o não pagamento de uma dívida contraída com policiais ou vingança. A hipótese de vingança tinha em Lessa seu principal suspeito, mas, como na morte de Macedo, nada se comprovaria contra o sargento reformado.

Essa sequência de atentados com mortes contribuiu para que, no ano seguinte, 2011, o então secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, vetasse a cessão de “adidos” da PM para a Polícia Civil.

+++

Por trás das considerações técnicas, havia outra motivação para o fim do trânsito de “adidos” entre as duas polícias: a deflagração pela Polícia Federal, em 11 de fevereiro de 2011, da Operação Guilhotina. A ação fecharia a Drae e levaria dezenas de policiais civis e militares para a cadeia, acusados de ligação com traficantes e milicianos, roubo de produtos apreendidos em operações policiais e proteção a pontos de caça-níqueis. Tratava-se da mesma Guilhotina que deixara o X-9 Curicica descapitalizado e o levaria a

aproximar-se do miliciano Pereira. Lessa chegou a ser preso durante a operação, mas conseguiu escapar de virar réu e, assim, continuou com a ficha limpa. Um grande compadre seu, no entanto, seria capturado e seguiria algemado para a Polícia Federal: o então segundo-sargento da PM Élcio Vieira de Queiroz.

Élcio não era “adido” da Polícia Civil. Sua amizade com Lessa vinha dos tempos em que ambos moravam no subúrbio — Lessa no Méier e Élcio, no Engenho de Dentro. Élcio fora amigo de infância da mulher de Lessa, Elaine Pereira Figueiredo, e por isso os dois policiais acabaram se aproximando, no fim dos anos 1980. Lessa e Elaine chegaram a batizar o primogênito do amigo. A saída do sargento da PM seria dramática. Por seu envolvimento com a quadrilha desbaratada pela Guilhotina, Élcio foi expulso da corporação em 23 de dezembro de 2015, após 20 anos de serviços prestados. Sua principal atividade era a de condutor de Patamo, que exige grande domínio do volante para poder enfrentar situações-limite, como perseguições a criminosos dentro do perímetro urbano. Mas ele também exerceu as funções de motociclista e mecânico.

O ex-militar chegou a responder a outros processos, além dos instaurados pela Guilhotina, entre os quais por ameaças e lesão corporal, mas todos foram arquivados. Como os de Ronnie Lessa. Já fora da PM, na informalidade, Élcio passou a trabalhar conduzindo os carros-fortes de uma empresa de segurança. Vivia de maneira simples se comparado a Lessa, que, pai de três filhos, dois com Elaine e um fora do casamento, morava de aluguel no Vivendas da Barra, condomínio de classe média alta na avenida Lucio Costa, de frente para o mar, na Barra da Tijuca. Lessa e Élcio eram tão próximos que, no Carnaval de 2019, por exemplo, Lessa alugou um duplex no condomínio mais caro da região de Angra dos Reis e ali reuniu as duas famílias para descansar, com direito a passeio em sua lancha pela Costa Verde.

A decisão de acabar com a cessão de PMs truculentos para a Polícia Civil repetiria, 30 anos depois, um erro cometido pelo regime militar brasileiro. No fim dos anos 1960, ao iniciar o combate às organizações clandestinas da esquerda armada, o Exército começou a recrutar por cessão policiais militares, bombeiros e agentes penitenciários para os órgãos de repressão. Convencera-se de que, para perseguir e capturar subversivos, precisava de gente destemida e que soubesse se virar no submundo das ruas. A partir de 1985, com a redemocratização do país e o desmonte da máquina de

repressão, um grande contingente dos chamados órgãos de informação — a maioria envolvida em casos de tortura, morte e desaparecimento de presos políticos — foi recrutado pelos chefões da contravenção, incluindo Castor de Andrade. Sem motivação para voltar às suas unidades de origem, esses agentes, muito bem treinados e altamente operativos, viram no jogo do bicho um porto seguro para não baixar as armas e enriquecer ilicitamente.

A partir de 2011, com os “adidos” desmobilizados, o Rio viveu outra vez o mesmo drama: os soldados devolvidos aos quartéis viraram mão de obra especializada pronta para atender às grandes organizações criminosas. Como tantas outras medidas paliativas, a Polícia Civil extinguiu as transferências e não pensou no que fazer com os PMs já recrutados. Nenhum deles, pelo poder e o status acumulados na vida civil, tinha a menor vontade de voltar à tropa, usar fardamento, bater continência para o superior e patrulhar as ruas. Lessa era um deles. Ficara emprestado na Polícia Civil de 1º de outubro de 2003 a 31 de maio de 2010, sendo reformado da corporação de origem em 10 de outubro de 2012 como segundo-sargento (no Diário Oficial a reforma saiu com data retroativa a 7 de maio de 2010). Além do soldo da PM e do reconhecimento pelo trabalho na Polícia Civil, recebia, na condição de “adido”, joias e dinheiro apreendidos em redutos do tráfico, assim como os X-9 (os ex-PMs que prestavam serviços à Polícia Civil, caso de Curicica). Foram dezenas de operações do tipo “caça ao tesouro”, incursões pelos morros da cidade em busca do que chamavam de “espólios de guerra” raramente punidas pela corporação. Lessa encantara-se pelo dinheiro fácil e farto.

Apesar das limitações físicas, ele não perdeu a destreza e o ambiente mafioso tornou-se um caminho sem volta. A mira certa, decisiva para a expansão territorial de Rogério Andrade, foi também o passaporte do agora ex-sargento para passar a integrar o Escritório do Crime. Num cenário em que o dinheiro da corrupção garantia a impunidade, Lessa nem sequer se dava ao trabalho de agir às sombras. Para agenciá-lo, bastava dar uma passada nos bares onde o “ex-adido” batia ponto, na Barra da Tijuca: no Tamborill (hoje extinto), na região do Quebra-Mar, ou no Resenha (que mudou de nome), na avenida Olegário Maciel, estabelecimento em que Lessa era visto praticamente todos os dias ao lado de amigos, em sua maioria policiais militares e ex-policiais.

Lessa passava mais tempo circulando entre um bar e outro do que em casa. No Resenha, tinha uma mesa fixa perto do caixa. Como a casa era de

esquina, o lugar lhe oferecia uma visão estratégica de todo o entorno. Pedia para ouvir músicas das bandas de rock Charlie Brown Jr., Raimundos e O Rappa e muitas vezes foi visto varando a madrugada no local, mesmo após o bar fechar. Só se levantava para um banho de água doce a poucos metros dali, sob uma torneira em que os surfistas lavavam as pranchas.

O mesmo Lessa que mantinha essa rotina nada saudável havia sido dono da Supernova Saúde do Corpo, academia de ginástica que abriu em sociedade com a mulher, em maio de 2013. O negócio funcionou por três anos na Estrada Variante de Jacarepaguá, em Rio das Pedras, e chegou a ter uma lista de 1.200 alunos cadastrados, de acordo com o dono. Oferecia serviços como zumba e uma consulta mensal grátis com nutricionistas. Na comunidade, a estrada é mais conhecida como rua Nova, onde fica a sede da Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras, quartel-general da milícia mais antiga do Rio. Em agosto de 2013, a Supernova foi uma das patrocinadoras do II Desafio e Festival de Muay Thai, promovido pela Associação. A equipe de atletas da academia de Lessa era liderada pelo professor de artes marciais Josinaldo Lucas Freitas, o “Djaca”, outro comparsa de Lessa. O militar reformado também mantinha 11 quiosques de venda de sanduíches em Varginha e Manguinhos, comunidades dominadas pelo narcotráfico na Zona Norte. Mas o empreendimento que lhe proporcionou fortuna e poder derivou de sua habilidade no manejo do gatilho.

+++

No Rio de Janeiro dos anos 2010, a milícia se alastrava e redesenhava territórios enquanto a pistolagem prosperava. O poder de fogo dessas tropas à margem da lei encerrava conflitos e discussões. Foi assim na luta pelo poder na Gardênia Azul, entre Rio das Pedras e Cidade de Deus. Na manhã do dia 14 de junho de 2014, por exemplo, um Honda Civic prata dirigido pelo ex-policial André Henrique da Silva, o miliciano “André Zóio”, foi fechado por um Fiat Doblò em frente à sede da Associação de Moradores e Amigos da Gardênia Azul. Zóio levava a companheira ao trabalho e o casal foi fuzilado com 40 tiros que partiram do Fiat Doblò. A investigação, como inúmeras outras no estado, não foi para a frente.

Somente cerca de seis anos depois, o MPRJ relacionaria Lessa ao brutal assassinato de Zóio e de sua companheira, Juliana Sales de Oliveira, pelo modo como se dera a execução — afinal, Lessa já tinha sua digital. A partir do trabalho do Gaeco e da DH, toda essa história voltaria ao noticiário, ligando a morte de Zóio não apenas a Lessa, mas também ao ex-vereador Cristiano Girão, o chefe da milícia da Gardênia Azul, que, embora preso, continuava a comandar os comparsas de dentro da cadeia. Zóio se tornara seu inimigo mortal, pois estava, de fato, conseguindo tomar sua área na Gardênia. Seria a primeira vez que o nome de Girão e Lessa apareceriam juntos. Girão como mandante da morte de Zóio, Lessa como executor.

Mas, enquanto a contravenção e a milícia digladiavam ferozmente no submundo da cidade, a vida seguia no Rio de Janeiro. Os criminosos praticamente não deixavam pistas. E, se deixavam, a propina paga a determinados policiais abafava os casos. Enriquecido e poderoso à custa da violência, o ex-sargento, porém, acabaria ultrapassando a linha divisória que demarcava a indiferença da população e a indignação. Convencera-se de que a mira certa resolveria suas cóleras particulares. Misturou os negócios com as questões pessoais. Foi o seu erro. A pistolagem age sem rastros. Mas às vezes eles aparecem.

+++

No início de agosto de 2018, quase cinco meses após a morte de Marielle e de Anderson, o inquérito sobre o crime enfrentava um labirinto de incertezas. Foi quando o então ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, em entrevista à GloboNews, lançou uma nódoa de desconfiança sobre o trabalho que vinha sendo executado pela DH na apuração do caso.

— Esse assassinato da Marielle envolve agentes do Estado. Envolve, inclusive, setores ligados seja a órgãos de controle do Estado, seja a órgãos de representação política — declarou, dando a entender que ramificações dentro da própria polícia e do Parlamento atrapalhavam as investigações.

Irritado com o que acabara de ouvir, no auge das pressões da mídia e da opinião pública sobre a DH, Giniton abriu a gaveta e tirou de lá uma pasta vermelha. Resultado da compilação de dossiês dos setores de inteligência do estado, a pasta era uma espécie de álbum de figurinhas da pistolagem. Folheá-la era um assombro. Suas páginas exibiam, além de fotos, uma breve

ficha de personagens como “Capitão Adriano”, “Mad”, “Capitão Linguíça”, “Sansão”, “Batoré”, “Playboy”, “Senhor das Armas” e “Laranjinha”. Sob uma das fotos, que mostrava aquele rosto retangular, com nariz comprido e olhar frio bastante conhecido num certo círculo da Polícia Militar e da Polícia Civil, a legenda: “Ronnie Lessa.”

Por envolver bandidos de alta periculosidade, o plano da DH de chamá-los e perguntar a cada um o que faziam na noite do dia 14 de março vinha sendo postergado. Muitos jamais haviam pisado em delegacias e podiam reagir muito mal. Consideravam-se intocáveis. Mas Giniton estava decidido a valer-se desse estratagema. Um dos investigadores assim resumiria o efeito daquelas intimações despachadas em série:

— Chamamos os caras para o problema e eles entenderam o recado. Todos se sentaram lá para depor. Se o submundo não abrisse o bico sobre a morte da Marielle, todo mundo ia se foder. Os negócios escusos de cada um seriam prejudicados. Era um blefe, mas funcionou.

A equipe da DH nunca ouviu tanta mentira em tão pouco tempo. Notórios pistoleiros se apresentavam de cara lavada como homens de bem, trabalhadores esforçados e chefes de família ilibados. Sobre a morte de Marielle, nem um fiapo de informação. Apenas expressões de indignação e surpresa pela pergunta. A mensagem enviada pela DH, no entanto, circulou entre matadores de aluguel, milicianos, contraventores, ex-militares e fez a “rua berrar”, como se diz na gíria policial. Mais de 200 pessoas, entre informantes e suspeitos, foram ouvidas no inquérito ao longo do primeiro ano do duplo assassinato. A lista de depoentes que começara com as testemunhas do atentado, passando por parentes, amigos, vereadores aliados da vítima e adversários, chegava agora aos pistoleiros, incluindo integrantes do Escritório do Crime.

Desde que o miliciano Curicica se recusara a assumir o duplo homicídio quando Giniton o visitara em Bangu 1, em maio de 2018, o delegado não só viu se esvair a esperança de ter na mão um suspeito em potencial, como ainda teve de ouvir a denúncia da existência de esquemas de corrupção na DH durante a gestão de Rivaldo Barbosa, desde fevereiro no posto de chefe da Polícia Civil. Como consequência, Giniton, além de precisar elucidar o crime, passou também a querer mostrar que sua administração da DH era idônea, ao contrário da gestão anterior, a fim de poder continuar ganhando credibilidade. No depoimento que fizera à procuradora Caroline Maciel, em Mossoró, Curicica acusara o então titular da 23ª Promotoria de Investigação

Penal, Homero das Neves Freitas Filho, que acompanhava as investigações, de ignorar seu pedido para ser ouvido pelas autoridades quando ainda estava em Bangu 1. A denúncia deixou Homero mal entre seus pares.

Depois de 27 anos no MPRJ e há 17 na função exclusiva de fiscalizar delegacias especializadas, sobretudo na área de homicídios, Homero criara vínculos com ex-titulares da DH, em especial com Rivaldo Barbosa. Apesar de admitir dificuldades nas investigações, Homero jamais pedira auxílio ao Gaeco, unidade do MP que mais conhece os meandros das milícias no estado. Diante de tão acintosa omissão na busca pelos assassinos de Marielle, o procurador-geral de Justiça, Eduardo Gussem, decidiu afastar Homero da Promotoria, não sem lhe dar uma saída honrosa, promovendo-o a procurador cinco meses antes de sua aposentadoria.

As investigações ganhariam fôlego renovado quando a promotora Letícia Emile Petriz passou a ocupar, oficialmente, a vaga de Homero, em 1º de setembro de 2018. Há dez anos trabalhando no Ministério Público, Letícia assumiu a 23ª Promotoria e imediatamente pediu ajuda ao Gaeco, onde a promotora Simone Sibilio já tocava o caso e acabaria assumindo a coordenação da unidade. Experiente, Simone conhecia bem tanto o universo da Polícia Militar quanto o da Polícia Civil, pois atuara em ambas: como oficial na primeira e delegada na segunda. Além disso, já havia lidado com uma das milícias mais violentas do estado, a de Duque de Caxias, na condição de promotora do 4º Tribunal do Júri. Com Letícia no lugar de Homero e Simone à frente do Gaeco, todo o trabalho da DH sobre o caso Marielle seria revisto.

As promotoras se aprofundaram de tal maneira nos milhares de páginas de relatórios que davam a impressão de morar no segundo andar da sede do MP estadual, na rua Marechal Câmara, no Centro da cidade. Não eram raras as vezes em que ambas, de salto alto e sempre elegantes, eram vistas indo para casa tarde da noite. Com a visibilidade que alcançaram, precisaram fazer uso de carros blindados e agentes de segurança. Ainda naquele agosto de 2018, Gussem anunciaria que também a CSI (Coordenadoria de Segurança e Inteligência) do MPRJ entraria no caso, a pedido de Letícia. A CSI integra o sistema de inteligência da Secretaria de Segurança Pública fluminense e dispõe de laboratórios especializados em análise de áudios, identificação biométrica, recuperação de arquivos de dispositivos digitais etc.

Em determinado ponto do trabalho de Letícia e Simone, chegou a haver certo mal-estar entre o MPRJ e a DH, quando do desaparecimento de um vídeo extraído de uma câmera de trânsito contendo imagens do carro dos assassinos, na área de Rio das Pedras, em data posterior ao crime. Coletado pela perícia, o material estava anexado ao processo de Marielle. Para tentar recuperar esta e outras imagens — e também investigar os diversos crimes que começaram a vir à tona no decorrer das diligências sobre a morte da vereadora —, as promotoras deram início a uma investigação paralela, por meio do Gaeco, retomando inquéritos parados que envolviam contraventores, milicianos, policiais e políticos e que apresentavam o mesmo *modus operandi* exibido na morte da vereadora e de seu motorista, inclusive com execução sumária.

Era como se a morte de Marielle abrisse uma caixa-preta de homicídios até então ignorados, encobertos ou arquivados e agora, para tentar descobrir seu assassino, fosse necessário arregaçar as mangas e mergulhar nesse submundo.

+++

O plano de Giniton de cutucar os maiores pistoleiros do estado deu certo. A “rua berrou” e apontou um novo suspeito para a morte de Marielle, provocando mais uma reviravolta no caso. Segundo o delegado, no dia 15 de outubro de 2018 um indivíduo ligou diretamente para a DH e fez uma denúncia importante, mas sem se identificar.

— Quem matou Marielle foi o Lessa — teria declarado o informante anônimo, fornecendo detalhes que fizeram os policiais concluírem tratar-se do sargento reformado da PM Ronnie Lessa.

De acordo com outra versão, contudo, a informação não teria chegado ao delegado via telefonema para a DH. Denúncias são feitas tradicionalmente pelo canal do Disque-Denúncia, uma iniciativa da sociedade civil e do governo estadual que garante sigilo aos informantes e tem ajudado na elucidação de crimes complexos. Na verdade, a informação sobre Lessa teria sido passada ao delegado por um de seus próprios agentes com bom trânsito entre os policiais que serviam a um *capo* da contravenção. Apenas para preservar sua fonte interna, Giniton teria registrado em seu relatório final que o delator telefonara para a delegacia.

Conforme a delação, o crime fora encomendado a Lessa pelo vereador Marcello Siciliano por R\$ 200 mil, valor que já corria pelos bastidores da DH. Assim, o parlamentar, que já fora denunciado junto com o miliciano Curicica no fim de abril pelo PM Ferreirinha, voltava a ganhar protagonismo no caso, ainda que a polícia não tivesse conseguido nenhuma prova contra ele. E mais: foi dito que o veículo do assassino, na noite de 14 de março de 2018, partira de um bar localizado na região do Quebra-Mar, o que era uma pista preciosa, pois talvez fosse possível identificá-lo requisitando as câmeras instaladas em toda aquela área. Até então a polícia só sabia que o Cobalt prata passara pelo Itanhangá, que fica a meio caminho da Barra da Tijuca e do Estácio, desconhecendo o ponto de origem do veículo.

Quando a denúncia em torno do sargento reformado da PM Ronnie Lessa chegou à DH, seu nome já era conhecido no submundo do crime como matador de aluguel.

— Ele se sentia um soldado em plena Guerra do Vietnã — conta um experiente policial civil que atuou em campo com Lessa e que, por ironia, viria a integrar a equipe de investigadores do caso. — Fizemos algumas operações em conjunto com boa parte das delegacias especializadas da Polícia Civil. Só os melhores. A bala voava e o grupo deles aparecia nas piores situações. Lessa era um *serial killer*. Levou vários tiros, mas se mantinha de pé. Era um verdadeiro soldado de guerra. Máquina de matar.

Daí em diante a DH correu contra o tempo, pois queria apresentar uma resposta antes que o caso Marielle completasse um ano, data em que a opinião pública certamente cobraria em dobro por resultados. Em pouco tempo, a proximidade de Lessa com o ex-PM condutor de Patamo Élcio Queiroz foi levantada e ambos se tornaram suspeitos da emboscada no Estácio: um ao volante e o outro, com a arma. A partir da informação de que o Cobalt saíra do Quebra-Mar no fim da tarde de 14 de março de 2018, o Núcleo de Inteligência Policial da DH conseguiu finalmente retrazar os passos de ambos dias antes do duplo homicídio.

+++

De maneira discreta, sem que seu nome completo aparecesse, um episódio envolvendo Lessa e noticiado um mês e meio após a morte de Marielle reforçaria as suspeitas de que o Quebra-Mar servia de base para seus

negócios e suas operações. Ao chegar a um restaurante na região, o sargento reformado foi vítima de um assalto e reagiu, recebendo uma bala no pescoço. A seu lado estava um velho amigo da época em que ambos moravam no subúrbio, o terceiro-sargento do Corpo de Bombeiros Maxwell Simões Correa, que também reagiu e chegou a baleiar o ladrão, que pilotava uma moto e depois seria preso. Lessa passou algumas semanas num hospital da Barra da Tijuca e se recuperou.

Ao saber do assalto, a filha do “ex-adido”, Mohana Figueiredo, então com 22 anos, desabafou nas redes sociais: “Sexta-feira de manhã, você trabalhando do outro lado do mundo, acorda e segue sua rotina como de costume. Pouco antes de entrar na escola pra dar aula, sua mãe te liga e conta o que houve. Respira, e não pira. Que clichê. E eu que achava que já tinha botado meu coração à prova anteriormente. Graças àquele cara lá de cima, o final foi feliz dessa vez. Mas ele não deixou de me testar novamente [*sic*].”

Mohana se encontrava em Atlanta, nos Estados Unidos, onde trabalhava como treinadora de futebol feminino. Como o pai, ela entendia que a violência era a melhor saída para os conflitos, o que ficaria claro em sua argumentação, ainda nas redes sociais, ao mencionar o deputado federal e então presidenciável Jair Bolsonaro: “Não sejamos hipócritas e pensemos que gu...erra pode ser resolvida com uma mão amiga do outro lado. Não tem essa. Não tem solução amigável. Se você não revida, você morre. Para aqueles amigos que odeiam o Bolsonaro, meu ‘sinto muito’. Ele realmente tem algumas alucinações e exageros muitas das vezes, mas é o mais sensato com relação à segurança dessa merda de país. Amigo, não tem jeito. Bandido bom é bandido morto. E só quando acontecer com algum parente seu você vai repensar suas ideias pacificadoras. Galera, o sistema é foda [*sic*].”

Nas investigações, pesaria contra Lessa a imagem recolhida de uma câmera de segurança de um prédio vizinho à Casa das Pretas em que o atirador, que estava no banco traseiro do Cobalt, por alguns momentos descansa o braço direito no encosto enquanto aguarda Marielle sair do debate. No laboratório da CSI foi possível melhorar o material e observar que o sujeito calçava uma luva preta que lhe cobria a mão e o braço direitos. Os movimentos feitos por ele contribuíram para traçar o seu perfil. Seria um homem corpulento, pesado, com dificuldades de passar do lado direito para o esquerdo do banco, tanto por seu tamanho quanto por, talvez, apresentar algum problema nas pernas. Caso de Lessa, que faz uso de perna mecânica.

Essa oscilação na mudança de posição no banco seria a causa de uma certa “chacoalhada” nesse ponto das imagens, conforme explicariam os investigadores.

Mesmo com a alta tecnologia utilizada para refinar a resolução, seria necessário lançar mão de outro recurso em busca de mais provas contra Lessa: a quebra do sigilo de seus dados telemáticos. Para isso foram descobertas as linhas telefônicas vinculadas aos IMEIs, na sigla em inglês (Identificação Internacional de Equipamento Móvel), de seus celulares, isto é, o “número de identidade” de cada aparelho. Por meio dessas especificações, foi possível levantar as contas vinculadas aos telefones, incluindo os aparelhos “buchas”, que são os registrados no CPF de terceiros.

Giniton queixava-se de que, embora a DH tivesse conseguido decisões favoráveis na Justiça em relação à quebra do sigilo de dados das ERBs (Estações Rádio Base), que registram tanto as ligações feitas de modo tradicional por telefone quanto a transmissão de sinal pela internet, as informações eram enviadas para os investigadores em planilhas com dias e horários das transmissões invariavelmente equivocados. Para o delegado, havia falta de vontade de ajudar a polícia. Além disso, os celulares já há algum tempo são usados muito mais para a transmissão de mensagens escritas ou de voz (trânsito de dados por aplicativos como WhatsApp, Telegram e outros) – às quais os investigadores não tinham acesso – do que para ligações convencionais.

Por isso foi crucial a negociação promovida pela DRCI (Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática) e pelo MPRJ com Google, Apple e Microsoft para a liberação dos dados acessados e registrados na “nuvem” do celular e do computador (*devices*) de Lessa. Só assim foi possível captar os históricos de busca e os acessos feitos por ele ao Google Maps em suas seis contas de e-mail. Em sua política de sigilo, a Google argumenta ser impedida de fornecer dados que firam a privacidade de seus usuários. No entanto, teve de cumprir a ordem judicial recebida para prestar as informações, uma vez que se tratava de informes individualizados, nesse caso, do suspeito de um crime de repercussão internacional. Ainda assim, a Google mantém a postura de não informar dados de clientes de forma universal, ou seja, sem a identificação do alvo da Justiça.

Embora os dados fornecidos pelas empresas tivessem sido imprescindíveis para se chegar aos supostos autores dos homicídios de Marielle e Anderson, a polícia e o MPRJ precisavam ter em mãos também as

informações contidas nos celulares apreendidos com eles — nos quais se incluíam as conversas mantidas por WhatsApp e outros aplicativos —, em busca de pistas sobre os eventuais mandantes do crime. Os aparelhos de Lessa e Élcio foram então despachados para uma empresa em São Paulo especializada nesse tipo de análise, mas as dificuldades foram grandes, a começar pelo fato de o método empregado para a quebra de senhas ser o de tentativas e erros. Há celulares de Lessa que até hoje não foram sequer desbloqueados. Lessa era um profissional com a qualificação necessária para, além de levar a termo um homicídio muito bem planejado, tal como se deu, eliminar possíveis rastros por meio de alta tecnologia. Ainda assim, os vestígios que deixou no celular e em seu computador foram suficientes para que ele se tornasse o principal suspeito de ter atirado em Marielle e Anderson.

+++

Os sinais captados no celular e no computador de Lessa remontavam a 10 de novembro de 2017, quando, tudo indicava, ele teria dado início ao planejamento do crime. Desse dia até 26 de fevereiro de 2018, ele pesquisaria sites de venda de acessórios, como supressores de ruído para a submetralhadora HK MP5, a arma apontada pela perícia como a escolhida para matar Marielle e Anderson. De fato, as testemunhas foram unâimes em dizer que o som dos tiros soara abafado, e o Núcleo de Busca Eletrônica da DH chegou a declarar em seu relatório que a ação incluía o uso de um silenciador. O morador de rua que viu o braço do atirador que segurava a arma e tinha o rosto coberto por uma touca ninja, contou em seu depoimento que a arma “parecia ser alongada como se fosse um silenciador”.

Da análise das contas viria a constatação de que o sargento pensara em cada detalhe: da escolha da arma aos aparelhos adquiridos para apagar seus rastros no celular, passando pela definição do trajeto da Barra até o local do crime, no Cobalt. O trabalho investigativo contou com o auxílio de policiais federais, a pedido do Ministério Público estadual, além de técnicos da Promotoria. Fotos extraídas do celular do pistoleiro mostraram seu braço esquerdo com uma longa luva preta. Foi quando os investigadores concluíram que o que o sem-teto pensara ser o braço de um homem negro na janela do carro era, na verdade, um braço coberto com essa luva. A

intenção era ocultar a extensa tatuagem ali existente, já que esse seria o braço que ficaria exposto ao ser apoiado na janela do carro para segurar a arma na hora de puxar o gatilho.

Em outra incursão pela internet, o sargento reformado buscou um aparelho chamado Jammer (“capetinha”, no jargão policial), que impede o rastreamento de qualquer atividade executada por um celular. Dada a dificuldade de rastreio dos celulares dos ocupantes do Cobalt no dia do crime, é possível, realmente, que ele e o motorista tenham recorrido a esse instrumento para impossibilitar o acesso também a dados de geolocalização, fosse por antena receptora, fosse por GPS, fosse por wi-fi. Lessa viu vídeos explicativos e reportagens sobre o Jammer. Numa delas dizia-se que, “mesmo sendo ilegais, bloqueadores de sinal de celular são vendidos na web”. No mesmo dia, ele lia a legislação que envolve o emprego desse bloqueador de sinal, proibido de circular no Brasil.

O “ex-adido” buscou ainda um adesivo que, se aplicado sobre a placa do veículo, prejudicava a leitura pelos radares de fiscalização eletrônica. Ele procurou o artefato em sites específicos no dia 30 de dezembro de 2017. Logo depois, em 8 de janeiro de 2018, informou-se a respeito de uma caixa impermeável própria para proteger armas de até 114 centímetros, no caso de haver necessidade de guardá-las em ambientes adversos, como debaixo da terra ou no fundo do mar. Pagou R\$ 1.399,40 pelo equipamento, que recebeu via correio em seu condomínio na Barra da Tijuca. Posteriormente, durante buscas realizadas pela polícia, essa caixa foi encontrada vazia na sala dele.

Lessa sabia que poderia ser apanhado pela quebra de seus dados telemáticos. Assim, numa das pesquisas realizadas virtualmente por ele antes dos assassinatos, procurou uma forma de desfazer a sincronização do seu celular com o Google Chrome, a fim de evitar que seus dados ficassem registrados no computador e em outras plataformas. Como não obteve sucesso, todas as informações que a polícia e o Ministério Público não encontraram na “nuvem” acabaram sendo detectadas nos celulares mesmo, ainda que tivessem sido apagadas. A empresa contratada pelo MPRJ para a extração das mensagens contidas nos telefones utilizou um equipamento Ufed Touch, vulgarmente chamado de “chupa-cabra”. Assim, foi possível recuperar, na íntegra, as conversas dos telefones e os diálogos mantidos por WhatsApp, Telegram e Signal, junto com suas respectivas listas de contato. Foram recuperados também os dados da geolocalização e de informações armazenadas nas redes sociais e em e-mails, totalizando um vasto material.

Analisando os extratos de dados da internet de Lessa, os investigadores verificaram que, até o assassinato da vereadora, ele se portava como um consumidor ativo que passava a maior parte do dia na internet até altas horas da noite. No dia do crime, porém, o ex-agente do Bope apresentou um comportamento diferente, o que também ocorreu com seu compadre, Élcio Queiroz. Nesse dia Lessa “navegou” apenas até as 16h32m05s, só reiniciando as buscas por sites dois dias depois, em 16 de março. Assim, ficaria mais do que evidente para as promotoras e o delegado Giniton que Lessa monitorara Marielle algum tempo antes da execução. E que a escolha da vereadora como alvo não fora imediata.

Antes de optar por Marielle, Lessa consultou a biografia de diversas pessoas comprometidas com a defesa dos direitos humanos. Entre elas, o então deputado estadual Marcelo Freixo mereceu um exame detalhado. As pesquisas em torno de informações sobre os familiares do parlamentar foram recorrentes ao longo de quase um ano (de 17 de abril de 2017 a 20 de fevereiro de 2018). Trajetórias de mulheres brasileiras negras e influenciadoras, além de Marielle, passaram pelo seu crivo, caso da cantora pop Iza, que exaltou suas raízes africanas no clipe *Ginga*; e da atriz, escritora e roteirista Kenia Maria, defensora de direitos humanos das mulheres negras e representante da entidade chamada ONU Mulheres Brasil. Lessa também buscou dados sobre a intervenção federal no Rio, que levaria à criação de uma comissão na Câmara para acompanhar as operações das Forças Armadas no estado e cuja relatoria ficara com Marielle.

A partir de leituras feitas na rede acerca, por exemplo, do grupo extremista jihadista Estado Islâmico e do episódio ocorrido em 1934 na Alemanha conhecido como Noite dos Longos Punhais (quando Hitler promoveu um brutal expurgo mandando executar quase uma centena de aliados), ou ainda do destaque dado a uma fotomontagem em que a ex-presidente Dilma Rousseff aparece com a cabeça decapitada sobre o corpo com os dizeres “Dilma Estado Islâmico”, os policiais concluíram que o sargento reformado compunha um perfil político de extrema direita, com forte conservadorismo social. As promotoras e a DH observaram uma correspondência entre as ideias de Lessa e as divulgadas por Jair Bolsonaro. A frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, por exemplo, que foi usada como slogan na vitoriosa campanha do político na disputa pela

Presidência, estampava o local onde deveria constar a foto do próprio Lessa em sua conta no WhatsApp.

Chamaram a atenção também dos investigadores pesquisas feitas por Lessa a respeito do já falecido coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador que comandou com mãos de ferro, em São Paulo, o DOI-Codi do II Exército, órgão de repressão durante a ditadura militar. Curiosamente, em 17 de abril de 2016, durante a votação pelo prosseguimento do processo de impedimento da presidente Dilma na Câmara, o então deputado federal Jair Bolsonaro (na época, no PSC) exaltou Brilhante Ustra durante seu voto a favor do impeachment. Bolsonaro ainda reafirmaria sua admiração por Brilhante Ustra em novembro de 2016, diante do Conselho de Ética da Casa, quando depôs no processo disciplinar aberto para apurar se houve quebra de decoro por parte do parlamentar por mencionar o torturador no dia da votação. Bolsonaro reiterou sua posição chamando o coronel de “herói brasileiro”.

+++

De acordo com o delegado Giniton, nos dias 6, 8 e 12 de março de 2018 o alvo de Lessa decerto estava definido, uma vez que desde 1º de março ele já cumpria periodicamente o trajeto da Barra da Tijuca até a Tijuca, onde Marielle morava. Nesse período, o sargento reformado passou ainda a esquadrinhar, pelo Google Maps, os locais frequentados pela vereadora e também sua agenda política, destacando os pontos em que ela estaria ou estivera. A busca incluiu o reduto psolista da praça São Salvador, em cujas imediações Marielle frequentava um curso de inglês às sextas-feiras.

Uma busca virtual realizada dois dias antes do assassinato, centrada num prédio da rua do Bispo, no Rio Comprido, configurou-se como um dos indícios mais sólidos contra o “ex-adido”. Marielle morara nesse prédio quando era casada com Eduardo Alves de Carvalho, o Edu, ex-chefe de gabinete de Marcelo Freixo na Alerj e espécie de conselheiro político da vereadora. O apartamento, então ocupado somente por Edu, fora visitado por ela no dia da pesquisa, segundo registro na agenda de compromissos do celular da parlamentar. Esse antigo endereço da vereadora não é sigiloso e consta até mesmo dos dados de identificação protocolados no Detran.

A DH descobriu que alguns funcionários do departamento e alguns policiais chegaram a acessar, pela internet, a carteira de identidade de Marielle. Eles têm senhas individuais que não podem ser repassadas a terceiros e, por questão de segurança, todas as buscas que executam ficam registradas nos computadores. Ao interrogá-los, a polícia, no entanto, não detectou nenhum procedimento fora da rotina das equipes. Edu confirmou a visita de Marielle, dois dias antes do homicídio, para uma conversa sobre questões políticas. A polícia perguntou a vizinhos de Edu se haviam notado algo diferente naquele dia nas redondezas. Mas ninguém se lembrava e nenhuma imagem dessa época na região foi recuperada. Afinal, já se passara quase um ano...

Lessa era exímio atirador e seu compadre, Élcio, exímio motorista. Agora o delegado Ginton intensificaria o cruzamento de todo tipo de dados a fim de confirmar se era essa ou não a dupla que sua equipe procurava. Pelos dados telemáticos constatou-se que Élcio fugira de sua rotina no dia do crime. O ex-PM costumava acordar cedo e seguir para a empresa de segurança em que trabalhava, conforme contaria na delegacia, retornando para casa no início da tarde. No dia do assassinato, porém, não seguiu seus hábitos em duas ocasiões: a partir das 14h43 não usou mais o celular, nem para fazer ligações nem para atender; e, ao sair da empresa, tomou a direção não da própria residência, mas da de Lessa, na Barra da Tijuca, onde chegou por volta das 17 horas utilizando a via expressa Linha Amarela. Não há registros de imagens de Élcio no condomínio, que costuma armazená-las, em média, apenas por três meses em seus HDs. Já as gravações de áudio feitas com a portaria são guardadas por mais tempo, pois ocupam menos espaço no computador, assim como as planilhas em que se assinala a entrada de visitantes.

Pela análise das antenas de telefonia celular da região, feita pelo Núcleo de Busca Eletrônica da DH, o sinal do celular de Élcio indicava que o aparelho dele teria permanecido por ali, na área em que Lessa morava, até as 22h11. Para a polícia e o Ministério Público, Élcio deixara o celular no local para simular sua presença na Barra da Tijuca até esse horário. Já das 22h30 às 3h58 do dia seguinte, o sinal do celular de Élcio seria captado no bar Resenha, perto da casa de Lessa. O de Lessa também. O aparelho de Élcio só voltaria a ser usado às 5h32 de 15 de março, ou seja, na madrugada seguinte à do crime, quando ele passava novamente pela Linha Amarela, na altura do bairro do Pechincha. A polícia não sabe para quem ele ligou, embora saiba

que, minutos depois, às 5h36, ele fez uma ligação para a mulher, já perto de casa.

A DH já vasculhara o entorno da Câmara dos Vereadores, no Centro, a região da Lapa, onde fica a Casa das Pretas, a região do Estácio, onde se dera o ataque, e passara por comunidades tomadas por milicianos. Após a informação supostamente anônima que chegara à DH, começaria a fazer a varredura também na região do Quebra-Mar e no entorno do Resenha.

+++

Em 24 de janeiro de 2019, Lessa e Élcio compareceram em horários diferentes à DH para prestar esclarecimentos. Na ocasião, Élcio disse não se lembrar do que fizera na data do crime. Já Lessa fez um histórico de sua carreira nas polícias Civil e Militar e, sobre o assassinato de Marielle, disse ter tomado conhecimento do fato pela imprensa. Ao ser inquirido sobre onde estivera na noite do crime, afirmou ter estado em um dos bares da avenida Olegário Maciel, na Barra da Tijuca, mas que não se recordava em qual exatamente. Alegou que, na época, estava bebendo muito e costumava perambular pelos bares da região aleatoriamente. Os investigadores perguntaram se Lessa procurou ajuda psiquiátrica ou de órgãos para superar o alcoolismo, recebendo como resposta que “a ajuda veio da família e dos amigos para se reerguer”. Quando lhe perguntaram sobre sua ligação com Élcio, ele confirmou tratar-se de um amigo a quem costumava visitar no subúrbio.

No dia 1º de fevereiro de 2019, em um segundo depoimento que visava complementar o primeiro, Élcio daria declarações um tanto diferentes das prestadas anteriormente. Diria que trabalhara pela manhã e no início da tarde e entregou à DH manuscritos autenticados com a relação de serviços que prestara no dia do crime à empresa de segurança na qual trabalhava. Só não se recordava do que fizera a partir de cerca das 17h30, aproximadamente o horário em que câmeras de um estabelecimento do Quebra-Mar flagraram o Cobalt dos assassinos saindo dali. Mas disse acreditar ter ficado em casa. Sobre Lessa, Élcio confirmou que o compadre vinha enfrentando dependência de álcool e períodos de depressão desde que perdera a perna, em 2009.

Amigo da dupla, o policial militar Pedro Bazzanella também foi chamado a depor no dia 1º de fevereiro. Além de ser visto com frequência ao lado de Lessa no bar Resenha, a polícia descobriu que Bazzanella e Élcio se encontraram com Lessa antes de prestarem depoimento. Ao sair da delegacia, Bazzanella retornou ao bar para conversar com o sargento reformado. A conclusão da polícia é que a primeira reunião entre os três teria sido para combinar uma versão em comum a ser apresentada na DH; já a segunda, só com Bazzanella, seria para trocar impressões acerca das questões abordadas na delegacia. A reunião dos três não só foi constatada, como fotografada, porque Élcio e Bazzanella estavam sendo seguidos por investigadores.

Os indícios encontrados nos celulares de Élcio e Lessa e as imagens analisadas pelo Núcleo de Inteligência da DH foram considerados elementos suficientes para a Promotoria denunciá-los. Em 12 de março de 2019, a dois dias de o duplo homicídio completar um ano, ambos foram presos preventivamente no âmbito da Operação Lume. O nome da operação, organizada pela DH e pelo MPRJ, era uma referência ao Buraco do Lume, no Centro, ponto de encontro dos militantes do PSOL, entre os quais Marielle.

+++

A Operação Lume, inicialmente prevista para 13 de março de 2019, precisou ser antecipada em cerca de 24 horas porque a DH descobriu que Lessa fora avisado e tentaria escapar ao cerco. Quando os agentes chegaram à casa do sargento reformado, precisaram, de fato, atravessar uma viatura na rua, perto do portão de saída do condomínio, para impedir sua fuga. Com uma pistola dentro do carro importado e blindado, Lessa também levava consigo uma mala contendo R\$ 60 mil em espécie e três celulares no chamado “modo avião”. Enquanto helicópteros de emissoras filmavam e punham no ar ao vivo a movimentação no lado externo da casa de Lessa, com policiais vasculhando até a caixa-d’água, no telhado, o filho adolescente do sargento reformado assistia a tudo pela TV, no interior da residência. Um dos investigadores comentaria mais tarde:

— Um jovem extremamente educado, que via as cenas com olhar incrédulo. Deu pena. Nessa hora, quem sofre é a família.

Também Élcio foi preso à porta de casa, no Engenho de Dentro, tentando fugir. Em seu carro foram encontradas balas de fuzil e em sua casa, dentro de um guarda-roupa, duas pistolas e mais munição para fuzil. O ex-PM seria condenado a cinco anos pela Justiça por porte e posse ilegal de arma, um ano e sete meses após a sua prisão. Como Lessa, não ofereceu resistência, argumentando somente que estava saindo para trabalhar, o que foi ignorado pelos policiais. A polícia fez buscas na residência de ambos e em outros endereços ligados a eles. Em um apartamento no Méier, de propriedade de um amigo de Lessa, Alexandre Motta de Souza, a Polícia Civil faria a maior apreensão de fuzis já realizada no estado do Rio de Janeiro. Em caixas fechadas, foram encontrados 117 componentes do tipo M16. Alegando ser amigo de infância de Lessa, Alexandre Motta explicou que o sargento reformado lhe entregara aquelas caixas pedindo-lhe que as guardasse sem revelar o que havia dentro delas.

Ao serem presos, por ordem do juiz do 4º Tribunal do Júri, Gustavo Kalil, Lessa e Élcio declararam que só falariam na Justiça. Ainda assim, os advogados Fernando Santana e Henrique Telles, que cuidavam do caso, respectivamente, de Lessa e de Élcio, disseram que seus clientes negaram participação no homicídio de Marielle e Anderson. Lessa trocou a perna mecânica por muletas, o que foi justificado por sua defesa como necessário devido à dificuldade de manutenção da prótese na cadeia. Já do ponto de vista da polícia, a medida foi considerada um artifício para que as imagens do suspeito divulgadas pela mídia denotassem fragilidade perante a opinião pública.

Santana dizia que Lessa era um simples comerciante de armas de *airsoft* (réplicas de armas de verdade que atiram esferas plásticas de seis milímetros e não são consideradas armas de fogo). Lessa possuía um Certificado de Registro de atirador e de colecionador de armas emitido pelo Exército, o que lhe permitia importar até mesmo fuzis. Baseado em laudo pericial, o delegado Marcus Vinícius Amim, da Desarme (Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos), que também investigava o caso, informou, porém, que se às réplicas fossem acoplados elementos de armas verdadeiras — como cano e carregador — elas ganhariam grande poder letal.

— Uma peça apreendida com o amigo de Lessa nos chamou a atenção: o ferrolho, que é utilizado em armas de fogo — detalhou Amin. — Esse material reforça a hipótese de que estão sendo montados fuzis letais em

território nacional. Ele já foi das forças de segurança e tem expertise para isso. Um policial militar tem esse tipo de instrução.

Lessa e Élcio foram levados temporariamente para Bangu 1 e, no dia 28 de março de 2019, seguiram para a Penitenciária Federal de Mossoró, onde Orlando Curicica já estava preso. Como se suspeitou que o miliciano poderia correr risco de morte, visto que, segundo informações de bastidores, Lessa acreditava ter sido denunciado por Curicica, os dois recém-chegados foram deslocados para a Penitenciária Federal de Porto Velho, em Rondônia, no fim de junho. O pedido da Promotoria para que fossem alojados em presídios distintos, a fim de impedir o contato entre eles, não foi levado em conta.

Nos dias 7 de junho e 2 de agosto, Lessa e Élcio participaram por videoconferência de duas audiências no 4º Tribunal do Júri, ocasião em que foram ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa. Os acusados só seriam ouvidos em 4 de outubro. O julgamento contará com júri popular, segundo decisão do juiz Gustavo Kalil. Se condenados, Lessa e Élcio devem recorrer.

Como PM e, principalmente, “adido” da Polícia Civil, Lessa aprendeu os métodos de investigação. Não conseguiu, no entanto, praticar um crime perfeito, porque deixou rastros em celulares e na internet. Conforme comentam ex-colegas de Lessa, o mais provável é que ele nunca revele detalhes do crime.

+++

No dia seguinte ao da prisão de Lessa, a polícia bateria, à tarde, em um imóvel pertencente a ele no mesmo condomínio em que sua sogra morava, no Pechincha. Por pouco os policiais não flagraram um cúmplice do ex-PM retirando uma caixa de papelão, aparentemente pesada, do apartamento que, ao tudo indicava, era usada apenas para guardar coisas. A cena foi registrada por câmeras de segurança do condomínio e os investigadores identificaram o sujeito como José Márcio Mantovano, o “Márcio Gordo”, um amigo do sargento reformado. Sobre a caixa ele colocara uma boneca, certamente para simular uma situação corriqueira de recolhimento de objetos por algum motivo doméstico. A gravação mostrou “Márcio Gordo” seguindo em direção a um carro no qual a câmera captou outro comparsa de Lessa, o professor de artes marciais conhecido como “Djaca”. Após deixar no carro a

caixa — na qual a polícia suspeita que estivesse a submetralhadora HK MP5 que matou Marielle e Anderson —, “Márcio Gordo” retornou ao apartamento e saiu de lá novamente em direção ao carro, agora carregando um ventilador, um par de muletas e o que parecia ser uma vassoura.

As mesmas câmeras já haviam flagrado, horas antes, na madrugada daquele 13 de março de 2019, três sujeitos trajando uniforme da Polícia Civil e tentando entrar no apartamento, possivelmente com a intenção de levar a caixa. Ainda que estivessem disfarçados de policiais, não conseguiram realizar seu intento porque o marido da síndica, um policial rodoviário federal, impedira-os sob a ameaça de chamar a polícia porque não portavam mandado de busca e apreensão. Um dos homens era branco, alto, musculoso e usava boné; os outros dois não apareceram com tanta nitidez na filmagem. Os três foram embora num Pálio.

Ainda naquele mês, uma testemunha, cuja identidade foi mantida em sigilo, contaria à polícia ter visto no Quebra-Mar dois homens ligados a Lessa alugando uma lancha. Eles carregavam várias caixas de papelão e uma mala. Pela descrição, a polícia concluiu que uma delas seria idêntica à flagrada pelas câmeras de segurança no condomínio do Pechincha. E, pelos retratos falados elaborados a partir das informações dessa testemunha, os investigadores acreditam que a dupla era formada novamente por “Márcio Gordo” e “Djaca”, que haviam entrado dias antes no apartamento de Lessa. Segundo o barqueiro que pilotou a lancha e que chegou a ver seis fuzis em uma das caixas, todo o material que eles carregavam foi descartado na altura das ilhas Tijucas, na Barra da Tijuca.

A DH pediu auxílio à Marinha e ao Corpo de Bombeiros para fazer buscas na região. Com um sonar para detectar metais, mergulhadores atingiram o local e visualizaram nove volumes no fundo do mar, cada um medindo entre 50 centímetros e dois metros. Mas não conseguiram retirá-los. A densidade da água e a profundidade, entre 15 e 30 metros, dificultaram o trabalho. Baseados na informação da Marinha de que não haveria condições de resgatá-las, a DH e o MPRJ desistiram.

+++

A justificativa de Lessa para manter em seu poder tantos fuzis — a de ser mero comerciante de *airsofts* — não soou verossímil para a polícia. O nível

de renda de um sargento reformado da PM não condizia com a dimensão de seu patrimônio, embora Lessa alegasse complementar o orçamento com a manutenção de barracas de lanche em favelas. Como um salário de cerca de R\$ 7 mil conseguiria manter seu padrão de vida? Uma casa no condomínio em que ele morava — que tem 150 residências distribuídas por sete ruas, com segurança reforçada — custa entre R\$ 1,6 milhão e R\$ 4 milhões, de acordo com anúncios em sites de classificados. Lessa era locatário de duas casas geminadas, no estilo dúplex, uma arquitetura modernista de veraneio típica das construções do início do desenvolvimento da Barra, nos anos 1960, inspiradas nas *prefab homes* da Flórida. O telhado baixo, comum em lugar que chove pouco, cobre uma varanda que praticamente rodeia a casa e termina numa churrasqueira. Em suas garagens Lessa guardava dois carros luxuosos, um Infiniti FX35 V6 AWD blindado e um Jeep Renegade Sport AT blindado.

Num dos cantos da varanda do imóvel, Lessa mantinha a imagem de um Buda sentado, em tamanho natural. No interior da casa, uma coleção de armas de brinquedo em miniatura. Quando a vida apertou-lhe o calo, envolvendo-o publicamente no caso Marielle, o ex-PM se esforçou para se humanizar e parecer um chefe de família que abria as portas da residência, de sexta-feira a domingo, a parentes e amigos à beira-mar. Um dos garçons do Resenha conta que ele costumava oferecer comida para os pobres no próprio bar. Uma das imagens tornadas públicas mais tarde, extraídas de uma gravação doméstica, mostraria o ex-PM alimentando dois gatos na mesa da sala de sua casa. Para a polícia, contudo, ele nunca deixava a frieza de lado.

Integravam o patrimônio do sargento reformado outros dois terrenos no estado: um no luxuoso Condomínio Portugal, em Angra dos Reis, avaliado em R\$ 1,2 milhão; e outro no condomínio Píer 51, em Mangaratiba, que estaria valendo cerca de R\$ 400 mil. No primeiro, a Promotoria encontrou entre seus pertences um projeto de arquitetura que transformaria o imóvel em uma verdadeira fortaleza, com um muro de três metros de altura circundando o terreno, de 3.500 metros quadrados. Já havia inclusive um orçamento de R\$ 123.338 para a execução do serviço.

O MPRJ solicitou um relatório do Coaf sobre as movimentações financeiras de Lessa e identificou em sua conta um depósito de R\$ 100 mil feito em espécie, na boca do caixa, em 9 de outubro de 2018. Sete meses depois, portanto, do assassinato de Marielle e Anderson. Câmeras do circuito de segurança do banco gravaram sua chegada ao local, acompanhado do filho adolescente. De acordo com as promotoras, Lessa possuía mais imóveis, mas em nome de “laranjas”. Denúncias anônimas indicavam que ele teria pelo menos um terreno na Barra da Tijuca em cuja escritura não constaria seu nome. Na casa onde morava, no mesmo bairro, foi apreendida uma planta de imóvel a ser reformado — este registrado em nome de Denis Lessa, seu irmão — que ficava em um condomínio de luxo ao lado do Vivendas da Barra. Tratava-se de uma casa em péssimas condições que seria transformada numa mansão de três andares com elevador, decerto para facilitar a locomoção do próprio Lessa.

Nas buscas e apreensões realizadas na casa de todos os suspeitos, foram encontrados documentos que ainda estão sendo avaliados. Como a nota fiscal da compra de uma lancha no valor de R\$ 261.449,95, em nome do amigo de infância Alexandre Motta de Souza, mas que se saberia depois ser de Lessa. Batizada de *Minimi* (nome de uma metralhadora leve 5.56 mm, de fabricação belga), a embarcação, guardada na Marina Portugal, foi confiscada porque funcionários no local apontaram Lessa como seu verdadeiro proprietário. Num de seus depoimentos, ele acabaria admitindo ser o dono da *Minimi*, mas alegou não ter tido tempo de colocá-la em seu nome. Foi na *Minimi* que sua família e a de Élcio passearam no Carnaval de 2019. Mulher de Lessa, Elaine Figueiredo não se conforma com a prisão do marido e o defende com veemência, por telefone, quando repórteres a questionam sobre a situação dele.

— Confio nele. Ele não cometeu crime. Como não vou conhecer o homem com quem vivo? — diz Elaine, sua sócia na academia de ginástica vendida por eles em 2015.

A polícia trabalha com a hipótese de que o endereço da filha de Lessa que vive nos Estados Unidos seja utilizado para a entrega de encomendas ilícitas feitas por ele. A jovem, segundo os investigadores, já teria namorado Jair Renan, o filho mais novo de Jair Bolsonaro, antes de sua posse como presidente da República, ocorrida em 1º de janeiro de 2019. Em março de 2019, em entrevista concedida à Fox News durante uma viagem oficial aos Estados Unidos, na qual se encontrou com o presidente Donald Trump,

Bolsonaro respondeu ao ser indagado sobre o fato de Lessa ser seu vizinho de condomínio:

— Sou um ex-capitão do Exército brasileiro e parte dos oficiais da polícia do Rio de Janeiro é de grandes amigos meus. Por coincidência, um desses suspeitos de ter matado a Marielle não era na verdade vizinho meu, mas morava do outro lado de uma outra rua [do mesmo condomínio]. A mídia, que sempre me criticou, queria estabelecer uma conexão clara. Mas eu nunca vi esse cavalheiro [Ronnie Lessa] no meu condomínio, onde passei muito tempo fora [...]. Eu realmente não gasto muito tempo, para você saber, me envolvendo na vida social com eles [vizinhos]. Só soube que ele [Lessa] viveu lá depois que o artigo [notícia sobre a prisão de Lessa] se tornou público.

Sobre o suposto relacionamento amoroso entre um de seus filhos e a filha de Lessa, o presidente declarou, sorrindo:

— Tentaram dizer que meu filho mais novo, que tem atualmente 20 anos, poderia ter namorado ou tido um caso com ela [a filha de Lessa]. Ele respondeu que saiu praticamente com todas as garotas do condomínio. “Eu posso lembrar se você me mostrar a imagem e ver quem é ela”, meu filho disse.

Sobre Marielle, Bolsonaro afirmou que só soube da existência da vereadora após a sua morte:

— Nunca tinha ouvido falar dela. Que tipo de motivação eu poderia ter para ser o cérebro desse crime se eu nem a conhecia?

7.

Disputas, vaidades, mortes

“O Escritório do Crime foi a nossa primeira linha de investigação. A partir de uma apuração mais profunda, porém, descobrimos que o grupo não participou do homicídio da Marielle.”

DELEGADO DANIEL ROSA, DA DH DA CAPITAL, AO SER PERGUNTADO POR UMA REPÓRTER SE RONNIE LESSA E ÉLCIO QUEIROZ INTEGRAM O BANDO DE MATADORES DE ALUGUEL DO ESCRITÓRIO DO CRIME

Horas depois da prisão do sargento reformado Ronnie Lessa, de 48 anos, e do ex-PM Élcio Vieira de Queiroz, de 46, jornalistas brasileiros e estrangeiros foram convidados para uma coletiva de imprensa, a ser realizada ainda naquele 12 de março de 2019. Em pouco tempo os repórteres descobririam, surpresos, que haveria duas coletivas: uma de manhã, organizada pela Polícia Civil; e outra à tarde, pelo Ministério Público estadual. Ficaria patente a disputa das duas instituições estaduais pelo protagonismo da Operação Lume, deflagrada por ambas de madrugada. Ainda que a Lume não tivesse chegado ao nome dos mandantes da morte de Marielle e Anderson, anunciar o nome de seus prováveis executores já era uma vitória.

Também o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que ainda não completara três meses no cargo, ficou entusiasmado com a situação. Não à toa o auditório do prédio anexo ao suntuoso Palácio Guanabara, sede do governo, em Laranjeiras, foi o local preparado para receber a mídia. As coletivas da Polícia Civil vinham sendo concedidas na Cidade da Polícia, um centro montado na Zona Norte que reúne as delegacias especializadas e outros órgãos da corporação, mas a equipe de Witzel achou que aquele não era um local à altura da ocasião. Afinal, a Polícia Civil não arredara pé por sete meses da suspeita infrutífera de que os mandantes do crime seriam o miliciano Orlando Curicica e o vereador Marcello Siciliano. Agora, a oportunidade era perfeita para Witzel, ex-juiz federal e ex-fuzileiro naval, insinuar que sua participação nas decisões envolvendo as investigações fora determinante para o sucesso da Operação Lume.

— Pedi [ao delegado] Ginton que me apresentasse as linhas de investigação para que eu pudesse colaborar com a minha experiência de 17 anos de magistratura — disse Witzel, sentado no centro da mesa da coletiva, à frente de uma plateia lotada. — Uma segunda fase da investigação poderá vir a ocorrer. Primeiro, falei para [a polícia] encerrar com o que tem. A Lava Jato nos ensinou que investigação deve ser fragmentada.

Sentados à mesa, além de Witzel e o delegado Ginton Lages, estavam o vice-governador, Cláudio Castro, o novo secretário estadual de Polícia Civil, delegado Marcus Vinícius de Almeida Braga, empossado em janeiro no lugar de Rivaldo Barbosa, e o diretor do Departamento Geral de Homicídios e

Proteção à Pessoa, Antônio Ricardo Lima Nunes. Ao lado do governador, Giniton parecia desconfortável devido à ausência das promotoras do Gaeco. Witzel sentiu-se na obrigação de avisar que o Ministério Público havia sido chamado para a coletiva, mas declinara do convite. O convite formal, no entanto, despachado por e-mail para a imprensa pela assessoria do Palácio, deixava claro que os anfitriões do encontro seriam o governador e a Polícia Civil. O nome do MP nem sequer era mencionado.

À tarde, a coletiva promovida pela Promotoria foi realizada na sede do próprio Ministério Público estadual, no Centro, numa sala simples, com cadeiras comuns, e não poltronas no Palácio. Diferentemente da coletiva da Polícia Civil, em cuja mesa só havia homens, nesta só havia mulheres, todas do MP. Além de Simone Sibilio e Letícia Emile, à frente das investigações, estavam presentes a chefe da Coordenadoria de Segurança e Inteligência, Elisa Fraga, e a assessora de Direitos Humanos e Minorias, Eliane de Lima. Questionadas, Simone e Letícia declararam não haver rugas entre o MP e a DH, nem divergências na apuração do crime, embora fosse perceptível o desconforto de ambas — a essa altura, já circulavam rumores de que o governador é que atravessara a história a fim de deixar em segundo plano o MP.

De fato, o discurso das duas instituições estava afinado: a busca pelos mandantes do crime viria numa segunda fase da Lume. E a explicação para só se ter chegado aos executores era a mesma. O teor das dezenas de pesquisas implementadas via internet pelo sargento reformado Ronnie Lessa — revelando sua obsessão contra personalidades que militavam na esquerda política — exigia que se avaliasse mais de perto a hipótese de que a motivação do crime fora pessoal. E, nesse caso, não haveria mandantes. A tese de “motivação por ódio” se estendia também ao ex-PM Élcio, devido à longa amizade entre os dois. Na coletiva da manhã, Giniton já se baseara no perfil de Lessa levantado pela polícia para afirmar:

— Nessa análise percebe-se ódio, desejo de morte dessas pessoas. Comportamento de alguém capaz de resolver [as coisas] da forma como aconteceu com Marielle.

O discurso de Simone seguiu a mesma linha. Ela explicou ainda que como o Código Penal não prevê punição para “crime de ódio”, a Promotoria lançara mão da acusação de “motivo torpe” para denunciar Lessa e Élcio.

— Com relação ao crime de ódio, se o que se chama de ódio é irresignação, a reação de [Lessa] diante de algumas questões relacionadas às

minorias e às causas que Marielle defendia, por exemplo, traduz esse perfil. Juridicamente, trata-se de um motivo torpe, uma reação abjeta por parte dele — disse Simone.

O momento era de triunfo para os investigadores. Mas, no dia seguinte, Witzel comunicou uma decisão que causou estupor na DH e em todos os que acompanhavam o desenrolar do caso. No final da manhã, em nova coletiva de imprensa, o governador anunciou a saída de Ginton da DH, pegando o próprio delegado de surpresa. Segundo o governador, por se iniciar ali uma nova fase das investigações, que visaria averiguar a existência ou não de mandantes do crime, era hora de Ginton passar o bastão, uma vez que devia estar “esgotado”.

Como se se tratasse de um prêmio, o governador revelou então que o indicara para cumprir um curso na Itália, a fim de que pudesse “trocar experiências em investigações com policiais italianos” e estudar “a máfia e os movimentos criminosos”. Frisou que Ginton não estava sendo exonerado, e sim afastado para cumprir o intercâmbio. À imprensa, Ginton negaria que estivesse “esgotado” e não esconderia que saía do caso a contragosto. Mas acatou a ordem e, segundo conta, ficou um mês fora do país.

Nos bastidores da Polícia Civil dizia-se, porém, que existia certo desgaste entre Ginton e alguns superiores seus pelo fato de o delegado não dividir informações do caso Marielle com eles. Assim, teria havido um acordo para que a troca fosse realizada pelo governador, que, pelo seu lado, também preferia ter à frente da DH e do caso Marielle um delegado escolhido por ele próprio, enquanto Ginton vinha da administração anterior, instituída após a intervenção federal nos órgãos de segurança pública do estado.

+++

Titular da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense, o delegado Daniel Rosa foi chamado para ocupar a vaga de Ginton no comando da DH da Capital. Era a segunda vez que ele substituíra o colega, já que em março de 2018 fora ele quem assumira a delegacia da Baixada Fluminense porque seu então titular, o próprio Ginton, fora deslocado para a DH com o propósito de ficar à frente do caso Marielle. Rosa, que já trabalhara anteriormente com Ginton na DH, quando a delegacia era chefiada por Rivaldo Barbosa, atuara em dois casos de repercussão: o homicídio de uma moradora de rua em

Copacabana, em novembro de 2017, cujos autores foram presos; e o até hoje não totalmente esclarecido assassinato de um médium dentro de casa, no terreno do Centro Espírita Lar de Frei Luiz, em Jacarepaguá, em junho de 2015.

Considerado reservado pelos colegas, Rosa mantém um semblante sério no local de trabalho, é discreto e econômico no trato com a imprensa e muitas vezes usa da contrainformação para confundir os jornalistas e atrapalhar a vida dos investigados. Trocou praticamente todos os policiais da gestão Giniton, uma vez que muitos pediram para sair, em especial os que atuavam na linha de frente das apurações, ao lado do chefe. A promessa de Giniton de que a transição na gestão da DH seria “a mais bem-feita da história da Polícia Civil”, pois ele passaria pessoalmente todos os meandros do caso Marielle a Rosa, ficaria só no discurso, já que não houve chance para conversas, reuniões ou esclarecimentos.

A solenidade de posse foi realizada na manhã de 25 de março de 2019 na calçada da DH, em meio a um calor infernal de fim de verão, com a presença do secretário de Polícia Civil, Marcus Vinícius. Embora tenha dito que iria encarar o novo desafio “com muita naturalidade”, a expressão do novo delegado da unidade era de apreensão. Afinal, ele estava assumindo a segunda etapa de um dos crimes de maior impacto no país sem ter acompanhado sua longa e desgastante primeira etapa. Ao fim da passagem de comando e dos discursos, cada delegado seguiu seu caminho, sem mais contatos. O clima não foi de cordialidade.

Na hora do almoço, os integrantes da nova administração tomaram o rumo de uma churrascaria das redondezas para confraternizar e o prédio da DH ficou às moscas. A cópia do processo de Marielle, ainda sob segredo de justiça, restou esquecida por algumas horas numa das mesas da sala do delegado, cuja porta estava destrancada. À tarde Rosa começaria a ler os, até então, 23 volumes principais do caso, sem contar os diversos anexos sigilosos sobre quebras de sigilo telefônico e telemático. Como Giniton, levaria meses para dominar o passo a passo da apuração.

Só em 31 de janeiro de 2020 Giniton seria chamado por Marcus Vinícius para assumir uma unidade, a 16ª Delegacia de Polícia Civil, na Barra da Tijuca, responsável sobretudo por investigar crimes praticados pelas milícias de Rio das Pedras e Muzema. A titular do órgão, Adriana Belém, pedira afastamento após o Gaeco denunciar seu braço direito, Jorge Camillo Alves, chefe do Setor de Investigações da delegacia, como suspeito de envolvimento

com milicianos. A função de Jorge Camillo, que acabou preso, era, na época, investigar as construções irregulares de imóveis e de empreendimentos comerciais nessas comunidades da Zona Oeste, mas, segundo o MP, ele acobertava os paramilitares.

A escolha de Ginton para o posto foi estratégica: com a notoriedade angariada à frente do caso Marielle, sua posse certamente atrairia os holofotes da mídia, abafando o aspecto negativo da prisão de um policial civil de alto escalão. Jorge Camillo fora flagrado pelo Gaeco em conversas pelo WhatsApp, inclusive com Ronnie Lessa. Em um desses diálogos, recuperados pela polícia do celular de Lessa, os dois negociavam a liberação de máquinas caça-níqueis apreendidas pela Polícia Militar durante a inauguração de uma casa clandestina de bingo pertencente a Lessa no Quebra-Mar. As máquinas estavam na 16ª DP e coube a Camillo, segundo as interceptações, a liberação do material, que foi colocado em um caminhão e enviado para Lessa.

+++

Apesar de já ter se frustrado ao tentar a federalização do caso Marielle no dia seguinte ao do crime, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, tentou novamente ter acesso às investigações em meados de agosto de 2019. Agora ela queria que a PGR (Procuradoria-Geral da República) analisasse a apelidada “investigação (federal) da investigação (civil)”, realizada ao longo de cinco meses pela Polícia Federal para apurar a lisura dos procedimentos da Polícia Civil durante a farsa armada pelo PM Ferreirinha, que acusou o miliciano Curicica e o vereador Marcello Siciliano de serem os responsáveis pelos assassinatos. Dodge estranhava que os mandantes do atentado ainda não tivessem sido identificados e que nenhuma providência tivesse sido tomada para a responsabilização criminal dos novos suspeitos de executá-lo, os quais, aliás, já estavam presos havia também cinco meses. “A impunidade dos mandantes é manifesta”, escreveu ela em sua solicitação.

A gestão de Dodge à frente da PGR se encerraria daí a poucos dias, em 17 de setembro, e ela começou a correr contra o tempo para tentar agilizar os trâmites de suas demandas, mesmo já tendo em sua mesa, em sigilo, fragmentos do relatório da PF. O pedido de acesso, contudo, foi negado pelo juiz da 28ª Vara Criminal, André Ricardo de Franciscis Ramos, sob a

alegação de que o caso corria em segredo de justiça. O MPRJ, órgão autônomo, não subordinado à PGR, também foi contra o compartilhamento. Inconformada, Dodge recorreu ao STJ e teve sua solicitação atendida em 30 de agosto, uma sexta-feira, conforme despacho do ministro Raul Araújo, sorteado para apreciar o caso.

Raul Araújo determinou que a 28ª Vara Criminal, no Rio de Janeiro, tirasse uma cópia do inquérito e a enviasse à PGR, em Brasília. Mas a cópia só chegaria às mãos de Dodge em 12 de setembro. Além de ter havido uma inexplicável demora nos trâmites, uma greve dos Correios, deflagrada no dia 11, fez com que o ex-ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, amigo de Dodge, precisasse mandar a Polícia Federal intervir para localizar e resgatar os documentos em uma agência do Rio. Ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro admitiria cerca de dois meses depois, em 15 de novembro de 2019: “E a única forma de trazer esses autos para Brasília foi fazer uma retirada via busca e apreensão nos próprios Correios.” A cinco dias de deixar o comando na Procuradoria, Dodge pediu então à sua equipe que preparasse, a toque de caixa, três novos pedidos ao STJ relacionados à morte da vereadora.

O primeiro deles era a federalização do caso Marielle. Dodge solicitava que as investigações saíssem, definitivamente, da alçada da Polícia Civil e do Ministério Público estadual e passassem para a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, já que, por se tratar de um crime envolvendo uma ativista de direitos humanos, caberia aos órgãos federais a investigação. Como já fizera em março, a procuradora alegou necessidade de deslocamento de competência, recurso jurídico que os ministros do STJ não costumam acatar em se tratando de federalização. Mas há precedentes, como na apuração da morte do vereador, advogado e ativista de direitos humanos Manoel Bezerra de Mattos Neto, assassinado a tiros em 2009 na divisa da Paraíba com Pernambuco. Durante as investigações, três testemunhas sofreram atentado e apenas uma sobreviveu, levando o STJ ao entendimento de “que era notória a incapacidade das instâncias e autoridades locais em oferecer respostas efetivas, reconhecida a limitação e precariedade dos meios por elas próprias”. Na época, os investigadores e os promotores dos dois estados concordaram com a decisão do tribunal.

O segundo pedido de Dodge ao STJ referia-se à abertura de procedimento investigatório contra o conselheiro afastado do TCE-RJ Domingos Brazão, que tinha foro privilegiado. Com base no inquérito da Polícia Federal sobre a

ação da Polícia Civil ao longo da farsa promovida por Ferreirinha, a procuradora viu “indícios de autoria intelectual” do assassinato de Marielle por parte de Brazão e o denunciou. A suspeita da procuradora-geral advinha de um dos depoimentos de Curicica prestados em 2018 à procuradora Caroline Maciel, no qual o miliciano dissera que Brazão teria interesse na morte da vereadora para atingir Marcelo Freixo, por entender que o deputado teria tido papel decisivo na prisão da cúpula do PMDB fluminense.

Por último, em seu terceiro pedido, a procuradora-geral solicitou a abertura de um inquérito no próprio STJ para apurar a possibilidade de Brazão ter atuado junto com Ferreirinha na farsa que incriminava Curicica e Siciliano, conduta que teria visado obstruir as investigações da polícia em torno dos assassinatos.

— Esta denúncia completa aquilo que era necessário, quando, em outubro de 2018, requisitei investigação à Polícia Federal. Havia indícios de que a investigação processada no âmbito estadual não estava seguindo a verdadeira linha apuratória — justificou-se Dodge no dia de sua despedida da PGR, após dois anos na presidência do órgão.

O pedido de federalização causou grande indignação no MPRJ, na Polícia Civil e entre os familiares da vereadora, que consideravam que as investigações estavam sendo bem conduzidas, mesmo que com dificuldades. Para tentar manter o caso na esfera estadual, o procurador-geral do MPRJ, Eduardo Gussem, desenvolveu com êxito uma estratégia junto com o subprocurador-geral de Justiça de Relações Institucionais, Marfan Martins Vieira, e o procurador de Justiça Orlando Belém, assessor-chefe da Assessoria de Recursos Constitucionais Criminais, que representa o MPRJ na capital federal. Eles passaram o mês de outubro alinhavando e marcando encontros com ministros do STJ a fim de mostrar que não caberia a federalização do caso porque a Promotoria estadual nunca estivera inerte. A promotora Sibilio chegou a participar de alguns encontros com os ministros da Corte, dando testemunho de que as diligências nunca estiveram paradas.

No dia 27 de maio de 2020, o STJ rejeitaria por unanimidade o pedido de federalização do caso Marielle. Mas a PGR ainda pode recorrer da decisão ao STF.

Antes, entretanto, de qualquer decisão sobre os pedidos de Dodge, no dia 3 de outubro de 2019 as promotoras do Gaeco e o delegado Daniel Rosa botaram na rua uma operação que levou para a cadeia a mulher de Ronnie Lessa, a nutricionista Elaine Pereira Figueiredo Lessa, e o irmão dela, Bruno Figueiredo. Segundo a polícia, Elaine comandava a quadrilha que lançara ao mar, perto das ilhas Tijucas, em março, várias caixas de papelão e uma mala com armamentos pertencentes a Lessa. Foram presos também “Márcio Gordo” e “Djaca”, que participaram da operação. Um carro, usado por Elaine e deixado no estacionamento de um shopping da Barra da Tijuca, não se sabe por quanto tempo, teria servido de último esconderijo do material antes do descarte. Mais tarde a polícia descobriria que o carro que ficara no shopping pertencia ao terceiro-sargento do Corpo de Bombeiros Maxwell Simões Correa, preso em junho de 2020.

Por essa época a polícia desenvolvera consistente suspeita de que o homem musculoso e de boné, vestido de policial, que tentara invadir de madrugada o apartamento de Lessa no Pechincha com mais dois comparsas, era Leonardo Gouvêa da Silva, o “Mad”, que comandava o Escritório do Crime desde que o ex-capitão do Bope Adriano Mendonça da Nóbrega se tornara foragido da Justiça, em janeiro de 2019. Assim, no dia da prisão de Elaine e seu grupo, a DH cumpriu mandados de busca e apreensão na casa de “Mad” e do irmão dele, Leandro Gouvêa da Silva, o “Tonhão”, também membro do Escritório. A polícia, no entanto, além de não conseguir provar que um dos invasores do apartamento de Lessa fora “Mad”, também não sabia dizer se esses invasores seriam aliados ou inimigos de Lessa.

Visto como extremamente perigoso pela polícia, “Mad” (“louco”, em inglês) ganhou esse apelido devido à sua principal característica como matador: não medir esforços para atender os clientes que contratavam seus serviços. Não à toa, na primeira fase das investigações, “Mad” foi um dos primeiros integrantes do submundo do crime do estado a ser convidado para depor na DH pelo delegado Giniton Lages, entre os vários nomes de sua pasta vermelha que, a seu ver, teriam potencial para executar Marielle. Mesmo não tendo formação militar, “Mad” é considerado exímio atirador e costuma intimidar os inimigos por ser excepcionalmente forte. Em seu depoimento informal na DH, no dia 13 de setembro de 2018, ele disse ao delegado que na noite da morte de Marielle ele assistia pela TV, na casa de um vizinho, ao jogo do Flamengo contra o Emelec. E que só soube do crime pela imprensa. Seu irmão, “Tonhão”, havia sido ouvido pelos investigadores

uma semana antes e disse não se lembrar do que fazia na noite de 14 de março daquele ano. Ambos declararam jamais terem ouvido falar em Escritório do Crime.

+++

No dia seguinte ao da prisão de Elaine, as promotoras finalmente receberam um relatório da empresa paulista que analisava as informações extraídas dos telefones de Lessa. O trabalho da empresa levava sete meses e, pelo material apurado, constatou-se que, em 22 de janeiro de 2019, Elaine enviara por WhatsApp ao marido a imagem de uma planilha que daria muita confusão e ampliaria o escopo das investigações. Abaixo da imagem ela escreveu: “Liga para o Élcio.” Tratava-se da planilha da portaria do condomínio Vivendas da Barra, que trazia os horários de entrada e saída de visitantes no dia do assassinato de Marielle e Anderson, em 14 de março de 2018.

Nas casas 65 e 66 do Vivendas moravam o próprio Lessa e sua família; na casa 58, o então deputado federal Jair Bolsonaro. Embora ninguém soubesse explicar como Elaine tivera acesso ao documento, chegando a fotografá-lo, pareceu evidente para a polícia que ela tinha urgência em alertar Élcio de que havia esse registro da passagem dele pelo condomínio no fim da tarde daquele dia. Assim, ela pedia ao marido que mostrasse ao compadre a imagem — afinal, dois dias depois, ambos iriam depor pela primeira vez na DH, ainda que informalmente. Além do nome de Élcio (registrado como *Elson*), a planilha, preenchida a mão, trazia a placa de seu veículo, um Logan, e o número da casa visitada: 58, a de Jair Bolsonaro, já presidente da República.

Constava ainda na planilha a informação de que a pessoa que liberara, por interfone, a entrada do visitante no condomínio teria se identificado como “Seu Jair”. Com o material decupado nas mãos, o passo seguinte das promotoras do Gaeco seria interrogar o próprio Jair Bolsonaro. Contudo, por tratar-se do presidente da República, a Promotoria precisou pedir autorização ao presidente do STF, José Antonio Dias Toffoli, em Brasília, pedido que, posteriormente, seria arquivado pelo novo procurador-geral da República, Augusto Aras, alegando tratar-se de “factoide”.

Fato é que o imbróglio envolvendo a planilha vazou e foi divulgado pelo *Jornal Nacional* da TV Globo, exibido no dia 29 de outubro. Segundo o

telejornal, um dos porteiros do Vivendas, Alberto Jorge Ferreira Mateus, ao ser ouvido na DH não só confirmou a ida de Êlcio ao Vivendas no dia do duplo homicídio, como afirmou ter reconhecido a voz “do seu Jair” [Bolsonaro], pelo interfone, autorizando a entrada do ex-PM em sua residência. Alberto Jorge teria acompanhado ainda, pelas câmeras do Vivendas, a entrada de Êlcio não na casa de Jair Bolsonaro, conforme o visitante teria anunciado, mas nas casas 65-66, de Lessa. A notícia teve o efeito de uma explosão no Palácio do Planalto.

Na mesma noite, embora estivesse na Arábia Saudita, por conta de uma viagem oficial ao Oriente Médio, o presidente fez uma transmissão ao vivo, em sua página no Facebook, negando ter atendido interfone e autorizado a entrada de Êlcio no condomínio. Gesticulando muito e irritado, disse que estava sendo alvo de uma “patifaria” por parte da TV Globo.

— Seus patifes da TV Globo! Seus canalhas! Não vai colar! Não tinha motivo para matar quem quer que fosse no Rio de Janeiro — disse ele, que isentou o porteiro: — Tenho certeza de que o porteiro não sabe o que assinou.

Com ironia, Bolsonaro chegou a dizer que não perseguiria a emissora, mas que só aprovaria a renovação de sua concessão, prevista para 2022, se o processo estivesse “enxuto”:

— Temos uma conversa em 2022. Eu tenho que estar morto até lá. Porque o processo de renovação da concessão não vai ser perseguição, nem pra vocês nem para TV ou rádio nenhuma, mas o processo tem que estar enxuto, tem que estar legal. Não vai ter jeitinho pra vocês nem pra ninguém.

Insinuou que o vazamento da notícia partira do governador Wilson Witzel, que o apoiara nas eleições de 2018, mas se distanciara dele porque, segundo o presidente, almejava disputar a Presidência da República nas eleições de 2022 e sabia que Bolsonaro tentaria a reeleição.

— O governador Witzel que se explique agora como vazou esse processo — esbravejou o presidente na transmissão ao vivo pela rede social.

Bolsonaro alegou que no dia da morte de Marielle estava em Brasília, trabalhando na Câmara dos Deputados, e não em sua casa do Rio de Janeiro. Com efeito, a presença dele no Congresso Nacional naquela data foi mencionada pelo *Jornal Nacional* e confirmada com a exibição de registros de presença em votações no plenário e de imagens dele na Câmara postadas em suas redes sociais. Assim, o próprio âncora que apresentava o jornal deixava claro que, de fato, havia algo errado naquela história.

No dia seguinte às declarações dadas pelo presidente Jair Bolsonaro, em 30 de outubro de 2019, logo às primeiras horas da manhã, o vereador Carlos Bolsonaro, que vive no mesmo condomínio do pai, mas em outro imóvel, postou um vídeo de apoio a ele em sua rede social. No vídeo, Carlos retransmitia a gravação feita pelo setor de segurança do condomínio da conversa do porteiro, em sua cabine, com o visitante Élcio, ocorrida por volta das 17 horas do dia 14 de março de 2018. Dizia Carlos no vídeo:

— Eu estou aqui na administração do condomínio 3.100, na Barra da Tijuca, o condomínio do meu pai, o presidente Jair Bolsonaro, tendo acesso aqui ao programa de gravação de voz que identifica para onde a portaria ligou, para que casa ligou e que horário que ligou. Eu estou tendo acesso a esse tipo de documento porque eu sou morador aqui do condomínio, então não tem problema nenhum. Vamos lá, só para exemplificar aqui, no dia 14/3/2018, você tem aqui: TX é o local de onde partiu a ligação, que é a portaria. E B65: B você pode cortar fora, foi para onde ligaram, 65 é o número da casa. No dia 14/3/2018, às cinco e 13 da tarde, você tem uma ligação para a casa 65, que seria a casa do Ronnie Lessa, e não para a casa do Bolsonaro.

Ainda durante a explicação, o filho do presidente acionava o áudio da ligação feita pelo porteiro para a casa de Lessa e não para a casa de Jair Bolsonaro:

Porteiro: “Portaria, boa tarde.”

Ronnie Lessa: “Boa tarde.”

Porteiro: “É o senhor Elson.”

Ronnie Lessa: “Tá, pode liberar aí.”

Porteiro: “Tá ok.”

Carlos Bolsonaro prossegue:

— Tá, vocês percebem que, nesse horário que a gente colocou aqui para sair o áudio, 14/3/2018, às cinco e 13 da tarde, foi ligado para a casa desse senhor aí que não sei nem quem é [referindo-se a Lessa], para a entrada desse outro senhor [Élcio Queiroz] também. Vocês percebem que a voz da portaria, da pessoa da portaria, que ligou para a casa 65 não condiz em nenhum momento com a voz do então deputado Bolsonaro. Há alguma coisa

errada nessas informações passadas à Rede Globo, que passam em segredo de Justiça.

À tarde, no mesmo dia, o Ministério Público do Rio de Janeiro convocou a imprensa para anunciar, em coletiva no auditório da sede da Promotoria, que, após uma análise informal feita por peritos do MP, confirmou-se que a voz no áudio era realmente de Ronnie Lessa falando com o porteiro e não de Jair Bolsonaro. Sentada à mesa, ao lado de Simone Sibilio e Letícia Emile, estava a promotora Carmem Eliza Bastos, que cuidava da acusação de Lessa e Élcio junto com Simone no júri. A presença de Carmem Eliza na coletiva causou constrangimento ao MPRJ e mais uma confusão se armou, já que a promotora apoiara a campanha de Bolsonaro para a Presidência, realizada em 2018.

Quase imediatamente começaram a viralizar imagens antigas de Carmem Eliza com a camiseta da campanha do político, causando desconforto no órgão em que ela trabalhava. As fotos foram extraídas de suas redes sociais e a situação de Carmem ficou insustentável à frente do júri, levando-a a sair do caso.

— Não vejo como a minha vida privada, minha intimidade, pode influenciar no meu trabalho — lamenta. — Decidi sair para não permitir que a defesa dos acusados usem isso para atrapalhar o processo do duplo homicídio de Marielle e Anderson.

Em fevereiro de 2020, a perícia da Polícia Civil finalizaria o laudo oficial da gravação, constatando que não apenas fora realmente Lessa quem liberara a entrada de Élcio Queiroz em sua residência, como também que o áudio não sofrera edição, conforme insinuado na imprensa, uma vez que Carlos Bolsonaro tivera acesso ao material. Além disso, o documento, assinado por seis peritos, concluiu que o porteiro que conversara com o ex-PM não fora Alberto Jorge Ferreira Mateus, que afirmara na DH ter ouvido a voz do presidente. Assim, o resultado do laudo deixava no ar a possibilidade de o porteiro que citara Bolsonaro ter agido a mando de terceiros.

Alberto Jorge é um dos funcionários mais antigos do condomínio e respeitado pelos colegas. Mas, após a repercussão do episódio, ele mudou a versão que prestara à DH. Diria à Polícia Federal, em 19 de novembro, ter se equivocado sobre a voz de “seu Jair”, embora o registro do número 58 da casa dele estivesse na planilha. No condomínio, a rotina do serviço de identificação de visitantes envolvia quatro funcionários, que se revezavam nas funções de abordagem, contato por interfone com o morador a ser

visitado, acompanhamento por câmera, a fim de checar se o visitante se dirigia realmente ao imóvel anunciado etc.

— Apesar da firmeza do porteiro nos dois primeiros depoimentos que prestou, hoje sabemos que ele realmente se enganou — comentou na época um dos investigadores que colheu o depoimento de Alberto Jorge. — Foi muito estranho, pois ele é extremamente temente a Deus e disse que jamais mentiria. Não titubeou em nenhum momento durante os depoimentos.

A Polícia Civil pediu uma análise grafotécnica nas planilhas para saber se a letra no controle de acesso ao Vivendas da Barra, onde aparece o número da casa do presidente, é de Alberto Jorge. Até o fechamento da apuração deste livro, o resultado não tinha saído. A divulgação do seu nome numa matéria da revista *Veja* transformou num inferno o cotidiano do porteiro e de sua família, que vivem na favela da Gardênia Azul, por estimular abordagens da população e da imprensa por onde passam. A Gardênia Azul é tomada por milicianos ligados a Ronnie Lessa e é reduto eleitoral de políticos como Marcello Siciliano e integrantes do clã Brazão.

+++

Toda a confusão revelou um erro primário da DH no fim da primeira fase das investigações. O suposto equívoco na planilha já poderia ter sido percebido antes mesmo de a Promotoria tomar conhecimento de sua existência. Isso porque a Polícia Civil já havia apreendido um CD com os registros em Excel de todas as visitas feitas ao condomínio de 31 de dezembro de 2017 a 31 de outubro de 2018. O material consta do volume 15 do processo do duplo homicídio. No entanto, Giniton, ainda encarregado do inquérito, determinou que fossem extraídas apenas informações referentes a pedidos de entrada na casa de Lessa. Nem o fato de no dia 14 de março de 2018, data do crime, não haver registros de Élcio como visitante do sargento reformado fez com que os investigadores tivessem a ideia de revisar as planilhas completas em busca da entrada no condomínio por meio de uma eventual autorização de outros condôminos.

— Não houve má-fé nossa. Isso realmente nos escapou. Estávamos carregados de trabalho. A investigação era pesada — explica um dos investigadores.

Mais de dois anos depois da emboscada no Estácio, o presidente Jair Bolsonaro faria declarações que levariam o caso Marielle novamente para o primeiro plano do noticiário. No dia 24 de abril de 2020, de manhã, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, pediria demissão em coletiva de imprensa acusando Bolsonaro de tentar interferir nas investigações da Polícia Federal, órgão subordinado à sua pasta, para ter acesso a processos e diligências em andamento que envolviam parentes seus, amigos e aliados.

A gota d'água do conflito entre Bolsonaro e Moro teria ocorrido quando o presidente mandou publicar no Diário Oficial a exoneração do diretor-geral da Polícia Federal, o delegado Maurício Leite Valeixo, braço direito de Moro, lançando mão de uma assinatura digital do ministro sem o seu consentimento. Para Moro, Bolsonaro queria substituir Valeixo por “uma pessoa do contato pessoal dele, [para o qual Bolsonaro] pudesse ligar, colher informações, colher relatórios de inteligência”, conforme explicou na coletiva. Essa pessoa seria o delegado federal Alexandre Ramagem, diretor-geral da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), homem de confiança do presidente e amigo de seus filhos.

Alexandre Ramagem já ocupara o cargo de delegado da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro na época em que o órgão investigou, sem resultado, um possível vazamento da data da Operação Furna da Onça, uma nova fase da Lava Jato no Rio. Na Furna da Onça, desencadeada em 8 de novembro de 2018, os agentes federais cumpriram mandados de prisão contra dez deputados estaduais (sendo que três deles já estavam presos), o que representava um sétimo das cadeiras da Alerj. Na época, as investigações da PF apontaram que os envolvidos recebiam propinas de empresários que variavam de R\$ 20 mil a R\$ 100 mil por mês. O alvo principal foi a cúpula do PMDB, partido do ex-governador Sergio Cabral.

Em 2020, o empresário Paulo Marinho — ex-aliado de Jair Bolsonaro que participou de sua campanha presidencial — denunciaria que um delegado da PF vazara a informação para o então deputado estadual Flávio Bolsonaro de que a Furna da Onça seria deflagrada. Flávio não era alvo da operação. No entanto, como a investigação policial partira de relatórios feitos pelo Coaf, que atuava na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro, fora

identificada também uma movimentação financeira suspeita nas contas do braço direito de Flávio, Fabrício Queiroz. Foi quando o relatório do Coaf se tornou o fio da meada para que o Ministério Público desse início à investigação sobre a prática de “rachadinhas” no gabinete de Flávio.

O ambiente político já estava bastante conflituado devido à demissão uma semana antes, em pleno avanço da pandemia de covid-19 no país, do popular ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, após longa queda de braço com Bolsonaro. O ministro insistia na manutenção da quarentena no país, conforme orientação da OMS (Organização Mundial da Saúde), para conter o máximo possível a propagação do vírus. Já o presidente condenava a medida diariamente, desdenhando da importância da doença e argumentando que era preciso acabar com o isolamento social para fazer a economia voltar a funcionar.

À tarde, poucas horas após a coletiva de Moro, cujas denúncias levariam ao pedido de abertura de inquérito contra o presidente da República pela PGR, Bolsonaro faria um pronunciamento em que acusaria o já ex-ministro da Justiça e Segurança Pública de se ocupar mais com o caso Marielle em sua gestão do que em tentar desvendar o mandante da facada que ele, Bolsonaro, sofrera em setembro de 2018 durante um comício em Juiz de Fora (MG) na campanha das eleições daquele ano. Na época, Bolsonaro foi hospitalizado em estado grave e desde então passou por diversas cirurgias na região do abdômen.

O primeiro inquérito sobre o caso, instaurado pela PF naquele mesmo ano, concluiria que Adélio Bispo de Oliveira, autor do atentado, era portador de transtorno delirante persistente e agira sozinho. Assim, a Justiça Federal em Minas Gerais o absolveu e transformou a sua prisão preventiva em internação por tempo indeterminado na Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Campo Grande (MS), que possui espaço para tratamento de sua doença.

Bolsonaro revelou ainda que pedira à PF que investigasse o porteiro de seu condomínio, responsável pelo depoimento que apontara o presidente como a pessoa que liberara a entrada de Elcio Queiroz no Vivendas da Barra, no dia da execução de Marielle. Outro pedido de Bolsonaro feito aos agentes federais, segundo ele próprio, foi investigar a informação, divulgada pela Polícia Civil, de que seu filho Jair Renan teria namorado a filha de Ronnie Lessa. Para Bolsonaro, nos dois casos, o objetivo da Polícia Civil teria sido

levar sua família e ele próprio para o centro das investigações, transformando-o num suposto mandante da morte da vereadora.

— A intenção de dizer que meu filho namorava a filha do ex-sargento [Ronnie Lessa] era que nós tínhamos um relacionamento familiar. Eu não me lembro dele — disse o presidente.

Bolsonaro contou também que pediu à PF que interrogasse Lessa na Penitenciária Federal de Mossoró sobre o suposto namoro entre a filha do sargento reformado, Mohana, e Jair Renan, acrescentando que obteve uma cópia do depoimento:

— Eu fiz um pedido para a Polícia Federal. Quase com um “por favor”: “Chegue em Mossoró e interrogue o ex-sargento [Lessa].” Foram lá, a PF fez o seu trabalho, interrogou e está comigo a cópia do interrogatório, onde ele diz simplesmente o seguinte: “A minha filha nunca namorou o filho do presidente Jair Bolsonaro, porque a minha filha sempre morou nos Estados Unidos.”

Bolsonaro, que no início do seu pronunciamento negou ter interferido nas investigações da PF, acabou se contradizendo, ao admitir ter pedido uma apuração sobre o porteiro de seu condomínio e sobre Lessa, o que não cabe ao presidente. Com a exoneração do diretor-geral da PF, Bolsonaro indicou finalmente para o cargo Alexandre Ramagem, mas o ministro do STF Alexandre de Moraes suspendeu a nomeação por entender que havia “desvio de finalidade” na escolha de Ramagem. Bolsonaro acabaria empossando no cargo, em 4 de maio de 2020, o delegado Rolando Alexandre de Souza, um subordinado de Ramagem na Abin. No mesmo dia Rolando trocou o comando da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, área de interesse direto da família Bolsonaro.

No dia 28 de abril, quatro dias após seu pronunciamento, Bolsonaro declarou, durante conversa com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, que a PF reabriria as investigações sobre o caso Adélio. Bolsonaro sempre acreditou que Adélio fora mero executor de um mirabolante plano da esquerda para assassiná-lo. Nessa conversa, o presidente listou alguns episódios que, segundo ele, mostravam a desatenção do ex-ministro Moro para com ele, presidente, e seus familiares.

— Será que é interferir na Polícia Federal implorar a Sergio Moro que apure quem mandou matar Jair Bolsonaro? A Polícia Federal de Sergio Moro mais se preocupou com Marielle do que com seu chefe supremo — disse o presidente. — Eu acho que todas as pessoas de bem do Brasil querem saber.

Entendo, me desculpe o senhor ex-ministro, que entre o meu caso e o da Marielle, o meu está muito menos difícil de solucionar. Afinal de contas, o autor foi preso em flagrante delito, mais pessoas testemunharam, telefones foram apreendidos. Três renomados advogados em menos de 24 horas estavam lá para defender o assassino.

No dia seguinte, Bolsonaro daria posse ao novo ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça. Ainda nesse dia, o presidente da República resumiria de modo lapidar, como de outras vezes, sua visão sobre seu papel à frente do Executivo.

— Quem manda sou eu — disse ele, no Palácio da Alvorada.

Um segundo inquérito foi aberto pela PF contra Adélio Bispo. A conclusão, no entanto, confirmaria a do inquérito anterior: Adélio era portador de doença e agira sozinho, sem vínculos com terceiros. Bolsonaro jamais se conformaria.

+++

Em 30 de junho de 2020, sob o comando do delegado Daniel Rosa, da DH da Capital, e da promotora Simone Sibilio, do Gaeco, foi deflagrada no Rio de Janeiro a Operação Tânatos, contra os denunciados de chefiarem o Escritório do Crime. Amanhecia e havia forte expectativa entre os investigadores de que a operação revelasse alguma informação que ajudasse a chegar aos mandantes da morte de Marielle e Anderson. Numa ação grandiosa, promotores e cerca de 70 policiais civis — inclusive PMs da CSI do Ministério Público e atiradores de elite da Core — saíram juntos da sede do MRJ, em carros blindados, e logo se separaram em grupos para cumprir o mandado de busca e apreensão nos endereços dos suspeitos. Um desses endereços era um condomínio em Vila Valqueire, bairro nobre do subúrbio do Rio, onde “Mad”, o novo chefe do Escritório do Crime, morava com a mulher e uma enteada.

Órgãos da imprensa já haviam divulgado que essa quadrilha de matadores estava envolvida com a execução da parlamentar. Mas o delegado Daniel Rosa negou essa informação quando uma repórter que assistia de perto à operação lhe perguntou se os suspeitos de terem matado Marielle (o sargento Ronnie Lessa e seu compadre Élcio Queiroz) pertenciam ao Escritório do Crime:

— O Escritório do Crime foi a nossa primeira linha de investigação. A partir de uma apuração mais profunda, porém, descobrimos que o grupo não participou do homicídio da Marielle. Além de termos provas de que Ronnie Lessa executou Marielle, momentos antes da morte dela o grupo de “Mad” [ou seja, o Escritório do Crime] assassinava outra vítima.

O delegado estava convencido de que Ronnie Lessa não integrava o bando. Estava convencido também de que o Escritório não participara da morte de Marielle, no Estácio, porque, naquela noite de 14 de março de 2018, “Mad” e seus comparsas estavam ocupados com a execução do empresário Marcelo Diotti da Mata, na Barra da Tijuca. Não pareceu viável à DH que os pistoleiros pudessem cometer dois crimes quase simultâneos, com a diferença de cerca de uma hora entre eles em bairros que distavam 30 quilômetros um do outro.

Quanto à autoria do assassinato de Diotti a polícia não tinha dúvida porque câmeras do estacionamento do restaurante Outback, onde ocorreu o crime, flagraram a ação. Diotti, que, segundo a polícia, já havia sido preso por homicídio e envolvimento em exploração de caça-níqueis, foi morto a tiros após sair do restaurante. Caiu ao lado de sua Mercedes SUV branca e, no local, foram encontradas cerca de 20 cápsulas. No momento em que foi alvejado, estava acompanhado de sua companheira, a funkeira Samantha Miranda, que já fora casada com o ex-bombeiro e ex-vereador Cristiano Girão, miliciano da Gardênia Azul. Samantha saiu ilesa do atentado.

Na época, os investigadores cogitaram que o autor do homicídio poderia ter sido Girão, mas descartaram essa linha de trabalho. Girão também foi aventado como possível mandante da morte de Marielle por ter visitado a Câmara Municipal uma semana antes do assassinato da parlamentar. Ele estivera preso de 2009 a 2017 por conta da CPI das Milícias instaurada por iniciativa de Marcelo Freixo e foi chamado a depor, como suspeito. Mas apresentou álibis convincentes quanto ao caso Marielle e foi liberado.

O nome de Girão surgiria novamente no noticiário em 2020. O Gaeco e a DH, ao se aprofundarem nas investigações sobre Lessa, descobririam que, em 2018, antes da execução de Marielle, ele usara o buscador Google para pesquisar o brutal assassinato de “André Zóio” e de sua companheira, Juliana, ocorrido em 14 de junho de 2014. Para a DH, as indicações são de que Girão teria contratado o serviço de Lessa para assassinar Zóio, seu principal desafeto na briga de milicianos pelo domínio da Gardênia Azul. São várias as semelhanças entre as duas execuções — a do casal e a de

Marielle e Anderson. Em ambos, por exemplo, os tiros foram disparados de dentro de um carro em movimento contra os ocupantes de outro veículo também em movimento, obstruído pelos criminosos, inclusive com a morte de uma pessoa que não era alvo do crime.

Não apenas para desvendar a execução ocorrida seis anos atrás, mas também a de Marielle e Anderson, os investigadores botariam na rua a Operação Déjà Vu, que, em 9 de setembro, promoveria buscas em imóveis de Girão, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e de outros comparsas, como o miliciano e sargento da PM Fábio da Silveira Santana, o “Fábio Caveira”, suspeito de executar Zóio junto com Lessa. Outro suspeito de participar dessa ação é o ex-policia civil Wallace de Almeida Pires, o “Rocobop”, assassinado em julho de 2019, provavelmente como “queima de arquivo”, segundo a polícia. Na operação foram apreendidos três celulares de Girão, que ainda estão sendo analisados e podem vir a ajudar nas investigações do caso Marielle.

+++

Mesmo acreditando que o Escritório do Crime não tivera participação na morte da parlamentar, o delegado Daniel Rosa e a promotora Simone Sibilio queriam desbaratar o grupo, acusado de inúmeros assassinatos. Um homicídio recente atribuído ao Escritório, ocorrido em fevereiro de 2020, foi o do contraventor Alcebíades Garcia, o “Bid”, irmão do bicheiro Maninho, cuja família já tinha tido como segurança o próprio Adriano da Nóbrega, ex-chefe dos matadores de aluguel. Daniel Rosa contou ter obtido provas contundentes contra o bando nesse caso. No celular do irmão de “Mad”, o “Tonhão”, apreendido em uma operação de busca e apreensão na casa dele, foram encontrados, por exemplo, croquis da casa de “Bid”, além de fotos feitas por um drone usado pela quadrilha para monitorar suas vítimas.

+++

Entrando no condomínio de “Mad”, no alto de uma ladeira de cerca de 500 metros, dois dos cerca de 20 agentes destacados para a missão naquele endereço escalaram o muro de três metros que circundava a residência, de

dois andares, entraram em seu terreno e abriram o portão principal da casa para os demais terem acesso. A voz de um deles intimou:

— Abra a porta! É a polícia. Abra! É a polícia.

De uma colina de aproximadamente 15 metros de altura, bem na frente do imóvel, a repórter acompanhou a entrada dos policiais no jardim. O quarto de “Mad”, onde ele estava, ficava no segundo andar e ela pôde ver o que se passava ali dentro porque uma enorme porta de vidro, com uma cortina branca, separava o interior do quarto de uma varanda que dava para a rua. Não houve resposta ao chamado da polícia e o agente deu outro berro, dessa vez ameaçando invadir. O policial, que conseguiu chegar à varanda, armou-se e apontou a arma para a porta envidraçada, o que foi possível ver com nitidez porque as luzes levadas pelos iluminadores das emissoras focaram a cena. O momento era de tensão.

De repente, “Mad” foi afastando com uma das mãos a cortina, enquanto a outra era levantada. Vagarosamente, destrancou a porta da varanda, abriu-a e se expôs. Vestia apenas uma cueca. O chefe de uma das organizações criminosas mais temidas do estado do Rio de Janeiro, de acordo com a polícia, se rendia.

Às 5h40 os policiais entraram no quarto e fizeram “Mad” sentar-se no chão da varanda. Como o local estava silencioso àquela hora, a repórter pôde ouvir o início do diálogo entre “Mad” e Daniel Rosa:

— Não tenho nada a ver com a morte da Marielle! — se antecipou o miliciano.

O delegado respondeu:

— Não estamos aqui por isso, mas por outros crimes que você cometeu.

Já no quarto, Simone Sibilio procurava no armário a camisa usada por “Mad” no dia em que ele foi flagrado por câmeras no estacionamento em que Diotti morreu. Ato contínuo, ela entregou a “Mad” uma roupa qualquer para que ele se vestisse e fosse levado para a delegacia, mas não achou a tal camisa que buscava. “Tonhão” também seria preso naquele dia, mas outros quatro integrantes do bando não foram localizados.

Após a prisão, Daniel Rosa improvisou uma coletiva na porta da DH. Segundo o delegado, embora ele não tivesse provas suficientes de que Lessa integrava o Escritório do Crime, ele acreditava que o sargento reformado tinha alguma ligação de negócios com seus membros. Ficava, assim, mais uma pergunta no ar: que negócios exatamente ligariam o homem apontado como assassino de Marielle e Anderson àqueles matadores de aluguel?

epílogo
Marielle presente

“Um dos legados de minha mãe é fazer as pessoas começarem a entender o lugar delas na luta como mulher negra. As pessoas se assumirem como LGBTQIA+, se essa for a escolha. Isso serve inclusive para mim.”

LUYARA SILVA, FILHA DE MARIELLE

As eleições de outubro de 2018, que levaram Jair Bolsonaro à Presidência da República, mostraram que uma parte da população estava decepcionada com a esquerda e, particularmente, o PT, no comando do país desde 2003. Mas revelaram também que outra parte da população continuava a apostar num ideário do qual Marielle havia sido uma das representantes mais fortes: a luta em defesa dos direitos humanos e pela emancipação e autonomia de movimentos negros, feministas e da luta LGBTQIA+. Só naquele pleito foram eleitas para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro três de suas ex-assessoras, todas do PSOL: Renata Souza (63.937 votos válidos), Monica Francisco (40.631) e Dani Monteiro (27.982). Outra vitória significativa do partido foi lançar com êxito a vereadora por Niterói Talíria Petrone no páreo por uma vaga como deputada federal (107.317 votos).

Pouco antes de sua morte, Marielle disputava a cadeira de candidata a vice-governadora de Tarcísio Motta com Talíria. Apesar de se “acotovelarem”, expressão usada pela própria Marielle, as duas eram amigas desde os tempos do Complexo da Maré. Talíria é professora de história. Com bandeiras semelhantes, principalmente quando o assunto era a violência policial nas favelas, cada uma se candidatou por uma cidade em 2016. As duas venceram nas urnas, marcando suas trajetórias como mulheres, negras e de um partido de esquerda. Talíria também enfrentou preconceitos numa Câmara Municipal ultraconservadora: um homem armado chegou a invadir a sede do PSOL em Niterói e ameaçá-la de morte. Aliás, não foram raras as vezes em que recebeu ameaças.

— A gente vai seguir dando muita visibilidade às lutas que ela travava — disse Talíria à imprensa no dia seguinte ao da morte de Marielle.

Talíria disse ainda que deveria ter estado no encontro na Casa das Pretas, mas que não conseguira sair de Niterói a tempo. Muito abalada, ela registrou naquele dia nas redes sociais, como se falasse diretamente com a amiga: “Seguimos com você nos nossos corações e lutando por justiça.” Talíria Petrone, Renata Souza, Monica Francisco e Dani Monteiro, todas muito próximas de Marielle, hoje representam, de alguma forma, o legado da vereadora, que costumava dizer em relação à atuação das mulheres na política que “uma sobe e puxa a outra”.

— Estarmos aqui — diz Monica Francisco referindo-se à presença dela própria, de Renata Souza e de Dani Monteiro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro — é uma continuidade ancestral de Marielle. Um projeto de resistência de nós, mulheres. A representatividade dela está em todas nós. Ter mulheres negras no Parlamento, lugar de poder, é sinal de que nós pensamos, de que temos possibilidade de fazer algo pela sociedade. É representar outras mulheres.

A ex-assessora Dani Monteiro se apresenta nas redes sociais como a mulher mais jovem a ocupar uma vaga na Alerj — foi eleita com 27 anos. Suas pautas são, em sua maioria, voltadas para as comunidades:

— Com um mandato coletivo, queremos criar políticas efetivas que contemplem segurança pública, negritude, trabalho, educação, cultura e arte. O gabinete e nossas mentes estão abertos — diz Dani, contando que decidira seguir o caminho da política antes do assassinato de Marielle.

Já Renata admite jamais ter sonhado ocupar uma cadeira na Alerj.

— Não planejávamos estar aqui. A gente se dedicava a tocar “a mandata” [de Marielle]. Essa era a nossa meta. Fomos empurradas pelos acontecimentos e temos uma responsabilidade enorme, pois o legado dela é para que a humanidade se humanize.

Ex-chefe de gabinete de Marielle, Renata explica que o projeto do grupo é de resistência e representatividade.

— Os desafetos dela pertencem a um grupo que vem da política tradicional, por exemplo, da chamada “bancada da bala” — afirma, usando a expressão que se popularizou em meados dos anos 2000 e ganhou força na Alerj para denominar os candidatos de direita do PSL que defendem a flexibilização das leis relacionadas ao uso de armas por civis. — Mas mesmo entre eles há novas caras, igualmente de oposição.

Renata criou controvérsia em maio de 2019 com o governador Wilson Witzel após ele fazer um sobrevoo de helicóptero em Areal, em Angra dos Reis, na região turística da Costa Verde, durante o qual deu tiros de rajada para baixo sem o menor cuidado com a segurança da população. Witzel estava acompanhado de policiais da Core, tropa de elite da Polícia Civil, e tentou atingir uma tenda no topo de um morro confundida pelo grupo com abrigo de traficantes. A tenda era usada como refúgio de orações de evangélicos e, felizmente, estava vazia no momento dos tiros. Witzel tomou posse, em 1º de janeiro de 2019, reiterando o que já vinha apregoando em

sua campanha eleitoral: que os policiais deviam mirar, em suas próprias palavras, na “cabecinha dos criminosos”.

O episódio foi denunciado por Renata, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj, à ONU (Organização das Nações Unidas) e à OEA (Organização dos Estados Americanos). Em represália, os deputados da base governista pediram a cassação de seu mandato, alegando que ela se aproveitara de seu posto na comissão para fazer “uma manifestação pessoal disfarçada de institucional” contra o governador. O presidente da Alerj, contudo, André Ceciliano (PT), não interpretou a atitude da deputada como quebra de decoro e o caso morreu.

Temas interligados, segurança pública e direitos humanos eram bandeiras de Marielle, ao lado do combate ao assédio e à violência sexual. Dando continuidade ao projeto de lei da vereadora de instituir uma Campanha Permanente de Conscientização e Enfrentamento ao Assédio e à Violência Sexual no município do Rio de Janeiro — projeto transformado na Lei nº 6.415 em 4 de outubro de 2018, ou seja, após a morte de Marielle —, Renata, Monica e Dani têm encaminhado propostas na Alerj centradas na implementação dessa campanha. A ideia é não apenas esclarecer a população sobre os temas, mas também orientar as mulheres sobre como proceder no caso de abuso sexual.

+++

Em 28 de agosto de 2019, um ano e meio após o assassinato de Marielle, um projeto de Renata instituindo o 14 de março como o Dia Estadual das Defensoras e dos Defensores de Direitos Humanos foi aprovado na Alerj e sancionado pelo governador Witzel. Dias antes, ele havia criado um mal-estar em inúmeros setores da sociedade ao declarar que o trabalho dos “pseudodefensores dos direitos humanos” acabava provocando a morte de inocentes nas favelas. Em nota à imprensa, Renata festejaria a sanção: “Fico feliz em saber que o governador compreendeu a importância da data. Defensores de direitos humanos devem ser vistos como aliados de qualquer governo, aliados de toda a população, não como inimigos. No momento crítico em que vivemos, no que diz respeito à segurança pública no Rio, é fundamental construir uma política que valorize a vida...”

A sanção de Witzel pelo Dia Estadual das Defensoras e dos Defensores de Direitos Humanos adquiriu um significado especial também porque amenizou outro mal-estar instalado entre ele e os simpatizantes de Marielle durante sua campanha ao governo, ao longo de 2018. Em 30 de setembro daquele ano, uma semana antes do primeiro turno das eleições, Witzel participava de um palanque em Petrópolis com o então candidato a deputado estadual pelo PSL Rodrigo Amorim, quando este, repentinamente, insultou a vereadora, assassinada meses antes, ao exibir, partida ao meio, uma imitação de placa de rua que a homenageava com os dizeres “Rua Marielle Franco”.

A placa fora retirada do local em que populares a haviam colocado anteriormente: por cima da placa oficial da prefeitura que traz o nome da praça Floriano, na Cinelândia, em frente à Câmara dos Vereadores, local de trabalho de Marielle. Sob seu nome, lê-se a sua identificação de acordo com o modelo da própria prefeitura: “Vereadora, defensora dos direitos humanos e das minorias, covardemente assassinada no dia 14 de março de 2018”. No comício de Petrópolis, um vídeo que captou a afronta raivosa de Rodrigo Amorim viralizou nas redes sociais. Além de Witzel, aparecia a seu lado outro candidato a deputado federal, Daniel Silveira, também do PSL, apoiando o colega com os punhos cerrados.

Ao comentar o episódio com a imprensa, Witzel se escusou, dizendo que não percebeu a cena, pois estava de costas, e que respeitava a dor da família da vereadora, ressaltando que a responsabilidade exclusiva pelo gesto cabia aos integrantes do PSL. Questionado, Rodrigo Amorim saiu pela tangente, alegando ter destruído a placa apenas para “restaurar a ordem”, uma vez que sua instalação num logradouro público por cima de uma placa oficial, sem autorização da prefeitura, representava um agravo às regras instituídas. Na semana seguinte à polêmica, Amorim seria eleito o deputado com mais votos pelo Rio (140.666). Silveira foi eleito para o Congresso Nacional (31.789 votos).

O nome de quem criou a placa, que já ganhou mais de 20 mil réplicas, espalhando-se pelo mundo, é guardado a sete chaves por Sidnei Balbino, dono da gráfica em Benfica, na Zona Norte, onde ela foi confeccionada e reproduzida. Ele só revela que atendeu ao pedido de uma ativista. Para evitar que as placas fossem coladas, indiscriminadamente, por cima de outras pelas ruas da cidade, o que caracterizaria ato de vandalismo, elas eram propositadamente menores que as originais e feitas de poliestireno e não de

aço. Cada uma custava de R\$ 10 a R\$ 15, dependendo das cores, e eram vendidas pelo PSOL, mas também em sites de *e-commerce*. Em julho de 2019, a prefeitura nomearia uma rua na Lapa, bairro da boemia carioca, com o nome de Marielle. Em pleno Centro Histórico, a via tem 130 metros no trecho da praça Cardeal Câmara que liga a avenida Mem de Sá à rua dos Arcos. No local, há 23 palmeiras.

+++

Homenagens a Marielle espalharam-se pelo mundo. Sua foto foi exposta na fachada da sede do governo de Paris, logo após seu assassinato, e seu nome batizou um jardim suspenso na rue d'Alsace, numa área próxima à estação de metrô Gare de l'Est, uma das principais ferrovias da região. Em 21 de setembro de 2019, os pais da vereadora, Toinho e Marinete, e a filha, Luyara, participaram da cerimônia de batismo do jardim a convite da prefeita, Anne Hidalgo. Após um minuto de silêncio, as autoridades apresentaram uma placa verde com letras brancas e os dizeres: “Marielle Franco (1979-2018). Ativista dos direitos humanos e feminista”.

— Um ano e meio depois de seu assassinato e continuamos exigindo uma resposta — discursou Toinho na ocasião. — Pedimos justiça. Que esse crime não fique impune.

Marielle também ganhou nome de rua em Portugal. Em julho de 2019, a Câmara de Lisboa aprovou, por unanimidade, o projeto encaminhado pelo vereador de esquerda Manuel Grilo. Grafites com sua imagem cobriram quase duas dezenas de muros em diversos países. A artista Lucia Gonzalez Ippolito, nascida mexicana mas criada nos Estados Unidos, pintou no bairro de Mission, em São Francisco, na Califórnia, o rosto da vereadora no mural “Mulheres da Resistência”, projeto que retratou 38 mulheres ativistas e foi realizado por um grupo de artistas.

Localizada na favela carioca Tavares Bastos, no Catete, a ONG Rede Nami, que promove os direitos das mulheres e pede o fim da violência doméstica e a equidade de gênero, reuniu artistas que pintaram um grafite com a imagem de Marielle. A confecção do painel, em julho de 2018, contou com a colaboração da jovem paquistanesa Malala Yousafzai, Prêmio Nobel da Paz em 2014 aos 17 anos, que visitava o Brasil na época.

— Não seremos interrompidas! — gritaram as artistas, em coro, na sede da Rede, na própria favela, durante a coletiva de apresentação do grafite.

Presente ao evento, a viúva de Marielle, Monica Benicio, pegou no spray e também deu sua contribuição ao painel:

— O engraçado é que a foto dela que viralizou nas redes e foi usada como base nas homenagens era justamente uma imagem de que ela não gostava. Achava que não tinha saído bem na foto.

Com uma rua da Maré e duas calçadas ao fundo, a foto traz o rosto de Marielle com o cabelo preso e trajando um vestido com decote em V e estampa geométrica nas cores verde, preta e vermelha. Monica lembra que, no dia da foto, marcada para ser tirada pela Mídia Ninja, empresa conhecida por sua militância sociopolítica em todo o Brasil, as duas ainda namoravam e Marielle havia dormido na casa dela.

— Vaidosa, ela saiu com o cabelo de qualquer jeito e pegou um dos meus vestidos emprestado. Mas o sorriso dela iluminava seu rosto e foi essa imagem que ficou dela para o mundo.

Monica mantém uma rotina de viagens para estar presente em eventos promovidos pela Anistia Internacional, a fim de pedir respostas para o crime. Em geral, em situações públicas, usa suas tradicionais camisetas com frases fortes.

— Mas agora troquei o “Lute como Marielle Franco” pela pergunta “Quem mandou matar Marielle e Anderson?” Precisamos responder — diz.

Marielle foi tema de samba-enredo de duas escolas cariocas no Carnaval de 2019: Vila Isabel e Mangueira. Vila Isabel levou para o Sambódromo a história de Petrópolis e, do alto de um carro alegórico, o pai, a irmã e a filha de Marielle representaram a crueldade da escravidão, a emancipação da mulher e o poder dos movimentos negros no país. A Mangueira, que se sagrou campeã, contou a história de heróis populares omitidos nos livros escolares segundo seu carnavalesco, Leandro Vieira. O samba da agremiação, “História pra ninar gente grande”, transformou-se numa espécie de hino de resistência, em especial o trecho “Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles e Malês”. Desfilaram na escola Monica Benicio, o deputado federal Marcelo Freixo e o vereador Tarcísio Motta.

A estudante de educação física Luyara tenta preservar a memória da mãe nas ações que pratica. Nomeada pela deputada Renata Souza sua assessora parlamentar, Luyara pensa em ajudá-la na criação de um projeto esportivo para meninas na favela da Maré.

— Um dos legados de minha mãe é fazer as pessoas começarem a entender o lugar delas na luta como mulher negra. As pessoas se assumirem como LGBTQIA+, se essa for a escolha. Isso serve inclusive para mim. Quando era mais nova, eu gostava de alisar meus cabelos. Minha mãe também, quando era jovem, fazia o mesmo, mas depois ela me ensinou a valorizá-los. A última mensagem que ela me mandou no dia 14 [de março de 2018], na quarta-feira, era uma matéria sobre cuidados com o cabelo. A mensagem era assim: “Para a gente nunca se esquecer de cuidar da nossa coroa.” Este é o legado dela.

Ainda na infância, Luyara era levada por Marielle a eventos de inclusão social, como o desfile do bloco Se Benze Que Dá, pelas ruas do Complexo da Maré. Reunindo hoje 16 favelas em que vivem cerca de 140 mil habitantes, o complexo é palco de intensa disputa de territórios na região por três facções, que estabeleceram rígidas regras proibindo o trânsito dos moradores nas áreas rivais. A única vez no ano em que a população pode circular livremente de um lado para outro é no dia em que o bloco vai para a rua. Criado em 2005, Marielle foi uma de suas fundadoras com este objetivo: mostrar que não existem fronteiras para quem vive em favela e que é preciso garantir o direito de ir e vir.

— Eu tinha uns 7 anos e desfilava com minha mãe. Quando pequena, ia com ela também para o gabinete do [deputado] Marcelo Freixo. Quando ela começou a campanha, sempre tinha um espaço de “creche” para as crianças. Eu, que sempre gostei de crianças, ficava ajudando. Era pau para toda obra. Fui iniciada logo cedo no mundo dela.

A jovem, que tatuou o rosto da mãe no corpo duas semanas depois do assassinato, não nega que se sente incomodada por ter virado uma pessoa pública:

— Quando alguém me conhece, fala: “Caraca! Você é filha da Marielle!” Sou uma pessoa normal: estudo, trabalho. Minha mãe é que era a política. No passado, eu estava na correria com ela. No Carnaval de 2018, por exemplo, eu a ajudei a colar adesivos nos leques da campanha “Não É Não”. Um dos meus objetivos no futuro é ajudar na inclusão das pessoas por meio do esporte. Nosso papel como semente é ajudar as pessoas que não têm o

caminho certo para a vida. Virei pessoa pública. É uma responsabilidade que eu não queria. Quando ela era viva, ela me protegia. Ela me ligava a toda hora. E agora?

Seja nos grafites, seja em nome de rua, seja no samba, seja na filha, Marielle segue presente. No dia 1º de março de 2020, foi inaugurada no largo de São Francisco da Prainha, no bairro portuário da Saúde, a Casa Marielle, um espaço cultural criado pela família da parlamentar para receber coletivos e movimentos voltados para os direitos humanos ou para discussões sobre a questão racial e sediar shows, encontros, lançamentos de livros de mulheres negras, entre outros eventos. Na Casa, mantida por uma campanha de financiamento coletivo, funciona o Instituto Marielle Franco, organização sem fins lucrativos cujo principal objetivo é defender a memória da vereadora e cobrar justiça das autoridades. Em janeiro de 2020 foi lançado o 1º Concurso Marielle Franco de Ensaio Feministas, tendo em vista fortalecer o pensamento em torno do feminismo e manter viva essa que foi uma das plataformas de Marielle.

Uma exposição com o acervo pessoal e político da parlamentar ficará aberta ao público permanentemente. A entidade vem sendo dirigida pela irmã dela, a professora Anielle Franco, que nega qualquer insinuação de que possa vir a disputar uma vaga de vereadora nas próximas eleições. Mãe de duas filhas, ela declarou, em entrevista à mídia alternativa e independente *Gênero e Número*:

— Eu tenho um sonho: fazer com que as pessoas de direita, esquerda e centro consigam dialogar dentro do Instituto Marielle Franco. Porque a principal dificuldade hoje é fazer com que entendam que [sua morte] não decorreu de ideologia política ou de partido. Foi um feminicídio político.

Anielle toca o instituto trabalhando principalmente com o apoio do Movimento Negro. Monica Benicio não está ligada à entidade. Foca sua militância nos grupos LGBTQI+ e pretende seguir carreira política como Marielle, começando por uma vaga na Câmara Municipal, pelo PSOL, já nas eleições de 2020. Anielle e Monica se reaproximaram às vésperas do julgamento do pedido de federalização das investigações feito pela PGR. Com a morte da parlamentar, tiveram a relação familiar esgarçada por questões de partilha de bens, mas Monica revela que agora estão em paz.

As homenagens no dia 14 de março de 2020 em torno dos dois anos da morte de Marielle e Anderson restringiram-se a faixas e panos amarelos estendidos em janelas e passarelas, para evitar aglomerações numa época em

que já se registravam casos de covid-19 no país. Numa dessas faixas, erguida na entrada da Maré, a pergunta: “Quem matou Marielle Franco e quem mandou matar?” No site do instituto, foram reunidos registros das homenagens em outros pontos do Brasil e do mundo. Nas redes sociais, as manifestações foram postadas com a hashtag #JustiçaPorMarielleEAnderson. Apoiadores publicaram fotos com uma camiseta com os dizeres: “Eu também quero saber”. Os familiares de Marielle, acompanhados de representantes da Anistia Internacional, deram uma coletiva para cobrar mais uma vez a continuidade das investigações em busca dos mandantes do crime.



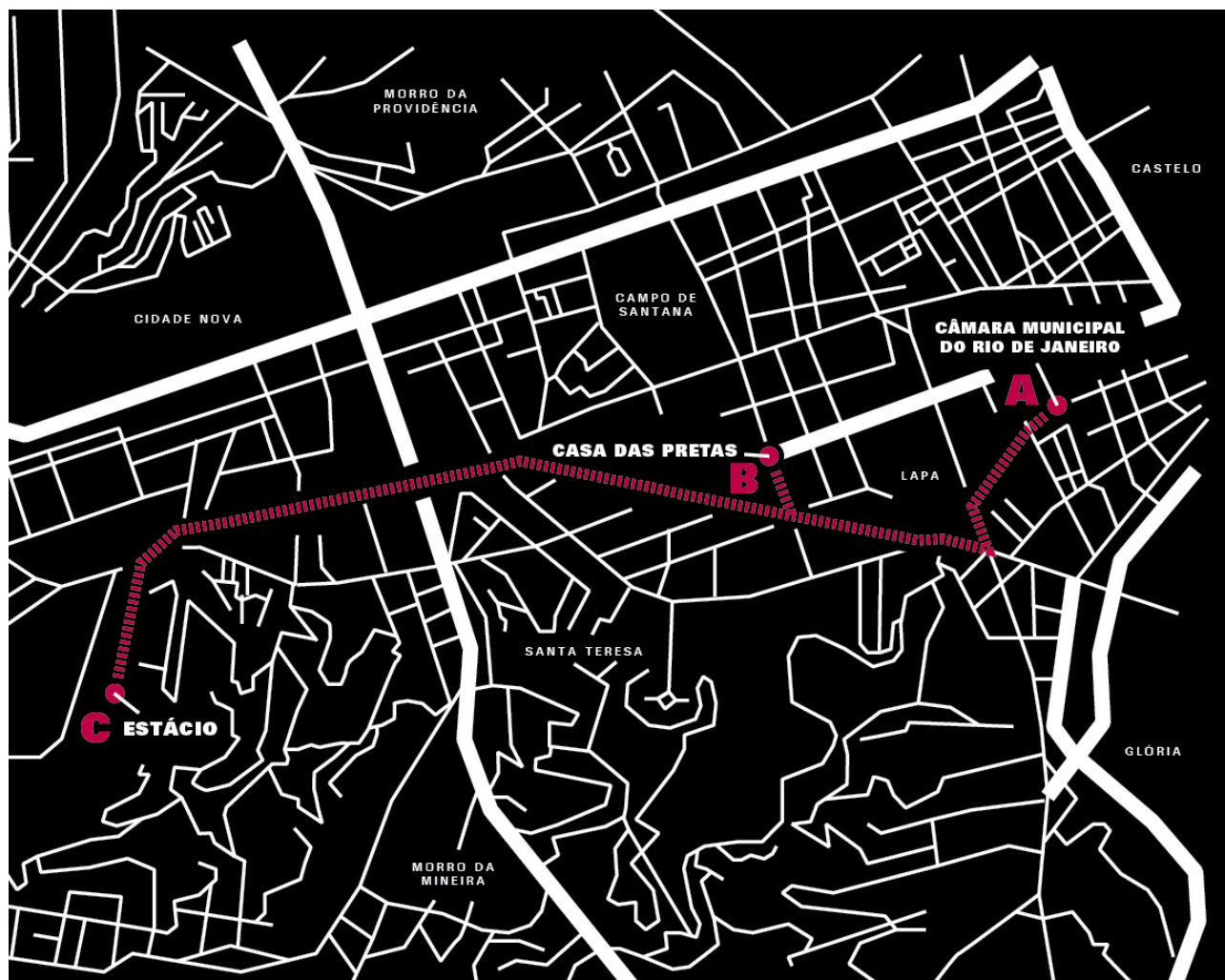
Márcia Foletto / Agência O Globo

Nascida e criada na favela da Maré, Marielle Franco foi a quinta candidata mais votada na disputa por uma vaga na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em outubro de 2016. Ela concorria pelo PSOL e participava de uma eleição pela primeira vez.



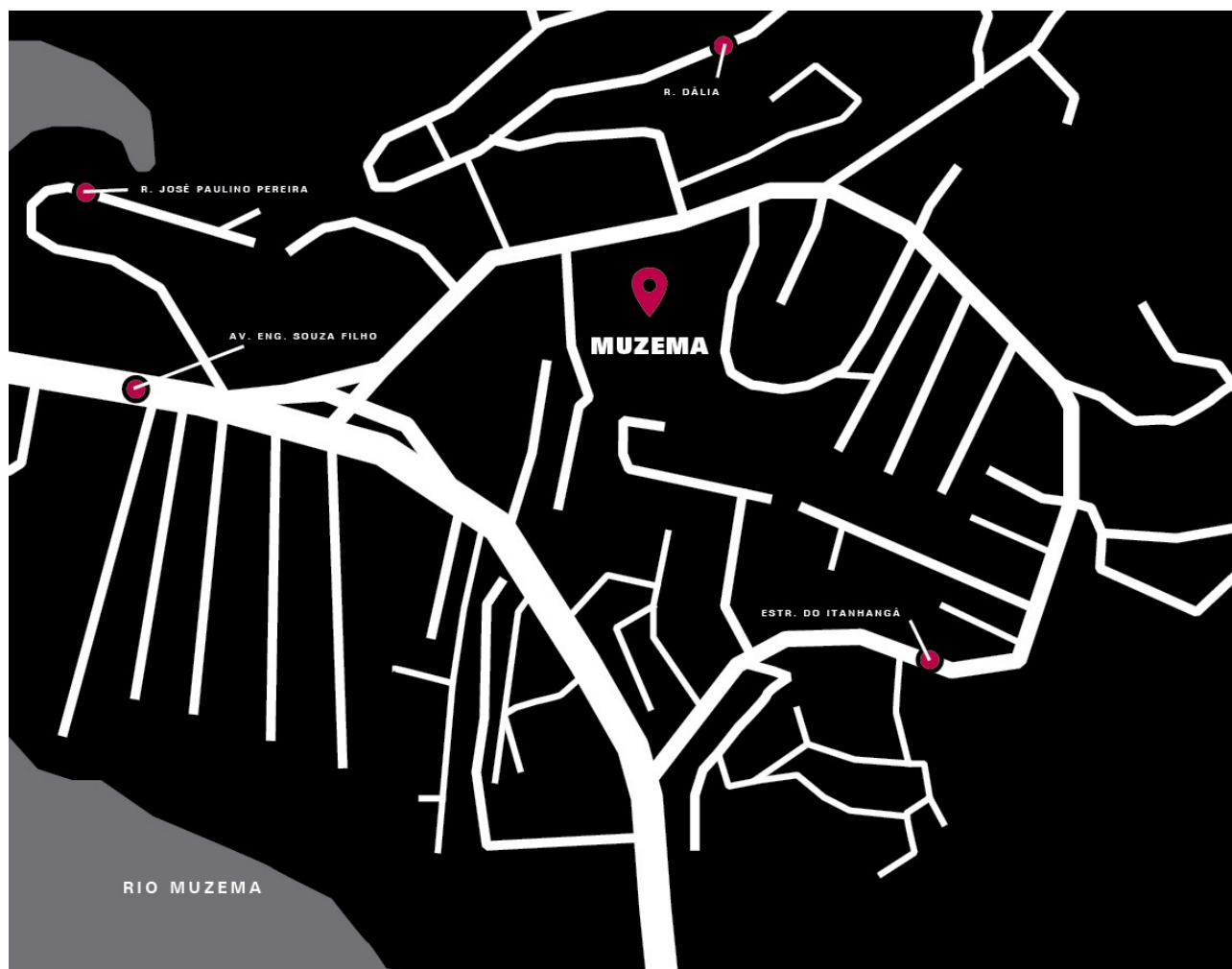
Acervo de Agatha Arnaus Reis

O motorista Anderson Gomes quatro meses antes do atentado. Na foto, tirada pela mulher, Agatha, ele brinca com o filho, Arthur, que depende de cuidados especiais.



Mapa desenhado por Renan Araújo

O trajeto de Marielle, no dia do crime, desde a saída da Câmara dos Vereadores, parando na Casa das Pretas, até o bairro do Estácio, por onde passava a caminho de casa.



Mapa desenhado por Renan Araújo

A favela da Muzema, em Jacarepaguá, área tomada por milicianos.



Alexandre Cassiano / Agência O Globo

Com pouca iluminação, a esquina da rua Joaquim Palhares com a rua João Paulo I, no Estácio, Zona Central do Rio, foi o ponto escolhido pelos assassinos para o ataque ao carro em que Marielle estava, na noite de 14 de março de 2018.



Uanderson Fernandes / Agência O Globo

O local em que o carro de Marielle, dirigido por Anderson Gomes, finalmente parou, após os tiros que os mataram, foi transformado em uma espécie de santuário, com mensagens e flores.



Bárbara Lopes / Agência O Globo

Durante as manifestações de pesar pela execução de Marielle e Anderson, as réplicas de placa de rua com o nome da parlamentar viraram símbolo de luta por justiça.



Márcio Alves / Agência O Globo

“Desarmar o Desamor”, um dos lemas dos manifestantes ao cobrar respostas do poder público à porta da Câmara dos Vereadores, onde Marielle trabalhava.



Márcio Alves / Agência O Globo

Uma semana após o atentado, um ato ecumênico em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro reuniu milhares de pessoas aos berros de “Marielle vive!”, em meio a protestos contra políticos diversos.



Brenno Carvalho / Agência O Globo

A comunidade LGBTQIA+ na orla da Zona Sul da cidade. A marca do mandato da vereadora era a defesa dos direitos humanos e da igualdade social das minorias, com destaque para questões de gênero, empoderamento das mulheres e negritude.



Fernando Lemos / Agência O Globo

Mãe da parlamentar, a advogada Marinete da Silva folheia o álbum de fotografias de Marielle adolescente.



Daniel Marengo / Agência O Globo

Fernanda Chaves, chefe de gabinete de Marielle, estava no banco de trás do carro, ao lado da parlamentar, na noite do atentado. É a única sobrevivente.



Custódio Coimbra / Agência O Globo

No dia do enterro: a arquiteta Monica Benicio (ao centro) conversa com o deputado Marcelo Freixo e a filha da vereadora, Luyara Santos.



Márcia Foletto / Agência O Globo

**A professora Anielle Franco, irmã da parlamentar, criou, com a ajuda dos movimentos negros, o Instituto Marielle Franco, onde também funciona a Casa Marielle, no Centro:
"Eu tenho um sonho: fazer com que as pessoas de direita, esquerda e centro consigam dialogar dentro do instituto."**



Ailton de Freitas / Agência O Globo

O general Walter Braga Netto ocupava o cargo de interventor federal da segurança pública do Rio quando Marielle morreu. Ao fundo, na foto, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann.



Pedro Teixeira / Agência O Globo

Ginton Lages, então titular da Delegacia de Homicídios da Capital, na coletiva sobre a prisão dos autores do duplo homicídio, no dia 12 de março de 2019, no anexo do Palácio Guanabara.



Guito Moreto / Agência O Globo

As promotoras Simone Sibilio e Letícia Emile analisam o processo sobre o caso Marielle no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.



Ailton de Freitas / agência O Globo

A então procuradora-geral da República, Rachel Dodge, designou procuradores do Ministério Público Federal para acompanhar o caso Marielle.



Fabiano Rocha / Agência O Globo

O delegado Daniel Rosa ao tomar posse, em março de 2019, como titular da Delegacia de Homicídios da Capital, no lugar de Ginton Lages, designado pelo governador do Rio de Janeiro para cumprir um curso na Itália. A decisão pegou a todos de surpresa.



Fabiano Rocha / Agência O Globo

Conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado, Domingos Brazão chegou a ser investigado pela DH como mandante do crime.



Domingos Peixoto (acima, à esq.), Pablo Jacob, Fabiano Rocha (abaixo) / Agência O Globo

A polícia chegou a considerar a hipótese de que os deputados Jorge Picciani (acima, à esq.), Paulo Melo (acima, à dir.) e Edson Albertassi (abaixo) poderiam estar por trás do crime para atingir o deputado Marcelo Freixo, mentor de Marielle. Para eles, Freixo teria munido a polícia com informações que levaram à deflagração da Operação Cadeia Velha, em 2017, quando os três foram presos acusados de manter um esquema de propina na Alerj.



Pablo Jacob (em cima), Marcelo Theobald / Agência O Globo

A prisão de dois envolvidos na morte de Marielle e Anderson: o sargento reformado da PM Ronnie Lessa (em cima), que seria o executor; e o ex-PM Élcio Queiroz, que teria dirigido o carro na noite do crime.



Fabiano Rocha / Agência O Globo

O vereador Marcello Siciliano foi injustamente acusado, por uma falsa testemunha, de ter tramado a morte da colega.



Cléber Júnior / Agência O Globo

Um dos 225 listados na CPI das Milícias, Cristiano Girão foi preso e teve seu mandato de vereador cassado. É um dos investigados como mandante do crime.



Pablo Jacob / Agência O Globo

Fachada do condomínio Vivendas da Barra, onde Ronnie Lessa, acusado de atirar em Marielle e Anderson, morava antes de ser preso. Na época do crime, também morava no condomínio o então deputado federal Jair Bolsonaro.



Jorge William / Agência O Globo

O delegado Alexandre Ramagem: escolhido pelo presidente Bolsonaro para assumir a chefia da Polícia Federal, teve sua nomeação suspensa pelo Supremo.



Acervo Vera Araújo

Ex-capitão do Bope, o miliciano Adriano da Nóbrega era apontado como chefe do Escritório do Crime, o maior grupo de pistoleiros do estado. Foi morto em fevereiro de 2020, na Bahia.

Cb PM RG 51.774 Vanderson Barbosa Dias, às 10:15h, na AJMERJ no dia 08 Mar 98, como ACUSADO, para sumário de defesa.(of 1771 - proc 11.916 - CGPM 3863)

Cb PM RG 50.215 Sérgio de Carvalho, às 13:15h, na AJMERJ no dia 15 Mar 98, como ACUSADO, para Audiência Especial.(of 1786 - proc 9084 - CGPM 3869)

LOUVOR DE OFICIAL SUPERIOR E PRAÇAS

Louvo o MAJ PM CLAUDIO, CAP PM RG 38.051 VARGAS, SGT PM RG 37.418 GUILHERME, SGT PM RG 37.144 AILTON, SGT PM RG 41.827 R. LUIZ, SGT PM RG 43.760 EVANGELISTA, SGT PM RG 55.051 LESSA, CB PM RG 39.337 J. LUIZ, CB PM RG 41.401 CELSO, CB PM RG 41.222 FERREIRA e CB PM RG 45.142 EDUARDO, porque no dia 14/04/98, às 14:15 h, na favela de P. Lucas - beco da costa, apreenderam 2 KG de cocaína, 1 pistola -Taurus nº TMG 95540- 9mm, 01 revólver cal. 38 Taurus, 01 revólver cal 32, 01 revólver 38 Rossi nº 9688027, 100 munições cal. 7.62, 14 cal 9 mm, 20 cal. 308, 04 cal. 223 e 07 cal 45.

A ocorrência foi encaminhado à 39ª DP, sob cód. nº 904/903, RO nº 830510/98, TRO nº 73964/98.

Os policiais em lide com esta ação demonstraram estar sempre prontos para cumprirem seus deveres, não permitindo desta forma que algozes desta estirpe perturbem a Ordem Pública, e consequentemente eliminando do convívio da Sociedade elemento nocivo que deturpa valores éticos existentes.

É com prazer que os louvo (INDIVIDUAL). Indica-vos para serem pecuniados.

LOUVOR DE PRAÇAS

Louvo o CB PM RG 50.139 ALCANTARA e SD PM RG 57.689 COSTA, porque no dia 13/04/98, às 12:30 h, prenderam 1 viciados e apreenderam 5 trouxinhas de maconha.

A ocorrência foi encaminhada à 39ª DP, cód. 513, RO 830498/98, TRO 22468/98, flag. 257/98, art. 16 da Lei 6368/76.

Os policiais em lide com esta ação demonstraram estar sempre prontos para cumprirem seus deveres, não permitindo desta forma que algozes desta estirpe perturbem a Ordem Pública, e consequentemente eliminando do convívio da Sociedade elemento nocivo que deturpa valores éticos existentes.

É com prazer que os louvo (INDIVIDUAL)

Louvo o 2º SGT PM RG 30.081 EXPEDITO e 3º SGT PM RG 31.904 FERNANDO, porque no dia 13/04/98, às 21:00 h, prenderam 1 assaltante, apreendendo 1 revólver marca Taurus, cal. 38 nº raspada.

A ocorrência foi encaminhada à 28ª DP, cód. 602, RO 7587740/98, TRO 96560/98, flag. 163/98, art. 10, da Lei 9437.

Os policiais em lide com esta ação demonstraram estar sempre prontos para cumprirem seus deveres, não permitindo desta forma que algozes desta estirpe perturbem a Ordem Pública, e consequentemente eliminando do convívio da Sociedade elemento nocivo que deturpa valores éticos existentes.

É com prazer que os louvo (INDIVIDUAL)

Acervo Vera Araújo

Boletim da Polícia Militar que elogia a guarnição de Ronnie Lessa, na época lotado no 9º BPM (Rocha Miranda), por seu bom desempenho.



Acervo Vera Araújo

O policial militar Ronnie Lessa faz treinamento vestido com o uniforme da Polícia Civil, quando era emprestado à corporação.



Acervo Vera Araújo

O jovem Ronnie Lessa, entre maio de 1993 e janeiro de 1997, quando integrava o Bope. Sua paixão pela tropa de elite era tanta que ele tatuou no peito uma caveira (símbolo da corporação) com um punhal.

 **SCUDERIE DETETIVE LE COCQ**

Sede Própria: Rua Paula Ramos, 402
Rio Comprido – Rio de Janeiro
Tels: 273-7446 - 273-1596 - 273-1449

 **NOME**
RONNIE LESSA

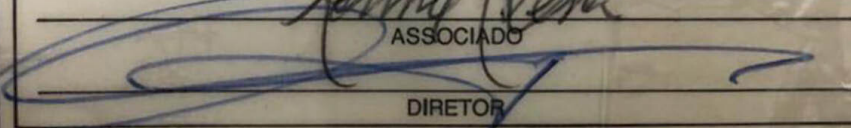
MATRÍCULA
3127

1989

CONSIDERADA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.
LEI Nº 688, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1982.

LECOQUIANO, NOSSO LEMA É SERVIR;
SERVINDO PERPETUARAS LE COCQ.


ASSOCIADO


DIRETOR

DATA DE EMISSÃO
23/05/1989
GRUPO SANGÜÍNEO

Acervo Vera Araújo

Carteira de Ronnie Lessa como membro da Scuderie de Detetive Le Cocq, grupo de extermínio formado por policiais fluminenses.

Sobre os autores

CHICO OTAVIO é repórter e professor de Jornalismo na PUC-Rio. Iniciou a carreira em 1985, na *Última Hora*, passou pela sucursal do Rio de Janeiro do Grupo Estado, produzindo reportagens para *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* e Agência Estado. Em 1997, transferiu-se para o jornal *O Globo*, onde cobre Política. Ganhou sete vezes o Prêmio Esso.

VERA ARAÚJO é repórter investigativa em *O Globo*, além de advogada, tendo passado por *Jornal do Brasil* e *O Dia*. Em 2005, revelou a existência de grupos paramilitares na região de Jacarepaguá (RJ) que extorquiam dinheiro de moradores. Foi dela a ideia de batizá-los como milícias. Pela reportagem, ganhou o Prêmio Especial Tim Lopes de Jornalismo Investigativo (2009). Entre outros prêmios, recebeu o Imprensa Embratel (2003), o Esso Sudeste (2009), o Tim Lopes (2010) e o Troféu Mulher Imprensa (2012)

Leia também



[Why Not](#)
[Raquel Landim](#)



A ditadura envergonhada
Elio Gaspari